



Universidade da Bahia  
FACULDADE DE FILOSOFIA

CIDADE DO SALVADOR - BAHIA

Nome *Perseu Abramo*



Data ... / ... / 19 ...

Filiação *Atas Abramo*

e D. *Atas Abramo*

Nascido a *12 / 7 / 1929* em

Estado

Cargo *Professor*

Ato e data da 1.ª investidura *9/13/1969. Autorizado pelo*  
*Of. 169/65 do Reitoria*

Nomeação *federal*

PERSEU  
ABRAMO

Observações:

*Atado Perseu Abramo da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, inscrito no Conselho Federal de Ensino Superior nº 29.414, que se encontra em exercício de Professor de Filosofia, em tempo integral, desde 1969. Solicita a exoneração a partir de 29/12/1970.*

ASPECTOS  
ESTRUTURAIS  
DO TRABALHO  
NA BAHIA

Perseu Abramo foi uma das personalidades mais marcantes que já conheci. daquelas cujo convívio nos impacta tão profundamente que vira uma referência para toda a vida. Ao conhecê-lo, em meados da década de 1980, quando ele se tornou assessor da Executiva Nacional do PT, da qual eu era um dos integrantes, fiquei muito impressionado com a sua vasta bagagem cultural e política e com a sua notável dedicação militante. Mas o que me chamou mais a atenção foi a extrema coerência entre suas convicções ideológicas e sua prática de vida. Valores éticos e sociais nunca foram para ele apenas teóricos, mas sempre encarnados, viscerais – inspirando, além da militância política, todas as dimensões da sua vida. Perseu acreditava sinceramente que devemos praticar desde já os princípios e valores da nova sociedade igualitária e fraterna pela qual combatemos.

Daí a sua integridade e generosidade exemplares. Ele não tinha a mínima preocupação de aparecer, nenhum desejo de protagonismo pessoal. Ninguém mais avesso à autopropaganda que Perseu. O que o entusiasmava era o projeto coletivo, o trabalho de equipe, a causa comum. Não disputava espaços, somava esforços. Dava tanto valor e atenção aos militantes de base quanto

aos dirigentes do partido. Ouso dizer que a sua opção socialista era, antes de mais nada, uma questão de caráter. Por isso mesmo, conservou intactas, durante a vida inteira, duas capacidades admiráveis: a de se indignar e a de se solidarizar. Quanto aos direitos humanos e à justiça social, foi um intransigente. E possuía, como poucos, a vocação do autêntico educador, compartilhando sem nenhum pedantismo seus conhecimentos e experiências.

A produção intelectual de Perseu foi também de alta qualidade, ainda que ele escrevesse quase sempre no calor da luta política e sem o tempo que gostaria de ter. Seus dois livros já publicados – “Um trabalhador da notícia” e “Padrões de manipulação na grande imprensa” – tornaram-se verdadeiros clássicos da luta crucial pela democratização das comunicações no Brasil. A eles, vem somar-se agora este “Aspectos estruturais do trabalho na Bahia”, sua dissertação de mestrado defendida na UFBA em 1968. Uma ótima iniciativa, o resgate desse trabalho que Perseu realizou aos 39 anos, investigando e discutindo – com o rigor científico e a paixão transformadora que o caracterizavam – um problema que continua fundamental para a Bahia e o Brasil.

*Luiz Dulci*

# CADERNOS

# Perseu

HISTÓRIA & MEMÓRIA

Nº 4 – AGOSTO DE 2021

25 anos  
FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# CADERNOS

# Perseu

HISTÓRIA & MEMÓRIA  
CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

## DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**Aloizio Mercadante** (Presidente)  
**Vivian Farias** (Vice-presidenta)  
**Alberto Cantalice** (Diretor)  
**Artur Henrique** (Diretor)  
**Carlos Henrique Árabe** (Diretor)  
**Elen Coutinho** (Diretora)  
**Geraldo Magela** (Diretor)  
**Jéssica Italoema** (Diretora)  
**Jorge Bittar** (Diretor)  
**Valter Pomar** (Diretor)

## CONSELHO DE HISTÓRIA DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Adriano Luís Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Alexandre Fortes (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)  
Heloísa Maria Murgel Starling (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Jean Tible (Universidade de São Paulo)  
John D. French (Duke University)  
Lincoln Secco (Universidade de São Paulo)  
Luigi Biondi (Universidade Federal de São Paulo)  
Maria Victória Benevides (Universidade de São Paulo)  
Patrícia Valim (Universidade Federal da Bahia)  
Paulo Fontes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Pere Petit (Universidade Federal do Pará)  
Sérgio Armando Diniz Guerra (Universidade Estadual da Bahia)

## EQUIPE DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Adriana Carneiro Marinho  
Elisa Maria Lopes Chaves  
Jaime Cabral  
Luana Soncini  
Maria Alice Vieira  
Rafael Vieira Valente  
Sarkis Alves  
Vanessa Xavier Nadotti

ASPECTOS  
ESTRUTURAIIS  
DO TRABALHO  
NA BAHIA

## Aspectos estruturais do trabalho na Bahia

Copyright do autor © 2021

**CADERNOS PERSEU**  
**Série História & Memória**

### Equipe

**Coordenadora da Coleção:** Elen Coutinho  
**Editoras:** Luana Soncini e Vanessa Xavier Nadotti

### Fundação Perseu Abramo

**Coordenação Editorial:** Rogério Chaves  
**Assistente Editorial:** Raquel Maria da Costa  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Caco Bisol  
**Edição e preparação de texto:** Linda Goulart e Edmilsom Moura

**Imagem da capa:** Prontuário funcional de Perseu Abramo na Universidade Federal da Bahia.

Fonte: arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA

**Imagem da contra-capa:** Anotações e preparação de aula de Perseu Abramo, cedidos gentilmente pela família Abramo.

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A161a      Abramo, Perseu.  
Aspectos estruturais do trabalho na Bahia [livro eletrônico] / Perseu  
Abramo. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021.  
11,5 Mb. ; ePUB – (Cadernos Perseu. História, memória e política ; 4)

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5626-027-3

1. Sociologia do trabalho. 2. Trabalho - Bahia. 3. Estrutura social.  
4. Mercado de trabalho. I. Título. II. Série.

CDU 331.5(813.8)

---

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

1ª edição: agosto de 2021

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo.

#### Centro Sérgio Buarque de Holanda

Rua Francisco Cruz, 234  
04117-091 - São Paulo/SP - Brasil  
Tel.: (55 11) 5571-4299  
revistaperseu@fpabramo.org.br

#### Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234  
04117-091 - São Paulo/SP - Brasil  
Tel.: (55 11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910  
editorial@fpabramo.org.br

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>PERSEU: ACIMA DE TUDO, UM MESTRE!</b> GILBERTO CARVALHO	<b>11</b>
<b>PENSANDO EM MEIO AO TORVELINHO. ACADEMIA E DESAFIOS DA REALIDADE</b> NADYA ARAUJO GUIMARÃES	<b>15</b>
<b>ASPECTOS ESTRUTURAIS DO TRABALHO NA BAHIA</b> PERSEU ABRAMO	<b>53</b>
1. UMA PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA	<b>55</b>
2. O TRABALHO E A ESTRUTURA SOCIAL	<b>95</b>
3. O MERCADO DE TRABALHO	<b>113</b>
4. REMUNERAÇÃO E RECRUTAMENTO	<b>131</b>
5. O TRABALHO MARGINAL	<b>159</b>
<b>DOCUMENTOS E DEPOIMENTOS</b> HELENA ABRAMO (ORG.)	<b>177</b>
REGISTROS DE UMA HISTÓRIA A SER CONTADA HELENA ABRAMO	<b>178</b>
PRONTUÁRIO NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFBA	<b>187</b>
CARTA AO REITOR	<b>216</b>
DISCURSO COMO PATRONO DA FORMATURA DOS ALUNOS DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA – 1966	<b>221</b>
GOLPE EM BRASÍLIA HÉLIO PONTES	<b>228</b>
O BOM COMBATE JOÃO UBALDO RIBEIRO	<b>230</b>
O PROFESSOR SOLANGE SANTANA	<b>232</b>

SOBRE A ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **233**  
JORGE HAGE

PERSEU ABRAMO: O PROFESSOR **234**  
INAIÁ DE CARVALHO

# APRESENTAÇÃO

O Centro Sérgio Buarque de Holanda tem a honra de publicar obra inédita de Perseu Abramo, *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia*, somando-se às comemorações dos 25 anos da Fundação Perseu Abramo (FPA). Escrita em 1968, a título de dissertação de mestrado, a obra aborda temática relacionada à atuação de Perseu na implementação de políticas de trabalho naquele estado, e está relacionada à sua trajetória na Universidade Federal da Bahia como professor. Compõe mais um volume da coleção *Cadernos Perseu*, dedicada à difusão de obras e documentos históricos relevantes para a história da esquerda, resgatando para os leitores parte da contribuição de Perseu Abramo à sociologia do trabalho e aos estudos sobre políticas públicas.

Militante ao longo de toda a vida, elemento central para compreender sua trajetória, Perseu atuou como jornalista desde a década de 1940, mas também como sociólogo pesquisador e professor, especialmente nos anos 1960, tendo tido, ainda, experiências na gestão pública em São Paulo e na Bahia. Esse período, que é também o da obra aqui publicada, foi atravessado pelo golpe civil-militar de 1964, ano no qual foi preso durante a invasão da Universidade de Brasília (UnB) – então recém constituída, por tropas militares. Após o ocorrido, irá se instalar com a família na Bahia, onde residiu até o final da década. Lá, aprofundou seus estudos tornando-se mestre em ciên-

cias humanas e coordenando pesquisas na área de Administração Pública na Universidade Federal da Bahia; ampliou sua experiência docente lecionando sociologia geral, aplicada e da comunicação; além de contribuir com a implantação dos serviços da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do estado da Bahia. Contrariando o discurso da neutralidade técnica, Perseu defende nesta dissertação, a um só tempo, a centralidade da política e do engajamento para a produção de conhecimento na universidade e também para o planejamento de políticas públicas no âmbito do Estado. No primeiro e no segundo capítulos discute o surgimento das ciências sociais e do marxismo, o desenvolvimento da sociologia do trabalho, os papéis e potenciais da universidade e a relação entre a divisão de classes e a produção de conhecimento. Apresenta referenciais clássicos da sociologia para esta discussão, e também contribuições então recentes – como George Friedmann e Pierre Naville em seu *Traté de Sociologie du Travail*, lançado poucos anos antes na França –, posicionando-se criticamente em relação à tendência verificada no Brasil naquele período, de negação de uma sociologia militante em favor de um processo de profissionalização e legitimação da disciplina acadêmica. Perseu, intelectual e militante, se preocupa mais em identificar a ciência como produção coletiva que deve ser reapropriada pela classe trabalhadora para, enfim, contribuir com a transformação social:

O desenvolvimento científico é o produto da história da humanidade, entendida como história das lutas, dos sofrimentos e do trabalho dos povos; no decorrer dessa história dos povos a ciência lhes foi expropriada, como lhes foram expropriados a terra, as ferramentas, a energia física e mental. Somente quando os povos se reapropriarem dos instrumentos de controle social e, com eles, da terra e do pão, também se reapropriarão da ciência e aí a ciência se tornará verdadeiramente científica e se constituirá numa ferramenta de libertação dos homens, e não da sua opressão. (página 91)

Nos capítulos três e quatro identifica a situação do mercado de trabalho no país, discutindo a crescente industrialização verificada naquele período, as variações demográficas e os projetos econômicos em curso. Ao discutir remuneração e recrutamento, resgata o debate sobre trabalho, valor, mais-valia, salário mínimo e condições de vida. Defende o desenvolvimento econômico como produto social coletivo e sugere em diversos trechos, ainda que de maneira velada dadas as circunstâncias impostas pelo regime de exceção vivido naquelas décadas, críticas à atuação das forças conservadoras e autoritárias que governavam o país então. Nesses capítulos aborda uma série de temas como o sistema educacional brasileiro, que ainda guarda parte

das características ali criticadas, bem como a organização dos trabalhadores em sindicatos controlados pelo Estado autoritário. Critica o desenvolvimento econômico desordenado e a ausência de uma política de qualificação profissional que norteara a superação do “estágio de subdesenvolvimento” em que se encontrava o país, nos termos da época. Por fim, no quinto e último capítulo, aborda tema pouco estudado no período e ainda hoje pouco aprofundado no que se refere à abordagem marxista do problema, o que então denominou “trabalho marginal” ou “formas marginais de trabalho”. O trabalho marginal seria o trabalho domiciliar e o trabalho artesanal, definidos como “marginal” por se encontrarem em alguma medida à margem da produção assalariada capitalista, seja industrial ou agrícola. Localiza a importância desses tipos de trabalho em seu período histórico presente e oferece questões fundamentais sobre a trajetória e papel destas atividades e seus trabalhadores para a emancipação da classe trabalhadora, afastando-se tanto das abordagens conservadoras quanto das etapistas, que veem nesse tipo de ocupação apenas resquícios de um passado a ser preservado intacto ou superado, ideias que ainda hoje ecoam nos estudos e políticas públicas voltados para esta temática.

A obra é documento importante para compreender a trajetória de Perseu, bem como de interesse para o estudo do desenvolvimento da sociologia do trabalho, do papel do intelectual na sociedade e da formação de gestores públicos nas áreas de trabalho, educação e cultura. Foi construída com valiosas contribuições: Luciana Mandelli, Isabel dos Anjos e Elen Coutinho viabilizaram a publicação pela FPA, cada qual atuando em favor dela no período de sua gestão na instituição. Patrícia Valim, professora da UFBA e integrante do Conselho de História do CSBH, intermediou a relação com a universidade. Felipe Fernandes e Marie Dupuit, funcionários da UFBA, possibilitaram a reprodução do prontuário de Perseu que documenta sua passagem pela instituição. Ex-alunas e companheiros de Perseu no período ofertaram homenagens e relatos: Helio Pontes, Solange Sant’ana, Inaiá de Carvalho, Jorge Hage, João Ubaldo Ribeiro e Gilberto Carvalho. Nadya Araújo Guimarães escreveu cuidadoso artigo em que resgata a trajetória profissional e acadêmica de Perseu Abramo como docente da UFBA. Por fim, a família Abramo pelo apoio, destacando a participação de Helena Abramo na composição do livro como um todo, e em especial a pesquisa de documentos para iluminar aspectos do contexto de produção desta dissertação de mestrado, que constam em seção por ela organizada.

*Centro Sérgio Buarque de Holanda  
Fundação Perseu Abramo*



# PERSEU, ACIMA DE TUDO UM MESTRE!

GILBERTO CARVALHO

Que saudades danada daqueles dias em que o Perseu nos levava para um almoço num daqueles “sujinhos” da Barão de Limeira! Ali ele era o nosso rei, descontraído, comandando o cardápio (nem sempre muito “católico” para nosso estilo mais pra caipiras do interior). Mas valia a pena vê-lo discorrer sobre os fatos antigos de sua já longa carreira, as lutas, belas histórias, e considerações sobre nosso Partido, a conjuntura política. Simplicidade dos sábios, ternura dos verdadeiros homens, bom humor de quem ria de si mesmo e das vaidades deste mundo!

A verdade é que Perseu desenvolveu uma forma de paternidade em relação a uma geração de então novos dirigentes do Partido dos Trabalhadores na década de 1980 e 1990, orientando, sugerindo e dando conselhos. Fomos nos habituando a conviver com aquele Mestre como aprendizes, sabendo que ele sempre tinha muito a nos ensinar com seu jeito informal, discreto e amigo.

A figura dele à mesa das reuniões do Diretório Nacional e dos grandes Encontros do Partido, secretariando e anotando tudo faz parte essencial de nossa memória da construção do PT. Mas fazem parte também desta bela história suas intervenções ponderadas, sem pretensão, sem preocupação de agradar ninguém, firmes e consistentes.

Nunca me esqueço de quando fui eleito Secretário Geral do Partido em 1993. Nós vivíamos um contexto interno difícil no Partido. Nossa corrente, a velha e saudosa *Articulação dos 113*<sup>1</sup> havia perdido o 5º Encontro Nacional<sup>2</sup>. Éramos minoria numa Comissão Executiva onde as relações eram muito delicadas naquela nova correlação de forças. Eu havia sido escolhido Secretário Geral numa verdadeira “fria”, sem grande experiência e projeção política e ainda pertencendo a uma minoria, frente a um conjunto de correntes tidas mais à esquerda, que naturalmente queriam mostrar serviço.

O velho Perseu imediatamente tratou de me procurar para me dar valiosas orientações táticas para a condução daquele trabalho desafiador. Fiquei muito impressionado porque sua primeira preocupação foi como eu estabeleceria minha relação com aquela nova posição de poder. Naquela época o Secretário Geral era um cargo com muito prestígio, Zé Dirceu havia acabado de terminar seu mandato nesse cargo. Com impressionante insistência, Perseu me alertava para as tentações do poder, chamando atenção para a transitoriedade das funções, alertando para os riscos da vaidade, de como ela atrapalhava o exercício coletivo. “Você vai ver como vão te tratar de outro jeito, como as pessoas vão te olhar de maneira diferente... E esse é o perigo, de você se deslumbrar e achar que isso não acaba nunca mais”. Era com palavras mais ou menos assim que ele me fazia um alerta fundamental e que me marcou para o resto da vida.

Devo muito a este velho Mestre, que era ao mesmo tempo meu braço direito e meu orientador. Ele, Rochinha<sup>3</sup> e eu formávamos um trio inseparável naquele tempo, nas salas da Conselheiro Nébias e nos botecos de Campos Elíseos.

Mas o grande foco político do Mestre Perseu naquele tempo já era a questão da fidelidade às origens de nosso Partido. Sem nenhuma ortodoxia quadrada, zelava com cuidado para que evoluíssemos sem abandonar o essencial de nossa construção, nossa perspectiva socialista, nossa independência de classe, nossa relação com as lutas sociais.

Quantas vezes flagrei seu semblante triste, preocupado em discussões em que ele parecia antever caminhos que nos afastariam de nossas fontes primárias de energia e razões de luta. Nesses momentos o Velho não tinha medo de contrariar, de incomodar, de ser minoria.

Fez falta a continuidade da palavra mansa, mas firme e resoluta do Perseu para nos ajudar a evitar escolhos que danificaram muito nosso barco em meio a tantas tempestades: a naturalização dos métodos velhos da política, o pragmatismo que foi justificando os meios em nome de um fim sempre nobre, a convivência cada vez mais amigável com inimigos de classe nunca encontraram aprovação deste Mestre.

Mas a visão de longo alcance de Perseu Abramo ficou demonstrada também em seu empenho na área de comunicação, lugar de sua atuação pro-

fissional e militância. Foi por essa preocupação que constantemente trazia à tona a necessidade de o Partido tomar iniciativas nessa área seja com seus filiados, seja com o público. A criação do *Jornal dos Trabalhadores*<sup>4</sup> foi uma de suas tentativas, que, infelizmente, não encontrou o respaldo necessário nem a compreensão de sua importância por parte de todos nós que formávamos a direção do Partido.

Se tivéssemos dado a importância devida à comunicação naquele tempo, realizando a natural evolução das iniciativas tomadas, certamente não estaríamos hoje quase que absolutamente à mercê dos meios de comunicação dominantes que fizeram, com maestria e crueldade, um diuturno processo de destruição de nossa história e de nossas referências.

A atualidade do Perseu é enorme neste momento em que buscamos reencontrar nosso espaço, nossa missão, em que a realidade nos desafia a uma imensa capacidade de nos reinventar.

É certo que nossa construção partidária e do campo democrático popular foi muito feliz e trouxe frutos para o país que nos animam muito. É fundamental neste momento não permitir que apaguem esses feitos de nossa memória e, sobretudo, da memória coletiva. Faz parte importante da estratégia da tentativa de nossa destruição esta criminoso “releitura” da realidade.

Se sofremos um golpe, certamente foi pelos acertos de nosso projeto, na medida em que ferimos interesses do projeto inimigo, do Capital. Ocorre que nossos erros facilitaram muito o trabalho dos que desejavam e desejam por fim ao nosso projeto. Permitiram, sobretudo, o trabalho psico-social desenvolvido pela imprensa e outras instituições para nos separar das grandes massas, ligação que havíamos construído com tanto trabalho e luta.

O que nossos inimigos certamente desconhecem é esta incrível e teimosa energia que pulsa nos corações e mentes de tanta gente por este Brasil afora. A mesma energia que levou Perseu à militância, a suportar toda sorte de perseguição e arbítrio, a perseverar na luta até os últimos dias de sua vida, esta energia misteriosa mobiliza milhões de brasileiros a seguir na luta. Se nos anos 1970 e 1980 foram aquelas formas de luta que se encontraram, confluíram e deram origem ao Partido dos Trabalhadores, à Central Única dos Trabalhadores (CUT), àquela miríade de movimentos sociais, agora esta energia de maneira quase imprevista, faz brotar o novo, novas ou renovadas formas de expressão, de organização em redes, que realizam uma heroica resistência ao domínio neoliberal que se expressou no golpe.

Somos privilegiados, apesar de nossos limites e erros. Porque esta energia libertária nos surpreende a cada momento, nos dá a oportunidade e nos confere o desafio de nos renovarmos, de bebermos de novas fontes e reinventarmos nossa forma de fazer política. Se nossa sabedoria lá pelos anos

1980 foi saber trabalhar aquela confluência de movimentos e forças, e criar a mais bela invenção da esquerda no Continente, agora esta sabedoria pode nos iluminar para que tenhamos a coragem de romper radicalmente com nossos erros, com nossas sombras e retomarmos a mesma generosidade, criatividade, irreverência e destemor para reconstituirmos a força política capaz de aglutinar e expressar, entre outros parceiros, a energia libertária num novo projeto para nosso Brasil.

Adoraria sentar de novo com o velho Mestre ali num “sujinho” da Barão de Limeira, em torno de um bife de fígado duvidoso e uma cachaça para apagar qualquer mal, e ouvir as considerações de entusiasmo do Perseu a respeito deste novo que sacode as ruas e praças deste País. Perseu vive e ilumina nossos corações.

## NOTAS

---

1. Tendência interna do Partido dos Trabalhadores constituída em 1983, a partir do “Manifesto dos 113”. A Articulação reuniu militantes petistas independentes oriundos de sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). [N.E.]

2. O 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987 no Senado Federal em Brasília-DF. [N.E.]

3. O autor refere-se à Francisco Rocha da Silva, o “Rochinha”. [N.E.]

4. O *Jornal dos Trabalhadores* foi um órgão oficial do Partido dos Trabalhadores e teve Perseu Abramo como editor responsável. A primeira edição foi veiculada em março de 1982 e o último número em maio de 1983. Todos os números estão disponíveis *online* para consulta no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. [N.E.]

# PENSANDO EM MEIO AO TORVELINHO. ACADEMIA E DESAFIOS DA REALIDADE<sup>1</sup>

NADYA ARAUJO GUIMARÃES<sup>2</sup>

*“Novamente, um lembrete indispensável: o compromisso ‘classista’ tem o seu limite no rigor metodológico capaz de assegurar a objetividade do conhecimento obtido, sob pena de se transformar a produção aparentemente científica em produção verdadeiramente ideológica.”*

Perseu Abramo, *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia*<sup>3</sup>

Como tratar o original de uma dissertação de Mestrado, prestes a completar cinquenta anos de finalizada? Essa era a pergunta que me perseguia desde quando aceitei o desafio de preparar esta reflexão. Respondê-la, requereu assumir um partido inicial: tinha, diante de mim, um rico documento, como pouco a pouco fui descobrindo.

Como todo documento, *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia* cristaliza um momento na trajetória daquele que o produziu; mas também expressa a tessitura sócio-institucional sob a qual foi concebido. Mas, alguns documentos são especialmente significativos nesse duplo sentido, e, assim sendo, revelam-se particularmente densos por seu valor heurístico. Penso que a dissertação que o/a leitor/a tem agora em mãos é um desses exemplos.

Perseu, em seu texto, sistematiza e externa as múltiplas angústias com que se defrontava um intelectual que, nos anos 1960, no fio da navalha de um regime autoritário, precisava dar conta de uma agenda desafiante. Pretendeu pensar a ordem e sua transformação, a educação e a formação dos jovens nas instituições públicas, o aparato do estado e a sua gestão, a dinâmica da pro-

dução de estatísticas e o desafio da comparabilidade dos fenômenos sociais; tudo isso em meio a uma realidade singular e em intensa transformação, em especial com respeito às relações de trabalho. Em suma, um poderoso elenco de temas, a esquadriñar num momento em que o tempo parecia sujeito a notável aceleração, sob um torvelinho de acontecimentos.

Logo percebi que o documento que tinha em minhas mãos descorrinava variadas pistas, capazes de nos levar a retrazar múltiplas histórias entrelaçadas. Continha, por assim dizer, várias camadas a serem identificadas e interpretadas. Na reflexão que se segue cuidarei de apenas três delas.

Na superfície, era “apenas uma dissertação de Mestrado”, um trabalho acadêmico que visava a obtenção de um grau. Entretanto, e talvez para surpresa do leitor, tratarei do seu conteúdo apenas na segunda parte deste meu texto. Isso porque, já na primeira mirada, pude entrever que o documento estava longe de poder ser reduzido ao seu valor de face. Dificilmente poderia ajustar-se ao cânone de um texto amador, da lavra de um estudante imberbe, em busca de alcançar seu primeiro grau acadêmico, como costumam ser as dissertações (e os mestrados) nos dias que correm. Ao contrário, era o produto intelectual de um professor que já acumulava um lustro de experiência na docência universitária. Mais que isso, um intelectual que estivera vivamente comprometido com o projeto de implantação da mais rica e inovadora experiência universitária em curso no Brasil dos anos sessenta – o experimento da Universidade de Brasília (UnB). Ou seja, o texto só poderia ser entendido como fruto de um percurso, consubstanciando uma experiência de vida. Desentranhar esse trajeto individual será, portanto, o meu primeiro alvo. Fazê-lo, era o modo de tomar em sério o capítulo de abertura da dissertação, um verdadeiro balizador do lugar a partir do qual Perseu teceu suas ideias.

Sim, porque a dissertação se abre (e se fecha) com uma reflexão (e propostas) a respeito da formação intelectual dos jovens universitários e sobre o lugar da Sociologia. Em especial o lugar daquela “sociologia almejada” (para usar as palavras do autor) pelos que acorriam à universidade, ciosos por entender os tempos tão difíceis em que viviam. Tempos contraditórios, marcados pelo paradoxal retrocesso autoritário no Brasil em meio à ampla e desconcertante contestação internacional que logo explodiria nos movimentos estudantis (e operários) do 1968. Pleitos movidos pelo intuito de refundar a política e os costumes, aqui e alhures. Assim, só depois de localizar a trajetória do seu autor, e restabelecer o lugar dessa sua fala, trarei à tona, na segunda parte deste texto, o fio que interliga o argumento nos cinco capítulos que formam a dissertação.

Mas, havia ainda uma última história, embutida no texto. Seguindo as pistas que restaram do processo de produção e veiculação de *Aspectos Es-*

*truturais do Trabalho na Bahia* foi possível lançar luz sobre uma outra camada da realidade, aquela que dizia da vida institucional na Universidade brasileira dos anos 1960. E, nesta, dos desafios que careciam ser vencidos pelos primeiros programas de pós-graduação no campo das Ciências Sociais, aí compreendidas as vicissitudes daqueles que se dedicavam à carreira docente. Este será o terceiro e último movimento nesta minha reflexão a partir do texto de Perseu Abramo.

## 1. “COM QUANTOS PAUS SE FAZ UMA CANOA?”: A EXPERIÊNCIA QUE DÁ SENTIDO AO TEXTO

O primeiro marco significativo na trajetória docente de Perseu Abramo nas Ciências Sociais liga-o ao experimento de criação de uma instituição que quis transformar o ensino superior no Brasil, a Universidade de Brasília (UnB). Brasília entrara cedo na vida de Perseu, antes mesmo do seu ingresso, como docente, na UnB. Durante os dez anos anteriores, entre 1952 e 1962, havia trabalhado n’*O Estado de São Paulo*. Nessa qualidade, coordenou a equipe que se encarregou da cobertura da inauguração da nova capital. Esse trabalho lhe rendeu o “Prêmio Esso de Reportagem”, em 1960.<sup>4</sup>

Seu engajamento na UnB deu-se logo nos primeiros momentos de vida da Universidade, já em abril de 1962. Perseu formou parte do grupo pioneiro. Eram “menos de 50 professores, incluídos aí os instrutores de ensino”, como rememorava Hélio Pontes (PONTES, 1996). Um grupo, diria Hélio, “onde todos se sentiam igualmente comprometidos com a sorte do grande projeto renovador da Universidade”. Perseu, como os demais, considerava a UnB “marco e símbolo da revolução brasileira no ensino superior”, e assim a tratou no discurso proferido como Patrono dos formandos da turma de Administração Pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1966. Do seu engajamento na formação do “Setor de Sociologia” do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília temos notícia por Pontes, que relata, no mesmo texto:

Tivemos o privilégio de estar presentes na inauguração da Universidade. Demos os primeiros cursos, aproveitando salas de um dos edifícios ministeriais, assistimos ao lançamento da pedra fundamental do primeiro prédio de aulas do campus, passo a passo vivemos intensamente cada momento daquela trajetória empolgante.

Perseu entregou-se com entusiasmo à tarefa comum de construção da Universidade. **Seus colegas da área de sociologia eram unânimes em exaltar-lhe**

**a inteligência, a dedicação, a seriedade.** Seus alunos o apreciavam muito, alguns consideravam-no um professor fascinante. (Pontes, 1996. Grifos meus)

No encarte 1 (p.19), reproduzo a página 3 do *curriculum vitae* de Perseu, transcrito no seu prontuário funcional na UFBA.<sup>5</sup> Através dele podemos saber um pouco sobre a natureza das suas atividades de ensino na UnB. Vemos, por exemplo, no item 8.3, a referência a “Exposições sobre Métodos de Pesquisa feitas para os cursos de Política e de Administração Pública do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, em junho de 1963”; bem assim, no item 8.4, Perseu registra a sua atuação junto ao Curso de Arquitetura, proferindo exposição sobre “Industrialização e Urbanização”. Mais interessante ainda é o item 8.5 (do mesmo encarte 1); ele nos informa que, durante os anos de 1963 e 1964, Perseu Abramo atuara como “Representante do Setor de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, na Comissão de Pós-Graduação dessa Universidade”. Todas essas atividades dizem do papel que desempenhou como docente nos primórdios da UnB, aí compreendidas responsabilidades na definição de diretrizes para a pós-graduação.

Entretanto, logo nos primeiros dias que se seguem ao Golpe de 1964, em 9 de abril, a UnB foi invadida por um contingente militar. Perseu estava entre os professores aprisionados, alguns deles retirados à força das salas de aula.<sup>6</sup> Durante quinze dias ficou detido. Libertado, passa, como todos os demais detidos, a responder a inquéritos policiais-militares (os malfadados IPM's de que tanto se falava no Brasil de então). No dia 9 de maio, Zeferino Vaz, Reitor que assumira a UnB como interventor em abril de 1964, toma a dianteira do processo repressivo interno e promove a demissão de nove docentes, sete dos quais haviam estado presos anteriormente, Perseu entre eles.<sup>7</sup>

## ENCARTE 1

# AS MÚLTIPLAS ATIVIDADES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- 3
- do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, fevereiro de 1961.
- 8.2. Participante, com apresentação de Comunicação, do II Congresso Brasileiro de Sociologia, Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Belo Horizonte, de 12 a 17 de março de 1962.
  - 8.3. Exposições sobre Métodos de Pesquisa, feitas para os Cursos de Política e de Administração Pública, do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, junho de 1963.
  - 8.4. Exposição sobre Urbanização e Industrialização, feita para o curso de Arquitetura da Universidade de Brasília, em junho de 1963.
  - 8.5. Representante do Setor de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília na Comissão de Pós-Graduação dessa Universidade. 1963/1964.
  - 8.6. Participante, com apresentação de propostas, dos Simposios sobre Programação para o Desenvolvimento Econômico e Social e sobre Administração Pública no quadro do Plano Geral da Reforma Administrativa do Estado da Bahia, realizados em Salvador, respectivamente, de 9 a 13 e de 16 a 27 de agosto de 1965.
  - 8.7. Exposição sobre Brasília, feita a convite da Cadeira de Geografia da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia, junho de 1965.
  - 8.8. Exposição sobre Mão de Obra, feita a convite da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em setembro de 1966.
  - 8.9. Exposição sobre Brasília, feita a convite da Cadeira de Organização Social da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, maio de 1966.
  - 8.10. Exposição sobre Métodos de Pesquisa, feita a convite da Cadeira de Organização Social da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, maio de 1966.
  - 8.11. Conferencista, sobre o tema "O Papel Social do Administrador", da II Semana do Administrador, realizada 20 a 25 de novembro de 1967, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico da Escola de Administração da UFBA.
  - 8.12. Conferencista, sobre o tema "A Universidade e a Sociedade", da II Semana do Estudante de Medicina do Nordeste, realizada entre 10 e 13 de maio de 1967, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e da Secretaria Regional do Nordeste da União Nacional dos Estudantes de Medicina.
  - 8.13. Exposições sobre Desenvolvimento (duas) feitas a convite da Cadeira de Sociologia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, em setembro de 1967.

Fonte: Perseu Abramo. Curriculum Vitae. In: prontuário do Professor Perseu Abramo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Vide cópia do prontuário na seção Documentos desta publicação.

Abortada a experiência docente na UnB, os Abramo deslocam-se para a Bahia, depois de seis meses tentando reinserir-se em São Paulo. Ali, as portas do jornalismo lhe haviam sido fechadas. Os proprietários *d'O Estado de São Paulo*, veículo em que trabalhara por uma década, haviam se engajado de modo entusiástico no suporte ao novo regime, evidenciando a forte aliança civil-militar que viabilizara o Golpe de Abril.

Chegam à Bahia a convite de Jorge Hage Sobrinho, Professor da Escola de Administração da Universidade Federal (UFBA) e Diretor, à época, da Divisão de Assistência Técnica do Instituto de Serviço Público (ISP), órgão da mesma Universidade. Conforme relatou em um recente texto-depoimento,<sup>8</sup> Hage os levou para Salvador

naquele período mais difícil dos anos 60, para integrar a nossa equipe, na Universidade Federal da Bahia. Zilah, como a especialista em Administração Pública que eu buscava recrutar. E Perseu, **que tive a sorte de trazer junto**, e em quem acabei por encontrar um especialíssimo amigo e conselheiro, **além do extraordinário professor que era, na área da Sociologia e demais Ciências Sociais.**<sup>9</sup> (Grifos meus)

Interessante sublinhar que era Zilah Abramo a profissional pretendida, a especialista em Administração Pública que Hage buscava. Perseu, como relata, ele teve “a sorte de trazer junto”. Ainda nas palavras de Hage:

Foi o Prof. José Rodrigues de Sena, então Diretor do ISP mas proveniente da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, Rio (FGV-Rio), que fez uma lista de nomes sobre os quais tinha notícia, atuantes no eixo Rio-SP-Brasília, e me mandou, em viagem, procurar recrutar aquelas pessoas ou algumas delas. Lembro que estive em São Paulo e entrevistei vários, na Faculdade de Economia e Administração, e seu anexo Instituto de Administração; um deles foi o Delfim Neto e outro foi o Prof. Mário Wagner Vieira da Cunha. Não tenho certeza se o nome da Zilah já me havia sido dado pelo Sena, na lista, ou se foi o Mário Wagner que indicou. O que sei é que encontrei Zilah, não lembro se em São Paulo ou ainda em Brasília (havia acabado de ser demitidos da UnB) e fiz a proposta de leva-los para a Bahia. No caso dela, o perfil se ajustava plenamente ao que o Sena queria – ela era de Administração, e atuava especificamente em Administração de Pessoal (RH). Já Perseu não se enquadrava em nenhum dos perfis pretendidos pelo Sena. Mas eu achei que daríamos um jeito de encaixá-lo na Escola de Administração ou em

outro canto da UFBA. E foi o que fizemos. Mais adiante, pude colocar Perseu como uma espécie de meu assessor. Ao mesmo tempo, ele, com seu enorme valor acadêmico, abriu outros caminhos e espaços em outras unidades da UFBA, onde acabou dando aulas.”<sup>10</sup>

A chegada a Salvador constitui, assim, um novo momento na carreira docente de Perseu Abramo. Entre 1965 e 1969, consolida seu lugar como intelectual respeitado na UFBA, mesmo se na condição de professor horista, remunerado por disciplinas; um “professor por aulas dadas”, como aparece categorizado na capa do seu prontuário funcional, um estatuto estranho à Carreira do Magistério Superior então vigente.<sup>11</sup> E foram muitas as disciplinas ministradas. Tanto para alunos de Ciências Sociais, como para alunos de Administração Pública.

No prontuário funcional que encontramos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas conseguimos localizar uma listagem das disciplinas lecionadas por Perseu entre 1965 e 1969, com as remunerações a elas associadas (Encarte 2, p. 22). A pluriatividade parece ter perpassado toda a sua estadia na Bahia, sendo por ele ressaltada já desde os primeiros meses, em algumas das muitas cartas que troca com os seus familiares. Com a mãe Atea, em 18 de outubro de 1966, comenta:

Estou trabalhando muito. Como já disse, dou aulas de Sociologia e Métodos de Pesquisa na Escola de Administração e de Sociologia do Trabalho na Faculdade de Filosofia; estou fazendo uma pesquisa para a Escola de Administração e, na parte da tarde, trabalho como assessor da Reforma Administrativa: agora estamos implantando a Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social daqui. [...] temos um trabalho imenso para programar as pesquisas e as atividades dessa Secretaria nova (nascida de propostas minha e do Tristão na época dos Simpósios, em julho do ano passado). Mas o trabalho está dando muita experiência (como sempre!). Minhas finanças acabaram mais ou menos se regularizando. Não sei por quanto tempo, porque em janeiro temos de pensar tudo de novo.<sup>12</sup>

O intenso volume de trabalho segue sendo objeto de comentário por Perseu, em nova carta, em 20 de abril de 1967, onde registra “Eu e Zilah estamos trabalhando muito. Eu estou dando dois cursos na Escola de Administração e trabalhando no Instituto de Serviço Público. A Zilah está trabalhando no Departamento de Administração Geral do Estado. E acho que até dezembro vai ser assim.” Vaticínio que é confirmado por Zilah em 16 de outubro do mesmo ano: “Perseu está sobrecarregadíssimo. Vejam bem: 2 cursos na Escola de Administração e um na Faculdade de Filosofia e, à tarde, a Secretária do Trabalho”.



que se inscreveu no ano de 1969 (vide Encarte 3). Aos nossos olhos, acostumados ao formato institucional das carreiras docentes atuais, soa estranho que alguém que ocupasse um posto de professor assistente em tempo parcial, com contrato CLT, pudesse ser também (e na mesma Universidade e Faculdade) um professor sem remuneração. A chave para esse mistério talvez esteja na remissão de cada estatuto a uma “cadeira” na qual atuava: em uma, Perseu era “contratado” (para lecionar “Técnicas de Pesquisa em Sociologia”), em outra, era um docente “sem remuneração” (para lecionar “Sociologia”). Tal estranha realidade resulta do momento de transição nos modos de alocação e gestão do trabalho docente, que passava da cátedra ao departamento; um processo também em curso na UFBA, em decorrência da Reforma Universitária, em implantação.

### ENCARTE 3

#### UM PROFESSOR, MÚLTIPLOS ESTATUTOS

Declaro, para os devidos fins, que ocupo o (s) seguinte(s) cargo(s) — função:

1. Professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, sem remuneração
2. Professor de Sociologia e Técnicas de Pesquisa, da UFBA, contrato de assistente, CLT, tempo parcial.
3. Professor do Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas (Mestrado), sem contrato

as) Perseu Abramo, em 23/4/69

**PERSEU ABRAMO**

(Nome a máquina)

Fonte: Prontuário do Professor Perseu Abramo. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Vide cópia do prontuário na seção Documentos desta publicação.

Mas, o clima de insegurança se agudizara no Brasil após o Ato Institucional N. 5, de 12 de dezembro de 1968. Em Salvador, em especial, os anos de 1967

e 1968 haviam sido marcados por uma particular ebulição política, protagonizada pelos movimentos estudantis de secundaristas e universitários (BRITO, 2003 e 2008; DIAS, 2003 e 2014; SILVA, 2003).<sup>13</sup> Professores e profissionais vinham recorrentemente a público manifestar-se. Perseu e Zilah Abramo aparecem como subscritores de documentos veiculados nos jornais locais já desde 1966.<sup>14</sup>

Mas a política e a repressão eram também vividas pelos Abramo enquanto uma experiência de país, que se viam frente ao engajamento dos filhos. Isto aparece deliciosamente relatado em carta bem humorada de Perseu à sua mãe, datada de 30 de agosto de 1967. O movimento estudantil, então em seu auge, ali aparece retratado pela ótica do sociólogo, do professor, mas também do pai de dois estudantes, militantes secundaristas. (Vide Encarte 4).

## ENCARTE 4

### PERSEU E A MILITÂNCIA SECUNDARISTA (DOS SEUS)

[...] Quanto aos acontecimentos aqui em Salvador, imagino mesmo que vocês tenham ficado preocupados, mas não houve nada de mais grave. Nós também ficamos, porque a Laís e o Mário estavam – como todos os estudantes secundários da Bahia – metidos no movimento, e nós (eu e a Zilah) não poderíamos dizer a eles que não tivessem opinião e não tomassem posição. Ao mesmo tempo, ficávamos terrivelmente preocupados com a possibilidade de reação policial e tumultos na rua – que realmente houve – mas felizmente as nossas crianças, e a grande maioria das crianças baianas, se saíram maravilhosamente bem. O que aconteceu, em resumo, foi o seguinte – o atual Secretário da Educação do Estado da Bahia (que foi um dos assessores jurídicos mais importantes do Castelo Branco, pois foi ele que preparava os atos institucionais e complementares e demais leis duras do Governo passado) enviou para a Assembleia a nova lei de Educação que abria a possibilidade de transformar as escolas secundárias oficiais em fundações particulares, evidentemente com a cobrança de taxas e mensalidades; ora, a grande parte da população escolar secundária da Bahia que estuda em colégios oficiais é constituída de gente pobre (classe média e classe baixa). Os estudantes secundários começaram, então, a fazer assembleias nas suas escolas e a realizar passeatas no centro da cidade, contra o pagamento do ensino. As primeiras passeatas foram bem pacíficas e em ordem e não houve intervenção da polícia. Mas, apesar da reação dos estudantes – já a essa altura apoiados por estudantes universitários e pela simpatia da população – a Assembleia Legislativa aprovou a lei e o Governador sancionou-a. Então os estudantes secundários voltaram a fazer passeatas; essas passeatas se faziam de manhã, de tarde e à noite (correspondendo aos três turnos de período escolar, pois todos os estudantes queriam ir para a rua protestar): a essa altura, não só os estudantes de escolas

oficiais protestavam, mas também os alunos das escolas particulares; e o povo (que, no fundo, é constituído dos pais dessas crianças) aplaudia, jogava papel picado, apoiava e contribuía com dinheiro para o movimento.

Nas escolas os diretores e professores (não todos) procuravam impedir as assembleias, mas os estudantes realizavam suas reuniões nas ruas, na calçada, nas praças e nos campos de futebol. Os universitários entraram em greve, sem contudo, aderir às passeatas para não dar pretexto a maior reação policial. Todavia, desde o momento em que a Assembleia tinha aprovado a lei e o Governador tinha sancionado e promulgado, a polícia começou a dispersar as passeatas e os comícios, primeiro com correrias provocadas por jatos de água. Finalmente, no último dia do movimento, os estudantes estavam concentrados nas imediações do vale do Canela, perto da Reitoria, e a polícia militar (equivalente à Força Pública) investiu contra os estudantes secundários com jatos de água, cargas de baioneta calada e bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes, então, invadiram a Reitoria, entrando pela porta e pulando as janelas e, de lá de dentro, armaram-se com pedras e pedaços de pau para revidar os ataques da Polícia. Felizmente o Reitor e os professores universitários que estavam lá no momento impediram que a polícia entrasse no prédio da Reitoria, e a situação durou horas (toda a manhã de quinta-feira). A Laís e o Mário, como os demais meninos de 10 a 16 anos, estavam lá e se portaram magnificamente. O Mário teve oportunidade de correr, pular muros, pular janelas e se abrigar. A Laís também, como ela é mais adulta, ajudou colegas a tomar providências de organização, telefonando às mães dos rapazes mais envolvidos para tranquilizá-las. Eu, evidentemente, estava por perto do local dos acontecimentos, sem, contudo, poder saber onde estavam os dois. Só no fim do movimento, mais ou menos ao meio-dia, é que encontrei os dois no Colégio de Aplicação, um pouco assustados mas exultantes (durante três dias eles não falaram de outra coisa). Tanto a Laís quanto o Mário aspiraram um pouco de gás lacrimogêneo, e ficaram com os olhos vermelhos e a garganta irritada, e além disso tiveram de dar boas corridas e bons pulos, mas não sofreram mais nada. O Mário foi visto (um amigo me contou) à frente de um grupo de meninos de 10 e 11 anos, incitando os universitários da Geologia a aderir à passeata. Correu a notícia, aqui e em outras cidades, que uma moça teria sido morta, mas não é verdade. Houve vários feridos, alguns com baioneta, outros com cacetadas (o que eles aqui chamam de “Fanta”) outros no atropelo. Houve cerca de quinhentas detenções de estudantes secundários durante toda a semana do movimento, e alguns ficaram presos vários dias. Foi a primeira vez que se empregaram bombas de gás lacrimogêneo na Bahia (oferta dos norte-americanos, através da “Aliança para o Progresso”, conforme os estudantes provaram ao ficar com um cartucho estourado de uma bomba; as “Fantas”, *casse-têtes* de um metro de comprimento, são chamadas assim pela mesma razão: de origem americana e tamanho-família). Mas os estudantes conseguiram uma grande vitória, porque, diante de tudo isso, o Governador foi obrigado a baixar um decreto, no dia se-

guinte, prometendo não cobrar matrículas e mensalidades nas escolas oficiais. É claro que o próprio governador poderá quebrar essa promessa, mas foi, psicologicamente e moralmente, uma vitória muito grande, que, no fundo, desmoralizou o Secretário de Educação e as ideias que ele representa.

Com tudo isso, vocês podem imaginar que passamos uns tempos bem aflitos, porque não poderíamos induzir nossas crianças a desistir do movimento e, ao mesmo tempo, tínhamos que lhes dar conselhos para proteção e segurança (usar lenço molhado no nariz contra o gás, abrigar-se em portas e residências, não provocar inutilmente a polícia, etc.), e ficar torcendo para que nada de grave acontecesse. As outras crianças também participaram, em casa, do movimento, através de discussões e xingamentos; a Heleninha ficou, acho, um pouco frustrada por que não estava no meio, e a Beatriz, na escolinha dela de imaginação, também “fez a sua passeata”, com Paul, Ringo, Jack? e John (os Beatles).

Mas a insegurança não era apenas política. O seu precário engajamento enquanto Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas era, para ele, uma fonte de preocupação. Tal estatuto transparece na certidão n. 1226/69, datada de março de 1969, por ele requerida. Dizia-se ali: “dos arquivos desta Faculdade consta ter sido indicado pelo Departamento de Ciências Sociais e aprovado pelo Conselho Departamental a título precário, para função docente” (cf. prontuário funcional de Perseu Abramo na FFCH/UFBA). A certidão, tanto quanto outros documentos que encontramos no seu prontuário funcional, mostram que Perseu se movimentava para participar do Concurso de Títulos para Professor do Magistério Superior, então aberto, e que o faria passar à condição protegida e melhor remunerada do regime CLT.

Mas as suas chances lhe pareciam duvidosas. Àquela altura ele ainda aguardava os pareceres relativos à sua dissertação de Mestrado; sem eles, a avaliação na prova de títulos poderia lhe ser desfavorável. Isso porque, e à diferença dos dias atuais, à época, inexistiam, no Mestrado em Ciências Humanas, as sessões públicas para defesa das dissertações e teses. Uma vez depositados os trabalhos, solicitavam-se pareceres aos membros designados para a banca examinadora. Estes eram senhores do tempo para emití-los. Ao aluno, candidato ao título, não cabia mais que aguardar. Tal era o caso de Perseu, como documenta o of. 59/69, de 29.07.69, pelo qual o Coordenador do Programa de Mestrado em Ciências Humanas, Antonio Luís Machado Neto, dirige-se ao Diretor da Faculdade para

tendo em vista evitar possíveis equívocos em relação a atestados e certidões dessa coordenação relativos a atividades de pós-graduação de candidatos ao concurso de títulos ora em curso nessa Faculdade, tomo a deliberação de comunicar a V. Exa. os seguintes fatos que me parecem esclarecedores das situ-

ações em que se encontram as diversas pessoas:

I – Somente duas pessoas concluíram até a presente data o Mestrado em Ciências Humanas. São elas, e na ordem cronológica em que obtiveram esse título acadêmico, Klaas Axel Anton Wessel Woortman e Zahidée Maria Torres Machado Neto, ambos, aliás, com distinção conferida pela unanimidade dos examinadores [...].<sup>15</sup>

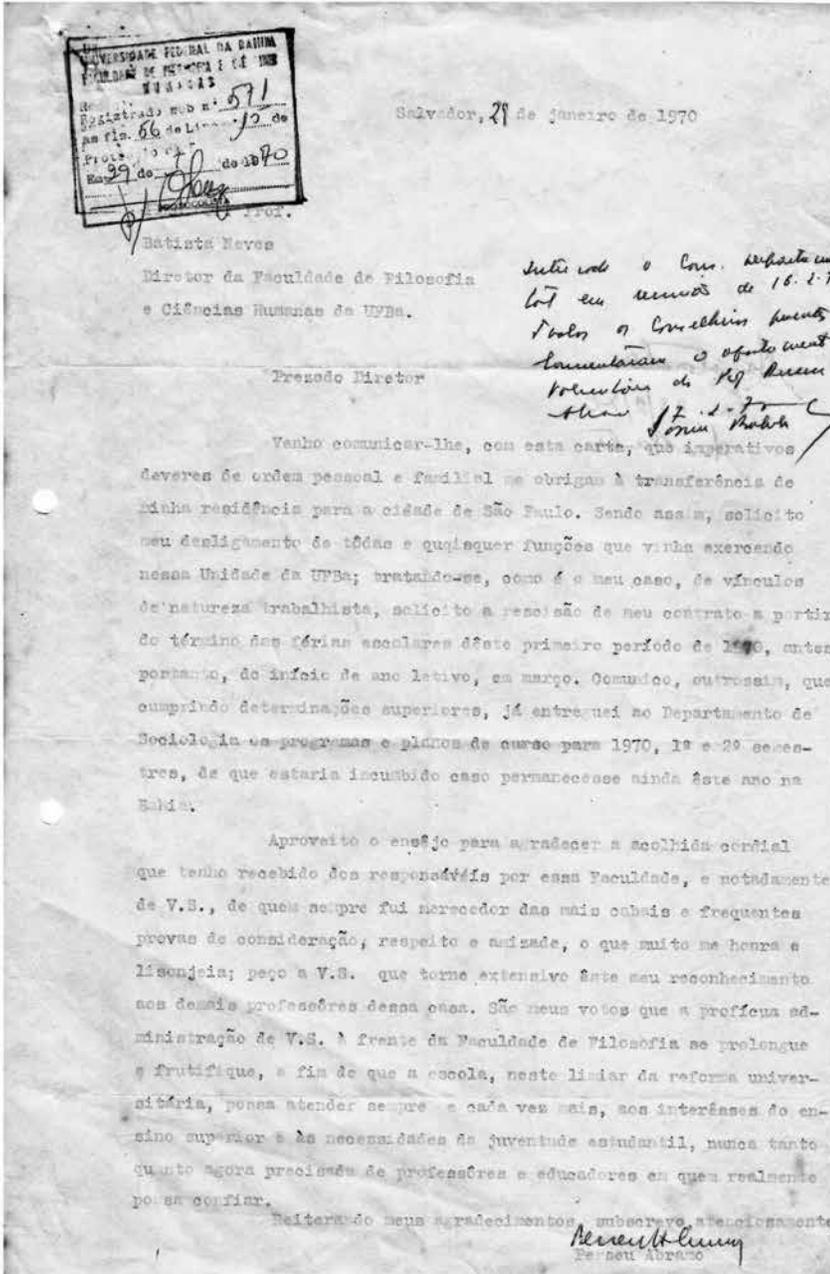
A precariedade do estatuto formal como Professor ampliava-se com a incerteza que atingia o Instituto de Serviço Público. O risco de descontinuidade dos contratos de pesquisa e consultoria afetava os encargos que ali mantinha e/ou os contratos que a partir dali lograva estabelecer em outros órgãos. Veja-se o relato de Perseu, em carta de 30 de agosto de 1967:

Aqui na Bahia houve uma ligeira complicação em relação ao Instituto de Serviço Público, onde eu trabalho, nos últimos meses (julho e agosto), mas agora parece que vai melhorar. Como o Instituto vive apenas com verbas de convênio, que dependem da SUDENE, e a política de investimentos da SUDENE agora está mais voltada para áreas de tecnologia industrial e estratégica, por uns momentos parecia que não iria mais haver possibilidade de continuar a existência do Instituto. Chegamos mesmo a considerar o Instituto como fechado, durante algumas semanas, com a possibilidade de todo mundo ficar desempregado e sem receber os últimos pagamentos. Mas, nos últimos dias, parece que foi conseguido um empréstimo, que dá para o Instituto aguentar, pelo menos, mais alguns meses, e talvez, depois, continuar ou não; com isso andamos meio mal de finanças aqui também, nos últimos tempos, e só agora é que a situação está se normalizando. (A Zilah também está com ordenados atrasados, embora já tenha recebido uma parte).

A conjunção dessas diversas fontes de insegurança leva à decisão de voltar para São Paulo. Perseu pede demissão da UFBA em 29 de janeiro de 1970, antes de que chegasse ao desfecho o concurso que prestara, e antes, também, de receber os pareceres sobre a sua dissertação, ou seja, sem que lhe houvesse sido outorgado o grau de Mestre. Logo após sair de férias, envia a correspondência reproduzida no Encarte 5, notificando o Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas sobre a sua decisão de se desligar da UFBA.

## ENCARTE 5

### A CARTA DE DEMISSÃO



Fonte: Prontuário do Professor Perseu Abramo. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Vide cópia do prontuário na seção Documentos desta publicação.

A possibilidade de deixar a Bahia, ao que parece, já estava no horizonte desde fins do ano anterior. Perseu aventara o assunto com familiares em São Paulo por ocasião das férias de 1968. E a isso se refere na carta de 13 de dezembro de 1969, onde lhes adianta sobre a decisão do retorno a São Paulo, e elenca as razões para tal:

Finalmente, depois de pensarmos e deliberarmos muito, decidimos ir de vez para São Paulo. Não ocorreu nenhum fato que nos decidisse a isso [...] Em resumo, é mais ou menos a mesma posição em que estávamos há um ano atrás, quando fomos de férias aí, com a diferença de que, **naquela época, eu estava à espera de fatos que parecia que iam acontecer breve e que iriam resolver por nós**, mas se passou um ano e não aconteceu nenhum dos fatos esperados – nem os bons nem os ruins. Nenhuma relação até agora e não creio que saia, dado o novo estilo, pelo menos por enquanto; **também ainda não saíram resultados do concurso nem do título (a Dissertação eu entreguei, mas até agora não sei nem quando e nem se vou ser aprovado; o concurso que fiz não teve ainda os resultados publicados e agora a Reitoria exige um novo concurso**, com pesquisa e defesa de tese, para ser feito em dois meses, e que, evidentemente, só pode ser enfrentado por quem já estava na Universidade em condições de estar realizando pesquisas próprias há pelo menos dois anos, e **não é o meu caso, que tenho quase todo o tempo ocupado em aulas e orientação de pesquisas de estudantes**. Enfim, nossa resolução não se prende propriamente a nenhum fato que tenha acontecido, mas a uma certa ausência de acontecimentos e a **uma necessidade de fazer uma opção mais ou menos definitiva: Bahia ou São Paulo**.<sup>16</sup> (Grifos meus)

Chama a atenção, na carta, a pouca clareza com que enuncia o primeiro dos motivos para retornar, algo que está longe de caracterizar o seu estilo de texto. Lendo-a novamente, parecem intrigantes os termos que emprega Perseu: “se passou um ano e não aconteceu nenhum dos fatos esperados – nem os bons nem os ruins. **Nenhuma relação até agora e não creio que saia, dado o novo estilo, pelo menos por enquanto**”. Que “relação” seria essa? Estaria ele sobressaltado com a possibilidade de voltar a ser incluído numa nova “relação de demitidos”, a exemplo do que acontecera na UnB? Causa também espécie a razão (igualmente elíptica no seu enunciado): para ele, o fato de não ter saído “a relação”, “pelo menos por enquanto”, era de certo modo esperado **dado “o novo estilo**”. Estilo de que? De quem? Suspeito que a apreensão com a crescente incerteza e aprofundamento da repressão, que naquele momento já alcançava estudantes e profissionais que lhe eram próximos, em Salvador, pudesse ser o elo perdido nesse trecho.<sup>17</sup>

Olhando em retrospecto, vemos que, durante os cinco anos em que esteve engajado na UFBA, muitas foram as responsabilidades assumidas por Perseu na hierarquia administrativa da Universidade. Atuou como Chefe do Departamento de Sociologia; assumiu, enquanto Vice-Coordenador, a direção do Mestrado em Ciências Humanas (no segundo semestre de 1969, quando o Coordenador Machado Neto se ausentou em longa viagem à Argentina); tornou-se membro da Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ao mesmo tempo, manteve intensa atividade docente, ministrando disciplinas e titulando duas orientandas que viriam a estar entre as mais proeminentes sociólogas baianas, Zahidé Machado Neto e Inaiá Maria Moreira de Carvalho<sup>18</sup>. Afora isso, supervisionou inúmeros tirocínios docentes, realizados por mestrandos em formação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Paralelamente, engajou-se como “professor eventual” na Escola de Administração, ao tempo em que seguia cultivando os seus elos com o grupo sediado no Instituto de Serviço Público, o ISP, onde era tido por todos como o especialista em métodos de pesquisa.<sup>19</sup>

Como se tudo isso fosse pouco, participou ativamente da concepção da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, a SETRABES, e de suas primeiras pesquisas, na sequência do seu trabalho com a equipe que empreendeu a Reforma Administrativa do Estado da Bahia, no ISP. Na SETRABES Perseu dirigiu os primeiros grandes estudos empíricos de fôlego conduzidos na Bahia sobre a sua mão-de-obra industrial e o seu artesanato.

Uma profusão de atividades, em não mais que cinco anos de estadia em terras baianas, em meio às quais brotou o material que viria a se constituir na dissertação. Deslindar esse emaranhado de responsabilidades – políticas, profissionais, estudantis – em meio ao qual Perseu realizou o seu trabalho como aluno de Mestrado, nos permite entender melhor a notável transformação porque passavam as universidades brasileiras, que culminou na Reforma de 1968, mas que, já desde 1965, dera lugar ao primeiro intento de regulação do estatuto da Pós-Graduação no Brasil.<sup>20</sup> Esse é o contexto que informa a produção da dissertação. Na seção seguinte, explorarei mais detidamente o seu conteúdo, já dispondo dos elementos situacionais até aqui apresentados, que localizam o texto num tempo biográfico, mas também num tempo social.

## 2. APENAS UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO? TECENDO FIOS.

Em 1968, muito provavelmente quando corria o segundo semestre, Perseu Abramo deposita a sua dissertação *Aspectos Estruturais do Trabalho na*

*Bahia* e se torna candidato ao grau de Mestre pelo Programa em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, à espera dos pareceres da sua banca examinadora.

Entrega a sua dissertação na condição de aluno da primeira geração do Mestrado, em que ingressou após aprovação em processo seletivo, ocorrido em inícios de abril de 1968, depois de aberto por Edital do Reitor Roberto Figueira Santos, datado de 29 de março do mesmo ano. O Mestrado em Ciências Humanas foi um dos seis cursos que inauguraram a pós-graduação na UFBA, conforme regulamentação estabelecida em novembro de 1967; o único fora do campo das chamadas “ciências duras” (ROSA, VERHINE, OLIVEIRA, 2018).<sup>21</sup>

A dissertação preparada por Perseu organiza-se em cinco capítulos. O primeiro e mais longo intitula-se “Uma problemática sociológica”. Nele, o mestrando introduz o leitor ao modo como o “estudo sistemático da sociedade” (pg. 55) se constitui enquanto um campo científico, perpassado por um dilema político básico – conhecer para conservar vs. conhecer para transformar a ordem social.<sup>22</sup> O alvo da sua escrita, logo nomeado, são os “estudantes de uma região subdesenvolvida de um país subdesenvolvido” (pg. 57). O seu intuito é fazer face à “resistência dos estudantes aos cursos, aos programas, aos professores, às aulas e aos manuais e compêndios de ciências sociais” (pg. 59). Um contexto “de ‘meias-ciências’ e contrafação ideológica” (pg. 60), que faz com que a “sociologia disponível” diste muito do que denomina a “sociologia almejada”, premida, à época, a exercitar-se enquanto uma “sociologia clandestina”<sup>23</sup>.

Isso o leva a refletir sobre a trajetória, a função<sup>24</sup> e o lugar social do ensino superior na formação histórica do Brasil.<sup>25</sup> Interessa-lhe inquirir, também, sobre os destinos que antevê para os egressos no mercado de trabalho, com especial (e sugestiva) remissão a dois grupos de graduados, o dos especialistas em ciências sociais e o dos administradores, justamente as duas comunidades estudantis às quais viera se dedicando na UFBA.

Entretanto, o relevo que confere à análise da transformação histórica como condição para uma boa explicação sociológica, leva-o a encarar outro dilema: afinal, como o objeto da sociologia diferencia-se do da história, se esta lhe é de tão grande valia?<sup>26</sup> E, mais ainda, se a abordagem macrosociológica dos grandes processos de mudança deve constituir a agenda primeira do cientista social, que dizer da sociologia que lhe era contemporânea, tal como feita na Europa e, muito especialmente, nos Estados Unidos? Perseu é cáustico em sua resposta. A institucionalização da sociologia, evidente na proliferação de obras, escolas, cátedras, jargões, coleções bibliográficas e empregos (públicos e privados) teria, a seu ver, importado num duplo recuo. Um recuo teórico, expresso no modo “cada vez mais abstrato, ininteligível, etéreo, misticador” (pg. 90),

assentado em “Expressões tais como ‘consciência coletiva’, ‘instinto de sociabilidade’, ‘sentido da ação social’ [...] e muitas outras que povoam os livros e os artigos dos sociólogos, atemorizando os estudantes incautos e confundindo os professores ingênuos” (Ibidem).

A esse recuo teórico se aliaría um recuo metodológico: o crescente arsenal de técnicas e bases empíricas parecia tomar o lugar do “método científico de interpretação” (pg. 90). Como resultado, “o sociólogo acadêmico moderno representa o papel de uma figura lamentável que dispõe de milhares de dados – e não sabe o que fazer com eles” (Ibidem). Isso o conduz a finalizar esse primeiro capítulo refletindo sobre a formação curricular adequada aos especialistas em ciência social e em ciência da administração, tendo em vista o alvo analítico que lhe parece imperioso, qual seja, o da “descoberta científica de leis gerais que regem a transformação histórica das sociedades capitalistas subdesenvolvidas” (pg. 93).

É no segundo capítulo – “O trabalho e a estrutura social”, bem mais enxuto, que chega ao objeto da dissertação. O leitor é transportado do argumento sobre a razão prática que dava sentido à disciplina (e que fora objeto do capítulo 1), para a defesa do valor teórico da sociologia para o entendimento das relações em sociedade e da estrutura social, notadamente na forma de uma sociologia do trabalho. Deixamos para trás a pergunta desconcertante sobre o sentido da sociologia acadêmica para jovens universitários premidos pela urgência de entender o nosso paradoxal retrocesso político e conturbação social, em meio a um contexto internacional de intensa renovação dos costumes e do modo de vida.

Perseu guina, então, para a história das ideias, de modo a argumentar em favor da centralidade (histórica e analítica) do trabalho. Como pedra de toque está a crítica ao modo como a teoria sociológica clássica concebeu as “divisões internas” (para usar suas palavras) da sociologia. A seu ver, Comte, Durkheim e mesmo Florestan Fernandes deixaram-se aprisionar pela falsa disjuntiva entre “movimento” e “não-movimento”. Por isso mesmo, conceberam tais divisões em termos de uma estática e de uma dinâmica, mimetizando as ciências da natureza. Ora, essa era uma concepção avessa ao entendimento da sociedade como todo histórico em constante movimento. E sua afiliação marxista resistia a ceder nesse ponto. Não sem razão, afirma: “se o trabalho é, em essência, movimento e produto em movimento, e se, nos seus desenvolvimentos e conexões, determina uma estrutura da qual é o elemento essencial, ele transmite a essa estrutura o seu movimento. Assim, o mecanismo transformador das sociedades é, em última análise, o mecanismo do trabalho; e o dispositivo capaz de acionar esse mecanismo e dirigi-lo nesta ou naquela

direção está nas mãos dos homens e do conhecimento que eles possam ter de suas potencialidades concretas e materiais” (pg. 110).

Curioso que, mesmo propugnando pela centralidade do trabalho e da sua sociologia, recusou-se a assumir que “a análise científica das sociedades passaria a ser uma sociologia do trabalho, e a sociologia do trabalho passaria a ser toda a sociologia” (pg. 96). Afinal, para ele “as relações de trabalho não esgotam as relações sociais, embora as produzam e determinem” (pg. 96). Longe disso, e Pierre Naville lhe servirá de inspiração, o trabalho carece ser visto “como um elemento de uma estrutura, interconectado com os demais elementos dessa estrutura” (pg. 98). Mais ainda, diz Perseu, “as estruturas em que se insere o trabalho são também totalidades em movimento, ou como diz Naville, experimentos humanos constantes” (Ibidem). Georges Friedmann, Pierre Naville (1961) e o seu *Traité de Sociologie du Travail*, lançado na França poucos anos antes, são, nesse capítulo, fontes de inspiração decisivas. Inspiração que Perseu mobilizará para fertilizar, atualizando, a influencia do pensamento de Marx, que transparece de modo recorrente em seu texto.

Nesse sentido, o autor está aberto a valorizar o que cunha como sendo “as diversas e inter-relacionadas maneiras de conhecer o trabalho” (pg. 110), que compreenderiam desde abordagens mecânicas, técnicas, fisiológicas e cibernéticas, até aquelas outras, de natureza psicológica, etnológica, histórica, geográfica, demográfica, administrativa, política, econômica e sociológica. A sua sociologia não se crê detentora do monopólio da explicação sobre o trabalho. Ao contrário, propugna pela conjunção e síntese desses conhecimentos (pg. 110), a mostrar que um marxista convicto do valor interpretativo da sua linhagem não pode se eximir de pensar como sociólogo e nem de dialogar com a academia, seja no que escreve, seja no que ensina.

Com efeito, as suas aulas de sociologia na Universidade de Brasília, das quais restaram muitas das fichas que guiavam as exposições em classe, disso parecem dar testemunho.<sup>27</sup> Elas revelam, a par do peso de textos clássicos do pensamento marxiano (como *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* ou *As lutas de classe na França*), ou a presença de marxistas de fina estirpe, como Georg Lukács e Paul Sweezy, a força da formação uspiana, expressa na centralidade do pensamento de Florestan Fernandes. Este é recuperado na abordagem de temas-chave, como “A estrutura de classes na sociedade moderna” (conforme ficha utilizada no dia 23 de março de 1963) ou “As classes médias” (conforme ficha utilizada em 09 de abril de 1963). Marx, marxistas e Florestan nelas aparecem, lado a lado com a vitalidade do novo pensamento latino-americano, personificado em Rodolfo Stavenhagen, Sergio Bagu e Gino Germani; ou ombreando com clássicos da sociologia produzida nos Estados Unidos, como

Donald Pierson, C. Wright Mills ou Pitirim Sorokin; estes também dividem a cena intelectual das suas aulas com europeus proeminentes à época, como Joseph Schumpeter, Georges Friedmann e Maurice Halbwachs. Em suma, a dissertação propugna o que a prática docente de Perseu, documentada em seu rico acervo de fichas de aula, já deixara claro: o marxista procurava ser, antes de tudo, um sociólogo antenado com o debate acadêmico do seu tempo.

Esse intenso e abstrato diálogo com a literatura internacional, marxista e não-marxista, cede lugar, no capítulo III - intitulado “O mercado de trabalho”, ao que o autor define como sendo um “exame dos problemas mais particularizados que se referem às relações entre as diversas partes de uma população e as formas de trabalho exercidos” (pg. 113). À primeira vista, o desdobramento do argumento parece guinar a atenção do leitor para outro domínio, mais acercado a uma demografia econômica do mercado de trabalho. Perseu introduz o leitor a noções como as de “população economicamente ativa”, “força de trabalho” e “população inativa”; ensina o que seria uma “taxa de participação”; avança pela descrição das dinâmicas da oferta e da demanda de trabalho, introduzindo as noções de “emprego”, “desemprego”, “subemprego” (em suas formas “visível”, “disfarçado” e “potencial”); passa pelo domínio das classificações ocupacionais, explorando as noções de “profissão”, de “posição social na ocupação”, para enfim concluir o capítulo refletindo sobre as categorias “qualificação”/“não-qualificação”, que enlaça às de “mobilidade do trabalho” e “êxodo rural”. Nesse percurso, chama a atenção a sua familiaridade com as diferentes construções de categorias estatísticas, com os limites das codificações das estatísticas oficiais brasileiras e com as novidades das categorias produzidas fora do país, seja por organismos internacionais (como a Organização Internacional do Trabalho), seja por organismos produtores de dados sócio-demográficos em outros países (com destaque para Estados Unidos e França).

Por detrás do aparente salto em direção à dimensão operacional, à manufatura (ou à “cozinha”, como muitas vezes se diz) da produção dos dados, Perseu parece nos apontar, nesse capítulo, para duas formas de apreensão. Por um lado, dá consequência ao que antes afirmara, ou seja, a necessidade de uma abordagem multifacetada do âmbito do trabalho. Assim fazendo, retira os holofotes da sociologia do trabalho para dirigi-los a uma sócio-demografia ou, como ele ocasionalmente denomina, uma “demografia econômica”. Dito de outro modo, a análise dos aspectos estruturais do trabalho lhe impõe o exercício da multidisciplinaridade. E o capítulo III põe em prática esse exercício. Por outro lado, assim fazendo, criam-se as primeiras pontes de acesso ao capítulo V que, mais adiante, tratará d’ “O trabalho marginal”. Ou seja, impossível entender a expressão deste tipo de trabalho “numa região subdesen-

volvida de um país subdesenvolvido” (como lhe apraz dizer), sem recuperar, por um lado, a formação (pelo via do êxodo rural) de uma oferta de força de trabalho que viria a estar concentrada em grandes cidades; e, por outro lado, o perfil dessa oferta, marcado por sua baixa qualificação (técnica, cognitiva e cultural, como procurará demonstrar) para o trabalho moderno. Não sem razão, pouco a pouco afloram as remissões a dados sobre a Bahia, e a sua capital, Salvador; bem como referências às iniciativas tomadas por organismos locais, produtores de dados e de análises sobre o trabalho, nos quais Perseu exerceu, como dito antes, influência decisiva.

O capítulo IV, dedicado aos temas da “Remuneração e recrutamento” estabelece a outra via de acesso ao objeto do capítulo final, o trabalho marginal. As relações estabelecidas ao interior do mercado de trabalho serão aqui tratadas sob dois prismas: o da remuneração do trabalho e o dos mecanismos de encontro entre oferta e demanda de trabalho. A centralidade do tema da remuneração resulta do caráter mercantil do trabalho – se o trabalho circula no mercado isso se deve ao fato de haver se tornado uma mercadoria, e, nesse sentido, ser passível de compra e venda, ou seja ter um preço.

Aqui, uma vez mais, a abordagem marxista é posta a dialogar com outras formas de percepção e organização cognitiva sobre o real. Assim, e são de Perseu as palavras (pg. 131), as teorias do valor-trabalho são deixadas de lado “por não parecer o momento apropriado [... já que] elas se inserem num contexto mais amplo da economia política e da sociologia”. Em vez disso, é de preço que vai tratar e, para fazê-lo, outro arsenal de categorias é mobilizado – a reforçar a sua postura de que o marxista não prescinde do sociólogo, ou do sócio-demógrafo, ou do demógrafo econômico. Esse era o seu modo de ser um sociólogo marxista.

Entender o preço (e categorias como salário-mínimo legal nacional, salário nominal ou salário real) requer entender uma combinação entre fatores internos e fatores externos, seja à empresa, seja ao setor de produção em que esta se localiza. No primeiro caso, o olhar deve se voltar para os patamares de produtividade média; já no caso dos fatores externos, a escassez relativa do fator trabalho, tanto quanto o grau de sindicalização dos trabalhadores, tornam-se elementos cruciais à análise. E são os fatores externos aqueles que prevalecem no seu diagnóstico sobre a especificidade daquele mercado de trabalho que irá focalizar. Diz Perseu (pg. 136):

O que ocorre com a maior parte dos países subdesenvolvidos e, especialmente no Brasil – e, mais particularmente, na Bahia – é que o mercado de trabalho apresenta um duplo aspecto, aparentemente contraditório: há excesso de mão de obra, em geral para o setor primário, e escassez de mão de obra para os setores se-

cundário e terciário, com a qualificação requerida pela maior parte dos empregos desses dois setores. Essa situação mantém o mercado de trabalho em desequilíbrio permanente, reduz a produtividade dos empreendimentos, cria diferenciações grandes de remuneração de mão de obra, aumenta o custo de produção, e dificulta a organização e o desenvolvimento qualitativo da população trabalhadora.

Entender esse processo, refletir sobre as políticas que têm sido postas em prática e pensar as condições de vida dos trabalhadores, em suas formas alternativas de inserção, é onde pretende chegar Perseu com a sua dissertação. Para tal, o capítulo IV abre uma avenida de interrogantes ao redor do tema que intitula “a mobilização de recursos humanos para o desenvolvimento”. Perseu o sistematiza em três grandes áreas de investigação e ação: recrutamento e seleção; formação e treinamento; organização e remuneração. Ao fazê-lo, o capítulo coloca sobre a mesa um conjunto de categorias de análise necessárias a planejar a política de mão de obra de modo a bem avaliar suas disponibilidades, a estimar necessidades da expansão econômica, a determinar déficits e a programar a superação destes. Suposto de fundo, a importância da intervenção do estado para contemplarem-se as necessidades do mercado de trabalho, tendo em vista metas de desenvolvimento. Esse era o contexto do debate nos meios intelectuais e nos meios técnicos, à época, na Bahia (GUIMARÃES, 1982; FALCÓN, 2013).

Fechando a dissertação, o capítulo V (“O trabalho marginal”) trata de localizar o nó górdio da estrutura do mercado de trabalho na Bahia – de resto, um empecilho partilhado com amplos espaços da economia e sociedade brasileiras.

O nordeste brasileiro apresenta à observação um fenômeno dos mais interessantes para a compreensão da estrutura social e que, todavia, ainda não foi suficientemente estudado. Trata-se da incidência generalizada de formas marginais de trabalho, vinculadas a modalidades de atividade produtiva ainda não sistematicamente caracterizadas, quer por economistas, quer por sociólogos. [...] há toda uma gama de atividades que se realizam à margem da produção assalariada capitalista, industrial ou agrícola, e cujo real significado vem escapando a uma compreensão mais aprofundada. [...] a verdade é que ainda não se fez o necessário esforço teórico para uma adequada interpretação sociológica do papel que essas formas de atividade humana representam na estrutura social ou das tendências que animam o processo histórico em que estão inseridas. (pg. 159)

O trabalho marginal tem formas empíricas claras e facilmente identificáveis, e Perseu destaca duas delas: “o trabalho domiciliar” e “o trabalho artesanal”. Como entendê-las? Novamente é de se destacar o seu esforço por

buscar os fundamentos conceituais para suas ideias no *mainstream* da ciência social da época. Assim, recorre a B. Malinowski na tentativa de responder à indagação sobre se poderíamos considerar o artesanato uma “instituição social”. Em claro diálogo com R. K. Merton, reflete sobre as “funções latentes” desse tipo de trabalho. De Mannheim toma de empréstimo a disjuntiva que separa “grupos estatísticos” de grupos socialmente constituídos.

Três são as principais perguntas cujas respostas perseguirá nesse capítulo. Serão o artesanato e o trabalho domiciliar meros resquícios do passado, resíduos históricos? Ou, ao contrário, estaremos diante de uma nova forma histórica, criada pelo impacto da atividade capitalista industrial numa estrutura socioeconômica arcaica? Mais ainda, a “marginalização” desses dois tipos de trabalho implica na “marginalidade” dos trabalhadores que os exercem? Esse arsenal de perguntas dá o sentido da novidade do pensamento de Perseu Abramo face ao momento em que escreve.

Com efeito, o debate acerca da categoria “marginalidade” surge nos meios intelectuais latino-americanos quase ao mesmo tempo em que, na Bahia, Perseu cogita sobre o tema. No Chile, é também na segunda metade dos anos 1960, que circula o primeiro texto do peruano Anibal Quijano (1966). O tema passa a fazer furor apenas no início dos anos 1970, com o novo alento trazido pelo célebre artigo onde Jose Luiz Nun (1971) procurava estabelecer o valor heurístico da categoria “massa marginal”; conquanto inspirado em Marx, Nun diferenciará os mecanismos de produção de superpopulação relativa no capitalismo competitivo daqueles que se expressam no capitalismo monopólico, especialmente quando se tem em conta a realidade dos países periféricos.

Entre nós, essas eram ideias que apenas começavam a ser gestadas. De fato, só nos anos 1970 é que seriam trazidas à luz as teses fortemente inovadoras sobre a questão da marginalidade. Francisco de Oliveira (1972), em seu clássico ensaio intitulado “Crítica à razão dualista”, refinaria a discussão, teórica e historicamente, trazendo à frente da cena do debate os elos entre as formas de crescimento capitalista, de alianças entre interesses e de incorporação econômica e política dos trabalhadores. Quase em paralelo, Lucio Kowarick, em livro de 1975, exploraria um argumento que Perseu já delineava na tese, quem sabe inspirado no debate sobre a natureza da revolução brasileira: seriam as formas pretéritas (como o trabalho em domicílio e o trabalho artesanal, que tanto interessavam a Perseu) meras sobrevivências de uma ordem social já ultrapassada ou formas de relação social recriadas, reintegradas no curso do desenvolvimento capitalista?

É interessante, também, que *Aspectos estruturais do trabalho na Bahia* explore com ênfase a temática do peso das relações de trabalho que escapam à modalidade capitalista típica (assalariamento formal, com direitos individuais

estabelecidos). Antecipava-se, de certo modo, à vaga que poucos anos depois, nos 1970, viria a surgir e se difundir com força a partir dos estudos da OIT (Programa Mundial de Emprego, 1972) em Gana e no Quênia (KART, 1973). Tais estudos introduzem as noções de “informal” e “informalidade”, categorias que não aparecem no texto de Perseu, conquanto o mesmo campo problemático esteja ali presente.<sup>28</sup>

A dissertação se encerra, por isso mesmo, com um significativo esforço em direção à apropriação conceitual das categorias “artesanato” e “trabalho artesanal”. Esforço especialmente relevante porque feito sobre um solo árido, carente de estudos prévios acerca desse mundo empírico que tanto o atraía. Por tal razão, as remissões são todas a estudos de primeira mão, que Perseu vinha conduzindo, seja como parte da sua atuação na Secretaria do Trabalho, onde participou de um projeto sobre artesanato, seja (e as alternativas, aqui, se complementam) resultantes de trabalhos de estudantes ou de pessoas graduadas em Ciências Sociais, por ele formadas, os quais seguiam sendo desenvolvidos sob sua orientação ou em diálogo intelectual com o antigo professor, já agora na SETRABES. Não sem razão, o texto se encerra como se iniciara, ancorado no diálogo com os jovens estudantes cuja formação conduzia, num esforço coletivo por entender a realidade do trabalho no mundo que os cercava.<sup>29</sup>

A dissertação aproveita, assim, dos seus múltiplos papéis – como professor, como planejador, como intelectual comprometido com um conhecimento militante. A sua forma reflete um momento de busca pessoal por respostas, intelectuais e políticas. Mas documenta igualmente a construção institucional de um modo de produzir e validar conhecimentos nas ainda jovens universidades brasileiras, quando estas apenas ensaiavam os seus primeiros passos na rota da institucionalização da pós-graduação entre nós. Por isso mesmo, uma terceira e última camada de leitura irá nessa direção.

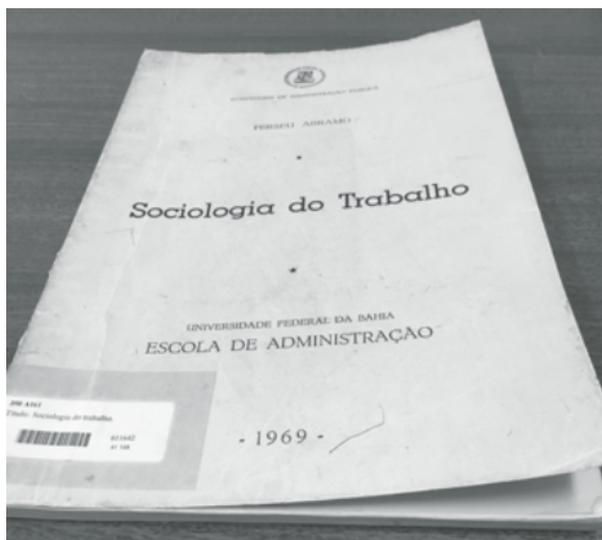
### 3. UMA DISSERTAÇÃO *SUI GENERIS*, NUMA PÓS-GRADUAÇÃO EM VIAS DE ESTABELECE-SE

Tal como vimos no item anterior, no conteúdo da dissertação entregue por Perseu Abramo refletia-se o engajamento do pesquisador com os debates da Ciência Social do seu tempo. Entretanto, o modo como o seu conteúdo rapidamente circula atesta, igualmente, o engajamento institucional do professor Perseu com a Universidade Federal da Bahia. Com efeito, *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia* - o texto que o habilitava à obtenção do grau

de Mestre, logo foi utilizado como material instrucional para os estudantes da Universidade. Com o título *Sociologia do Trabalho* ganhou, já no ano de 1969, uma edição mimeografada, compondo uma série didática dirigida a introduzir estudantes, especialmente os futuros administradores ao conhecimento de certas disciplinas, a sociologia entre elas.

## ENCARTE 6

### *SOCIOLOGIA DO TRABALHO. A PESQUISA A SERVIÇO DO ENSINO*



Um financiamento propiciado pela Fundação Ford, dera à Escola de Administração da UFBA a chance de iniciar uma série inovadora, escrita por brasileiros para estudantes brasileiros. Tratava-se de um esforço por ultrapassar a barreira dos manuais estrangeiros que povoavam o ensino de graduação, veiculando reflexões que valorizassem uma visão própria à realidade local, por focalizarem uma agenda de problemas relevantes à formação universitária, porque urgentes para a gestão pública e das empresas em países como o Brasil. *Sociologia do Trabalho* foi um dos doze textos didáticos editados pelo programa de pesquisas do Setor de Administração Pública, com apoio da Ford. Tudo isso aprendemos lendo a “Apresentação”, assinada pelo Diretor da Escola de Administração, Prof. José Osório Reis, e pelo Coordenador do Programa, Prof. João Eurico Mata. Enquanto professor de Introdução às Ciências Sociais e de Sociologia (Aplicada), Perseu se associava ao Setor de Administração Pública da Escola de Administração. Nessa condição, foi convidado a contribuir com um volume que completasse a série de textos de apoio didático que estava sendo editada.

No “Prefácio do Autor”, assinado por Perseu, descobrimos que o haviam inicialmente convidado a escrever um manual, um compêndio, num estilo convencional. Mas, argui, desses já tínhamos vários na praça, e de boa qualidade. Ademais, reflete, se assim o fizesse, em nada o seu trabalho inovaria no que concerne a introduzir alunos da Bahia ao campo da sociologia sistemática. Donde lhe ocorrera propor um texto que apresentasse “algumas ideias de caráter ensaístico e crítico, ao lado de algumas observações feitas durante minha atividade docente na Bahia”. *Sociologia do Trabalho*, tal como se indica em destaque na folha de rosto (vide Encarte 6) tinha a pretensão de ser um “trabalho de pesquisa para uso interno da Escola”.

Via de regra, na nossa comunidade, trabalhos acadêmicos de natureza curricular, como dissertações e teses, dão lugar a publicações posteriores, dirigidas a difundir os seus resultados junto ao público de pesquisadores. Assim se alavancam as carreiras profissionais na atualidade. No caso (e no tempo) de Perseu, o movimento foi *sui generis*. *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia* é um produto da reflexão madura de um professor que a utilizou para cumprimento de um requisito escolar e rapidamente a devolveu ao ensino, à formação dos jovens locais, militando, com a sua *Sociologia do Trabalho*, em favor do valor da sociologia e dos estudos do trabalho para solver os grandes desafios que se colocariam aos profissionais logo atuando numa “região subdesenvolvida de um país subdesenvolvido”.

Uma dissertação resultante de um processo tão *sui generis* de amadurecimento, redação e veiculação é sinalizadora de um momento igualmente singular no funcionamento institucional. Assim argumentando, quero usar o olhar sobre o texto de Perseu para finalizar trazendo à baila outra camada da realidade: o que era a Pós-Graduação então nascente.<sup>30</sup> Mirar a dissertação de Perseu Abramo desse ponto de vista nos permite entender a urgência de formar ou, melhor dito, a urgência de titular (porque formados muitos já estavam) os primeiros docentes que sustentaram os programas de pós-graduação em Ciências Sociais.

Algumas vezes, especialistas estrangeiros, mesmo se jovens, foram trazidos para formar as primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros; foi assim, por exemplo, na Universidade de São Paulo com a missão francesa. Outras vezes, programas intensos para a capacitação de novos quadros brasileiros no exterior proviam as primeiras gerações dos que viriam a ser docentes em pós-graduação no Brasil; no interregno, investimentos em contratações de estrangeiros asseguravam a retaguarda necessária, enquanto os docentes nacionais não regressavam titulados. Esse foi o caso da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade de Brasília ou mesmo do (antigo) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em todos eles, o suporte do Fundação Ford, notadamente através do seu Escritório no Brasil, criou as condições para tal curso.

No caso da UFBA, somente nos anos 1970 (e sob o acicate das avaliações do Conselho Federal de Educação e do MEC) um investimento da Fundação Rockefeller ensaiou essa estratégia-ponte, voltada para trazer especialistas estrangeiros e, simultaneamente, apostar na formação de quadros locais em programas de doutorado no exterior. Mas este foi um esforço que beneficiou apenas residualmente a área das Ciências Humanas na instituição. Anteriormente, e na falta desse tipo de alavanca, havia que ser célere usando o pequeno grupo de quadros titulados, ali disponível, para formar uma equipe mais ampla de novos mestres, que lecionariam e orientariam as gerações subseqüentes. Uma sorte de “bola de neve” que precisava girar com a velocidade necessária a permitir que os programas sobrevivessem aos avaliadores e lograssem o credenciamento.

No caso do Programa de Mestrado em Ciências Humanas, o exemplo de Perseu Abramo é emblemático. Sua dissertação foi orientada por Antônio Luís Machado Neto, coordenador e um dos cinco docentes listados como possuindo título de doutor, em Relatório da Coordenação datado de 1971; ou seja, já passados quatro anos da instalação do Programa. Mais ainda, Machado Neto era o único doutor em Sociologia; na verdade com dupla titulação, pois acumulava um doutorado em Direito. Dois outros docentes eram doutores em Geografia e História, um quarto em História e o quinto em Filosofia. Esses foram os que titularam a primeira geração de alunos e, sobretudo, o escudo formal do Programa frente às instâncias de regulação e controle.<sup>31</sup>

As saídas para enfrentar o desafio de acelerar a velocidade de titulação dos seus docentes, num contexto em que o corpo docente era formado por alunos já maduros, ficavam transparentes nas estratégias de contorno mobilizadas para cumprir as exigências. Assim, os alunos admitidos, como Perseu, na seleção de abril de 1968,

“estavam obrigados a fazer 6 cursos de pós-graduação, a realizarem tirocínio docente orientado e treinamento em pesquisa, além de dissertação final de Mestrado [...] Esse regime incluía ainda a faculdade (não limitada a determinado número de créditos) de convalidar cursos de pós-graduação ‘obtidos em outros cursos de mesmo nível, **bem como a experiência docente ou de pesquisa dos interessados**” (cf. A.L. Machado Neto, “Plano de Adaptação dos alunos já inscritos no Mestrado em Ciências Humanas”, outubro de 1971; os grifos são meus).

Ou seja, aqueles estudantes (quase professores) tinham todas as chances para rapidamente ultrapassar as exigências formais, num curso que poderia ser cumprido num mínimo de um ano acadêmico. Não sem razão, na primeira geração de titulados estavam, quase que lado a lado, orientandos e seus orientadores. Novamente, o caso de Perseu Abramo é eloquente. Ele

comparte a lista dos oito primeiros titulados com duas das suas orientandas, Zahidé Machado Neto e Inaiá Carvalho (cf. “Plano de adaptação”, reproduzido na próxima página).

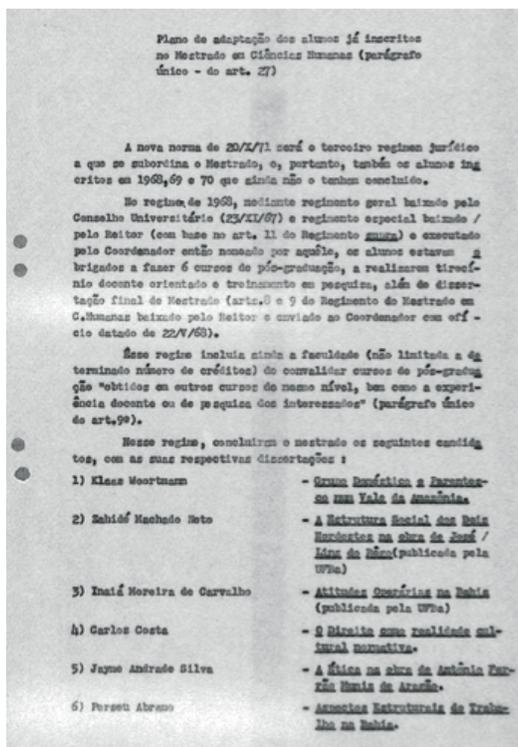
Em suma, finalizar a dissertação era não apenas um imperativo curricular, que um mestrando imberbe precisava cumprir, como em nossos dias. Era, antes e sobretudo, uma meta institucional; uma estratégia crucial para a sobrevivência do Programa. Só titulando os que tinham maturidade intelectual para formar os mais jovens poder-se-ia absorver o fluxo da demanda que ocorria, como “bola de neve”, a cada ano, ao único Programa existente no Estado e um dos poucos na Região Nordeste.

Estamos assim diante (i) de um “estudante *sui generis*”, por sua reconhecida autoridade intelectual e experiência docente; (ii) que prepara uma dissertação de Mestrado de modo igualmente “*sui generis*”, porque a escreve motivado por colocar os resultados de pesquisa, seus e dos seus alunos, esgrimidos com o melhor da reflexão teórica disciplinar, a serviço das necessidades de uma audiência de estudantes, futuros profissionais que necessitariam uma formação em Sociologia que lhes capacitasse a enfrentar os problemas da sociedade local; (iii) e que, ademais, o faz num Programa que enfrentava desafios únicos e decisivos por sua juventude e pioneirismo; o que o torna um quadro bifronte, misto de aluno, rapidamente candidato ao título, e professor-orientador (por um momento vice-coordenador), enquanto aguardava a titulação formal.

Apesar do relativo desencanto com a demora dos pareceres, que vimos manifesto por Perseu ao sair da Bahia em início de 1970, documento de 1971 nos permite saber que estava habilitado a ser titulado. Haviam finalmente chegado os três pareceres que permitiram a aprovação da sua dissertação.

## ENCARTE 7

### ALUNOS TITULADOS – 1

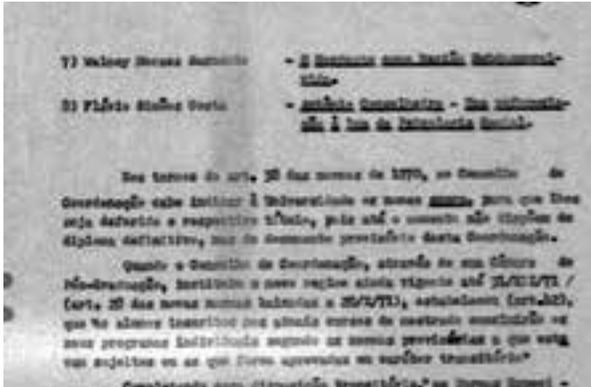


Fonte: Coleção Machado Neto, Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, "Plano de Adaptação dos alunos inscritos", 1971, p.2.

Em Relatório à Reitoria, contido no "Plano de Adaptação dos alunos já inscritos", o Coordenador do Programa escreve: "Nesse regime [isto é, no regime curricular da geração admitida em 1968] concluíram o Mestrado os seguintes candidatos, com as respectivas dissertações", e segue-se uma lista com oito nomes de alunos e títulos de seus respectivos trabalhos, listados por ordem de chegada dos pareceres de aprovação das dissertações, o sexto dos quais é "*Perseu Abramo – Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia*" (pg 1- Vide Encarte 7). Na página seguinte, diz o Professor Machado Neto: "Nos termos do art. 38 das normas de 1970, ao Conselho de Coordenação cabe indicar à Universidade os nomes supra, para que lhes seja deferido o respectivo título, pois até o momento não dispõem de diploma definitivo, mas de documento provisório desta Coordenação" (pg. 2. Vide Encarte 7-a).

## ENCARTE 7A

### ALUNOS TITULADOS – 2



Fonte: Coleção Machado Neto, Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, “Plano de Adaptação dos alunos inscritos”, 1971, p.2.

Em 1972, finalmente, a Câmara de Pós-Graduação do Conselho de Coordenação da UFBA aprova a expedição dos primeiros nove títulos de Mestre em Ciências Humanas. Na ata da sessão de 5 de setembro, Perseu Abramo aparece listado como o sexto concluinte habilitado a requerer o seu diploma. Um movimento que, até onde se sabe, Perseu nunca chegou a fazer.

Infelizmente, nem nos arquivos do Programa atualmente existente (denominado de Ciências Sociais), e nem nos arquivos do Coordenador mais longevo do Mestrado de Ciências Humanas (disponíveis no “Acervo A. L. Machado Neto”), existe rastro de qualquer dos pareceres encaminhados pelos que examinaram a sua dissertação, nem mesmo o do seu orientador, o próprio Professor A. L. Machado Neto. Tal lacuna na memória institucional parece ser um outro indício das vicissitudes do pioneirismo do Programa que o titulara.

Um descuidado silêncio institucional, que se faz especialmente eloquente se o comparamos com o entusiasmo com que a lembrança do seu modo de exercer a atividade docente, brota na memória daquele/as que foram seus aluno/as.<sup>32</sup> Silêncio igualmente ensurdecedor se tivermos em conta, por outro lado, o entusiasmo com que Perseu incluía estudantes e/ou orientando/as em todas as suas iniciativas profissionais. Notadamente na experiência de montagem do “Sistema de Informação para o Trabalho” na Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social, que nascera sob sua concepção, como resultado da reforma administrativa do governo do Estado da Bahia. Bem assim, era visível o seu entusiasmo na valorização que conferia aos achados de pesquisa do/as estudantes, a quem citava, como mestre orgulhoso, para fundamentar as suas

próprias ideias. Isso fica transparente na dissertação de Mestrado. Finalmente, mesmo sob o risco da retaliação da repressão da ditadura, Perseu não hesitou em expressar o seu entusiasmado compromisso com a rebeldia juvenil, com a luta dos jovens dos anos 1960 contra o autoritarismo e pela renovação da sociedade brasileira; uma renovação cultural, política e de costumes.

Rer ler a dissertação de Perseu, cinquenta anos depois de escrita, e procurar entender, através dela, a formação da primeira geração de Mestres na Universidade Federal da Bahia, notadamente em seu Programa de Ciências Humanas, ilumina três diferentes caminhos. Primeiro, nos dá pistas sobre uma história institucional, a da origem da formação avançada em universidades tradicionais, mas periféricas, no sistema de ensino superior brasileiro. Segundo, situa essa trajetória num tempo marcado por seu curso notavelmente rápido; nele, os acontecimentos se sucedem e transformam a realidade política com tal aceleração, que alguns poucos anos parecem soar, vistos de agora, como se fossem décadas. No entrecruze desses dois movimentos – uma história de institucionalização, que transcorre num tempo especialmente veloz -, redefinem-se os cânones da vida intelectual, os seus espaços de consagração e, por que não dizer, os autores e estilos de pesquisa sociológica. Uma redefinição que se fez com tal rapidez que também nos tira o fôlego.

Curiosamente, o transcurso do tempo fez sobreviver o Perseu Abramo jornalista e formador de jornalistas. Fez sobreviver o Perseu Abramo político, o formador de organizações voltadas a projetos em defesa dos trabalhadores e de confronto às desigualdades; e não sem razão seu nome batizou a Fundação que publica este texto e perpetua esse seu compromisso. Quando faremos jus ao Perseu Abramo sociólogo, intérprete da realidade do trabalho no Brasil? Quando reconheceremos nele o formador de cientistas sociais comprometidos com a pesquisa empírica e com a renovação da teoria, aberto às diversas correntes de pensamento intelectual, para quem o marxismo era um ponto de partida na capacidade de inteligir o real, jamais uma camisa de força onde a realidade se aprisionaria?

Encerro, com Perseu, tal como comecei, e tal como ele próprio iniciou sua dissertação:

*“Novamente, um lembrete indispensável: o compromisso ‘classista’ tem o seu limite no rigor metodológico capaz de assegurar a objetividade do conhecimento obtido, sob pena de se transformar a produção aparentemente científica em produção verdadeiramente ideológica.”*

Perseu Abramo, *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia*<sup>33</sup>

## NOTAS

1. Agradeço a Laís e Helena Abramo não apenas pelo convite para preparar este texto, como pelo apoio incondicional nas buscas em arquivos familiares e institucionais. À distância, na Inglaterra, onde me encontrava em 2017, teria sido impossível vasculhar acervos e sacudir a poeira da memória de contemporâneos de Perseu Abramo, quando de sua passagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), não fora o apoio de Dora Leal Rosa, ex-aluna de Perseu, professora da UFBA e sua ex-Reitora (2010-2014). Em parceria com Robert Verhine, também professor daquela instituição, Dora estava envolvida com a recuperação da história da pós-graduação na sua Universidade que, naquele ano de 2017, festejaria o seu cinquentenário; uma história em que, como veremos, também se destacavam a figura e a dissertação de Perseu. Inúmeros colegas e amigos contribuíram na busca das informações e documentos que contextualizariam a dissertação e a atuação de Perseu Abramo; listo, em anexo ao final, todos aqueles que tiveram a paciência de nos atender, a mim e/ou a Dora Rosa e Robert Verhine, em entrevistas ou respondendo a contatos em momentos de maior dúvida. Registro, ademais, meu reconhecimento ao apoio recebido dos funcionários da Universidade Federal da Bahia, responsáveis por diferentes acervos e arquivos consultados em diversos órgãos setoriais, que vão também listados no anexo ao final. Armar o quebra-cabeças de fontes teria sido impossível não fora a acolhida do Centre of Latin American Studies da Universidade de Cambridge, UK, ao qual estive integrada como Visiting Scholar durante o ano acadêmico de 2016-2017, graças ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/ Fapesp (Proc. 14.500/3). Bem assim, foi igualmente decisivo o respaldo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, na pessoa de Luana Soncini. Luana, ao lado de Laís, Helena, Antonio Sergio Guimarães e Dora Rosa foram leitores que ajudaram a contornar problemas e desafios. Entretanto, a nenhuma dessas pessoas ou instituições cabe qualquer responsabilidade quanto ao modo como organizei, apresento e interpreto os fatos que narrei ou os documentos aos quais me facultaram o acesso.

2. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisadora I-A do CNPq associada ao CEBRAP. E-mail: [nadya@usp.br](mailto:nadya@usp.br)

3. ABRAMO, Perseu. *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia*, p. 58 desta publicação.

4. Conforme: <https://fpabramo.org.br/2010/02/11/sobre-perseu-abramo/>, consultado em 07 de abril de 2017.

5. A íntegra do prontuário funcional, cuja página 29 se reproduz no Encarte 1, forma parte da seção *Documentos* desta publicação.

6. A UnB narra da forma que segue essa invasão militar, a primeira de várias de que foi vítima: “O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados. A biblioteca e os escritórios dos professores ficaram interditados por duas semanas. Depois dessa invasão, Anísio Teixeira e Almir de Castro foram demitidos. No lugar deles, o professor de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), Zeferino Vaz, foi nomeado reitor.” (grifos meus) In: [http://unb2.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://unb2.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes). Consultado em 05 de dezembro de 2017. O próprio Perseu escreveu, ainda em 1964, um longo texto-depoimento abrangendo, com especial riqueza de detalhes, todos os fatos transcorridos na UnB desde a invasão em 9 de abril até outubro de 1964. Ver em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/depoimento-de-perseu-abramo-sobre-ocorrencias-na-universidade-de-br>. Publicado no website da Fundação Perseu Abramo em 15 de abril de 2006 e consultado em 05 de dezembro de 2017.

7. Além de Perseu, foram demitidos: Francisco Heron de Alencar, José Albertino Rodrigues, Eustáquio de Toledo Filho, Lincoln Ribeiro, José Zanini Caldas, Edgar de Albuquerque Graeff, Ruy Mauro de Araújo Marini e Jairo Simões. Nas palavras do colega e amigo Hélio Pontes, para Perseu a situação se torna, então, bastante difícil: “Demitido, desempregado, aturdido pela violência e pela incerteza

dos desdobramentos daquele terremoto, ainda por cima circunscrito pelas amarras do IPM a permanecer nos estritos limites de Brasília, ele, os companheiros e suas famílias viveram ali, por dois ou três meses, uma situação dramática!” (PONTES, 1996). Não é demais recordar que os Abramo formavam um jovem casal, por volta dos 30 anos, mas já com quatro filhos, a menor dos quais com pouco mais que um ano de vida.

8. O texto-depoimento, em sua íntegra, pode ser consultado nas páginas 233 desta publicação.

9. Em entrevista concedida a Dora Rosa, em abril de 2017, Margarida Batista, professora da Escola de Administração e também membro (e posteriormente Diretora) do Instituto de Serviço Público (ISP), confirmou que Zilah agregava à equipe responsável pela reforma administrativa, que estava sendo conduzida no Estado da Bahia e em outros do Nordeste, a *expertise* que lhes faltava no campo da gestão e das políticas de pessoal. Sobre a carreira de Zilah, diria Hélio Pontes, no texto já citado, ao comentar os efeitos do golpe na UnB e as demissões do maio de 1964: “Foi uma pancada assassina! Privou a Universidade de pessoas da melhor qualidade e, pior, sacrificou, definitivamente a carreira acadêmica de várias delas, uma das quais, por extensão, Zilah Abramo.”

10. Cf. depoimento escrito à autora, em 05 de dezembro de 2017. Em elucidativa carta a Roberto Santos, Reitor da UFBA, datada de 26.03.1969, o próprio Perseu enumera às suas múltiplas, por vezes conflitantes e sempre extenuantes obrigações como docente da instituição (vide carta nesta publicação na seção *Documentos*).

11. Em texto de memórias do Prof. Ruy Simões, docente da UFBA, onde foi diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, localizei a referência à figura de “professor eventual”. Diz Simões (1990:95), documentando, em sua irônica forma de apelidar, a precariedade desse estatuto: “Os professores eventuais, em outra época denominados taxi teacher’s [sic], que não integram a carreira do magistério superior [...]”.

12. Ao início, quando menos, a pluriatividade de Perseu tinha um esteio na inserção mais segura e bem remunerada de Zilah. Novamente Jorge Hage nos ajuda a esclarecer esse ponto, em depoimento escrito concedido à autora em 05 de dezembro de 2017: “O vínculo era garantido e seguro, ao menos para Zilah, por um bom tempo (pela duração do convênio que custeava a Reforma, tipo uns dois ou três anos) e com bom nível salarial para os padrões da época [...]. Então eles ficaram bem seguros, quanto a isso. Lembro bem que foi aí que Perseu teve o primeiro carro na vida: comprou um Dauphine ou Gordini [Nota da Autora: era um Gordini] e aprendeu a dirigir.”

13. O clima de tensão era tal que, em 1968, chega a ser cancelada a cerimônia de formatura dos alunos que seriam graduados pelo curso de Ciências Sociais pela UFBA, tal como registra o próprio Perseu em correspondência de 9 de janeiro de 1969, ao justificar o pedido de férias que solicitava (cf. prontuário funcional na FFLCH de Perseu Abramo, reproduzido aqui na seção *Documentos*).

14. Vide, por exemplo, *Jornal da Bahia*, 6 de outubro de 1966, onde o casal se pronuncia, juntamente com 75 outros proeminentes intelectuais e profissionais, contra a violência da repressão aos estudantes e pelo direito destes à livre manifestação.

15. Por oportuno, convém sublinhar que A. L. Machado Neto fora o orientador de Perseu. Já Zahidê Machado Neto parece ter sido melhor agradada pela sorte, pois obtivera os pareceres da sua dissertação antes mesmo daqueles relativos à do seu orientador, Perseu Abramo, àquela altura também Vice-Coordenador do Programa (cf. atesta documento do Coordenador do Programa, datado de 20 de setembro de 1969, denominado “Título de Mestrado em Ciências Humanas”, consultado no Arquivo Machado Neto, na Faculdade de Direito da UFBA).

16. “Opção definitiva” se impunha não tanto por razões políticas, mas familiares. Afinal os filhos cresciam e chegava perto o momento de ingresso na Universidade, ao menos para os mais velhos; isso os prenderia, pensavam os Abramo, definitivamente a Salvador. A menos que saíssem, em definitivo, e naquele momento, para São Paulo.

17. Com efeito, em 1969 as retaliações da repressão haviam atingido também a colegas de trabalho de consultoria da empresa COPLAN (antiga NEWPLAN, dirigida por Newton Oliveira), para a qual

Perseu redigira, como consultor, o capítulo sobre o “Setor Social”, no inovador Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (SANTO et al, 2011 registram o pioneirismo desse Plano na América Latina). Tanto Newton Oliveira (diretor da COPLAN) como Pedro Castro (sociólogo pela UFBA, Mestre pela FLACSO e coordenador do Plano) passam a sofrer ameaças, que levam este último a decidir-se por abandonar Salvador, tal qual Perseu antes fizera, ao deixar São Paulo. Um “exílio interno” que cria, nos anos 1960, uma diáspora dos ativistas e intelectuais de esquerda no Brasil, aproveitando a vastidão do país e a forma (ainda) desordenada de operação dos organismos de segurança e informação da ditadura, escassamente conectados em escala nacional. O recente documentário “Rogério Duarte, o Tropikaoslista”, de Walter Lima, também flagra esse movimento de “exílio interno”, em outros espaços intelectuais, para além da universidade.

18. Zahidé Torres Machado Neto apresentou, em 1969, a dissertação Estrutura social dos dois Nordestes na obra de José Lins do Rego e Inaiá Maria Moreira de Carvalho, também no mesmo ano, concluiu o trabalho intitulado Operários e Sociedade Industrial na Bahia. Esse último se desenvolveu no marco da pesquisa sobre “Mão-de-obra operário industrial na Bahia”, um projeto conduzido, sob sua batuta, na Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, em cuja criação e estruturação Perseu teve atuação marcante (Vide a respeito depoimento de Vanda Sâ-Barreto em SETRE, 2013: pp. 93-94)

19. Tal como destacou Margarida Batista, colega do ISP e futura diretora do Instituto, em depoimento colhido por Dora Rosa.

20. É de 3 de dezembro de 1965 o famoso Parecer nº 977 CES/CFE, de autoria de Newton Sucupira, que estrutura o ensino de pós-graduação no Brasil.

21. Em 23 de novembro de 1967, o Conselho Universitário aprova a norma que institucionaliza as regras para o ensino e a titulação em nível de Pós-Graduação na UFBA; nesse momento definem-se igualmente os nomes dos coordenadores que dirigiriam o pequeno grupo de cursos pioneiros. Dentre eles, estava o Programa de Mestrado em Ciências Humanas, à época ligado diretamente à Reitoria (vide detalhes sobre esse processo na cuidadosa reconstrução histórica feita por Rosa, Verhine e Oliveira, 2018). O coordenador do Mestrado em Ciências Humanas, e que o dirigiu até 1977, enquanto viveu, era o Professor Antonio Luís Machado Neto, um antigo conhecido de Perseu. Haviam sido contemporâneos na UnB, onde Machado Neto ajudou a fundar a área de Direito e onde também obteve o estatuto de Professor Titular, concedido pelo Reitor Zeferino Vaz. Em 1965, um ano após a demissão de Perseu, Machado Neto deixa a UnB em meio a um movimento coletivo de desligamento voluntário, que privou aquela Universidade de mais da metade dos seus quadros docentes, rebeldes face a iniciativas repressivas do regime autoritário endossadas pela Reitoria da instituição. Machado Neto, e sua esposa, Zahidé, retornam, então, à Bahia, onde a essa altura já estavam Perseu e Zilah. Interessante registrar que esta foi a segunda (e desta vez exitosa) tentativa de institucionalizar a pós-graduação em Ciências Sociais na UFBA. Com efeito, alguns anos antes, tivera lugar uma primeira iniciativa, o “Curso de Treinamento Básico em Ciências Sociais”, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da UFBA, criado em 1961. O Curso era uma espécie de “mestrado concentrado”, nas palavras do antropólogo Moacir Palmeira, aluno da primeira turma, de 1962-1963 (in Lopes, 2013: p. 439). Uma experiência de vanguarda, capitaneada por Thales de Azevedo, que pretendia reproduzir na Bahia o estilo de formação que a CEPAL punha em prática no Chile e que a Sudene o fazia no Brasil, ambas mirando os economistas (Idem, pp. 437-438). Mas a experiência dura pouco e o Instituto é extinto em meio à conjuntura repressiva que se segue ao Golpe de 1964.

22. Para tal, J.P. Sartre (1966[1957]) e C. Wright Mills (1965[1959]) se sobressaem como as inspirações em que mais se apoia.

23. Nesse ponto as alusões tornam o texto uma peça particularmente rica para se recompor o momento político brasileiro, nos anos que se seguem ao Golpe Militar, em especial no que concerne ao clima efervescente nas universidades, à inquietação política e intelectual dos seus estudantes. Mais que um acervo factual, a dissertação captura, por assim dizer, o “espírito de época”, em seu afã por entender (e responder) à resistência dos estudantes aos dispositivos de ensino da nossa disciplina, tal como então consagrados.

24. A clássica diferenciação proposta por R. K. Merton (1968 [1949]) entre “função manifesta” e “função latente” é por ele recuperada, nesse momento, em suporte ao seu raciocínio.
25. Para enfrentar o desafio da análise sociológica do processo histórico brasileiro remete à plêiade de intelectuais que marcava o pensamento social e o debate político de então, os quais são por ele listados nessa ordem: “Caio Prado, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, Ignácio Rangel, Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Antonio Candido de Mello e Souza, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Luiz Pereira” (p. 73). Não deixa de ser curiosa a forma de enumerá-los, grupando os uspanios ao final. Não é demais lembrar que Perseu se graduara em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 1959.
26. E. Dürkheim (1932[1893] e 1937[1895]), M. Weber (1967[1905] e 1944[1922]), K. Marx (1946 [1867], (1946[1859]), Marx e Engels (1959 [1933]), ao lado de C. Wright Mills (1965[1959]), P. Sweezy (1946) e P. Baran e P. Sweezy (1966), são alguns dos autores em que se ancora.
27. Acervo familiar.
28. Agradeço a Laís Abramo por me fazer notar este aspecto.
29. Com destaque para as referências que faz aos trabalhos de Jussara Moraes, sua aluna no Bacharelado em Ciências Sociais e pesquisadora da Coordenação de Fomento ao Artesanato, e de Angeluccia Bernardes, também sua aluna no curso de pós-graduação em Ciências Humanas da UFBA. Observe-se que, em recente publicação que revisita a história da antiga SETRABES (SETRE, 2013), vários são os depoimentos que sublinham o ambiente de criação intelectual que marcou a Secretaria nesses seus anos iniciais, e a estreita continuidade com a Universidade, propiciada, como bem destaca Vanda Sá-Barreto, pela presença de Perseu Abramo.
30. E o adjetivo “nascente” vale, nesse momento, não apenas para a comunidade acadêmica da Bahia, mas para o Brasil, já que o Mestrado de Ciências Humanas da UFBA, constituído em 1967 e tendo recrutado sua primeira geração de meros 10 alunos no início de 1968, Perseu dentre eles, está entre as primeiras iniciativas brasileiras de formação avançada no campo das Ciências Sociais.
31. Isso porque as primeiras avaliações, produzidas no final dos anos 1960 pelo CFE e CESU eram ferinas quanto ao tamanho e à capacitação do corpo docente para fazer face às exigências de velocidade na titulação das primeiras gerações do Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UFBA.
32. Vide, por exemplo, o epíteto de “professor-companheiro” que lhe atribui Solange Santana em depoimento aqui publicado na página 40. Ou o depoimento de Inaiá Carvalho, reproduzido na página 32 desta publicação, onde a ex-aluna e orientanda de Perseu registra: “Refletindo as condições e transformações desse período, na época o curso experimentou uma significativa expansão e transformação, partindo de uma orientação mais abstrata e ensaística para um maior compromisso com a pesquisa e com a realidade social. Perseu contribuiu significativamente para essa renovação, com seus cursos de Metodologia de Pesquisa e, principalmente, de Sociologia do Trabalho, além de suas orientações.”
33. ABRAMO, Perseu. *Aspectos Estruturais do Trabalho na Bahia*, p. 58 desta publicação.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul. *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order*. Harmondsworth, England: Penguin Books, 1996.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da UFBA. Salvador: UFBA, 2003, 133p.

\_\_\_\_\_. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História da UFBA. Salvador: UFBA, 2008, 242 pp.

DIAS, José Alves. Manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia – 1964/1968, Comunicação apresentada ao XXII Simpósio Nacional De História, ANPUH, João Pessoa, 2003, 9 pp.

\_\_\_\_\_. A consumação do Golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 55, p. 195-212, mar. 2014, pp. 195-212. Consultada em 24 de abril de 2017.

DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris: Alcan, 6ª ed. 1932 [1893].

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937[1895].

FALCÓN, Gustavo. A Bahia e o mundo do trabalho. In: Governo do Estado da Bahia. SETRE. *Memória, Trajetória e História 1966 - 2013*. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Salvador, 2013, pp. 18-24.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. *Traité Sociologie du Travail*. Paris: Armand Colin, 1961.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Salvador: UFBA, 1982, 151 pp.

HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, vol. 11, nº 1, mar., 1973, pp. 61-89.

KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LOPES, José Sergio Leite (2013) “Entrevista com Moacir Palmeira”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 435-457, jan./jun. 2013

MARX, Karl.. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946 [1867].

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Flama, 1946 [1859].

MARX, Karl; Engels, Friedrich. *La ideologia alemana*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1959.

- MERTON, Robert King. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1986 [1949].
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio: Zahar, 1965 [1959].
- NUN, Jose Luis. Sobrepoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 5, n. 2, 1969.
- NUN, José Luis; Marin, J. C.; Murmis, M. Planteo general de la marginalidad en América Latina, Santiago, mimeo, 1967.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. *Estudos Cebrap*, nº 2, out., 1972.
- PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana. Feira de Santana: Governo do Estado da Bahia/ COPLAN S/A, v. 1 e 2, 1968.
- PONTES, Helio. Golpe em Brasília. In: *Teoria e Debate*, nº31, abril-junho de 1996.
- QUIJANO, Anibal. *Notas sobre el concepto de 'marginalidad social'*. Santiago: División de Asuntos Sociales, Cepal, mimeo, 1966.
- SANTO, Sandra; SAMPAIO, Antonio Heliodoro; SILVA, Barbara; FERNANDES, Rosali. Planejamento urbano de Feira de Santana (BA): Comparação entre os Planos Diretores de 1968 e 2000. In: *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial, Ilo. Semestre 2011, pp. 1-17.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SETRE. *Memória, Trajetória e História 1966 - 2013*. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Salvador, 2013.
- ROSA, Dora Leal; VERHINE, Robert Evan; OLIVEIRA, Ronaldo Lopes. *A pós-graduação strictu sensu na UFBA – Os anos iniciais e as tendências contemporâneas*. Documento não-publicado. Salvador, março de 2018, 36p.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. São Paulo: DIFEL, 1966[1957].
- SILVA, Sandra Regina Barbosa da. “Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da UFBA. Salvador: UFBA, 22003, 180 pp.
- SWEEZY, Paul. *The Theory of Capitalist Development*. London: D. Dobson, 1946.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. Esbozo de sociologia comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1944 [1922].
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1967 [1904-05].

## FONTES CONSULTADAS

### **Acervos e arquivos consultados:**

Acervo pessoal de Perseu e Zilah Abramo

Secretaria Geral de Cursos da Universidade Federal da Bahia

Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

Biblioteca da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

Acervo A. L. Machado Neto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Coleção Machado Neto, Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

### **Pessoas consultadas e/ou entrevistadas (por Nadya Araujo Guimarães e/ou Dora Leal Rosa):**

*Alda Britto da Motta*

*Anete Brito Leal Ivo*

*Carlos Costa*

*Celia Maria Leal Braga*

*Edivaldo Machado Boaventura*

*Eva Alterman Blay*

*Fabricio Vasconcellos Soares*

*Felipe Bruno Martins Fernandes*

*Fernando da Rocha Perez*

*Helena Abramo*

*Iracy Silva Picanço*

*Jorge Hage Sobrinho*

*Laís Wendel Abramo*

*Luzinete Simões*

*Margarida Batista*

*Maria Rosário Gonçalves de Carvalho*

*Miriam Cristina Marcilio Rabelo*

*Nilton Vasconcelos*

*Othon Jambeiro*

*Paulo Cesar Borges Alves*

*Roberto Figueira Santos*

*Sedi Hirano*

*Solange Santana*

*Vanda Sampaio de Sá-Barreto*

*Waldir Freitas Oliveira*

# ASPECTOS ESTRUTURAIS DO TRABALHO NA BAHIA

PERSEU ABRAMO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À FACULDADE DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS, SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR  
ANTONIO LUIZ MACHADO NETO. SALVADOR, 1968.



# UMA PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA

As primeiras preocupações formais com o estudo sistemático da sociedade no quadro das ciências surgem no século XIX, quando a burguesia se firmava no poder nos países industrializados da Europa. Essa vinculação entre a ascensão de uma classe social e o nascimento de um conjunto de ideias e conhecimentos integrados não é fortuita. Indica que a burguesia prepara-se ideologicamente para permanecer no poder e que, ao mesmo tempo, atemorizava-se com a possibilidade de perdê-lo, em virtude das crises e dos problemas que se originavam da sua dominação sobre o proletariado industrial, de recente formação. Nesse momento, também surge, como uma tentativa global e totalizante de estabelecer um sistema de ideias, o marxismo, que procura investigar as causas determinantes das relações sociais, as condições em que essas relações podem ser alteradas, situando o papel dos homens na história das transformações por qual passam as sociedades. Mas uma das decorrências da maneira marxista de ver a sociedade é a intervenção deliberada e racional dos homens na realidade, no sentido de transformar radicalmente a estrutura socioeconômica, basicamente, a estrutura das relações de trabalho e de propriedade em que se assenta a organização social. Essa decorrência, ou essa manifestação política do sistema de ideias marxistas, poderia pôr em choque

não só o poder da burguesia, como toda a trama de relações que sustentava e justificava a existência dessa burguesia. A uma concepção que poderia transformar o mundo burguês, a burguesia contrapõe, então, uma concepção capaz de ordenar e aperfeiçoar o mundo, mas conservando-o essencialmente burguês, no qual permaneceriam inalteradas as relações fundamentais de trabalho e propriedade. Não que essa “conservação de mundo”, ou essa reação a uma radical transformação social, estivesse sempre racionalmente formulada na mente dos teóricos da sociedade burguesa; mas hoje, passados pouco mais de 100 anos dos primeiros escritos dos marxistas e dos não marxistas ou antimarxistas (conscientes ou inconscientes dessa qualidade), verifica-se que não só o mundo social realmente seguiu as linhas gerais previstas por Marx, dividindo-se em dois blocos conflitantes de nações com estruturas sociais e ideológicas antagônicas – como também a sociologia – produto cerebral das relações concretas – vê-se também encerrando componentes às vezes conflituosos: categorias e conceitos marxistas e não marxistas ou antimarxistas. Evidentemente, essa dicotomia nem sempre aparece assim, e como tal, nas concepções dos teóricos da sociologia, desde seu nascimento, a sociologia vem se desdobrando em correntes e escolas, complementares, conflitantes, incongruentes. Mas é válido supor que, na base dessas divergências, residem umas tantas questões fundamentais, que revelam a natureza real das discrepâncias aparentemente “acadêmicas” ou “semânticas” dos escritos dos sociológicos de diversas nacionalidades e de diversas orientações.

Essas questões fundamentais parecem referir-se às relações entre o pensamento e a ação e às relações entre os homens e sua história e têm sido tratadas pelos diversos sistemas de ideias que pervagam a história da filosofia, inclusive pelo materialismo dialético e pelo materialismo histórico. Quaisquer que sejam as atitudes possíveis, quando assumidas pelo indivíduo como premissas da sua ação de observar e interpretar a realidade social, acabam por comprometê-lo com as consequências práticas da sua posição teórica. É dessa maneira que se pode dizer que existe uma sociologia para conservar a estrutura vigente da sociedade tanto quanto existe uma sociologia para transformar a estrutura vigente da sociedade. Existiria uma sociedade “verdadeira”, “descomprometida”, capaz de superar as duas sociologias engajadas? É a pergunta de Sartre, no seu livro *Questão de método*. Mas a resposta de Sartre só parece ter validade como sociologia *disponível* no momento em que desaparecessem as contradições sociais fundamentais que dão origem a uma sociologia que encerra em si essa contradição secundária: uma sociologia “reacionária” e uma sociologia “revolucionária”.

As atitudes concretas *possíveis* de serem assumidas pelos sociólogos, contudo, não parecem esgotar-se na dicotomia representada por duas sociolo-

gias opostas em torno da questão de se dever ou não superar o mundo capitalista burguês do século XX. Como mostrou Wright Mills, parte dos teóricos da sociologia e das demais ciências sociais, bem como de escritores menores que teorizam aspectos práticos ligados aos fatos sociais, escapam deliberadamente ou não àquela dicotomia por meio de um recurso metodológico que consiste em não a considerar como questão fundamental da ciência da sociedade e conhecimento científico da sociedade. Parte da sociologia atual está nesse caso: renunciando à descoberta, à formulação ou à interpretação das leis gerais que regem a transformação das sociedades, tais sociólogos passaram a ocupar-se de unidades menores de estudo (a comunidade, a empresa, a família, a escola etc.), ou a abstrações verbalizadas (a situação social, a interação, o comportamento etc.). Não que esses temas não mereçam ser estudados; pelo contrário, o seu conhecimento empírico é fundamental, como degraui na constituição de uma *verdadeira antropologia do Homem*, ainda no dizer de Sartre. Mas esses objetos particulares da ciência só podem ser compreendidos quando encarados como configurações especiais de uma realidade mais abrangente, como manifestações ou determinações históricas particulares de leis gerais do movimento e da transformação da sociedade. Ora, abandonando, conscientemente ou não, a sociedade e a sua transformação como *campo* da sociologia, restringindo-se a manifestações particularísticas e desconexas desse campo, tais sociólogos comprometem irremediavelmente a *objetividade*, a *veracidade* e a *cientificidade* dos seus escritos, mesmo quando esses escritos são o resultado do trabalho de investigação que primam pelo rigorismo formal, e mesmo quando os seus dados são processados eletronicamente. Muitas vezes, o chamado rigor metodológico, quando não passa de um pernosticismo tecnicista, encobre as mais graves deficiências teóricas ou um comprometimento formal e deliberado da preservação do *status quo*.

Na prática, portanto, as alternativas concretas possíveis que escapam da dicotomia anteriormente anunciada reduzem-se a variantes de cada um dos termos dessa dicotomia. O exame dessas alternativas parece assumir maior importância quando se lida com a produção sociológica disponível a estudantes de uma região subdesenvolvida de um país subdesenvolvido, dominado econômica e politicamente pelo complexo-industrial militar que governa a maior nação do Hemisfério Ocidental.

Há pelo menos quatro opções básicas reconhecíveis entre autores de manuais e de compêndios da sociologia, feitas ao tentar resolver o problema levantado. Uma é a do *engajamento* acadêmico, quando manifestamente o autor adere a uma concepção “clássica” e autorizada do objeto e do método da sociologia. Esse engajamento, contudo, é geralmente mistificador, na medida em que o autor não consegue revelar com objetividade as verdadeiras razões

sociais de seu comprometimento com a ordem social, defendida ou justificada pela corrente teórica que adotou: o autor se apresenta assim como um “cientista puro” aparentemente descomprometido com as suas vinculações sociais. Evidentemente, essa é uma opção alienadora em relação aos consumidores dos conhecimentos apresentados e, portanto, reacionária no seu sentido de que, na prática, tende a impedir o desenvolvimento de conhecimentos suscetíveis de levar à transformação social.

Outra opção é feita pelos autores que, reconhecendo a coexistência de duas ou mais sociologias conflitantes ou incongruentes, resolvem o dilema através de uma espécie de neutralidade, isto é, apresentam uma mistura teoricamente inconsistente dos “aspectos bons” das diversas teorias disponíveis, construindo um edifício inteiramente verbalizado que não só não retrata a realidade concreta, como também não se sustenta à menor crítica lógica. Não se trata, é claro, de uma neutralizada metodológica capaz de garantir a objetividade científica, pois essa é um apanágio indiscutível de qualquer trabalho que pretenda ser ciência; trata-se da atitude de não tomar posição frente aos problemas teóricos fundamentais da sociologia e que leva o autor a desembocar numa não ciência social. Embora conscientemente indefensável, a nocividade dessa opção reside na sua própria vulnerabilidade e na quase impossibilidade de constituir um guia prático de ação.

Uma terceira opção, *da abstenção*, consiste em proclamar a impossibilidade de adotar uma das concepções disponíveis e, em seguida, partir para elaboração de uma concepção aparentemente própria e nova, baseada em estudos empíricos ou em ilustrações factuais. Mas é evidente que, quando essa atitude leva a uma posição teoricamente falsa, leva a uma posição mascaradamente comprometida com uma das concepções vigentes. Nesse sentido, essa terceira opção é igualmente mistificadora e alienadora, principalmente porque pode induzir seus consumidores a uma generalizada atitude cética ou agnóstica.

Uma quarta opção reside na adoção de uma sociologia deliberada e manifestadamente comprometida. Mas comprometida com a única coisa com a qual se pode comprometer-se sem que esse compromisso constitua uma mistificação alienadora: comprometida com os interesses e com os objetivos da classe social a que o sociólogo se sinta ideologicamente vinculado, entre as classes que estão em luta dentro da estrutura social vigente. Novamente, um lembrete indispensável: o compromisso “classista” tem seu limite no rigor metodológico capaz de assegurar a objetividade do conhecimento obtido, sob pena de se transformar a produção aparentemente científica em produção verdadeiramente ideológica.

Dessa maneira, os consumidores dos países subdesenvolvidos têm no mercado duas sociologias básicas: a sociologia burguesa, que reconhe-

cidamente ou não, através de diversas variantes, defende a ordem vigente e, portanto, a preservação do subdesenvolvimento; e a sociologia (e aqui reside a grande pergunta “proletária”? “camponesa”? “popular”?) das classes exploradas que, declaradamente, se constituiria num instrumento intelectual revolucionário para substituir a sociedade capitalista por uma sociedade socialista.

A sociologia pode ser vista como uma manifestação verbal da produção cerebral de homens concretos que se dispõem a observar e a analisar a realidade social, sejam eles “sociólogos profissionais”, professores de sociologia, jornalistas, militares, padres, líderes estivadores, donas de casa que reclamam contra o preço dos gêneros na feira etc. É claro, portanto, que no mundo civil e oficial, constituído e autorizado, permitido ou tolerado pelas classes dominantes, a sociologia que pode ter curso – isto é, a produção dos homens que terão condições concretas de interpretar a realidade e manifestar o resultado do seu exame – tenderá a ser quase totalmente a sociologia burguesa ou a sociologia conservadora do mundo burguês. A outra sociologia, a que é feita assistematicamente e defeituosamente, é uma sociologia de certa forma clandestina, que se produz nas conversas de cafés, nas reuniões das células dos partidos ilegais, nos corredores dos sindicatos, nas conversas informais entre professores e alunos, nas colunas escondidas de jornais de pouca circulação. A sociedade burguesa tende a prescrever, assim, uma tentativa mais sistemática e persistente de se elaborar uma teoria que venha a constituir-se na sua negação ideológica e no guia teórico da sua negação prática. O que, aliás, é perfeitamente coerente com a sua função de preservar-se a si mesma. Dessa forma, cria-se um abismo entre o produto que os consumidores poderiam consumir e o que são efetivamente obrigados a consumir.

Um dos resultados práticos dessa “defasagem” entre uma sociologia almejada e a sociologia disponível manifesta-se na resistência dos estudantes aos cursos, aos programas, aos professores, às aulas e aos manuais e compêndios de ciências sociais. Grande parte dos estudantes dos cursos de ciências sociais e de disciplinas afins substitui na prática os programas oficiais pela leitura, muitas vezes insatisfatória e perniciosa, de editoriais de jornais e revistas, panfletos partidários, discursos de candidatos políticos ou ordens do dia a comandantes de quartéis; livros de divulgação e artigos de revistas não especializadas, acrescidas de conversas memorizadas de parentes mais velhos, empregadores, “técnicos”, “burocratas” etc... Muitas vezes, para o jovem universitário, esse conjunto fragmentário de mentiras e verdades, preconceitos e conjunturas, observações e divagações, constitui a sua única bagagem intelectual, simultaneamente sociológica, filosófica e política. E é ela que o orienta, no mais das vezes, tanto na ação profissional quanto na ação política, mesmo que disso o paciente seja inconsciente.

Os estudantes não constituem o único público, todavia, da sociologia clandestina. A juventude que está fora das escolas – bancários, comerciários, operários, camponeses; os militares, as donas de casa, os profissionais liberais –, e essa vaga e indefinível coisa que se chama “o povo” também consomem, esporádica e subliminarmente, uma sociologia capenga, igualmente reacionária e revolucionária. O que persiste mais, nesses casos, é a “sociologia” do assim dito bom senso popular (“O Brasil está à beira do abismo”, “é preciso construir estradas”, “cada povo tem o governo que merece” etc.), tanto quanto os valores fundamentais da sociedade burguesa transformados em tabus sagrados (a propriedade privada, o casamento indissolúvel, a vocação democrática das Forças Armadas, o princípio da hierarquia, a castidade sexual, o pecado etc.), bem como os *slogans* e valores da publicidade comercial e dos veículos de *mass communication*. Assim, os eventuais consumidores de uma sociologia revolucionária se veem dela privados e confinados ou à sociologia abertamente burguesa ou a contrafações perniciosas de uma sociologia presumidamente antiburguesa. Na prática, o resultado é que esses consumidores são geralmente carreados para a adoção inconsciente de valores burgueses conservadores.

Caberia indagar, então, da situação da Universidade nesse caminho de meias-ciências e contrafação ideológica. Não se pretende fazer aqui, neste momento, a discussão do “papel” ou das “funções” da Universidade na sociedade moderna, todavia, algumas observações podem ser arroladas.

Uma análise do processo histórico-social do Brasil mostra que esse processo se caracteriza de duas maneiras fundamentais: em primeiro lugar, uma progressiva participação das massas no processo político através de uma progressiva conscientização de algumas das características essenciais da sociedade global brasileira, principalmente a de que o Brasil é um país em fase de superação de seu atual estágio de subdesenvolvimento; em segundo lugar, uma participação, também progressiva, mas menos ponderável, das massas em alguns dos benefícios sociais da urbanização e da industrialização de certas áreas do território brasileiro. Podem ser verificadas, então, algumas das relações entre as universidades nesse duplo processo. As universidades sempre participaram do processo sócio-histórico e, portanto, do processo político, das nações em que elas estiveram inseridas. Na medida em que as universidades constituem instituições pertinentes às sociedades, e na medida em que essas sociedades constituem realidades globais, unas e estruturadas, as universidades, queiram ou não seus participantes, estão participando dos processos em que se envolvem essas sociedades. Não se trata, pois, de saber se a universidade participa ou não, e se deve ou não participar, se pode ou não participar. Ela participa porque faz parte da sociedade, e essa é a primeira

verificação de caráter objetivo que se possa fazer a respeito da universidade e da sociedade. Trata-se, então, de saber *de que maneira* se dá essa participação, ou, em outras palavras, quais são os papéis sociais que as universidades desempenham no processo histórico.

As primeiras escolas superiores que se fundaram no Brasil foram escolas de direito e medicina e tinham um triplo caráter: a de formar profissionais liberais, nessas especializações; a de conferir “*status*” nobiliárquico aos seus clientes e a de institucionalizar canais de acesso à estrutura de poder. A clientela dessas escolas profissionais era, fundamentalmente, a de membros das famílias de proprietários rurais, que constituíam os grupos dominantes. Nesse sentido, as primeiras faculdades universitárias constituíam uma agência social de recrutamento das classes dirigentes de atividades econômicas e de dominação política. Os parlamentares do Brasil imperial, quando não eram fazendeiros, padres ou militares, eram advogados e, mais tarde, em menor escala, médicos e engenheiros.

A República coincide – e é um seu produto – com o efeito retardado que teve na América Latina o desenvolvimento da revolução industrial que já marcava de longa data a Europa. As novas características da economia brasileira, que começa a se diversificar, impõem a exigência de formação de especialistas para uma classe que começa a surgir – a da burguesia industrial – e que se sentia na iminência e na necessidade de ter de abandonar os velhos padrões de comportamento social e econômico vigentes até então no campo para se jogar a uma aventura inteiramente nova: a concentração da produção mecanizada nas cidades. É sintomático que o Manifesto dos Pioneiros da Educação – em que pela primeira vez essas exigências são conscientizadas – surja em 1932, ao mesmo tempo em que também surge a revolução da burguesia industrial e urbana contra os grupos rurais dominantes no Brasil. E é também nessa época, nas décadas de 1920 e 1930, que as escolas superiores se multiplicam e diversificam: escolas profissionais de engenharia, de medicina, e o que talvez seja mais importante, as escolas chamadas de “filosofia, ciências e letras”, em que se lançam, simultaneamente, os embriões da pesquisa de ciências naturais e da pesquisa de ciências humanas. Assim, a passagem do Brasil agrícola para o Brasil industrial é marcada pela passagem das escolas superiores de formação profissional liberal, exclusivamente, para as faculdades universitárias da produção científica. O avanço da industrialização nas áreas mais urbanizadas, nas décadas mais recentes, tem como corolário a criação das escolas que procuram cada vez mais formar os especialistas de que os grupos dirigentes necessitam para enfrentar os problemas decorrentes da produção econômica num regime de competição nacional e internacional; escolas de economia, de finanças, de psicologia aplicada, de administração,

de sociologia das tecnologias as mais variadas. E é preciso não esquecer que essa expansão industrial se faz acompanhar, também, de novas formas de escolarização não universitária – a criação de escolas médias de ensino técnico industrial e comercial.

Aceitando que as universidades são instituições que se inserem nas sociedades, deve-se procurar identificar quais são as características que elas têm em comum com as demais instituições, e quais as características que elas têm de distintiva, de diferencial, em relação às demais instituições. Como parece claro, a universidade é uma instituição social e, portanto, tem, em relação à sociedade global, uma função que é fundamentalmente política; também têm funções fundamentalmente políticas o sindicato, a igreja, a família, a fábrica, pelas mesmas razões. Essas são as características essenciais da universidade que a aproximam das demais instituições da sociedade de que fazem parte. Mas qual é a característica essencial da universidade que a distingue das demais instituições sociais? É a produção e a divulgação da cultura, e mais precisamente da ciência com a conseqüente formação de especialistas. É claro que a produção e a divulgação de conhecimento não constituem uma exclusividade da universidade, nem sequer do conjunto de agências institucionais de educação, que compõem o sistema escolar; a família, o sindicato, a fábrica, a igreja, o partido político, o quartel também produzem e divulgam conhecimento e ideias da mesma maneira que a atividade política não é exclusividade dos órgãos governamentais e dos partidos políticos. Mas é a produção e a divulgação concentradas, sistematizadas, de ciências que justificam e caracterizam a universidade. Essa produção e divulgação científicas, com a conseqüente formação de especialistas, que justifica, caracteriza e diferencia a universidade, se dão em dois níveis: 1º atividade de pesquisa e ensino; 2º na interação através de duas gerações através do contato diário entre professores e alunos. Uma universidade não é só, portanto, um laboratório de ciência como é também um agregado de pessoas de gerações diferentes.

A primeira forma de participação da universidade no processo histórico-social se dá, portanto, na atividade de pesquisa e ensino. Qual é essa participação? Se se refletir um pouco sobre o significado da ciência se verificará que a ciência pode ser, em si, revolucionária. Todo novo conhecimento objetivo, quer diga respeito ao domínio do homem sobre o meio natural, quer diga respeito à reflexão do homem sobre si mesmo, constitui sempre uma revolução no estado anterior, constitui sempre um acréscimo quantitativo e tende a uma transformação qualitativa nas relações entre o homem e a natureza. Na medida em que as universidades brasileiras se postulam à análise e à interpretação dessa própria sociedade brasileira; na medida em que as universidades brasileiras se dedicam à produção tecnológica e organizacional que

lhes permita independer do pagamento de *royalties* pelo *know-how* estrangeiro a serviço de sua industrialização, as universidades estarão participando ativamente do processo histórico-social de superação do subdesenvolvimento.

A segunda forma de participação da universidade no processo histórico se dá ao nível de interação entre professores e alunos. Não é o mero contato formal em situações de sala de aula entre professor e aluno, mas é o diálogo permanente entre duas gerações, entre soluções tentadas e buscas de novas soluções, entre ensaios e erros, que constitui o segundo papel revolucionário da universidade. Na medida em que a universidade entender-se não como uma loja de curiosidade da qual o aluno é freguês, mas como uma comunidade integrada de duas gerações à procura de identificações adequadas dos problemas do homem e das soluções racionais para esses problemas, ela (a universidade) está contribuindo decisivamente para o processo histórico.

Uma questão coloca-se naturalmente a essa altura: tem a universidade brasileira desempenhado esse duplo papel de maneira a facilitar ou a entrar o processo histórico? Para responder adequadamente a essa questão é preciso abandonar a falsa ideia de considerar o conjunto de escolas superiores do Brasil como “a universidade brasileira”, que não existe como tal: o que parece ocorrer é que algumas escolas superiores têm facilitado o processo e outras têm entravado.

A questão que se coloca imediatamente a seguir é óbvia: se algumas têm contribuído para o processo ou se outras o têm obstado, em que reside a diferença? Uma resposta possível, à guisa de hipótese, é a de que, na medida em que a universidade participa do processo através de seu duplo papel de produção científica e interação de gerações, e seu desempenho facilitando, promovendo ou obstando o processo, reside na sua forma de estruturar o seu duplo papel. É na forma que a universidade tem de entender-se a si mesma que ela se propõe ou não – e executa ou não – a sua função positiva no processo histórico e social. E na medida em que as universidades do Brasil, ou o conjunto de escolas superiores do Brasil, refletem sobre si mesmas, ampliam seu campo de interesse científico, ampliam o diálogo entre as gerações, é que elas estarão contribuindo de forma positiva para o processo histórico.

Uma observação é necessária; a universidade não é uma variável independente dentro do processo e dentro da sociedade; vale dizer que a sua forma de entender-se a si mesma não depende exclusivamente da disposição da comunidade humana que a constitui. Depende fundamentalmente da extração social dessa comunidade e do processo ideológico da sociedade global, que por sua vez é determinado pelas relações que engendram na organização do processo produtivo dessa sociedade. Essa verificação não deve levar à conclusão de que a universidade se encontra num ponto qualquer de um círculo vicioso. Embora

não constituindo uma variável independente no processo global, a educação, em geral, e a universidade, em particular, constituem algumas das variáveis estratégicas desse processo global, e na medida em que a universidade estrutura a produção científica e o diálogo entre gerações, estará forçando o processo num determinado sentido, embora essa estruturação esteja sempre condicionada à capacidade e à liberdade de pensar da sociedade global.

A análise dos papéis que a universidade desempenha na sociedade moderna recebeu uma grande contribuição com o ensaio publicado há alguns anos pelo professor Álvaro Vieira Pinto, em que se procura evidenciar o caráter de classe que tem a instituição no Brasil. O fenômeno, é claro, não é apenas brasileiro, mas universal; a preocupação em descobrir as “funções latentes” da universidade, além das suas “funções manifestas”, na linguagem de [Robert] Merton desloca a ênfase dos aspectos puramente educacionais para os aspectos sociológicos do sistema de ensino superior, e vários autores (MANNHEIM, K.) examinaram o tema.

Uma visão sociológica da universidade pressupõe a aceitação de certos pontos de referência e de certas categorias conceptuais, que podem ser apresentadas aqui de forma resumida. A sociedade constitui-se de uma base econômica e social e de um aparato jurídico, político, administrativo e ideológico determinado por essa base, e que, ao mesmo tempo, reflete, condiciona e refreia a dinâmica da base. Esta, fundamentalmente representada pelas relações de trabalho e de propriedade, bem assim como pelas relações sociais que se erigem sobre essas, determina o aparecimento e as transformações não só de valores e das ideias que constituem aquele aparato ideológico, mas também das organizações através dos quais os valores procuram manifestar-se; esses valores, por sua vez, nada mais são do que as manifestações, no plano ideológico, dos interesses de grupos sociais concretos que estão envolvidos diferenciadamente na trama das relações sociais de produção. A universidade, como a família, a igreja ou o Estado, é uma dessas organizações montadas para a concretização de interesses de grupos sociais definidos dentro da estrutura social. À medida que essa estrutura social se modifica e desenvolve – e com ela a posição relativa dos grupos sociais que representam – assim também as organizações superestruturais refletem essas modificações, ora incorporando-as ora opondo-se a elas.

Nas sociedades subdesenvolvidas de origem colonial, a universidade nasce e se aparelha para servir de marca social para os jovens recrutados nas elites dominantes e que vão constituir a elite dominante do seu tempo. Todavia, no curso dos dois últimos séculos, essas sociedades vêm se modificando. As bases socioeconômicas alteraram-se e determinaram alterações correspondentes nos níveis da superestrutura ideológica. Essas alterações, que abalam

todas as instituições sociais, atingiram também a universidade e deram origem, nos dias de hoje, a novos papéis que devem ser desempenhados por essa organização. A universidade velha, tradicional, tem duas características sociais fundamentais: exerce o papel de um instrumento de controle social conservador e o de mecanismo de manutenção do sistema de estratificação social. É claro que os dois papéis são inter-relacionados: a universidade recruta seus membros, docentes e discentes, entre os indivíduos privilegiados das classes econômica e politicamente dominantes, pois só esses têm condições para serem dispensados do mercado de trabalho durante o período de formação universitária. Com as pessoas, caminham valores das classes de que elas são extraídas, isto é, os seus interesses de classe e, assim, forma-se um círculo vicioso entre a universidade e a classe dominante. Uma serve à outra. A classe dominante sustenta financeira e politicamente a universidade e esta produz os líderes e os esquemas de liderança apropriados para a manutenção do *status quo* em que a classe dominante possa continuar a sê-lo. Já a universidade nova, não tradicional – ou certos setores antitradicionais da universidade – passa a desempenhar dois papéis novos, que são os opostos de seus antecedentes: a universidade passa a constituir-se num instrumento de desenvolvimento social – bem entendido, dentro dos limites estruturais da sociedade em que se acha inserida – e num mecanismo de mobilidade social ascendente. Essa passagem não advém senão das próprias modificações que se operaram na base socioeconômica da estrutura da sociedade e que indicam as novas tarefas dos grupos dominantes; mas as pressões de todo tipo que marcam essas alterações da infraestrutura – pressão demográfica, pressão por maior número de empregos, pressão por *know-how* próprio – obrigam a universidade a “modernizar-se”, isto é, a modificar alguns de seus valores, a composição social de seus quadros, sua organização, seus sistemas de produção e divulgação de cultura.

Ocorre, porém, que essas duas novas características não substituem as velhas características nem se sobrepõem a elas: justapõem-se-lhes, criando uma contradição que caracteriza a universidade atual dos países subdesenvolvidos latino-americanos: na mesma instituição, uma universidade velha, conservadora e aristocratizante, e uma universidade nova, “desenvolvimentista” e “democratizante”. Essas duas últimas palavras devem ser aqui entendidas com reservas: o “desenvolvimento” faz-se dentro dos limites do sistema capitalista, e a “democratização” significa apenas que alguns poucos elementos das classes médias passam a frequentar a universidade, como professores ou como alunos.

Essa contradição interna da universidade não constitui senão a manifestação particular da contradição, externa a ela, e que caracteriza funda-

mentalmente a estrutura social desses países, que é a luta de classes. A universidade continua sendo uma organização da classe dominante, sustentada por esta para continuar prestando-lhe serviços, que não se limitam à formação de técnicos para a produção ou de políticos e ideólogos para a dominação social, mas avança até a criação e a divulgação de esquemas ideológicos de justificação do *status quo*. Mas as novas características que passaram a marcar a universidade, desequilibrando ligeiramente a tradicional composição social monolítica da universidade tradicional, constituem uma brecha no esquema de dominação política e econômica. E essa brecha pode ser o início de uma ruptura.

Assim, o que parece ser o caráter dialético da realidade, que é a universidade, é o seguinte: ao mesmo tempo em que a universidade tem sido instrumento de controle social dos grupos dominantes da sociedade, naquilo que ela tem de comum com as demais instituições sociais que compõem a sociedade, ela tende, cada vez mais a ser, simultaneamente, um laboratório de revolução naquilo que ela tem de distintivo e diferenciador em relação às demais instituições sociais.

Ao refletir sobre a sociedade e o homem, a universidade pode contribuir de maneira eficaz para aumentar a progressiva consciencialização das massas sobre seu papel histórico. Ao pesquisar cientificamente o meio natural e produzir tecnologia, a universidade abre a possibilidade de domínio sobre a natureza, que vai engendrar a possibilidade do ideal de libertação do homem.

A limitação que a moderna sociedade industrial e a capitalista impõe às maiores parcelas da população de participar dos benefícios do desenvolvimento econômico e social não se encontra na universidade: encontra-se nas relações essenciais da produção da sociedade global. A superação dessa limitação, isto é, a participação integral de toda a população nos resultados da produção social, reside fundamentalmente não na universidade, mas na sociedade global, ou seja, na revolução estrutural que se fizer sobre essas próprias relações essenciais de produção. Aquilo que parece uma perigosa e grave alienação mistificadora da moderna sociedade brasileira é a de identificar a universidade como instrumento exclusivo da revolução social. Alienação que se traduz em dois perigos igualmente graves: primeiro, o de desviar as atenções das massas daquilo que é realmente fundamental na revolução social, isto é, a apropriação coletiva dos meios de produção; segundo, o de desviar a atenção da universidade daquilo que lhe é primordial papel no processo, a saber, a produção e a divulgação da ciência.

Nesse sentido, o papel da universidade no processo histórico social do Brasil não é o de constituir um instrumento da tomada do poder político, mas o de constituir o instrumento de garantia das conquistas culturais do processo revolucionário.

Uma das funções universitárias é a produção e a transmissão dos valores que compõem a ideologia dominante, ou a ideologia da classe dominante. Como tal, a universidade tende a ser conservadora, quando não reacionária. Conservadora, na medida em que ela recruta seus membros na classe dominante e, com os membros da classe dominante, entram também na universidade os seus valores. Além disso, principalmente nos países subdesenvolvidos, em que o investimento em educação é mínimo, deve ser retirado dos custos universitários o maior rendimento possível; por essa razão a produção universitária destina-se a ser consumida pela mesma classe que é capaz de mais consumir os fatores de produção, isto é, ou os proprietários da terra ou os proprietários dos meios de produção industrial. O ensino das disciplinas universitárias mais diretamente ligadas à produção industrial – as disciplinas que formam a tecnologia da produção, como engenharia, matemática, física, química etc. – recebem maior quinhão das atenções oficiais que as disciplinas de natureza sócio-histórica, que possam eventualmente permitir a reflexão sobre os fundamentos da sociedade e a essas só se permite, em geral maior liberdade, quando elas são convocadas não para pôr em cheque as bases sociais, mas para atenuar os conflitos de maneira a manter a estrutura de poder vigente: é o caso da sociologia, da psicologia, da administração etc.

O problema do significado da universidade na sociedade moderna está vinculado a outro: o da destinação profissional do administrador ou de outros especialistas de ciências sociais. Dificilmente ao sociólogo ou ao administrador profissional restam outras alternativas que não as seguintes: a absorção do profissional pela própria universidade que o formou ou por universidades semelhantes; a absorção do profissional pelo Estado; a absorção do profissional pela empresa particular (agrícola, industrial ou comercial). A figura tradicional do “profissional liberal” significando o técnico de formação universitária exercendo suas funções como trabalhador autônomo está cada vez mais deixando de existir. Com exceção, ainda, de médicos, advogados e arquitetos (ou engenheiros), os outros profissionais universitários tendem cada vez mais a transformarem-se em trabalhadores assalariados à cata de emprego num dos três empregadores anteriormente citados: universidade, Estado, empresa particular. Mesmo nas três categorias profissionais mencionadas, é cada vez maior o número de membros que tem todo ou parte do tempo empregado como assalariados. Ora, se, como já se viu, na universidade, a função do universitário é a de receber e retransmitir, codificar e recodificar, produzir, adaptar e divulgar os valores da classe dominante, o seu papel, quando assalariado dos outros empregadores, é semelhante. Como membro do Estado, o universitário é, na prática, membro de um governo. Por mais que ele tente racionalizar sua própria posição na estrutura do poder vigente

na sociedade, apresentando-se como um “técnico a serviço da coletividade”, na verdade ele é admitido, ocupado e despedido ou mantido por homens concretos que constituem os centros de decisão do grupo que, no momento, está na cúpula desse poder, isto é, o governo. É bem verdade que o Estado – melhor dito, o aparelhamento político-jurídico administrativo – tem, mais que a universidade, um função de interferência deliberada e racional na realidade socioeconômica. Enquanto a universidade produz “pensamento” – no mais das vezes, palavras – O Estado produz, ao lado do pensamento, “ação” – em termos de serviços prestados a grupos definidos dentro da coletividade. É claro que qualquer dicotomia radical entre pensamento e ação da universidade ou do Estado redundaria numa discussão da natureza bizantina tautológica. O “pensamento” da universidade – a saber, a parte “acadêmica” da ideologia da classe dominante – é um reflexo da ação e um guia para a ação. A ação do Estado – a *praxis* institucionalizada da classe dominante – reproduz e determina aqueles valores que vão constituir o “saber e a cultura” universitários de um dado momento.

Também é claro que estamos nos referindo aos elementos dominantes desses dois subsistemas sociais, fazendo, deliberadamente, abstração de outro elemento, igualmente fundamental: as contradições internas às duas estruturas que refletem as contradições gerais da sociedade. Ora, embora universidade, Estado e empresa particular constituam três alicerces da estrutura de dominação – e, como tais, símbolos da conservação do *status quo* –, as contradições gerais da estrutura social, que nesses três subsistemas se traduzem em contradições particulares, podem torná-los agentes conscientes ou inconscientes das transformações estruturais. Assim é que, na universidade, o “estudante” é geralmente – pelo menos nos países subdesenvolvidos – tido como símbolo do “revolucionário”, do anticonservador, do “novo” etc. Trata-se de um mito, é claro, mas de um mito que, como todo mito, encerra um grão de realidade. Evidentemente, a estrutura social e, dentro dela, a universidade são montadas e mantidas exatamente para permitir que ocupe seu lugar de comando na estrutura de poder essa mesma mocidade que, nos países subdesenvolvidos, é a consumidora do *know-how* universitário. A mesma juventude que ocupa os bancos universitários – pouco mais de 0,5% da população total de um país subdesenvolvido, e que às vezes sai às ruas empunhando bandeiras aparentemente “revolucionárias” porque se dirigem contra certas manifestações particulares do poder político – é a que, alguns anos depois, ao se tornar adulta, ocupa as posições de mando na estrutura econômica e política e tudo faz para manter o *status quo* e perpetuar o sistema de dominação. A universidade, como subsistema da sociedade inclusiva e como grupo extremamente minoritário em relação à população total, é de certo modo um dos grupos sociais mais alienados e alienadores da sociedade. O que não impede,

todavia, de poder abrigar no seu meio, tanto entre professores quanto entre estudantes, elementos que conseguem desvincular-se das suas origens econômicas de classe e passam a aderir voluntariamente à ideologia dos grupos sociais que são sistematicamente mantidos afastados da universidade. É isso que faz a universidade parecer, em momentos de desagregação de controle social e de crise política, um “foco de agitação revolucionária”, ou para empregar um jargão mais atualizado um “ninho de subversivos”. E é isso também que a observadores menos sensíveis, mas não menos argutos da realidade social, pode parecer uma “contradição em si” – isto é, uma contradição lógica, uma contradição em termos, pelo fato de que os estudantes possam sair às ruas ao lado de operários ou camponeses e bradar por reformas sociais. Se esses observadores escandalizados do comportamento universitário se acercassem mais da realidade, veriam que poucas vezes os universitários – excetuados os militantes políticos – passam das manifestações meramente verbais, porque qualquer *praxis* realmente revolucionária que eles se dispusessem a perseguir poderia efetivamente fazer cair por terra o próprio mundo do qual eles são o rebento, a semente e o beneficiário.

Se, por fim, o profissional universitário emprega-se na empresa particular, como sócio ou assalariado, sua função aparece de forma mais nítida e despida dos mitos que cercam sua atividade no Estado ou na universidade: trata-se de colocar o seu *know-how* à disposição dos proprietários da empresa de maneira a aumentar o grau de racionalidade desta na persecução dos propósitos finais do empreendimento. Os propósitos finais do empreendimento, qualquer seja, podem ser equacionados em termos humanos, materiais ou físicos ou, para empregar também aqui uma terminologia mais em voga, em termos de mobilização de recursos humanos e materiais. Trata-se, em última instância, de apropriar-se dos produtos de trabalho e do próprio trabalho a fim de acumular a apropriação privada. Ora, são nesses casos que certas profissões, como a do sociólogo industrial, do psicólogo industrial ou do administrador, aparecem de forma mais dúbia possível. Evidentemente, não se diz, nunca, que o profissional universitário está a serviço do empregador ou do empregado. Diz-se que está a serviço da “empresa”, isto é, daquela particular forma de organização do trabalho humano que é predominante na sociedade capitalista industrial moderna. Mas a “empresa”, assim entendida, é uma abstração, porque ela organiza o trabalho de maneira desigual entre os que possuem os meios de produção (matérias-primas, equipamentos, *know-how* etc.) e os que possuem a capacidade de trabalho. Logo, a empresa, na verdade, é uma estrutura dicotômica de elementos antagônicos em que a constante é a luta permanente entre o empregador e o empregado. Mesmo dentro de uma concepção de organização que cada vez adquire maior vigor e universalida-

de entre os modernos teóricos da administração, a organização é um estado permanente de conflito ou desequilíbrio. Não conflito ou desequilíbrio julgado eticamente, mas conflito e desequilíbrio com evidências de um juízo de realidade, e que constituem os próprios elementos essenciais da dinâmica da organização. É aqui que o profissional universitário – principalmente o administrador – é chamado a intervir: para controlar o conflito de maneira que o resultado final seja favorável ao empregador. Mas, neste momento – como, de resto, em outros momentos, na universidade ou no Estado – coloca-se diante do administrador uma opção: a de atenuar o conflito ou a de acelerá-lo. Essa opção o administrador vai tomá-la em função da classe social e da ideologia de classe a que está vinculado, bem como da sua maior ou menor percepção da realidade e das alternativas concretas de ação que essa mesma realidade lhe permite tomar. Isso porque universidade, Estado e empresa, enfim, são organizações e, como tal, apresentam tendências entrópicas que podem ser aproveitadas pelo homem para aceleração de um processo de transformação social capaz de colocar o andamento geral da sociedade em caminhos menos irracionais.

Colocadas essas preliminares, trata-se, agora, de retomar o tema proposto no título deste capítulo e esboçado nas palavras iniciais. Qual possa ser a problemática sociológica para o estudante do país subdesenvolvido? Ou, em outras palavras, em que sentido pode ser treinada a percepção social do futuro profissional que vai ocupar postos de decisão na universidade, no Estado ou nas empresas particulares?

As respostas a essas perguntas envolve, naturalmente, valores ideológicos. Talvez se pudesse dizer que, a curto prazo, o especialista em ciências sociais ou o administrador podem ser treinados no sentido de influenciar o comportamento das pessoas envolvidas em manifestações particulares da organização do trabalho, de maneira a “resolver” os conflitos que tendem a surgir entre essas pessoas. Mas se tivermos de pensar nas tendências do desenvolvimento do país e da região em que se insere a Bahia, e se tomarmos como adequada a linha geral da evolução que aponta um caminho industrialista para essa região e para esse Estado, a resposta, evidentemente, passa a ser outra.

A característica fundamental da evolução da estrutura social brasileira, e aí a Bahia aparece como uma manifestação local da tendência geral, é a da expansão capitalista industrial até o ponto de saturação da estrutura vigente com a sua superação por uma nova forma da organização social pós-capitalista e não capitalista, que poderíamos dizer socialista se não incorreremos no perigo de ver o termo interpretado precipitadamente. De qualquer maneira, a evolução futura do sistema capitalista mundial e particularmente brasileiro faz prever uma estrutura nova em que a centralização econômica e política nas mãos do Estado acrescentar-se-á uma apropriação coletiva

dos meios e dos instrumentos da produção e dos resultados do trabalho. Por enquanto, isto é, no quadro atual da evolução estrutural brasileira (ou no “processo histórico da revolução brasileira”, como também poderíamos denominar o mesmo fenômeno), a característica dominante nesses últimos quatro séculos é a incessante e crescente expansão capitalista, primeiro agrícola, depois comercial, e depois também industrial; expansão tanto espacial como temporal, tanto geográfica como cultural.

Não é fácil estabelecer uma tipologia e uma cronologia satisfatória dos fatos mais estratégicos do processo de desenvolvimento brasileiro para os fins de identificar tendências e condições. Várias tipologias e cronologias têm sido tentadas, poucas têm sido testadas. A história do Brasil que ainda está por ser escrita, comumente se nos aparece como uma confusão caótica de fatos sem que haja critérios amplamente válidos que nos permitam distinguir os realmente essenciais dos acidentais e secundários, ou os conjuntos de fatores determinantes dos acontecimentos cruciais para a compreensão do processo global. Uma mera cronologia de eventos simplesmente palacianos é decididamente inadequada. Uma crônica guerreira é igualmente inadaptada. Como são também incompletos e inadequados esquemas de acompanhamento dos progressos jurídicos ou éticos da formação da nacionalidade. Também são insatisfatórias tipologias mais “complexas”, isto é, que envolvem maior número de fatores combinados, mas que só se limitem a uma esfera denominada “econômica”, em que os fatos preponderantes são os tipos de matéria-prima, os tipos e os destinos de produtos e os processos tecnológicos. São ainda, insatisfatórias, tipologias em que as características determinantes sejam das relações de poder, capazes de levar a uma tipificação montada em categorias como “colônia”, “reino” e “república”. Evidentemente, cada uma dessas formas de classificar fatos considerados fundamentais do desenvolvimento da sociedade brasileira tem validade para análise de aspectos particularizados da totalidade real. A sua inadequação revela-se no momento em que tentamos, através delas, induzir as leis gerais do desenvolvimento global da sociedade.

Essa indução só parece possível mediante a aplicação de um esquema de análise suficientemente complexo para combinar numerosos fatores estratégicos na produção do processo global de desenvolvimento, suficientemente abrangente para não redundar em categorias meramente “econômicas” ou meramente “políticas” e, finalmente, suficientemente simplificado para não tornar inviável o conhecimento pela possibilidade da reunião de todos os dados indispensáveis. Em termos de hipótese, esse “modelo” precisa conter, entre outros, os seguintes elementos e suas recíprocas inter-relações: as condições naturais do país e as relações sociais de seus habitantes, baseadas nas formas de divisão social do trabalho, nos níveis tecnológicos e nas relações de

propriedade da produção, no número dos agrupamentos internos dos habitantes, bem como as manifestações jurídicas, políticas, religiosas e filosóficas que expressam aquelas bases e deles resultam.

É claro que um esquema dessa natureza precisaria ser operacionalizado para que pudesse realmente servir de instrumento de análise conceptual do desenvolvimento da sociedade brasileira. Mas a tarefa de decompor os elementos do modelo nos seus indicadores empíricos, embora extremamente atraente pelo *quê* de desafio intelectual que possa apresentar aos sociólogos, não caberia aqui, nos limites deste trabalho. É claro, também, que não existe, disponível, uma análise sociológica do processo histórico brasileiro, embora nesse sentido são fundamentais as contribuições de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, Ignácio Rangel, Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Antonio Candido de Mello e Souza, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Luiz Pereira, entre outros.

O primeiro grande período do processo brasileiro é o que vai desde as primeiras tentativas feitas por países europeus para ocupar e colonizar o território brasileiro, no início do século XVI, até a substituição da força de trabalho escrava pela mão de obra assalariada, o que se dá nas últimas décadas do século XIX, e que se expressa pela data simbólica da abolição da escravatura. O segundo grande período é o que tem início nessa época e que se prolonga até hoje.

Evidentemente, o período primeiro – a estrutura escravista – poderia ser subdividida em subperíodos, capazes de captar certas peculiaridades eventualmente importantes para análises particularizadas. Todavia não parece, numa primeira aproximação, que essa subdivisão possa ser útil para a análise em vista. É importante acentuar que a sociedade brasileira escravista não é idêntica às sociedades escravistas clássicas, que marcaram o mundo antigo. O escravismo dos séculos XVI e XIX, principalmente nas Américas, oferece-se à análise não como um sistema socioeconômico mundialmente preponderante, tal como ocorreu com o que precedeu o feudalismo, mas como um subsistema particularmente localizado, que acompanha o nascimento do sistema capitalista e que constitui uma estrutura subsidiária da estrutura capitalista-industrial incipiente. Nesse sentido, o escravismo colonialista americano – o brasileiro – surgem como uma forma secundária ou uma forma optativamente alternativa da Revolução Industrial. É isso que expressa o fato de que a estrutura escrava brasileira, nos seus estágios iniciais, caracteriza-se pela ausência de autonomia social, econômica e política – em uma palavra, nacional: a sociedade brasileira, ou melhor, o país brasileiro foi montado para servir como alimentador do comércio e da indústria de países europeus que estavam destruindo o sistema feudal e estavam se lançando para a aventura

revolucionária do capitalismo industrial: Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Holanda etc. Nessa estrutura, ao lado da atividade meramente predatória e eventualmente rendosa, a outra atividade economicamente vantajosa só poderia ser, como de fato o foi, a da exploração extensiva da terra, com os mínimos custos de produção (daí o trabalho escravo) para compensar os enormes gastos de comercialização, de forma a, ainda assim, produzir o máximo de mais-valia para os reais detentores de terra: a Coroa portuguesa e, por tabela, a inglesa. Era essa a finalidade da ocupação, e todas e quaisquer tentativas de autonomizar a estrutura socioeconômica brasileira eram drasticamente sufocadas em sangue. Política extremamente coerente, como talvez não fosse encontrar mais no resto da existência histórica brasileira.

Mas o desenvolvimento do sistema industrial-capitalista europeu ia impondo as suas exigências que, embora com “defasagem”, acabaram por manifestar-se no Brasil e nas Américas: a coexistência inicial de dois sistemas tão antagônicos como o escravo e o industrial não mais se tornou possível, e a expansão do capitalismo exigia, cada vez mais, ao lado de mercados fornecedores de matérias-primas, mercados consumidores de produtos acabados. E se a estrutura brasileira escravista cristalizava um sistema econômico de exploração extensiva e barata da terra para o comércio externo, agora se fazia necessário constituir um sistema econômico que permitisse o consumo interno, portanto, de trabalhadores assalariados, que compusesse uma nova estrutura social. Daí a substituição maciça e quase abrupta da força de trabalho servil por força de trabalho assalariada e a constituição de atividades econômicas que permitissem processos tecnológicos de maior produtividade, isto é, industriais.

O segundo período do desenvolvimento social brasileiro – o da estrutura industrial-capitalista – é o que se inicia na segunda metade do século passado [XIX] e que está em pleno desenvolvimento neste século [XX]. Mas, ao contrário do primeiro, aqui talvez seja útil tentar a distinção de alguns subperíodos significativos. Forçosamente, essa tipologia interna do período atual carece de objetividade total na medida em que lhe falta perspectiva histórica. De qualquer forma, alguns estratos deste período parecem estratégicos.

O primeiro desses subperíodos é o que vai do começo até o momento em que as novas formas socioeconômicas emergentes e revolucionárias representadas pela indústria e pelo salariedade deixam de ser vistas como formas clandestinas e “subversivas” e passam a ser cabalmente reconhecidas na estrutura, inclusive com a participação quase paritária no poder político, em relação à classe tradicionalmente dominante dos senhores da terra. A data simbólica desse evento é, já se vê, 1930. É o período de internalização da sociedade e da economia brasileiras, de conquista de autonomia política e de

constituição social e econômica da nação. As novas e múltiplas divisões no trabalho produtivo, as transformações tecnológicas, as novas áreas naturais conquistadas, as antigas abandonadas, os novos estratos sociais emergentes, todas essas radicais transformações exigem e determinam não apenas novas relações entre os grupos populacionais, mas também novas formas jurídicas e novos aparatos político-administrativos. Essas transformações estruturais cristalizam-se com o tipo de poder político que se inaugura em 1930, também inaugurando nesta tentativa de tipologia o segundo subperíodo.

Este segundo subperíodo – não fora o ponto de inflexão representado pelo movimento de 1964 – seria ainda atual. É a partir de 1930 que se delineiam com um pouco mais de clareza as linhas gerais do desenvolvimento da sociedade brasileira: um capitalismo industrial em expansão, ainda com elementos incorporados do antigo capitalismo, agrário escravo, mas já procurando incorporar as suas próprias características mais expressivas, como a urbanização, e racionalização, as novas classes sociais, a nacionalização progressiva da exploração dos recursos naturais e humanos. Essa expansão capitalista que caracteriza o segundo subperíodo, não se faz harmoniosamente: o desenvolvimento das forças de produção econômica e social sofre paradas, recuos e saltos; esse desenvolvimento exige, cada vez mais, a incorporação e a participação dos grupos assalariados, o que se choca com a resistência dos antigos e novos grupos dominantes – respectivamente os senhores da terra e os capitalistas industriais e financeiros; apesar do interregno do Estado Novo, a linha geral do desenvolvimento da sociedade brasileira de 1930 a 1964 caracteriza-se pela autonomia nacional cada vez mais profunda e pela participação cada vez maior das camadas populares (isto é, assalariadas) no processo político, embora essa participação seja, o mais das vezes, nominal, e não efetiva.

Resumindo, o processo da revolução brasileira é o processo do nascimento de um país capitalista. Na sua primeira fase – 1500 a 1900 –, o Brasil está dentro e fazendo parte de um sistema capitalista europeu. Mas, como estrutura local e escravista e pré-capitalista, fundamentalmente agrário o exportador de materiais e produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados. Na segunda fase – 1900 em diante –, autonomiza-se e se consolida como país capitalista industrial em expansão, comportando formas agrárias atrasadas de produção; constitui-se jurídica, administrativa e politicamente como nação e começa a nacionalizar suas atividades, seus recursos e seus hábitos. O primeiro subperíodo dessa fase – 1900 a 1930 – é a luta do velho agrário contra o novo industrial. O segundo subperíodo – 1930 a 1964 – é o equilíbrio do agrário e do industrial no domínio e a luta com o salariado.

Ora, essa expansão capitalista industrial faz-se como a síntese de um processo dialético em que seus elementos contraditórios são, de um lado,

uma estrutura agrária arcaica e arcaizante e, de outro lado, uma saída para produção de bens e serviços e de equipamentos de produção com comercialização externa cada vez mais intensa. Nesse sentido, a evolução estrutural brasileira expressa uma luta entre elementos antagônicos, e todos os processos de mudança social no Brasil podem ser entendidos como manifestações particulares desses antagonismos. A expansão industrial só se faz à custas de transformações – portanto, “negações” – de elementos estruturais agrários e arcaicos. Essa dinâmica de estrutura social brasileira não escapa às leis gerais de evolução das sociedades e se manifesta através das diversas tensões e lutas que operam entre os diversos grupos e elementos sociais brasileiros. Ora, é uma luta aparentemente entre “o campo” e “a cidade”; ora entre “o novo” e “o velho”; ora entre a agricultura e a indústria, entre a nova e a velha geração; entre os estudantes e os professores ou as autoridades oficiais; entre o Estado e o cidadão; entre elementos “nacionais” e elementos vinculados aos interesses estrangeiros e assim por diante.

Evidentemente essas lutas e essas tensões são reais, não são ilusórias. A aparência ou a ingenuidade ilusória residem em considerá-las como luta em si, desvinculadas umas das outras, ou em conceituá-las “anormalidades” ou fenômenos de patologia social dentro da evolução estrutural do Brasil.

Elas não são nem autônomas nem anormais. Não são autônomas porque são apenas manifestações concretas e particularizadas da luta mais geral e mais permanente que caracteriza a evolução da sociedade, que é a luta de classes; essa luta se verifica entre as classes detentora dos meios e dos instrumentos de produção e as classes que não são senão possuidoras da própria capacidade de trabalho. Essa luta de classes que determina as outras lutas e tensões sociais, por sua vez, é o resultado da dinâmica e do desenvolvimento que leva uma estrutura social a transformar-se em outra, nova, diferente e superior.

Não são anormais, essas lutas, porque elas expressam o que há de vivo e pujante dentro da sociedade. É claro que, dadas as condições históricas e conjunturais, elas podem ser acompanhadas de comoções sociais mais ou menos graves e, por vezes, de levantamentos armados. Mas, no geral, as transformações sociais se processam contínua e diariamente e constituem a própria vida dos homens em sociedade tal como a conhecemos.

Diante desse quadro, como se situa o papel do cidadão, e, mais especificamente, do cidadão universitário, e, ainda mais particularmente, do especialista nas ciências sociais, sociólogo profissional, administrador profissional, economista? Feitas as ressalvas já anteriormente apontadas quanto à posição ideológica que uma resposta a essa pergunta possa implicar, parece que, no caso dos países subdesenvolvidos, em que a dinâmica social é uma questão de sobrevivência da sociedade, o papel do administrador consiste em

intervir deliberada e racionalmente nos processos de mudanças para orientá-las no sentido dos alvos coletivos.

Isso implica, naturalmente, não só na apreensão de uma tecnologia geral das estruturas e das transformações estruturais e uma tecnologia particular da ciência social aplicada, como também no desenvolvimento de uma atitude que torna o especialista sensível e perceptivo em relação às oportunidades de mudança e aos alvos coletivos. Isto levaria a conceber uma problemática sociológica como uma apreensão das linhas gerais do processo histórico da evolução da estrutura social brasileira em primeiro lugar; em segundo lugar, da mecânica e da estratégia das alternativas e opções dos homens diante dos processos de evolução industrial; em terceiro lugar, da técnica da manipulação consciente das alternativas e das pessoas envolvidas nas situações concretas de condução do trabalho humano; em quarto lugar, dos princípios e dos mecanismos do raciocínio científico. Essa ordenação não indica uma sequência cronológica de “aprendizado”, mas sugere uma escala lógica de apreensão e percepção dos fenômenos que envolverão a vida social e profissional do especialista em ciências humanas.

Poder-se-ia alegar que as afirmações contidas nessas sugestões são de tal ordem genéricas que não podem ser aceitas como indicando uma problemática que seja própria de estudantes baianos, uma vez que elas se aplicariam indistintamente a futuros profissionais de outras regiões do país ou mesmo de outros países. É certo que se pretendeu, com elas, diferenciar o aprendizado da sociedade para estudantes de países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, mais do que diferenciar regionalmente esse aprendizado. Contudo, merece ser dito que a Bahia, por parecer encontrar-se atualmente numa encruzilhada de seus caminhos de desenvolvimento, mais acentua o caráter revolucionário que possa vir a ter, nesse processo, uma opção feita por qualquer cidadão, inclusive pelo profissional de nível universitário.

Quais são os componentes dessa encruzilhada? A Bahia encontrou sempre sua pujança na atividade agrícola, ou mais precisamente, no comércio exterior de produtos agrícolas aqui explorados. Isso foi o caminho correto e possível enquanto a expansão industrialista não acentuou as diferenças regionais do país e não foi relegando a Bahia a uma condição de estado dependente do poderio econômico do Sul e do poderio político da União. Ora, aos baianos coloca-se agora, nas duas últimas décadas, o problema de adotar conscientemente uma das alternativas seguintes: omitir-se de qualquer interferência na realidade e permitir que a evolução se processe caoticamente ao sabor dos interesses particulares dos grupos econômicos, social e politicamente dominantes, e com iniludível prejuízo de alvos coletivos ou mais gerais; intervir no sentido de forçar o desenvolvimento das atividades do setor primário, no-

tadamente da agropecuária, e desencorajar as iniciativas de natureza industrialista, de maneira a evitar, com isso, o agravamento das tensões sociais que acompanham a passagem para os setores secundários e terciários; intervir na realidade no sentido de desencorajar as atividades agrícolas, incentivar a industrialização em massa, operar radicalmente a passagem das populações para a cidade, enfrentar e resolver os problemas surgidos com a urbanização etc.; intervir no sentido de captar as características mais peculiares do processo de desenvolvimento da Bahia e da região e acelerar as mudanças no sentido de um desenvolvimento harmônico entre os três setores, de maneira a esgotar a possibilidade ainda longe de terem sido plenamente empregadas na atividade agrícola e de iniciar, desenvolver e manter as atividades de produção e distribuição industrial e de serviços; intervir na realidade não no sentido de acelerar, mas ao contrário, de manter persistentemente o equilíbrio, evitando ou atenuando os conflitos e as tensões, e impedindo as modificações estruturais para conseguir uma duvidosa “paz” entre os diversos elementos dinâmicos que compõem a estrutura.

Com exceção da primeira e da última alternativa – a primeira expressando uma filosofia de *laissez-faire*, e a segunda uma filosofia conservadora – as outras implicam numa tomada de posição a favor do desenvolvimento da sociedade. A escolha de uma das alternativas de mudança será, novamente, dada pelos condicionamentos ideológicos do profissional universitário e pela investigação objetiva e sistemática da realidade baiana e brasileira. Isso implica, naturalmente, que o desenvolvimento de cada especialidade das ciências humanas como profissão universitária e científica na Bahia deve acompanhar o desenvolvimento dos outros ramos da ciência capazes de identificar e equacionar os problemas da sociedade baiana.

É claro, ainda, que a escolha de qualquer dessas alternativas não é um assunto de livre-arbítrio do profissional ou da entidade – particular ou oficial – que o emprega. A ação dos homens é que constitui a mola mestra da mudança social, mas essa ação se dá em condições históricas concretas, que, por sua vez, constituem o resultado acumulado de outras ações humanas. Essas condições históricas concretas colocam ou suprimem alternativas, mas estão sempre nas mãos dos homens: primeiro, a inteligência da situação; segundo, o propósito da ação. A alternativa do *laissez-faire*, por exemplo, pode ser uma opção individual e ter uma certa persistência no tempo, mas o dinamismo próprio dos outros elementos e grupos da estrutura social cedo obrigarão o indiferente a tomar uma posição: ou ele adere à corrente ou se opõe a ela, o que também é uma forma de tomada de posição, portanto, de renúncia à inércia. Nesse último caso, de oposição à mudança, a atitude *laissez-faire*, ou mais precisamente, a atitude que anteriormente era do *laissez-faire*, tende a identificar-se com a atitude conservadora.

A atitude conservadora é muito mais possível que a *laissez-faire* na estrutura social vigente. Sob certos aspectos, é a atitude que tem maior possibilidade objetiva de concretizar-se, dado que as estruturas de poder econômico e político esforçam-se por manter o *status quo*. E, assim, recebem de braços abertos os profissionais qualificados que aderem a uma filosofia conservadora, quer sejam eles encarregados da aplicação técnica de conhecimentos formais, quer sejam incumbidos de elaboração teórica de novos conhecimentos. Mas a atitude conservadora, embora encontre o apoio da estrutura dominante, não pode, também, conservar-se persistentemente a não ser em certas subestruturas, ou subsistemas, da sociedade; exemplificando, uma empresa particular, ou mesmo uma particular organização pública, podem produzir, adotar e aplicar uma filosofia conservadora, por exemplo, em relação à educação, ou ao abastecimento. Mas, num país subdesenvolvido, o Estado, como um todo, não pode ser sistematicamente conservador – embora ele constitua um instrumento de classe dominante – porque as numerosas vias de pressão que ele recebe colocam-no na obrigação de aceitar mudanças parciais a fim de refletir as tensões em jogo.

As alternativas em que o profissional universitário assume, deliberada e conscientemente, o papel de “agente ativo de mudanças sociais”, nas palavras de Guerreiro Ramos, são as que mais condizem com uma elaboração racional de carreira – e, por conseguinte, do sistema de aprendizado – do especialista em ciências humanas. Não serão, igualmente, as que mais hão de corresponder às expectativas sociais vigentes em relação a cada especialista, como o economista, o administrador profissional, ou o sociólogo profissional?

Este problema coloca outra série de questões, para cuja resposta seria necessário desdobrar as expectativas em várias ordens, equivalente às respectivas fontes de expectativas.

A classe dominante, em que é recrutada a clientela, que há de constituir grande parte dos estudantes e uma pequena parte dos professores de ciências sociais, certamente não espera de seus técnicos uma ação revolucionária; ao contrário, sua expectativa poderia ser formulada, ao menos em termos de hipótese, como a de profissionais capazes de fazer as devidas concessões ao desenvolvimento social de maneira que fossem suficientes para evitar os conflitos, mas que não causassem qualquer abalo maior na estrutura da dominação vigente. Lembre-se, ainda, que é essa mesma classe dominante, através de seus representantes nas cúpulas das organizações, oficiais ou particulares, que vai se constituir na consumidora do *know-how* de que o especialista é portador, como profissional qualificado.

Os grupos intermediários da sociedade, nos quais são recrutados uma pequena parte dos estudantes e a parte maior dos professores assalariados, têm uma expectativa menos definida, que poderia ser apreendida como um conjunto

de valores vagando numa faixa bastante ampla e ambígua que iria desde a adoção dos valores da ideologia vigente – portanto, de manutenção do *status quo* – até a adoção de valores francamente revolucionários, nesse caso, de transformação da estrutura. Mas o que é dominante nessa faixa é a redução pessoal ou individual da problemática coletiva e a centralização das aspirações e dos propósitos de mudança social em termos de mobilidade social, naturalmente de natureza vertical e ascendente. Tanto as famílias de origem dos estudantes de “classe média” quanto os próprios estudantes veem na universidade – seja qual for a escola superior especializada – um instrumento de melhoria do padrão de salários, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, de aquisição de *status* e prestígio social, se é que se pode distinguir entre esses dois elementos da realidade social.

A classe proletária está praticamente afastada da universidade, nos países subdesenvolvidos em geral, no Brasil e na Bahia em particular. Não tem, portanto, uma expectativa claramente formulada em relação à formação universitária do trabalhador intelectual, ou melhor, em relação ao futuro especialista enquanto membro de uma instituição relativamente fechada como é a universidade. Todavia, a classe proletária também vai, tanto quanto as outras, consumir indiretamente o *know-how* das ciências sociais aplicadas, seja enquanto grupo trabalhador de organizações – nos quais vigem processos racionais – seja enquanto grupo consumidor, ou “clientela”, dos serviços do aparelho estatal ou particular. É nesse momento de *praxis* que o proletário entra em contato com toda a ciência social aplicada por intermédio dos seus chefes, que estão representando a organização. Seria necessário um estudo aprofundado do tipo das tensões que então surgem, mas, à guisa de hipótese do trabalho, poder-se-ia dizer aqui que a administração (a organização) e o administrador aparecem ao operário ou ao cliente como algo alienado, exterior, alheio e estranho, quiçá como “inimigo”. A imagem que o público, enquanto consumidor de bens e serviços, ou que o operariado, enquanto peça de uma organização de trabalho, têm dessas organizações nas quais se acham obrigatoriamente envolvidos parece ser, na maioria das vezes, a de um obstáculo a vencer, de uma prisão da qual libertar-se.

Evidentemente, a consideração de uma problemática sociológica, tal como a que aqui está sendo apresentada, define a disciplina como uma especialidade das ciências históricas, e isso permite algumas considerações a respeito do problema dos currículos de universitários de ciências sociais aplicadas. Vale a pena, porém, antes, verificar algumas das relações entre a ciência sociológica e a ciência histórica.

A ciência, segundo Gilles-Gaston Granger, é uma forma sistematicamente organizada de pensamento objetivo; o pensamento objetivo diferencia-se do pensamento subjetivo na medida em que constitui uma atividade mental

deliberadamente dirigida para objetos que não se confundem com a mente que origina essa atividade. A ciência, como processo, pressupõe um ato deliberado de conhecimento, e não a simples reação mental ao mundo exterior à consciência. Como processo e como produto, a ciência é “sistematicamente organizada”, segundo o autor citado, porque pressupõe uma adequação entre a consciência e o objeto do conhecimento, e com essa adequação apresenta uma consistência e uma coerência que exigem a obediência a certos princípios.

Os princípios gerais de método científico relacionam-se com as características de três elementos básicos que compõe o processo de “fazer ciência”: o sujeito do conhecimento, o objeto do conhecimento e a relação entre o sujeito e o objeto. Essas características fundamentais são as seguintes: no “sujeito” – experiência sensível e raciocínio sobre os dados da experiência sensível; no “objeto” – existência real e condicionada por “leis” ou “tendências” da causação, relacionamento ou desenvolvimento: na “relação” – superação das aparências, rigor no emprego do processo de conhecer a comprovação das conclusões obtidas. Esses princípios gerais do método científico também constituem a demonstração da possibilidade e da necessidade da ciência enquanto atividade humana.

Quando o objeto do conhecimento está situado no campo das chamadas ciências sociais – isto é, um fenômeno da realidade é estudado com ênfase no seu relacionamento com o fato de que os homens vivem em coletividade – aos princípios gerais do método científico acrescenta-se o princípio particular da maior identificação entre sujeito e objeto, porque ambos fazem parte da mesma realidade humana social: essa maior identificação pode conduzir tanto à melhor compreensão do objeto quanto à possibilidade maior de erros e falsas interpretações devido a peculiaridades individuais e coletivas ao estudo de certos objetos. Durkheim, considerado um dos fundadores da sociologia, recomendava aos estudiosos dos fatos sociais que considerassem estes como “coisas” e que se despojassem dos seus pré-julgamentos. Todavia, como o cientista não deixa de continuar sendo um membro da sua sociedade e da sua classe social, mais importante do que “despojar-se dos seus pré-julgamentos” é tomar consciência deles a fim de reavaliar os resultados da sua investigação à luz dos valores que compartilha.

Os princípios do método científico aplicado às ciências sociais, portanto, podem ser esquematicamente reduzidos aos seguintes: *gerais* – superação das aparências, rigor de raciocínio, comprovação das conclusões e organização dos resultados acumulados; *particulares* – objetivação dos fenômenos humanos e controle dos próprios valores.

No processo de “fazer ciência” – ou de fazer pesquisas –, cresce de importância, como se viu, a experiência sensível e o raciocínio. Em outras pa-

lavras, pesquisar é observar e interpretar o que se observa. Por essa razão, os homens sempre procuram descobrir os mecanismos naturais da observação e do raciocínio, a fim de propor as atitudes que mais favorecem uma observação e um raciocínio cada vez mais adequado. O que costumeiramente se denomina de “métodos, processos ou técnicas de pesquisa” – abstraídas aqui as diferenças de significado, por vezes bizantinas, entre as três palavras – nada mais é do que formas de observar e de bem raciocinar. O raciocínio, isto é, atividade da mente humana, tem sido, por parte de diversos ramos do saber filosófico, objeto de especulação e de investigação científica. Todavia, talvez as contribuições mais fundamentais para a compreensão do que seja o moderno raciocínio científico experimental estejam nas formulações dos princípios da lógica formal, nos métodos de Bacon e Stuart Mill e nos princípios da dialética. De qualquer forma, a problemática da ciência aparece como um tema especial dentro de qualquer problemática sociológica, ainda mais quando se procuram as relações entre sociologia e história.

A primeira pergunta a fazer é:

Existirá, realmente, uma sociologia diferente da história? Não seria a sociologia apenas uma “história bem feita?” E a história não seria o nome tradicional daquilo que hoje alguns “especialistas presunçosos” estariam chamando de sociologia?

O encaminhamento de respostas a essas perguntas poderiam partir de algumas abordagens simples. Uma delas seria a tentativa de analisar as duas disciplinas submetendo-as ao crivo da autonomia de objeto e método, a qual, segundo muitos, seria por si só capaz de conceituar e delimitar uma ciência. Essa abordagem, porém, não nos parece capaz de eliminar as dúvidas e dificuldades. Ao contrário, pode aumentá-las.

O objeto da história é o homem. Mas o da sociologia também o é. É claro que essa ampla extensão do termo “homem” diminuiu-lhe necessariamente a compreensão e, nessa linha, seria difícil apontar qual das ciências cujo objeto não seja o homem. Por outro lado, não são poucos os estudiosos – Giddings é um deles – que veem na sociologia uma ciência mais interessada *nas relações sociais em si*, o que incluiriam no seu campo não apenas as sociedades humanas, mas também as formas de interação social entre os animais e até mesmo entre os vegetais. Alguns estudos têm sido realizados para tentar isolar e abstrair a natureza dos participantes dos processos de aproximação e afastamento dos seres vivos, reservando à sociologia o caráter de uma ciência abrangente e exclusiva das interações sociais. Certamente podem ser afastadas, temporariamente, essas ampliações excessivas de objeto da sociologia e basta o consenso da maioria de seus estudiosos, que é o de que a sociologia está interessada nos fatos sociais que ocorram nas sociedades humanas.

Nem por aceitar essa limitação diminuem-se as dificuldades. Aumentam, ao contrário. O homem, está visto, é objeto de diversas disciplinas do saber, que dele se ocupam partindo de diferentes pontos de vista, como a biologia, ou o direito. Poder-se-ia mesmo dizer que, para uma compreensão total de ser humano, é necessário – e ainda não basta – o concurso de todos os ramos do conhecimento: a física, a química, a geografia, a história, a psicologia, a economia, a cibernética etc. Ora, trata-se, então, de verificar no que essas disciplinas se apartam ou se aproximam, no que elas se assemelham e no que diferem e como se inter-relacionam, na tarefa comum de explicar o homem e dotá-lo de instrumentos conceituais de interpretação e reorganização do mundo que o cerca. No caso presente, são as contribuições mútuas e recíprocas da história e da sociologia, mais que sua distinção ou sua identidade, que podem interessar tanto ao estudioso de uma quanto a de outra.

Quer a identidade quer a distinção entre a sociologia e a história, quanto aos seus objetos e aos seus métodos – para permanecer ainda um pouco nos limites da primeira das abordagens sugeridas – trariam alguns problemas para os quais, embora não se possam encontrar respostas cabais, já se podem formular questões não muito inadequadas.

Não se diga que o objeto da história é o fato único, isolado, e que nisso ela se diferencia da sociologia, a qual procuraria o reiterativo e o inter-relacionado nos fatos humanos. Porque a crença, mais mitológica que positiva, na real existência de fatos isolados ou únicos, desligados e exclusivos, já deveria ter abandonado a mente dos cientistas, quer da história, quer da sociologia. Somos nós, com a nossa incapacidade de observação ou com a inadequação de nossos sistemas teóricos e a atomização do real onde não há senão inter-relações, causas e consequências, fatores e efeitos, tendências prováveis e combinações de variáveis. Assim, tanto a história quanto a sociologia só podem explicar os fatos humanos quando os inserem nos contextos mais amplos em que eles ocorrem, quando lhes procuram as interligações e os relacionamentos. Não vale, pois, a distinção entre sociologia e história por esse lado. Mas valeria a identidade? Parece que também não, pois se há muitas revoluções, só há uma Revolução Francesa, e se a história pode explicar Napoleão melhor que a sociologia, só a sociologia pode permitir que se explique historicamente Napoleão. Em que ficamos portanto? Numa sutil mas decisiva distinção particular dentro da identidade geral de objeto: ambas, sociologia e história, estão interessadas na mesma evolução, embora a ênfase, ou o ponto de vista, de uma e de outra possam diferir.

E quanto ao método? Aí a pergunta comporta duas ordens de resposta. O método científico, tal qual se pode compreender hoje, libertados que estamos das incursões clandestinas e maléficas da metafísica nesse campo

particular, é um e um só, único para toda e qualquer ciência: trata-se, em última instância, de observar e analisar fatos reais. Mas é claro que essa colocação aparentemente simplista não simplifica o problema, antes o complica. O que seria um *fato real*, histórico ou sociológico? O que nós observamos? São fatos ou evidências empíricas que depois reunimos e compomos e modelamos na configuração de um fato segundo um padrão já pré-estabelecido do fato histórico ou do fato social? E análise? Não estará ela de tal modo vinculada não só aos instrumentos e sistemas conceptuais de interpretação, como também aos objetivos inconscientes do observador, que corre muito mais risco de constituir um passo atrás que um passo à frente? Em outras palavras como evitar que o ciclo “observação-análise” não se resolva num círculo tautológico de “conjectura e racionalização? Sabemos que o que observamos – notadamente no campo dos fatos humanos – é, muito menos que fato, dados aparentemente incompletos de comportamento, comunicações, realizações e, assim, a nossa “análise” posterior dos “fatos observados anteriormente” já não estaria prescrita inconsciente e indelevelmente em nossas mentes, antes mesmo de iniciarmos a observação? Seria ingenuidade supor que a objetividade absoluta da ciência constitua algo mais que um mero *wishful thinking* do cientista escrupuloso e, nesse sentido, válida como norma metodológica; na realidade, o homem não se liberta dos seus valores nem de seus interesses de classe, quer quando faz uma revolução quer quando a estuda. E, assim, a aparente perfeição do mecanismo lógico da ciência moderna nem aparece em sua precariedade, que tanto maior se torna quanto mais inconsciente estivermos das suas imperfeições. Longe de ser um ideal de advogar um agnosticismo ultrapassado e reacionário. Mas é que a ciência, principalmente a social, enquanto se mantiver como um luxo de uma restrita elite dominante, correrá sempre o risco de se constituir numa mera racionalização ideológica.

É bem verdade que os problemas aí levantados não se referem particularmente à distinção ou à identidade metodológica de história e de sociologia; são problemas epistemológicos gerais, e não valem como marca diferenciadora de uma ou de outra. Já na segunda ordem de respostas ao problema do método, talvez se possa encontrar um terreno menos movediço. Essa referência vale particularmente para o processo da observação e análise dos historiadores e dos sociólogos. Da mesma forma que, em conversas ao pé do fogo, antropólogos e sociólogos costumam diferenciar os respectivos procedimentos investigatórios mediante a distinção entre a *caderneta de campo* e o *questionário*, também se poderia dizer, sem muito risco de erro, que historiadores e sociólogos se diversificam ao utilizarem, um, o testemunho morto, outro, o vivo. Mas logo salta à primeira vista a precariedade de tal distinção a qual o sociólogo que não completa o exame do real que lhe advém da coleta

de dados primários sem o apelo, tantas vezes mais fecundo, ao documento histórico, a interpretação já feita, ao fato já elaborado, reelaborado e analisado? E como poderia o historiador reinterpretar a história pretérita senão passando-a pelo crivo das coordenadas do seu tempo e do seu esquema de referências, que lhe dão os fatos de que ele é observador direto, quando não participante? Contudo, uma diferenciação ocorre: no seu trabalho cotidiano de apreensão do real, o historiador lida mais com documentos e o sociólogo mais com informantes. Em tudo o mais, porém, de tal forma se assemelha o trabalho do historiador e do sociólogo que dificilmente se pode distingui-los, ao ver ambos no mesmo afã de escolher o tema, propor o problema, formular a hipótese, definir as variáveis e os indicadores, selecionar os dados, construir os instrumentos de observação coletar as evidências empíricas, aplicar as operações mentais de comparação, abstração e generalização, reorganizar o real e apresentar os resultados, que tais são as fases de que se compõem a investigação sistemática da realidade humana. Novamente a dúvida; em que ficamos? E, novamente, numa diferença decisiva e sutil: dentro da identidade geral do método científico, e dentro ainda da particular distinção da natureza das fontes que dele faz parte, a sociologia e a história se assemelham no procedimento metodológico do tratamento dos dados com que reconstituem os fatos passados ou presentes.

Há ainda, todavia, um problema. A sociologia poderia ser metodologicamente definida como uma ciência de natureza empírica-indutiva. Isto é, não tendo ainda constituído um corpo teórico suficientemente universal e aceito para poder, dele, derivar novos conhecimentos, está, contudo, na capacidade de construir, a partir do mundo factual, generalizações suficientemente abrangentes para que possam constituir indicações razoáveis, quer de futuras pesquisas, quer de ação prática. Nisso, é claro, a sociologia se diferencia da física e da química, tão impropriamente chamadas, por alguns, de ciências exatas. Mas se diferenciará da história? A resposta a essa pergunta – como, de resto, a várias outras perguntas que permeiam estas observações – vai depender um pouco do que se entenda por história. Se julgarmos que a história não é senão o relato benfeito de fatos passados, ela dificilmente poderá sair dos limites da mera crônica, quando não de literatura, e às vezes de ficção. Se, porém, concordarmos mais que ela procura nos fatos passados o exemplo para as ações presentes, também aí não poderá a história sair dos limites da apologética, quando não da mitologia. Mas se usamos o procedimento científico histórico para acompanhar a evolução dos feitos dos povos humanos, a fim de lhes captar as leis gerais de transformação, aí então teremos uma história que não será nem literatura nem mitologia nem apologética.

E é evidente que essas discussões todas nos levariam a abandonar, por já estéril, a abordagem da sistemática de objeto e método, por uma abordagem

mais concreta, que ou superasse nossas dúvidas ou no-las reformulasse mais adequadamente. Isso nos levaria fatalmente a tentar uma *sociologia da história* e uma *história da sociologia*, mais uma exposição tradicional das duas disciplinas.

História sempre houve, desde que os primeiros homens começaram a existir e lutar contra o meio ambiente para sobreviver; já o relato da história humana, a história-ciência ou a historiografia, embora refletindo o nível de superestrutura, o ritmo das mudanças que se operavam nas esferas da infraestrutura, para nascer e se desenvolver exigiu certos pré-requisitos, que podem não ter necessariamente uma data de nascimento que coincida com a do homem, seja qual for o conceito que se empreste ao termo “homem”. A palavra escrita, evidentemente, constitui um salto qualitativo de fundamental importância na história da história e na sociologia da história, mas não é nem seu nascimento nem seu apogeu. A história de Tucídides não difere muito da de Heródoto nem da de Tito Livio, mas entre estes e Marc Bloch, por exemplo, há uma série de enormes saltos qualitativos que marcam e caracterizam uma evolução inegável no caminho da história. A ideia e a palavra, embora constituam produtos abstratos da luta concreta dos seres humanos pela própria sobrevivência, nem por isso deixaram de ser, sempre, instrumentos consideravelmente eficazes na ascensão, manutenção e queda das elites dominantes de todos os tempos e de todas as sociedades. A história, verbalizando o real e reificando a verbalização, sempre constituiu um sistema altamente eficiente de produção e divulgação ideológica, produzido e mantido pelos grupos sociais para os quais a manutenção do *status quo* é não apenas uma questão de sobrevivência cultural e coletiva, mas muitas vezes física e pessoal. Assim, a história – suas lendas, suas mentiras, suas idealizações, seus mitos e até mesmo algumas de suas verdades – tem constituído um sustentáculo dos esquemas de dominação econômica e política que tem coroado as estruturas sociais, quer escravistas, quer feudais, quer capitalistas. É claro que nem sempre – ou, mesmo, poderíamos dizer que quase nunca – o historiador tem consciência desse papel servil que desempenha com sua contribuição – melhor dizer, com sua retribuição – a causa da manutenção dos grupos dominantes, em troca do sustento material que esses grupos lhe proporcionam, quer erigindo-o em figura de estadista, quer empregando-o como escriba oficial ou oficioso dos aparelhos estatais e educacionais da sociedade. O historiador é, antes de tudo, um agente do controle social. E, na medida em que o controle social – seus mecanismos, suas instituições, seus agentes – estão nas mãos de quem tem nas mãos o poder econômico, vale dizer, político, o historiador é geralmente *malgré-lui*, um funcionário do rei. Possuir informações e, mais ainda, possuir informações de fatos que já aconteceram e que, portanto, nem sempre podem ser re-verificados pelos seus coetâneos – confere a quem

busca e elabora a informação um poder muito grande, que é o poder de ser extremamente útil a quem presta obediência. Fazer história, no sentido de historiar a ação, permite a quem a fez esclarecer seus semelhantes, ou se de-sejar, ou se a isso for obrigado e coagido, enganá-los e mistificá-los. É por isso que, no momento em que a história deixa de ser literatura do pretérito para constituir-se em ciência histórica, ela deixa também de ser uma experiência bem comportada para se transformar numa ideia revolucionária. Isso ocorre, em parte, porque nem todos os historiadores sempre tiveram a vocação de funcionários de rei, mas principalmente porque a evolução da própria humanidade, nas suas realizações concretas, a partir de certo momento passou a exigir outro aparato ideológico e científico que explicasse o novo mundo que surgia. Assim, a revolução da história repete a história da revolução. O conhecimento da evolução da humanidade leva à evolução do conhecimento que a humanidade passa a ter de si mesma. Não é necessário, sempre, batizar ou rotular as coisas, mas o salto qualitativo mais fundamental na história da evolução da história parece ser a junção da concepção materialista com a metodologia dialética, rompendo abruptamente com o passado filosófico que tinha tanto de enganado quanto de enganoso e propiciando o surgimento e o desenvolvimento de novas visões dos homens e de suas ações, que têm tanto de engajadas quanto de engajantes.

Mas a ruptura do presente com o passado, nesta apressada sociologia da história, não enterrou o passado. Seus fantasmas e seus espíritos continuam vagando pelas plagas históricas e lançam a confusão mais que a luz, o encobrimento mais que a descoberta, a omissão e o silêncio mais que a atuação e a proclamação. Coexistem, e quase nunca pacificamente, duas concepções antagônicas, irreduzíveis, adversárias, da história dos homens e da ciência da história: uma concepção vê a humanidade agindo como que não guiada por acontecimentos que transcendem a cada indivíduo isoladamente, como que caoticamente, inexplicavelmente, imprevisivelmente, ou bem agindo como dirigida automaticamente por pré-determinações imanentes à abstração do ser humano em geral, incapazes de modificar por suas mãos as rotas de um mundo pré-estabelecido e tendo, portanto, de aceitar submissamente os azares e os infortúnios de uma evolução que lhe é alheia; esta, a concepção que ainda resiste, que ainda teima. Outra concepção vê o mundo como um objeto cognoscível e não só suscetível de conhecimento quando passível de modificação pelas mãos dos próprios homens, homens concretos e reais, modificando os seus ambientes naturais e sociais nas condições que lhes são dadas pelo acúmulo das modificações das gerações anteriores, mas ainda assim modificando-os, numa busca permanente por estágios superiores de cultura e civilização, numa incessante vitória na luta contra as condições adversas, quer tenham sido impostas pelos

fatos da natureza, quer tenham sido criadas pelos próprios homens; esta, a concepção que revoluciona, que tenta sobrepujar-se à anterior, que tenta vencer e dominar. A luta, dentro da história, está longe de estar encerrada; apenas recém iniciou-se e cada novo estágio propõe as regras da luta do estágio posterior. É uma dinâmica própria à evolução da ciência história que, ainda aí, reflete a dinâmica da história dos homens.

E a sociologia? Não se apresenta ela num quadro menos problemático que o da história. Também aí seus investigadores e divulgadores não são senão funcionários do rei – um pouco mais sofisticados talvez e, certamente, melhor remunerados. E mais ainda na sociologia que na história. Porque uma também aligeirada história da sociologia nos pode mostrar esta como tendo nascido exatamente da necessidade de uma determinada classe dominante – a burguesia europeia do século XIX – que sentiu de justificar sua posição de classe dominante e, justificando-a, fortalecê-la. No século anterior, a burguesia já havia cumprido a primeira etapa da sua tarefa de guindar-se ao poder; tarefa mal-cheirosa e desagradável, arriscada e dolorosa que incluía barricadas nas ruas, proclamações heroicas, a tomada das fortalezas e a destruição dos castelos. No século XIX, essa mesma burguesia se entregava à segunda etapa de sua tarefa, já agora entrincheirada, a salvo, atrás das fábricas, das fazendas, dos escritórios, dos balcões do comércio e dos postigos dos bancos; tarefa menos desagradável e mais prosaica, mas mais complexa e sutil, que era a de reforçar o poder, desdizer tudo o que havia dito no século anterior a propósito das liberdades humanas, afastar da mesma tentação o novo Terceiro Estado – o proletariado dos campos e das cidades – e inventar as mais deslavadas mentiras e os mais ingênuos mitos a propósitos de direito que tinha à dominação política, à propriedade e à vida dos homens. Foi aí, então, e por isso, que nasceu a sociologia. Entendamos logo: não se trata de dizer, grosseira e ingenuamente, que Comte ou Durkheim seriam “assalariados dos patrões burgueses”; é claro que não. Mas se trata de lembrar com que alvoroço essa nova ciência foi recebida, acolhida, manuseada, manipulada, adulterada, divulgada e utilizada pelos que detinham as rédeas do poder político e econômico, vale dizer, da fome dos proletários, vale ainda dizer, das suas vidas. De resto, isso não são novidades; poucos são os que se detêm na história da sociologia e que não veem o papel ideológico que a nova ciência desempenhou – e a inda desempenha – nos esquemas tradicionais da dominação e nos sistemas de controle social da burguesia, já agora capitalista, industrial e imperialista, que domina vastas multidões de esfomeados, de desempregados, ou de empregados com fome. Bouthoul, o mais moderado, vê no nascimento e nos desenvolvimentos da sociologia o reflexo de crises sociais. Certo, mas que crises sociais são essas que pontuam a evolução dos sistemas socioeco-

nômicos e das estruturas sociais europeias, asiáticas e americanas desde a desagregação do feudalismo senão as crises que vêm marcando a ascensão, o apogeu e o declínio do capitalismo? Os menos moderados veem no nascimento da sociologia a contrafação burguesa do marxismo, contraconceito contra o conceito, a “ideologia burguesa” contra a “ciência do proletariado”. E, ao vê-la e proclamá-la, não deixam de tentar ilustrar suas afirmações com o cotejamento de algumas teses nos dois campos. Por exemplo, o do processo evolutivo da divisão social do trabalho; Durkheim, na sua famosa tese de doutoramento, apresenta a divisão social do trabalho como a passagem evolutiva das sociedades menos complexas, mais primitivas, caracterizadas pela solidariedade mecânica ou por semelhança, para as sociedades de seu tempo, mais densas populacional e socialmente, complexas e repletas de instituições várias que se caracterizam pela solidariedade orgânica ou por diferença; Marx e Engels, na *Ideologia alemã* apresentam o processo da divisão do trabalho como resultante social das transformações infraestruturais das relações de trabalho e de propriedade, levando a uma alienação cada vez maior do proletariado nas sociedades modernas: o proletário alienado do processo técnico de seu trabalho e do produto real de seu trabalho, que é apropriado pelo capitalista por intermédio do mecanismo da mais-valia. Para Marx e Engels, o processo evolutivo da divisão do trabalho acentua e agudiza a contradição fundamental da sociedade capitalista, expressa na luta entre as classes capitalista e proletária, até o momento de um impasse, que seria superado pela abolição da propriedade privada dos meios de produção e pela eliminação das classes sociais, que se haviam constituído como resultado da propriedade privada. Outro exemplo: Max Weber, em *Economia e sociologia* e na *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, defende a ideia comtiana do resto do que o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial foram propiciados, senão criados pelo particular código de ética que passa a dominar regiões cada vez mais vastas da Europa a partir da reforma de Calvino o Lutero, do primeiro principalmente. Nessa tese, está implícita a concepção de que a ideia move a ação, de que a história das transformações sociais e econômicas do homem é pré-determinada pela evolução do pensamento humano. A tese exatamente oposta havia sido exposta e defendida por Marx e Engels na *Contribuição à crítica da economia política*, no *Capital*, na *Ideologia alemã* e em outras obras. Para Marx e Engels, “é a existência social, concreta e real dos seres humanos, que determina a consciência social”. Em outras palavras, seriam os primeiros sintomas da desagregação feudal e do surgimento do capitalismo os primeiros indícios de substituição do trabalho servil pelo trabalho assalariado que teriam dado origem a um sistema ético capaz de justificar e reforçar a nova ordem das coisas que estava surgindo na esfera da infraestrutura social

e econômica. Outros exemplos seriam fastidiosos. A verdade é que, analogamente ao que ocorreu com a história, também com a sociologia verifica-se uma ruptura antagônica e hostil entre uma concepção dialética materialista das sociedades e das leis que regem as suas transformações, de um lado, e, de outro, uma concepção não marxista da essência da natureza humana e dos destinos do Homem. Mas, ao contrário do que ocorreu com a história, na sociologia a ruptura não é posterior ao nascimento da ciência: bem ao contrário, a ruptura concreta e real do materialismo dialético e histórico com a ideologia da burguesia dominante do século XIX é que provocou, como reação desta, a construção e o desenvolvimento de um sistema ideológico-científico que tivesse por missão desmentir, ou desdizer, as afirmações marxistas.

Nesses 100 anos de vida – ou de batismo, pelo menos –, a sociologia tem uma história que é, aparentemente, de vasto e amplo progresso. Na Europa inicialmente e, principalmente, nos Estados Unidos posteriormente, a sociologia se desenvolveu e produziu numerosíssimas obras, escolas, esquemas, conceitos, definições, jargões, cátedras universitárias, coleções bibliográficas, empregos públicos e empregos privados. Todavia, esse aparente avanço é, na realidade, uma abstração; concretamente, o que houve com a sociologia foi um recuo. Recuo na concepção de objeto da sociologia que perde cada vez mais a sua concretude para tornar-se cada vez mais abstrato, ininteligível, etéreo, mistificador. Expressões tais como “consciência coletiva”, “instinto de sociabilidade”, “sentido de ação social”, “interação social entre os vegetais”, “Homem com letra maiúscula”, e muitas outras, povoam os livros e os artigos dos sociólogos, atemorizando os estudantes incautos e confundindo os professores ingênuos. Isto é, cada vez mais a sociologia oficial, acadêmica, bem comportada e bem remunerada, recusa-se a retomar as grandes preocupações dos pensadores do século passado quanto aos mecanismos de transformação social e às possibilidades de interferência racional dos homens na condução da própria história. Essa recusa não é fruto apenas da ingenuidade, e não o é certamente da ignorância. É uma utilização deliberada da ciência sociológica para mascarar, e não para esclarecer os reais problemas das sociedades humanas. Esses multifacetados desenvolvimentos que sofreu – sofreu é a palavra adequada à sociologia no século XX, nas universidades norte-americanas e na maior parte das europeias, produziram alguns bons resultados. Mas são resultados que valem para microrganismos sociais: a melhor forma de obter obediência nas fileiras do Exército, a melhor forma de persuadir à conformidade uma população insatisfeita de uma pequena comunidade, o meio mais eficiente de aumentar as vendas nos supermercados, os mecanismos mais adequados para produzir propaganda ideológica subliminal em massa ou a melhor maneira de obter que os empregados da fábrica trabalhem cada vez mais com cada vez me-

nores salários. Com exceção dos sociólogos “malditos” – Wrigth Mills, Paul Baran, Paul Sweezy, L. Huberman e alguns poucos outros, a imensa plêiade dos sociólogos norte-americanos não produziu ainda nenhuma grande obra capaz de pôr em cheque os próprios fundamentos da sociedade imperialista e guerreira que são os Estados Unidos de hoje. Suas preocupações, suas experiências, seus ensaios, suas teses, seus artigos, giram em torno da psicodinâmica dos pequenos grupos. Não é por acaso que, em quase todas as universidades norte-americanas de hoje em dia, já não se fala mais em sociologia, ou antropologia, psicologia social: fala-se em “ciências comportamentais”. É que não são apenas “ciências do comportamento”, são, principalmente, ciências “bem comportadas”. E, assim, na sua curta, mas atribulada vida, a história da sociologia desemboca numa sociologia a-histórica.

Recuo também – e não avanço, como à primeira vista poderia parecer – no método. É bem verdade que o sociólogo de hoje dispõe, graças ao avanço formal das sociologias europeias e norte-americanas, de um amplo e sofisticado instrumental tecnológico para as suas investigações empíricas; questionários, formulários, roteiros de entrevista, ficha de observação direta, relatórios de observação participante, estudo de casos, incidentes críticos, dramatizações, sociogramas e sociodramas, escalas de atitudes, pesquisas de opinião e pesquisas de mercado, pesquisas operacionais e multidisciplinares, a estatística, a psiquiatria, a cibernética, o gravador, o *slide*, o projetor, o computador eletrônico. Mas não tem o fundamental: o método científico de interpretação. Recusando-se, pelas mesmas razões ideológicas que operaram no caso do objeto da sociologia, a aceitar um método objetivo de observação e análise da realidade total, o sociólogo acadêmico moderno muitas vezes representa o papel de uma figura lamentável que dispõe de milhares de dados e não sabe o que fazer com eles. Tem – sobre os seus antepassados do século XVIII e do século XIX – a vantagem de poder selecionar um número muito maior de fontes de informação, obter um número muito maior de informações, dispor de meios muito mais eficientes de captação e registro de observações, contar com um número muito maior de especialistas na manipulação e tabulação dos resultados – mas continua tão perplexo diante da realidade que reuniu quanto estaria nas suas condições pré-clássicas. Seu mecanismo lógico é geralmente, ainda, o estreito e insatisfatório mecanismo da lógica formal. Seus esquemas interpretativos geralmente não vão além de generalizações válidas apenas para o campo investigado – e que já estavam implicitamente contidas na formulação do problema. Assim, o sociólogo moderno, acadêmico e bem-comportado, debate-se num círculo vicioso de um objeto que lhe é limitado pelas superestruturas dominantes, e num círculo tautológico de um método que não questiona a veracidade das premissas. A sociologia passa a

oscilar, assim, entre a constatação do óbvio e as hipóteses não comprováveis empiricamente, sobre assuntos que não interessam a ninguém, a não ser aos financiadores de pesquisa. É claro que estas observações enfatizaram mais aspectos negativos que os positivos, do desenvolvimento das suas disciplinas, em parte porque foi apenas levantada uma problemática sem apresentação de uma solução. A superação da contradição entre uma sociologia e uma história não científica e uma sociologia e uma história científica não pode partir da imaginação de um ou de outro interessado no assunto. Enquanto a ciência for um luxo ou uma arma da elite dominante, ela sempre tenderá a ser uma racionalização ideológica. O desenvolvimento científico é o produto da história da humanidade, entendida como história das lutas, dos sofrimentos e do trabalho dos povos; no decorrer dessa história dos povos, a ciência lhes foi expropriada, como lhes foram expropriados a terra, as ferramentas, a energia física e mental. Somente quando os povos se reapropriarem dos instrumentos de controle social e, com eles, da terra e do pão, também se reapropriarão da ciência e, aí, a ciência se tornará verdadeiramente científica e se constituirá numa ferramenta de libertação dos homens, e não da sua opressão.

Retomando o problema da formação de especialista em ciência social aplicada a introdução dos alunos às ciências históricas ou sociais, nas primeiras semanas de curso, tende a aclarar, aos egressos dos cursos secundários, a natureza temática e epistemológica das proposições científicas que o homem do século XX possa fazer a respeito da vida em sociedade. Não é este o lugar para tratar-se de problemas de metodologia, mas tanto como instrumento operacional para o exercício da própria profissão futura como embasamento para avaliação dos avanços e recuos das ciências sociais, em geral, ou da sociologia, em particular, o estudante precisaria ser posto a par das disciplinas que lidam com mecanismos lógicos de raciocínio. É sabida a omissão quase generalizada dos cursos secundários no que se refere aos conteúdos não metafísicos dos programas de filosofia, ou dos programas de lógica. É sabido, também que o estudante de curso secundário não é treinado para pensar: mas, na melhor das hipóteses, é treinado para *aceitar e memorizar*; a existência de uma ou outra escola ou de um ou outro professor que porventura desenvolva seus programas no sentido de fazer florescer nos alunos a capacidade de raciocinar não invalida essa observação geral. Sendo assim, o impacto causado no estudante das primeiras séries da universidade pela exigência da sua participação ativa como construtor de ciência, e não mais como clientela consumidora de produtos acabados do saber, é de molde, geralmente, a provocar um destes dois resultados: ou a escola ou o professor dedicam a necessária atenção a esse aspecto do problema da educação e montam um sistema de aprendizado capaz de fazer o estudante gradativamente libertar-se de uma estrutura autoritária de

pensamento e aderir a formas livres e criadoras de raciocínio; ou o esforço individual de uma disciplina ou um professor que não encontrem um lugar numa sistemática pedagógica faz os alunos afastarem-se – com desânimo, indiferença ou hostilidade – dessa função que a universidade lhes deveria exigir.

Nos currículos tradicionais da ciência da administração ou de técnica da administração vigente no Brasil, essa tarefa é normalmente confiada a dois grupos de disciplinas: as matemáticas e as ciências sociais. Mas as matemáticas, tais como são dadas nos primeiros anos do curso, que se destinam a ilustrar os alunos no manuseio de conceitos e operações necessárias a disciplinas cronologicamente posteriores (microeconomia e estatística), não cumprem a contento o dever de desenvolver o raciocínio dos estudantes e, mesmo quando o fazem, limitam-se pela própria natureza das matérias ao treino automático nos raciocínios dedutivos. No grupo das ciências sociais, o aluno é posto muitas vezes pela primeira vez em toda a sua carreira escolar frente a frente com o problema de indução e não está absolutamente preparado para tal. Sem contar que nem sempre os professores estão também preparados para tratar do mecanismo lógico das ciências empírico-indutivas entre as quais se situam as ciências sociais – muitas vezes a tendência dos alunos é a de desacreditar na ciência nova – “por incerta” – ou no professor – “por inseguro”. É claro que muitos desses óbices podem ser afastados com o método de ensino utilizado pelo professor e com a bibliografia que ele possa pôr ao alcance dos estudantes. Outros problemas, porém, não se resolvem tão facilmente: são inerentes à própria estrutura das relações entre objeto e conhecimento nas ciências sociais e estão ligadas ao devir histórico dessas ciências. Ocorre que, geralmente, por absoluta falta de disciplinas que, anteriormente, nos cursos secundários, tenham colocado os alunos em contato com problemas metodológicos, os estudantes universitários que não tenham uma vocação “política” pessoal não estão preparados sequer para sensibilizar-se com os problemas levantados pela matéria – ou pelo professor – quanto mais para entendê-los ou discuti-los.

Essa situação tem se resolvido, na prática – e aqui a observação vale para os cursos de ciências sociais – em geral de uma das três seguintes maneiras:

a) os programas das disciplinas vinculadas às ciências empírico-indutivas ignoram as discussões metodológicas, e o professor apela novamente para uma estrutura autoritária do pensamento, “dando conhecimento” da sociedade e criando sanções indiretas (através de bibliografias controladas e de provas e exames) para os que não “aceitam” o conhecimento dado tal como foi dado.

b) o currículo inclui uma ou mais disciplinas que, com os nomes variados de “Métodos de Pesquisa”, “Técnicas de Pesquisas”, “Métodos de Investigação”, “Prática de Pesquisa” etc., tentam introduzir o estudante à *praxis*

da ciência, colocando-o em contato com problemas práticos de observação e análise de dados da realidade e, com isso, esperando que ele desperte para os problemas mais gerais da metodologia científica.

c) o currículo abre perspectivas para a inclusão de disciplinas metodológicas específicas, tais como Filosofia, Lógica etc.

d) os programas das disciplinas ligadas às ciências históricas dedicam uma parte inicial ou final de sua matéria para a discussão dos problemas lógicos.

Não existe, registrada e analisada, uma experiência sistemática dos resultados alcançados nessas quatro situações, o que dificulta um julgamento definitivo sobre qual a mais apropriada para o aprendizado; as duas últimas das configurações apresentadas, todavia, parecem ser as mais indicadas.

É claro que o objetivo de sensibilizar o estudante universitário para os problemas de uma sociedade em transformação, de muni-los com instrumentos conceituais de análise dessas transformações que lhe permitam fazer opções apropriadas na condução da ação própria e alheia – o que se poderia apresentar como objetivo do ensino da sociologia – não é uma exclusividade da sociologia nem de outras disciplinas históricas no currículo. No caso da ciência da administração, cada vez mais o espírito que anima a conjugação de disciplinas no currículo e a composição da matéria no programa de cada disciplina têm procurado transformar a administração numa estratégica do desenvolvimento. O problema, portanto, é menos reafirmar esse propósito do que procurar, racionalmente, equacionar o que seja esse desenvolvimento e comparar as estratégias possíveis para a escolha da mais eficiente.

À guisa, portanto, de conclusão deste capítulo, e de introdução aos que lhe seguem, poder-se-ia afirmar que uma problemática sociológica possível é a que enfatiza a descoberta científica das leis gerais que regem a transformação histórica das sociedades capitalistas subdesenvolvidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, T. B. *Introdução à sociologia*. (Trad. de Waltensir Dutra), Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

\_\_\_\_\_; Rubel, L. *Sociologia e Filosofia Social de Karl Marx*. (Trad. de Geir Campos), Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

CUVILLIER, A. *Manual de sociologia*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.

FERNANDES, F. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

MANNHEIM, K. *Sociologia sistemática*. (Trad. Marialice M. Foracchi) São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1962.

OGBURN, W. F. Y.; Nimkoff, M. F. *Sociologia*. (Trad. de João José Sanchiz) Madrid: Aguilhar, 1955.

TIMASHEFF, N. *Teoria sociológica*. (Trad. de Antonio de Bulhões, revista por José Augusto de Castro), Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

## O TRABALHO E A ESTRUTURA SOCIAL

A história da sociologia e das teorias sociológicas, embora curta, apresenta diversas concepções do campo dessa ciência. Algumas (formalistas, funcionalistas) veem-se a si mesmas como o estudo de formas ou funções da vida social, de caráter genérico e abstrato, geralmente a-histórico; outras declaram-se manifestamente como ciências da sociedade ou de sociedades concretas. As diversas concepções de sociologia refletem e trazem, implícita ou explicitamente, determinadas concepções da sociedade. E das concepções da sociedade (e, em consequência, da sociologia) decorrem as diversas maneiras com que os sociólogos têm apresentado as relações da sociologia com outros campos da ciência, bem como as divisões internas da sociologia. Para Comte, a sociologia, ou física social, é a ciência da espécie humana e se divide em Estática Social (que estudaria as leis da existência da sociedade) e Dinâmica Social (que estudaria as leis da transformação da sociedade). Grande parte da produção sociológica posterior a Comte seguiu-lhe a pista e, de uma forma ou de outra, conservou a distinção original entre movimento e não movimento. Assim, para Durkheim, a sociologia dividiu-se em Morfologia Social (forma exterior das sociedades), Fisiologia Social (funções da sociedade) e Sociologia Geral (a parte matemática e filosófica); a Fisiologia Social, por sua

vez, compreenderia as Sociologias Especiais (aqui se poderia pensar Sociologia Religiosa, Moral, Jurídica, Doméstica, Econômica, Linguística, Estética etc.). Mannheim decompõe a Sociologia em Sociologia Sistemática ou Geral (elementos básicos e conceitos fundamentais), Sociologia Comparada (variação histórica) e Sociologia Estrutural (manifestações históricas concretas). Florestan Fernandes apresenta seis divisões: Sistemática, que estudaria uma ordem a-histórica nos fenômenos sociais e que se divide em: Estática e Dinâmica; Descritiva (manifestações concretas, empíricas); Comparada (supra-histórica); Diferencial (histórica); Aplicada (condições da aplicação); Geral ou Teórica (metodologia).

Uma concepção da sociedade que se proponha entendê-la como um todo unificado, concreto e histórico, em movimento constante, coloca outros problemas relativos à divisão da sociologia. Nessa concepção, a sociedade apresenta-se basicamente como uma infraestrutura determinando uma superestrutura ou, em outras palavras, o modo de produção, composto de forças produtivas (recursos naturais, homens, técnicas, organização e divisão do trabalho) e organização de classes sociais produzindo também o modo de viver, agir e pensar (superestruturas ideológicas). O elemento básico do modo de produção consiste no trabalho humano e nas relações sociais que ele engendra (relações dos homens com as coisas e relações dos homens entre si). Ora, se realmente as relações de trabalho são as relações essenciais do movimento concreto das sociedades, a análise científica das sociedades passaria a ser uma sociologia do trabalho, e a sociologia do trabalho passaria a ser toda a sociologia. Na verdade, tal não ocorre, porque as relações de trabalho não esgotam todas as relações sociais, embora as produzam e as determinem; e porque as diversas esferas da organização social, embora interdependentes e determinadas pelo movimento global e total da sociedade, podem apresentar ritmos, sentidos e direções divergentes desse movimento. Todavia, restaria, de peculiar a uma análise científica do trabalho, o entender o que são essas relações de trabalho e como elas produzem e determinam as demais relações sociais. Dentro, ainda, dessa concepção de sociedade e de sociologia, as divisões internas são, a rigor, artificiais, precárias e relativamente arbitrárias; além disso, uma concepção totalizadora da sociedade não se permite parcelizar-se ou destotalizar-se; e, em terceiro lugar, as temáticas especiais não podem ser nem excluídas nem diferentes da temática geral de uma sociologia compreendida dessa maneira. Só o que justifica falar numa sociologia do trabalho – e em outras sociologias especiais – é uma deliberada ênfase em certos elementos constitutivos da vida social global, que nem podem nem sequer obscurecer as demais. Para qualquer sociologia especial, essa ênfase é possível quando há razões históricas para isso: a emergência de problemas em determinadas

áreas ou campo da vida social suscitando um conjunto de trabalhos empíricos capazes de constituir uma temática particular, não autônoma, mas bastante consistente. É o que ocorreu, em particular, com a sociologia do trabalho: a urbanização e a industrialização crescentes das últimas décadas fizeram convergir sobre a área da empresa e do trabalho a atenção de numerosos estudiosos, de diversas e diversificadas especialidades. Primeiramente sob o título de sociologia econômica, depois com a designação da sociologia industrial e outras; vários autores têm publicado relatórios de pesquisa, considerações teóricas, ensaios etc. que versam sobre o tema do trabalho na sociedade; a partir de 1950, aproximadamente, a expressão sociologia do trabalho tem designado livros, revistas, artigos, disciplinas acadêmicas e departamentos universitários.

Se o objeto de uma sociologia do trabalho é, assim, de certa forma, polêmico, não menos o é a sua metodologia. Na antiguidade clássica, o trabalho, sendo servil, e os trabalhadores, não sendo considerados seres humanos, implicava em que o trabalho, em abstrato, era objeto de especulações filosóficas; o cristianismo traz ao trabalho a abordagem de considerações de ordem teológica e ética; com uma visão diametralmente oposta à do cristianismo em relação ao trabalho, a reforma protestante também passa a cercar o objeto com considerações éticas. Ao lado dessas especulações, contudo, a Idade Média vê, através das corporações de ofícios, desenvolverem-se descrições tecnológicas de trabalhos concretos. O Renascimento e o desenvolvimento das ciências físicas e mecânicas modificam a atitude dos pensadores em relação ao trabalho: o objeto pode ser medido empiricamente. A partir do século XVII, sucedem-se as contribuições que permitirão, modernamente, encarar o trabalho como um objeto de ciência: o economista inglês “Sir” William Petty (1623-1687), também estadista e médico, faz um estudo sobre expropriações rurais na Irlanda e passa a desenvolver a observação e a mensuração de situações de trabalho, através de análises quantitativas e raciocínios empírico-indutivos e teórico-dedutivos; uma de suas preocupações é a de comparar um indivíduo com outro mediante o tempo gasto no fornecimento dos respectivos trabalhos. Os fisiocratas do século XVIII veem no trabalho um elemento universal de produção econômica, mas o veem como um “*quantum* abstrato”; ainda no século XVIII, Condillac e Galiani passam a usar, em relação ao trabalho, a observação e a mensuração, mas de forma indireta: sobre os efeitos do trabalho, e não sobre o próprio trabalho, e introduzem a noção de utilidade subjetiva do produto do trabalho. Pierre Cabanis, médico francês (1757-1808), através de observação e experimentação, estuda o trabalho sob o ponto de vista fisiológico e psicológico. O século XIX é fundamentalmente marcado pelos trabalhos de Marx e Engels: vendo na evolução da divisão do trabalho um mecanismo

de transformação das estruturas sociais e analisando em detalhe o sistema capitalista de produção, trazem à problemática do trabalho uma contribuição das mais fecundas: a interpretação dialética; partindo da mercadoria (aparentemente concreta, mas realmente abstrata), descobrem na sua essência o trabalho que a produziu (aparentemente abstrato, mas realmente concreto) e as demais conexões entre o trabalho e toda a vida social que ele produz: tempo, valor, relações entre os que trabalham, modo de produzir, de viver e de pensar (aparentemente abstrato, mas realmente concreto). Ao lado de Marx, sucedem-se as descrições sociográficas da situação de trabalho e de modos de vida trabalhadores (QUETELET, *Le Play*) e nasce uma orientação oposta à que fora colocada pela *A ideologia alemã* e pelo *O Capital*: Comte e, mais, precisamente, Durkheim retomam o problema da divisão do trabalho social, retomam as teses de Ricardo, Malthus e Adam Smith e passam a ver na divisão do trabalho o germe da sociedade, igualmente como Marx, mas opostamente a Marx. Este vê na separação entre as classes de produtores um antagonismo irreversível, só superável quando o for o próprio sistema de produção; aqueles veem na separação uma complementação orgânica e harmônica, cooperativa e integradora.

No século XX, os estudos sobre os problemas do trabalho são absorvidos por diversas e diferentes especialidades científicas (desde a fisiologia até a psicologia, passando pela economia, sociologia, etnologia etc.). O desenvolvimento industrial, as necessidades organizativas das empresas, a racionalização e a burocratização do trabalho, a mecanização e a automação, bem como o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, proporcionam um acúmulo de dados e um florescimento de teorias. A partir da última Grande Guerra, sociólogos, economistas e psicólogos franceses, liderados por Georges Friedmann, dedicam-se a pesquisas empíricas e a ensaios teóricos sobre toda multiplicidade de aspectos do trabalho. Ao mesmo tempo, problemas da produtividade, da organização do trabalho nas empresas, da sociedade industrial e das relações entre o homem e a máquina são abordados por pensadores norte-americanos, ingleses, alemães e soviéticos. Pierre Naville, no *Tratê de Sociologie du Travail* (Paris, Colin, 1961), que editou em colaboração com Friedmann, propõe a seguinte sistematização para os procedimentos de investigação da sociologia do trabalho: propriedades intrínsecas ao objeto-trabalho (o trabalho é material, desenvolve-se no tempo e se organiza para determinados fins) devem levar a uma abordagem histórica, ao mesmo tempo real e abstrata, e mensurativa. Para Naville, medida é a apreensão de estruturas ordenadas e, assim, qualquer análise do trabalho deve ser uma análise estrutural, capaz de ver o trabalho como um elemento de uma estrutura, interconectado com os demais elementos dessas estruturas. Portanto, as medidas (classificação e

ordenamento) e a análise de ordenamentos estruturados devem levar à construção de modelos, os quais, por sua vez, exigem uma linguagem simbólica (matemática ou não), codificada. Como a sociedade é uma totalidade concreta em movimento constante, as estruturas em que se insere o trabalho são também totalidades em movimento, ou como diz Naville, experimentos humanos constantes; portanto, o procedimento do cientista do trabalho é sempre um procedimento de certa forma experimental.

Os homens são elementos da natureza, na medida em que existem como coisas vivas. Para produzir essa vida, que é transformação constante, os homens precisam utilizar outros elementos da natureza, obtendo-os tal como se apresentam ou transformando-os de maneira a que se tornem utilizáveis; o conjunto de ações musculares e cerebrais que os homens desenvolvem com esse propósito é o trabalho humano. Na medida em que os homens trabalham, portanto, libertam-se da natureza, de que fazem parte e que os domina, passando a dominá-la. O trabalho, assim, é a relação entre os homens e a natureza; em outras palavras, é através do trabalho que os homens se relacionam com os demais elementos que compõem a natureza, inclusive com os próprios homens.

Como o trabalho é uma modificação dos elementos naturais, a ação trabalhadora está condicionada pelas peculiaridades características dos elementos naturais (escassez, consistência, peso etc.). Portanto, os elementos naturais também modificam o trabalho humano e, em consequência, os homens; e, na medida em que os homens precisam desenvolver e organizar a maneira de modificar a natureza, estarão modificando-se a si próprios reciprocamente. Assim, o trabalho expressa uma relação “humana” (isto é, social) entre os homens e os demais elementos naturais e, por conseguinte, uma relação social dos homens entre si. Assim, se, num primeiro momento, o homem, abstratamente considerado, é um ser vivente natural, a partir do momento em que precisa produzir a própria vida o homem é um ser social e as relações que os homens mantêm entre si e com a natureza são relações sociais.

A consciência de que o trabalho expressa uma relação básica dos homens entre si e com a natureza foi conquistada pela humanidade à medida que se desenvolveram as formas de organizar o trabalho. Nos seus diversos momentos históricos, os homens, através de suas ideologias, de suas concepções religiosas ou filosóficas, refletiram suas particulares condições de vida (e, portanto, de trabalho) em particulares avaliações ou conceitos do trabalho. Segundo Tilgher, para a antiguidade greco-romana o trabalho é esforço e castigo, é uma pena imposta pelos deuses; para os hebreus, esse castigo é a expiação do pecado original; a cristandade primitiva acrescenta a essa concepção o elemento da caridade, recomendando que o produto do trabalho

deva ser repartido entre os que nada têm e, com isso, o trabalho passa a ser visto não só pelos aspectos negativos; no início da Idade Média, o trabalho passa a significar um meio de purificação dos homens e, com esse valor, é preconizado para todos os elementos da sociedade como um direito e como um dever natural e divino. Com a reforma protestante, o trabalho adquire um valor educacional e é representado por Lutero como um meio de manutenção, e não de lucro; mas, com Calvino e com o puritanismo, a noção de vantagens obtidas pelo trabalho é realçada: o lucro, como sinal de sucesso no trabalho, é a prova da pré-destinação, isto é, de que a escolha da profissão é do agrado de Deus. Com as doutrinas socialistas, o trabalho aparece como relação básica dos homens entre si e com a natureza, passando a ser considerado como o meio de produzir a vida, de maneira a permitir que os homens se libertem da dominação imposta pela natureza e possam desenvolver todas as potencialidades da sua inteligência, da sua personalidade e da sua capacidade física. Tilgher indica, ainda, como nos Estados Unidos, mais recentemente, a “religião do trabalho” está cedendo lugar a “uma religião do lazer” ou a “uma religião do bem-estar corporal”.

Além da visão sociológica do trabalho, que procura ser uma visão global, o trabalho pode ser considerado, sob certos aspectos particulares, cada um dos quais têm sido estudado por ramos particulares da ciência (FRIEDMANN, 1961): a) aspecto técnico, em que procura analisar a maneira de trabalhar e as relações entre o trabalhador, os instrumentos ou máquinas e a maneira de operar esses instrumentos; b) aspecto fisiológico, em que se analisa a adaptação do trabalhador ao trabalho, as relações entre a tarefa, o meio ambiente e as peculiaridades físicas e materiais do trabalhador, e em que é estudado o problema da fadiga; c) aspecto psicológico, em que se analisam as aptidões do trabalhador em relação à tarefa, o condicionamento da personalidade do trabalhador pelas características do trabalho; d) aspecto organizacional, em que se estudam as relações de coordenação da equipe de trabalho e as relações do trabalhador com os demais membros do grupo de trabalho.

Embora filósofos, economistas, sociólogos, historiadores, tenham em todas as épocas tratado do tema, não é sempre que encontram em suas obras definições precisas do trabalho. Friedmann cita alguns conceitos: Colson (1924): o trabalho é o emprego que o homem faz de suas forças físicas e morais para a produção de bens ou serviços; Bergson: o trabalho humano consiste em criar utilidade; Bartoli (1957): trabalhar é fabricar e também organizar num quadro social a luta contra a natureza; Marx (1867): o trabalho, através da técnica, é a transformação da natureza pelo homem e a transformação do homem pela natureza; Friedmann (1961): o trabalho é o conjunto das ações que o homem, com sua finalidade prática, e com a ajuda do seu cérebro, de

suas mãos, de ferramentas, ou máquinas, exerce sobre a matéria ações que, por sua vez, reagem sobre o homem modificando-o.

A divisão do trabalho significa, simultaneamente, dois aspectos que compõem um todo único; é a parcelização do processo de produzir alguma coisa e é a atribuição a indivíduos diferentes de parcelas da produção das coisas. Esses dois aspectos estão intimamente relacionados e um não existe sem o outro; um implica o outro. Muitas vezes, o primeiro aspecto é chamado de divisão técnica do trabalho, e o segundo aspecto é chamado de divisão social do trabalho. Embora possam ser aceitas essas denominações, não se deve perder de vista que, em ambos os casos, a divisão sempre se dá num esquema de referência que é social. A expressão “divisão do trabalho” foi popularizada por Adam Smith na sua obra fundamental, em que procura descobrir as causas da riqueza diferenciada das nações. Para Smith (1773), a divisão do trabalho é a causa principal da riqueza de uma nação: quanto mais dividido o trabalho entre os membros da coletividade, maior a produtividade e, portanto, mais rica a nação. Na introdução da sua obra, Adam Smith diz que

[...] o trabalho anual de qualquer nação é o fundo do qual se extraem ordinariamente todas as coisas úteis da vida, que essa nação consome anualmente e que consistem sempre ou no produto imediato daquele trabalho ou naquilo que se adquire de outras nações com aquele trabalho.

Mais adiante, diz que

[...] o melhoramento máximo da capacidade produtiva do trabalho e a maior parte da habilidade, da destreza e da maneira judiciosa com que trabalho é geralmente aplicado parecem ter constituído os efeitos da divisão do trabalho.

É famoso seu exemplo da fabricação de alfinetes: um operário não treinado, sem máquinas, faz um alfinete por dia; com a divisão do trabalho: um homem faz o fio, outro estende o fio, o terceiro corta o fio, o quarto aponta o fio, o quinto arredonda a ponta, outros fazem a cabeça, pulem a ponta e o colocam na cartolina, num total de 18 operações: numa fábrica de dez operários, cada um fazendo duas ou três operações, com algumas máquinas, produzem 48.000 alfinetes por dia. Cada um deles separadamente, sem treinamento, teria feito um alfinete, num total de quatro alfinetes diários. Segundo Smith, esse aumento deve-se a três circunstâncias: o aumento da destreza de cada operário, a economia de tempo quando se evita passar de uma operação a outra e o emprego de máquinas.

É interessante continuar citando Adam Smith:

[...] é a grande multiplicação da produção de todos os diversos ofícios, em consequência da divisão do trabalho, que cria, numa sociedade bem governada, aquela prosperidade geral que se estende às classes mais baixas do povo. Cada operário tem uma grande quantidade de seu trabalho de que dispor, além da quantidade de que se serve a si mesmo; e como todos os outros estão exatamente nas mesmas condições, ele tem a possibilidade de trocar uma grande quantidade de seus bens por uma grande quantidade dos bens dos outros. Eles lhes fornecem, com abundância, tudo de quanto eles precisam, e vice-versa; e, assim, uma abundância geral se difunde entre todas as diferentes classes da sociedade.

Apesar do tom excessivamente otimista e, de certa forma, ingênuo, não lhe escapa o caráter histórico do processo: no capítulo II, diz:

Esta divisão do trabalho da qual derivam tantas vantagens, não é, originalmente, efeito da sabedoria humana, que tenha previsto e procurado aquela prosperidade geral a que dá origem. É a consequência necessária, embora lenta e gradual, de certa tendência da natureza humana, que não tem, como mira, aquela ampla utilidade: a tendência a comerciar e a trocar uma coisa com outra. Se esta tendência é um daqueles princípios originais que não possam ser atribuídos a outras causas, ou se, ao contrário, como parece mais possível, é a consequência necessária da faculdade da razão e da palavra, não cabe indagar na nossa matéria presente.

No capítulo III, diz ainda:

Assim, como é a capacidade de comerciar que dá origem à divisão do trabalho, a amplitude dessa divisão do trabalho deve sempre ser limitada pela amplitude daquela capacidade, ou, em outros termos, da amplitude do mercado. Quando o mercado é muito restrito, ninguém pode ser encarregado a dedicar-se inteiramente a uma só ocupação, porque senão lhe julgaria a capacidade de trocar todo o excedente do produto do seu próprio trabalho com relação ao seu consumo, com aquelas partes do produto do trabalho dos outros homens, dos quais ele possa ter necessidade.

No capítulo V, Adam Smith corrige, em parte, o otimismo inicial:

Cada homem é rico ou pobre na medida em que pode permitir-se disputar as necessidades, os confortos e os prazeres da vida humana. Mas, uma vez am-

plamente estabelecida a divisão do trabalho, o trabalho de um homem não lhe pode prover a não ser em parte bem pequena esses bens. A parte consideravelmente maior ele deve obtê-la do trabalho dos outros homens, e ele será rico ou pobre segundo a quantidade de trabalho alheio de que possa dispor ou que possa permitir-se adquirir. Assim, o valor de uma mercadoria qualquer, para quem a possui e que não tencione usá-la ou consumi-la para si mesmo, mas trocá-la com outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe possibilita adquirir e dispor. *O trabalho* é, portanto, a medida real de valor de troca de todas as mercadorias.

É o núcleo da teoria do valor-trabalho, que Marx vai retomar e reformular mais tarde. Continuando a citação:

A riqueza, diz Hobbes, é poder. Mas o homem que adquire ou recebe por sucessão uma grande fortuna não adquire nenhum poder político, seja civil ou militar. A sua fortuna pode, talvez, oferecer-lhe os meios de obter ambos, mas a simples posse dessa fortuna não lh'os [sic] adquire necessariamente. O poder que esta posse lhe granjeia imediata e diretamente é o poder de adquirir certa disponibilidade sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que, naquele momento, existe no mercado. A sua fortuna é maior ou menor precisamente em proporção à amplitude desse poder, ou à quantidade de trabalho dos outros homens – ou, o que é a mesma coisa, do produto do trabalho dos outros homens – que tal poder lhe permite adquirir ou dispor. O valor de troca de qualquer coisa deve ser precisamente igual à amplitude desse poder de que seu possessor dispõe.

E, no capítulo VIII:

O produto do trabalho constitui a recompensa natural ou salário do trabalho. Na fase primitiva, que precede a expropriação da terra e a acumulação do capital, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; ele não tem proprietário nem patrão com quem dividir o produto do seu trabalho. Mas este estado de coisa primitivo, no qual o trabalhador disputava o inteiro produto do próprio trabalho, não pôde durar depois da primeira introdução da expropriação da terra e da acumulação do capital. Termina, portanto, muito antes que se completassem as melhorias mais consideráveis na capacidade produtiva do trabalho; [...] assim que a terra se torna propriedade privada, o proprietário exige uma parte de quase todos os produtos que o camponês consegue cultivar ou colher. A renda do proprietário é a primeira dedução que se faz sobre o produto do trabalho aplicado à terra. Raramente acontece que quem tenha que covo-

car a terra tenha o que comer até que a colheita seja feita. O seu abastecimento é, em geral, adiantado por um padrão, o agricultor que emprega e que não teria nenhum interesse em empregá-lo se não pudesse participar do produto de seu trabalho, ou se o seu capital não lhe fosse restituído com juros. Estes juros representam uma segunda dedução feita sobre o produto do trabalho aplicado à terra.

Não apenas Adam Smith, mas também Ricardo e Stuart Mill utilizam conceito de divisão do trabalho. Em 1894, Durkheim apresenta a divisão do trabalho como o processo social básico pelo qual a humanidade passa de comunidade primitiva, em que a solidariedade entre os homens é produto da escassa diferenciação de seu trabalho (solidariedade mecânica ou por semelhança), para as sociedades modernas, complexas diferenciadas, em que a solidariedade dos homens é o resultado da extrema diferenciação das suas tarefas produtivas, o que os tornam fundamentalmente interdependentes uns dos outros (solidariedade orgânica ou por diferença).

Em 1844, Marx e Engels, na obra *A ideologia alemã*, conceituavam a divisão do trabalho como o processo histórico básico que determina não só as diversas formas de organização das sociedades, como também a própria consciência dos homens. Para Marx e Engels, a existência social é que determina a consciência, e essa existência social é sempre uma forma determinada de organizar e dividir a produção da vida entre diferentes classes de membros da sociedade. A primeira divisão do trabalho se dá em função de critérios “naturais”: sexo e idade. Os homens realizam algumas tarefas; e as mulheres, outras; as crianças, os adultos e os velhos realizam tarefas diferentes em função das suas diferentes capacidades físicas de produzir. Com o aparecimento do excedente da produção expropriado por homens que, dentro de uma comunidade, detêm o poder, surge a propriedade privada e, daí por diante, a divisão e a organização sociais do trabalho se fazem em torno das relações de propriedade. Assim, há uma divisão entre trabalho manual, de produção direta, material, e um trabalho “intelectual” ou de direção, coordenação e comando. Há uma divisão entre a produção agrícola, de um lado, e a produção industrial e comercial de outro; há uma divisão posterior entre o trabalho industrial, de um lado, e o comercial de outro. Há divisões entre trabalho do campo e da cidade. E há, fundamentalmente, a divisão entre o trabalho dos que não têm a propriedade dos meios de produção, (classes proletárias), e os que têm essa propriedade e se apropriam do produto do trabalho (classe capitalista), que é a divisão de trabalho fundamental da sociedade capitalista. Uma sociedade socialista não tenderia a abolir divisão social do trabalho baseada na propriedade privada, mas a desenvolver ao extremo a “divisão técnica”, no sentido

da extrema parcelização do processo produtivo em operações cada vez mais simplificadas, com o objetivo do aumento controlado da produtividade. Essa extrema parcelização técnica do trabalho, comum às sociedades capitalistas e socialistas, é possível devido ao emprego cada vez maior da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, com a mecanização e automação do trabalho.

Cada uma dessas formas de organizar e dividir o trabalho produz uma forma histórica determinada de organização da atividade humana. Em outras palavras, cada maneira, historicamente determinada, de organizar a parcelização da produção, o emprego dos instrumentos, a atribuição das tarefas a diferentes indivíduos, e apropriação diferenciada do produto do trabalho humano consiste numa forma, historicamente determinada, de organizar a sociedade. E cada forma de organizar e dividir o trabalho, portanto, de organizar e dividir a sociedade, determina uma forma histórica de organizar a consciência que os homens têm da própria vida, isto é, as suas ideias, os seus valores, a sua ideologia, a sua religião, a sua concepção filosófica, a sua ciência.

A observação da realidade social no seu conteúdo concreto e histórico permite verificar que os homens estão em constante atividade, por meio da qual provêm à própria subsistência e à própria reprodução. Essa atividade se realiza de maneira coletivamente organizada e essa organização se fundamenta na divisão das atividades por grupos humanos. O modo de organizar e dividir atividades dos homens é o seu modo de manifestar a própria vida; é o seu modo de vida. E a atividade humana manifesta-se pelo trabalho. O trabalho exprime a relação entre o homem e a natureza. Essa relação tem caráter dialético e contém em si uma contradição antagônica: o homem depende da natureza e está a ela subjugado e, ao mesmo tempo e por causa disso, luta por dominá-la e transformá-la e, com isso, se transforma. A história dos homens é a história da evolução das formas organizadas de divisão do trabalho e é também a história da progressiva libertação do homem em relação à natureza, não no sentido de uma separação cada vez maior, mas de uma incorporação cada vez mais humana do natural. A organização e a divisão do trabalho constituem dois aspectos de uma realidade: o trabalho humano é de natureza social, e a produção se faz através da distribuição de tarefas entre homens. Essa realidade também é de natureza dialética: ao mesmo tempo em que significa uma separação entre os homens implica na interdependência recíproca entre eles. A característica dialética da divisão do trabalho manifesta-se, também, sob outro aspecto: essa divisão é imposta socialmente aos homens; assim, os homens são levados a exercer não o tipo de trabalho que melhor se adapte às suas aptidões e aspirações humanas, mas são obrigados a exercer a tarefa que a organização e a divisão sociais do trabalho lhes atribuem. Com isso, o homem vê o trabalho que executa como algo alheio a si mesmo; é a

primeira alienação do trabalho humano. A primeira divisão do trabalho dá-se nas sociedades primitivas de caráter tribal e comunal, e é uma divisão natural, que reflete a divisão familiar: a divisão do trabalho é por sexo e idade. Com o desenvolvimento demográfico das comunidades primitivas, as unidades familiares ou tribais de produção produzem mais de que o necessário para a própria subsistência, o que as leva trocar entre si os excedentes da produção. Ocorrem simultânea e interdependentemente novas transformações na organização e na divisão do trabalho: em primeiro lugar, a divisão entre o trabalho manual (produtivo) e o trabalho não manual ou “intelectual” (diretivo); em segundo lugar, a acumulação do produto ou do resultado do trabalho, que dá origem à propriedade particular e, mais tarde, dará origem ao capital. A nova fundamental divisão de trabalho que se dá então é a distribuição desigual dos homens ou do produto do trabalho. O caráter dialético do trabalho humano manifesta-se, então, pela segunda alienação: o produto do trabalho é alheio a quem trabalha. Operam-se outras divisões de trabalho: entre o trabalho agrícola, de um lado, e o trabalho industrial e comercial, de outro. Através da Idade Média a organização e a divisão do trabalho assumem novas e específicas formas: no campo, o domínio territorial feudal, em que o servo da gleba é proprietário da terra, mas não é o proprietário do produto de seu trabalho sobre a terra, do qual entrega a maior parte ao senhor feudal; na cidade, o artesanato organizado numa unidade de produção e de congregação dos que trabalham (grêmios, guildas, hansas, corporações). A corporação não é um tipo de sindicato; equivale a uma síntese do que é hoje a fábrica mais o sindicato. Compõe-se de mestre (que é o dono da tecnologia, da matéria-prima, do local, das ferramentas e é quem emprega os artífices); do companheiro (que é o artesão, o artífice, o oficial, e que também é dono das ferramentas e conhece o serviço, e trabalha mediante salário); e do aprendiz (que trabalha mediante casa, comida e o aprendizado da tecnologia). O mestre vende o produto do trabalho que se faz na sua oficina e, com o tempo, acumula capital; com esse capital, agencia mais trabalho. Acentua-se, paralelamente, a divisão do trabalho, na cidade: entre o trabalho industrial e o trabalho comercial.

É na produção artesanal e no intercâmbio comercial na Idade Média que se encontra o embrião das características produtivas que permitirão o aparecimento do conjunto de transformações tecnológicas e organizacionais que se conhecem sob o nome de revolução industrial. De um lado, a divisão de trabalho que permite a acumulação do capital proveniente do intercâmbio comercial e, de outro lado, a divisão de trabalho que permite a separação total de um objeto em fases complementares, o que, por sua vez, permite a utilização de uma nova tecnologia capaz de aumentar consideravelmente a produção: a tecnologia das ferramentas e das máquinas, que são combinações

de ferramentas; o emprego da força motriz que utiliza diversas formas de energia no acionamento das máquinas aumenta a capacidade produtiva dos fatores de produção e leva à concentração de capitais de trabalhadores e de equipamentos. Com a revolução urbana e com a industrialização que então se engendram, amplia-se e adquire fundamental importância uma forma específica de divisão de trabalho: a especialização, no sentido de atomização da fabricação, nas modernas sociedades industriais, em que se manifesta de maneira mais óbvia esse duplo caráter da organização e da divisão do trabalho: a distribuição dos homens pelos diversos tipos de trabalho e a distribuição das diversas partes de um trabalho pelos homens. Num nível, a divisão entre proprietários e assalariados; noutro nível, a extrema parcelização, ou atomização, do trabalho em numerosas operações rudimentares, repetidas de forma mecânica numerosas vezes durante a jornada de trabalho. A mais atual forma dessa atomização do trabalho é a automação, em que o trabalhador não tem mais contato com o objeto sobre o qual trabalha: tem contato apenas com as máquinas eletrônicas, que fazem o trabalho, controlam a si mesmas e corrigem, por conta própria, as imperfeições do trabalho que executam. O caráter dialético da automação mostra duas realidades antagônicas: de um lado, a extrema automatização levando às últimas consequências a alienação do trabalhador em relação ao objeto do seu trabalho; de outro lado, o aumento da produtividade, permitindo a libertação do homem em relação à natureza.

Os antagonismos trabalhador-trabalho e trabalhador-produto do trabalho (assalariados-proprietários) levam a conflitos, que assumem desde as formas irracionais de depredação das máquinas, que caracterizam os começos da revolução industrial, até as formas modernas e organizadas de paralisação do trabalho cujo produto seja destinado ao proprietário (greves). Os conflitos geram as organizações sindicais, em que, de acordo com o tempo e lugar, prepondera ora um caráter político ou revolucionário, ora um caráter econômico, ora caráter assistencial e paternalista. Tanto assalariados quanto proprietários se organizam em associações, sindicatos e federações, que mantêm entre si e diante do Estado e das demais formas de estrutura do poder relações formais e informais. O significado mais profundo desses conflitos é pôr em evidência e tentar superar as suas formas fundamentais de alienação encerradas no trabalho humano.

Assim, toda a estrutura social fica determinada pelo modo de produção, que por sua vez é determinado pela organização e divisão do trabalho e pelas formas de apropriação do produto do trabalho (propriedade). O desenvolvimento das forças produtivas, que modernamente se exprime pela automação e pelo emprego de novas formas de energia como força motriz da produção, encerra uma contradição dialética: aumento da alienação e aumento

da libertação (integração homem-natureza). E, para resolver as contradições essenciais da vida humana – expressas pela natureza do trabalho humano –, os homens procuram eliminar, ao mesmo tempo, a alienação trabalhador-trabalho e a alienação trabalho-produto do trabalho e, para isso, tentam colocar sob seu controle a organização e a divisão do trabalho, isto é, os meios e os modos de produção e as formas de distribuição das coisas produzidas, de maneira a poder desfrutar, real e totalmente, de todas as manifestações polivalentes da natureza humana.

O trabalho é, numa abordagem inicial, energia aplicada a um objeto. Os três elementos – energia, aplicação e objeto – dessa primeira abordagem podem ser desenvolvidos nas suas interconexões recíprocas, para permitir uma visão menos superficial do que seja o trabalho. Num primeiro nível, energia significa o esforço desenvolvido por homens com determinadas capacidades de aplicar, condicionadas pelas suas propriedades “naturais”: número de homens, força física, habilidade etc. A aplicação significa um determinado objetivo, que por sua vez revela uma disposição ordenada de fases, logicamente interligadas no espaço e no tempo; em outras palavras, uma organização. E o objeto, por fim, é a própria natureza, isto é, os elementos concretos e materiais de que se compõem a natureza. Essa aplicação de energia à natureza constitui, assim, uma transformação da natureza. Num segundo nível de abstração, podemos desenvolver as conexões recíprocas entre os membros dessas igualdades (trabalho = energia aplicada à natureza = transformação) e verificar que: 1) a organização interna da aplicação de energia ou de esforço, implicando numa disposição ordenada e estruturada de fases, leva a uma correlata organização dos homens que aplicam essa energia; 2) essa organização da aplicação e dos aplicadores significa uma separação do processo e uma separação de aplicadores; 3) essa divisão do trabalho e dos trabalhadores implica em relações entre trabalhadores, tanto quanto de relações entre as fases do trabalho; 4) a organização da aplicação, ainda, significa, na sua diversificação, maneiras de aplicar, ou de fazer o trabalho, e maneiras de utilizar não só recursos, mas objetos específicos (ferramentas) que nada mais são do que natureza já formada por trabalho anterior; 5) o mesmo raciocínio vale para as relações entre a aplicação de energia e as diversas maneiras de aplicar energia mediante combinações específicas de ferramentas (máquinas); 6) finalmente, a aplicação de energia à natureza, que significou a transformação dessa natureza, significou também a transformação da energia, a transformação da própria aplicação e a transformação dos aplicadores de energia (homens que trabalham). Num terceiro nível de abstração, verifica-se que os homens, conjuntamente organizados em virtude do trabalho e para trabalhar, refletindo nessa organização (estrutura social) a organização da forma de trabalhar (uti-

lização de recursos, técnicas e divisão do trabalho), transformam a natureza. Mas, transformando a natureza, os homens, que são parte dela, transformam-se a si mesmos. E, transformando-se a si mesmos (a sua organização social), transformam a maneira de trabalhar; portanto, transformam o trabalho.

O trabalho, que inicialmente é um esforço dos homens aplicado à natureza, passa a ser um esforço transformado quando é auxiliado por ferramentas (natureza transformada em objetos específicos). Transforma-se, ainda mais, de maneira predominantemente quantitativa, quando os homens passam a acionar máquinas, isto é, a aplicar sua energia em combinações específicas de ferramentas, que são capazes de aumentar o esforço da aplicação, a sua rapidez, a sua eficácia. O trabalho se transforma ainda mais, e de maneira predominantemente qualitativa, quando os homens transformam a natureza de forma a apropriar-se de energias “naturais” (não “humanas”) e fazê-las acionar as máquinas; aplicando energia não mais diretamente aos objetos materiais da natureza, mas, indiretamente, às máquinas, os homens transformam-nas, tornando-as capazes, estas sim, de efetuar a transformação dos objetos naturais ou previamente transformados. E a energia aplicada pelos homens às máquinas não é mais preponderantemente física: é de natureza cognitiva, semiológica, simbólica, codificada: o homem dá instruções à máquina que se autoalimenta de energia e objetos e dá conta ao homem da transformação que faz dos objetos. O homem realiza um diálogo codificado com a máquina. Assim, o trabalho de manipulação física de matéria torna-se uma comunicação simbólica entre o homem e a máquina. Mas a transformação subjacente a todo o processo evolutivo do trabalho não afetou apenas a organização dos homens e a organização do trabalho: afetou também os objetivos do esforço despendido, os objetivos do trabalho, isto é, a própria natureza da transformação. Do esforço inicial de transformar a natureza para enfrentá-la, isto é, para sobreviver à força de supressão que a natureza exerce sobre os homens e, portanto, do trabalho, como produtor de coisas utilizáveis por quem trabalha, as transformações tornam o trabalho em produtor de coisas trocáveis entre si, de coisas que têm menos utilidade para os homens do que utilidade para um sistema ordenado de trocar coisas produzidas. O trabalhador, que trabalhava para sustentar-se a si mesmo, passa a trabalhar para sustentar o sistema de produção no qual está inserto. É o trabalho produzindo mercadoria no sistema de produção industrial capitalista. Nesse momento – que é o momento atual –, o homem transforma fundamentalmente as próprias concepções que faz de si, do trabalho e da natureza. E passa, naturalmente, a tentar novas formas de organizar o trabalho, a estrutura da sociedade e o conhecimento dessa estrutura social e da organização do trabalho. Dessa multiplicidade de aspectos do trabalho

decorrem as diversas e inter-relacionadas maneiras de conhecer o trabalho: uma abordagem mecânica (a aplicação da energia em relação aos resultados alcançados); técnica (utilização de recursos, ferramentas, máquinas, energia e formas de trabalhar); fisiológica (o esforço humano empregado); psicológica (o impacto do esforço de transformar e da transformação operada no nível psicológico); econômica (a transformação da natureza como produtora de objetos utilizáveis e comerciáveis); etnológica (a distribuição das formas de trabalhar e suas relações com as distribuições dos grupos humanos); histórica (a evolução das transformações alcançadas); geográfica (distribuições e condicionamentos da natureza transformável); demográfica (distribuição da população entre as relações de trabalho); administrativa (organização intrínseca do trabalho nas suas relações entre tarefas e executores de tarefas); política (as decisões humanas sobre as relações de trabalho); sociológica (determinação das relações de trabalho e das relações entre os homens); cibernética (o sistema codificado de diálogo entre homem e máquina, na utilização da máquina e do homem como transformadores da natureza) etc. A conjunção e a síntese desses conhecimentos e a compreensão das modificações e da evolução do trabalho permitem verificar que há uma constante entre a forma mais primitiva (energia aplicada ao objeto) e a complexa (diálogo homem-máquina); a constante é que o trabalho é a transformação da natureza, nesta, incluindo-se o próprio trabalho e quem trabalha. O trabalho é, portanto, a transformação da natureza “natural” em natureza “humana”. Em outras palavras, o trabalho é a transformação do natural em social. Mas se o trabalho é, em essência, movimento e produto em movimento e se, nos seus desenvolvimentos e nas suas conexões, determina uma estrutura da qual é o elemento essencial, ele transmite a essa estrutura o seu movimento. Assim, o mecanismo transformador das sociedades é, em última análise, o mecanismo do trabalho e o dispositivo capaz de acionar esse mecanismo e dirigi-lo nesta ou naquela direção está nas mãos dos homens e do conhecimento que eles possam ter de suas possibilidades concretas e materiais. E, dentro de uma problemática sociológica comprometida com a transformação da sociedade capitalista subdesenvolvida, o trabalho humano e as relações sociais, que ele engendra na constituição e reconstituição perene da estrutura social, aparecem como o tema fundamental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIMARD, G. *Durkheim et la science économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

BLAY, A.; SUCUPIRA FILHO, E. *Do trabalho à civilização*. São Paulo: Fulgor, 1962.

DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. 6 ed., Paris: Alcan, 1932.

FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. *Traité Sociologie du Travail*. Paris: Armand Colin, 1961.

MARX, K.; ENGELS, F. *La ideologia Alemana*. (Trad. de Wenceslao Roces). Montevideo: Pueblos Unidos, 1959.

NOSOW, S.; FORM, W. (Eds.). *Man work and society*. New York: Basic Books, 1962.

SMITH, A. *Ricerche sopra la natura e la causa della ricchezza della nazioni*. (Trad. A. Campolongo). Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese, 1958.



# O MERCADO DE TRABALHO

As considerações gerais que foram feitas no capítulo precedente a propósito do papel do trabalho humano na estrutura social levam agora ao exame dos problemas mais particularizados que se referem às relações entre as diversas partes de uma população e as formas de trabalhos exercidos. Essa área mais particular de problemas da estrutura social – e que pode receber a designação genérica de mercado de trabalho – envolve uma abordagem demográfica, econômica e estatística, além de sofrer o enfoque de uma ótica sociológica. Da maior importância sob o ponto de vista da prática das atividades racionais de intervenção na realidade social, a área do mercado de trabalho também apresenta numerosos problemas teóricos, muitos dos quais ainda não resolvidos a contento.

A primeira noção que deve ser abordada é a de população ativa; a expressão “população ativa” é empregada, geralmente como uma forma simplificada de “população economicamente ativa”. O registro de ambas as formas é importante porque o termo “atividade” é tomado, aqui, não num sentido lato, mas no sentido restrito de uma atividade que redunde em serviços e em bens de consumo e de produção. Daí o poder-se falar na existência de uma população inativa em contraposição a uma população ativa, sem que aquela

“inatividade” signifique, realmente, uma ausência total de qualquer ato realizado pelas pessoas assim englobadas. Usa-se, também, com sentido semelhante ao da população ativa, a expressão “população em idade ativa”; como se verá a seguir, ambas as expressões têm significados semelhantes, embora a contagem das pessoas possa diferir num e noutro caso.

Convém, ainda, frisar que os sentidos das definições básicas da demografia econômica variam ora entre os autores, ora entre os países em que são empregadas. Isso porque essas expressões geralmente designam conjuntos populacionais identificáveis por via de coleta e sistematização de dados estatísticos, e as distinções, mais ou menos precisas, das formas de população de um país são em parte uma função do desenvolvimento de seus organismos estatísticos. Assim é que, se consultarmos o último exemplar do *Anuário Estatístico do Brasil* – 1968 (IBGE, Conselho Nacional de Estatística), verificaremos que a população brasileira, recenseada ou estimada, aí aparece em termos globais e distinguida por sexo, classes de idade, ramos de atividade e domicílio urbano e rural, por regiões fisiográficas e estados. Não há, todavia, quadros que correspondam a tabelas padronizadas para outros países, onde é perfeitamente identificável a população ativa. No caso do nosso *Anuário*, os dados que mais se aproximam da população ativa são os que discriminam a população por *ramos de atividade*, sem que se possa afirmar, contudo, que tais dados englobem toda a população ativa.

O número dos habitantes de uma região física qualquer (um país, um estado, um município etc.) constitui a população total dessa região.

Se subtrairmos da população total um determinado conjunto de habitantes teremos a população ativa; o conjunto assim subtraído é a população inativa.

Em geral, considera-se como população inativa: os menores de certo limite de idade; os maiores de certo limite de idade; os estudantes; as donas de casa; e a população institucional.

Cada um desses componentes da população inativa pode ser analisado em detalhe. O limite de idade abaixo do qual os habitantes são considerados inativos varia no tempo e no espaço; um século atrás, em certos países, quando não havia leis de proteção aos menores, esse limite poderia ser considerado de oito ou mesmo seis anos. Hoje em dia, na França e nos Estados Unidos, esse limite é de 14 anos. Todavia, nos países subdesenvolvidos e, em especial, nas regiões agrícolas, o limite real pode ser considerado como de dez anos. O *Anuário* brasileiro, de certa forma, reconhece como válido esse limite de dez anos, ao fixar nele o início de sua tabela de população presente por ramos de atividade. Nem sempre, como se vê, o limite real de idade, para considerações econômicas e sociológicas, coincidirá com o limite legal de menoridade para considerações de natureza jurídica.

Quanto ao segundo componente da população inativa – os maiores de certo limite de idade – as considerações que se possam fazer são semelhantes às que foram feitas a respeito dos menores; de um modo geral, esse limite é fixado em torno dos 70 anos (Estados Unidos); na França, foi considerada a população ativa como aquela compreendida entre os 18 e os 65 anos de idade (P. Depoid – “Tables françaises concernant la population active masculine – 1906-1946”, *Bulletin of the International Statistical Institute*, vol. 33, Part IV). O Anuário brasileiro não é explícito a respeito, mas, dadas as condições da nossa realidade socioeconômica, poder-se-ia também considerar como válido o limite de 70 anos de idade.

O terceiro componente da população inativa refere-se ao estudante; aí também a definição torna-se variável. Nos países em que o ensino oficial obriga à permanência do estudante na escola até 14 anos, esse grupo populacional confunde-se ou se sobrepõe aos menores; entram na população inativa, então, os que, tendo além de 14 anos, estão matriculados em escola. No Brasil, onde apenas o ensino primário é legalmente obrigatório e onde o ensino superior atinge cerca de 0,5% da população total, a proporção de estudantes é mínima na composição da população inativa. Mesmo assim, deve-se considerar que fazem parte da população inativa apenas os estudantes que sejam exclusivamente “estudantes”, isto é, que não trabalhem, além de estudarem.

Quanto às donas de casa, ainda aqui são semelhantes as considerações: a inclusão desse contingente populacional na população inativa depende do tempo, do lugar e, mesmo, das interpretações que lhe derem os autores, baseados em valores diferentes. Em muitos países, as estatísticas incluem as donas de casa na população ativa. A razão alegada pelos que excluem as donas de casa da parte ativa da população (deve lembrar-se, aqui, a discussão sobre o sentido da palavra “atividade”) é que elas não trabalham por salário ou lucro, embora se pudesse dizer que o seu trabalho evita o dispêndio de salários com empregados domésticos e que, portanto, representa um lucro ou uma poupança. As estatísticas oficiais brasileiras são omissas a respeito.

Finalmente, o último componente da população inativa é representado pela “população institucional”. Dá-se esse nome às pessoas que vivem internas em instituições penais e mentais e em asilos para velhos, enfermos e necessitados. Essas pessoas, naturalmente, mais as que se encontram inválidas, em casa, fazem parte da população inativa.

A população ativa, portanto, é a população total menos a inativa, anteriormente caracterizada. Pode-se dizer que a população ativa é a parte da população que sustenta a parte em inatividade. Ao contrário do que possa parecer, na maior parte dos países, a população ativa não chega a igualar, em número, a população inativa; e, quanto mais subdesenvolvido o país, maior a proporção

da população inativa em relação à população ativa. Nos Estados Unidos, a população ativa é de cerca de 40% da população total. No Brasil, como já se viu, a forma de apresentação dos dados estatísticos não permite definir numericamente, com precisão, a população ativa, pode-se fazer uma ideia aproximada das proporções quando se sabe que, na população recenseada de 1960, 32,22% constituíam-se de pessoas com menos de dez anos e mais de 70 anos de idade.

Outra observação que se pode registrar é a de que existe uma inter-relação dinâmica entre população ativa e inativa. Com exceção dos maiores de 70 anos, dos inválidos permanentes e de parte da população institucional, a população inativa é, potencialmente, população ativa; em outras palavras, a população inativa – excetuados os casos indicados – *tende sempre* a tornar-se população ativa, em virtude do simples *passar do tempo*, uma vez que, a todo o momento, enormes contingentes populacionais estão ultrapassando o limite de menoridade. Evidentemente, as proporções entre população ativa e inativa não estão se modificando no mesmo ritmo, uma vez que elas exprimem relações sociais e econômicas mais profundas e que caracterizam a própria estrutura da sociedade. Mesmo assim, porém, não são imutáveis, e as transformações estruturais orientadas no sentido do desenvolvimento podem alterar profundamente essas taxas de atividade e inatividade.

Para melhor compreensão do que seja a população ativa, vale a pena enumerar os seus componentes, segundo o recenseamento francês de 1954 (FRIEDMANN, 1961): pessoas independentes, sem salário; empregadoras; profissionais de nível superior (por exemplo, engenheiros); profissionais de nível médio (por exemplo, técnicos); empregados; operários, empregados assalariados dos serviços públicos; empregados assalariados do Estado e de governos municipais; trabalhadores a domicílio; membros de empresas familiares, mesmo sem remuneração; aprendizes; outros grupos socioprofissionais.

Pode-se ainda distinguir, na população ativa, duas categorias: a de população produtiva e a de população improdutivo. Com a primeira expressão designa-se aquela parte da população ativa que está diretamente ligada à produção; por população “improdutivo” entende-se a parte da população que exerce atividades indiretas em relação à produção de bens e serviços destinados à produção ou ao consumo.<sup>1</sup>

Outra expressão fundamental é a “força de trabalho”. Aí também as palavras se tornam ambíguas, às vezes, pela variedade de sentidos em que são empregadas. Muitas vezes, força de trabalho significa as capacidades físicas e mentais de um trabalhador; outras vezes, quer dizer o *quantum* de energia humana, ou não, empregado numa determinada tarefa.

Todavia, quando empregada num sentido estatístico ou demográfico, a expressão aproxima-se bastante de “população ativa”. Feitas as ressalvas já ex-

postas quanto a esta última expressão, a contagem da força de trabalho de uma determinada região variará em função das peculiaridades socioeconômicas e do grau de precisão dos instrumentos de coleta e manipulação estatísticas. A VIII e IX Conferências Internacionais de Estatísticas de Trabalho, realizadas respectivamente em 1954 e 1957 sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, aprovaram resoluções concernentes ao significado dessas expressões, reconhecendo, contudo, que elas exigem adaptações e interpretações determinadas pelas circunstâncias especiais de cada país.

Com essas ressalvas, pode-se definir força de trabalho como aquela parte da população composta por pessoas que, estando acima de uma determinada idade, estão empregadas ou desempregadas, mas disponíveis para o emprego e à procura de emprego.

Como se verifica, o sentido de força de trabalho é o mesmo de população economicamente ativa; a contagem de uma ou de outra é que pode variar, desde que variem os limites e as caracterizações dos grupos especiais da população.

Para melhor compreender a composição da força de trabalho e as subdivisões que ela pode comportar, vale usar um quadro apresentado pelo Serviço de Recenseamento do Departamento de Comércio norte-americano: a população total, menos as pessoas com menos de 14 anos e população institucional, constitui a *força de trabalho potencial*; esta força de trabalho potencial, menos donas de casa, estudantes que não trabalham e maiores de 70 anos, constitui a *força de trabalho total*; esta força de trabalho total, menos os membros das forças armadas, constitui a *força de trabalho civil*; esta força de trabalho civil, menos desempregados (pessoas sem emprego, mas à procura de emprego), constitui a *força de trabalho empregada*, que representa as pessoas em atividade efetiva ou que, embora empregadas, estejam temporariamente inativas em virtude de férias, doenças etc.

Essas diversas categorias populacionais, como se vê, podem ser satisfatoriamente utilizadas como índices da pujança e do desenvolvimento econômico e social de uma região ou de uma nação, pois eles expressam o grau de divisão do trabalho e o desenvolvimento das relações de propriedade e produção vigentes.

Estatisticamente, usa-se uma medida denominada “taxa de participação da força de trabalho” para indicar, de forma simplificada, esse desenvolvimento. A taxa de participação da força de trabalho exprime a proporção da população total em idade de trabalhar e que esteja efetivamente na força de trabalho. A possibilidade de identificação e de manipulação operacional dessa taxa é, também, uma função do grau de precisão e de padronização e atualização dos dados estatísticos disponíveis.

Em termos numéricos, a força de trabalho corresponde à oferta da mão de obra e consiste de pessoas trabalhando mais as pessoas que estão disponíveis para o trabalho segundo, ainda, as conceituações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Aparece, então, nova expressão, que também, muitas vezes dá margem a confusões. No Brasil, é generalizado o uso da expressão “mão de obra”, mas com o significado de “operários manuais” e, mais restritamente em certos conceitos, de “operário em construção”. Esta associação de sentidos entre os componentes de uma profissão – pedreiros – e os componentes da força de trabalho, deve-se, provavelmente, à utilização que do termo têm sido feita pelos engenheiros de construção civil. Todavia, mão de obra não significa operários em construção, apenas, e também não significa somente trabalhadores braçais ou manuais. Mão de obra significa pessoas trabalhando ou disponíveis para o trabalho; nesse sentido, inclui empregadores e empregados, engenheiros e serventes, pedreiros e professores universitários, contramestres e economistas.

Convém, todavia, precisar ainda mais certos termos que geralmente aparecem relacionados com o mercado de trabalho ou com o mercado de mão de obra.

Mercado de trabalho, mercado de mão de obra ou mercado de emprego significam a existência simultânea de oferta e procura de mão de obra, vale dizer, de trabalho. De um modo geral, todas as análises de mercado de mão de obra se relacionam com a comparação entre a oferta e a procura de mão de obra, em termos quantitativos e qualitativos, considerando-se o mercado nas suas dimensões globais ou subdividindo-o em categorias e subcategorias.

Quando se utilizam as palavras “oferta” e “procura” (ou “demanda”) deve-se usar de todo o cuidado para tornar bem explícito o que se oferece e o que se procura. Oferta de emprego significa “vagas” existentes nas empresas; procura de emprego significa “candidatos” a essas vagas. Oferta de mão de obra significa “candidatos” a emprego; procura de mão de obra significa “vagas” existentes. Ofertas de trabalho significa o conjunto de trabalhadores empregados e de candidatos a emprego; procura de trabalho significa o conjunto de vagas existentes e empregos preenchidos.

É necessário, agora, definir melhor certos termos que aparecem referidos à posição das pessoas em relação ao mercado de trabalho.

Os empregados são as pessoas que estão trabalhando e as que têm emprego, mas não estão trabalhando. As que estão trabalhando são as que estão empregadas e em atividades, não importa por qual duração de tempo; as que têm emprego, mas não estão trabalhando, são as pessoas que já exerceram atividades nos seus atuais empregos, mas que, temporariamente, estão

delas afastadas, ou por férias, ou por doença de curta duração, ou por razão de greves etc.

Os desempregados são as pessoas que não têm um emprego, mas que estão disponíveis para o trabalho e estão à procura de um emprego. Os subempregados são as pessoas que, embora tendo um emprego, ou uma ocupação, não podem encontrar a oportunidade de produzir, nesses empregos ou nessas ocupações, tanto quanto poderiam ou queriam.

Podem-se distinguir três formas principais de subemprego: o subemprego visível, subemprego disfarçado e o subemprego potencial; evidentemente, uma análise sociológica ou econômica específica poderia acrescentar outras distinções, relacionadas com as causas estruturais ou conjunturais do emprego e do subemprego.

Ocorre o subemprego visível quando as pessoas estão trabalhando menos que as horas normais de trabalho e estão disponíveis e desejosas de trabalhar mais horas. O subemprego disfarçado ocorre quando as pessoas estão trabalhando as horas normais de trabalho, mas estão colocadas em empregos que delas exigem menos do que sua capacidade de trabalho.

Existe desemprego potencial quando as pessoas trabalham horas normais em ocupações que lhes exigem uma razoável capacidade, mas em que as suas produções são baixas em virtude da ineficiência, técnica ou de outra espécie, nas empresas em que estão colocadas.

Toda e qualquer forma de subemprego é, também, chamada de desemprego disfarçado. Outra área em que a confusão terminológica é muito grande é a que se refere às profissões dos trabalhadores; essa confusão terminológica decorre da grande dificuldade que existe em estabelecerem-se conceituações precisas sobre o que seja “profissão” e como se definem as diversas profissões. Sob esse ponto, parece mesmo praticamente impossível chegar-se a uma linguagem precisa e que seja válida internacionalmente ou nacionalmente. Acresçam-se as variações terminológicas que possam ocorrer dentro do mesmo país ou mesmo dentro da mesma cidade e de empresa para empresa.

O *Anuário* brasileiro – já tantas vezes citado – não apresenta dados por profissões. Quando discrimina a população em relação ao emprego, uso, sem maiores explicitações, o termo genérico de “ramos de atividade”; às vezes, como se verá logo a seguir, dentro desses ramos, discriminando por categorias globais, como “empregados” ou “operários”.

Os ramos de atividade que aparecem no *Anuário* podem ser relacionados com os três setores da atividade econômica, na classificação de Collin Clark, e são as seguintes: agricultura, pecuária e silvicultura; indústrias extrativas (setor primário); indústrias de transformação; indústrias de construção

(setor secundário); comércio de mercadorias; transportes, comunicações e armazenagem; prestação de serviços (setor terciário); outras atividades; condições inativas.

Ao tratar da atividade agrícola, o *Anuário* fala em “pessoal ocupado” sem maiores especificações. Ao tratar da atividade industrial, o *Anuário* discrimina o pessoal ocupado em “total” e “operários”. Ao que parece, a diferença entre *operários* e *total* seria constituída pelo pessoal indiretamente ligado à produção (administradores ou gerentes e pessoal de escritório). Ao falar da atividade comercial, o livro discrimina o pessoal ocupado em “total” e “empregados”, e aí se poderiam fazer as mesmas observações feitas em relação ao pessoal industrial.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por sua vez, para efeitos de enquadramento sindical, classifica os trabalhadores das atividades industriais, comerciais, bancárias, serviços (transporte, educação e comunicação) e as chamadas “profissões liberais” em categorias profissionais. Para muitos propósitos, inclusive estatísticos, a classificação da CLT é útil. Todavia, a denominação não é explícita porque segundo a lei tanto está abrangido numa categoria profissional o jornalista ou médico quanto o operário que trabalha numa siderurgia. Segundo a CLT, todavia, qualquer operário de siderurgia é classificado como trabalhador metalúrgico.

Outra classificação constante de dados estatísticos brasileiros é a que se refere ao vínculo das pessoas que trabalham aos organismos de previdência social que os congrega, antes da unificação dos institutos de aposentadoria. Assim, a população ativa poderia ser classificada em “industiários”, “comerciários”, “bancários” etc. Mas, ainda aí, a classificação é deficiente, uma vez que, por exemplo, o título “comerciário” abarca tanto o advogado quanto o caixeiro viajante ou o balconista.

Ao problema da classificação das profissões junta-se outro: o da terminologia ocupacional ou profissional, que, como já se disse, é extremamente diversificada. Tanto quanto o primeiro, o problema da terminologia ocupacional está vinculado ao problema mais geral da divisão social e técnica do trabalho, mais precisamente, ao grau que essa divisão atingiu em cada região considerada e ao problema da formação e da qualificação; e, por conseguinte, irá pesar como fator ponderável na consideração dos problemas relacionados com o recrutamento, a seleção e a remuneração da mão de obra.

Vários países têm se preocupado com o problema da terminologia ocupacional; os Estados Unidos elaboram, através do Departamento do Trabalho, uma relação de títulos profissionais seguidos de breve ementa para cada título, num total de duas mil ocupações, de onde se vê não só a complexidade da divisão técnica do trabalho na atividade econômica norte-americana, mas

também o grau de detalhamento a que se desceu na redação do dicionário. O dicionário de títulos ocupacionais da Organização Internacional do Trabalho, adotado por numerosos países, abrange cerca de 600 verbetes (título e ementa, ou resumo da atividade), mas sistematizados e codificados de tal forma que se torna fácil sua adaptação às circunstâncias locais, com o abandono ou a extensão dos detalhamentos necessários.

No Brasil, ainda não existe um dicionário ocupacional oficial, o que tem causado diversas dificuldades tanto a empregadores quanto a empregados, bem como a organismos e instituições de estudos e pesquisas ou planejamento, nas tarefas de analisar o mercado de trabalho ou de operar sobre ele para efeitos de recrutamento, seleção e colocação, treinamento ou remuneração de mão de obra. Devem-se registrar, contudo, algumas tentativas feitas no sentido de se coligirem e sistematizarem os dados necessários para uma futura elaboração de um manual ou adaptação de manuais existentes; notadamente, aos trabalhos do SENAI, da Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo e ao projeto de adaptação do dicionário da OIT que consta da programação da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado da Bahia.

Não obstante todas essas dificuldades no que concerne à classificação e à terminologia ocupacionais, podem-se fazer algumas observações gerais relacionadas com o assunto.

Em primeiro lugar, convém lembrar, mais uma vez, que toda classificação organiza-se para fins específicos, o que, sendo assim, cada estudo ou cada ação relacionada com o mercado de trabalho exigirá uma ou outra classificação.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que existem três critérios gerais que são comumente empregados para definir, classificar e denominar as pessoas nas suas relações com o mercado de trabalho.

O primeiro é o de *ramo de atividade*, que exprime o tipo de produção a que se dedica a empresa em que a pessoa está empregada; assim, as classificações brasileiras mais gerais vistas até agora (*Anuário* e CLT) discriminam as pessoas segundo a atividade da empresa, e não segundo a atividade dessas pessoas. Por exemplo, segundo o *Anuário*, em 1960 havia 2.069.962 pessoas presentes nas indústrias de transformação; o que faziam essas pessoas o *Anuário* não diz. Outro exemplo é dado por um levantamento do dimensionamento da mão de obra empregada, realizado pelo Serviço Estadual de Mão de Obra, da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, em 1963; essa pesquisa aponta, numa série de 1958 a 1962, o número de empresas e de empregados pelos diversos subsetores do Setor “Móveis e Estofados” das indústrias paulistas; assim, aparece, por exemplo, que em 1960 havia 4.058 empregados em fábricas da indústria de serralha, carpintaria e

tanoaria no estado de São Paulo, mas a pesquisa não pôde dizer quantos, desses 4.058 “empregados”, faziam tais ou quais tarefas que exigissem tais ou quais qualificações e merecessem tais ou quais retribuições.

O segundo critério geral que pode ser empregado na classificação da mão de obra é o do estatuto da pessoa, ou de sua situação ou da sua vinculação em relação ao emprego, ou na empresa. Basicamente, a mão de obra tem um de dois estatutos: ou é constituída de empregadores ou é constituída de empregados. Evidentemente, essa classificação dicotômica nem sempre atende aos interesses do pesquisador, uma vez que, se a condição de empregador é clara e dispensa maiores esclarecimentos (com exceção do empreendimento agrícola ou artesanal), a condição de “empregado” é muito geral para ser de qualquer utilidade real no planejamento de um estudo ou de uma ação operativa no mercado de trabalho. Consciente dessas limitações, a OIT, na VI Conferência Internacional, em 1947, subdividiu a situação de emprego em quatro categorias: pessoas que trabalham por conta de empregadores públicos ou particulares; empregadores; pessoas que trabalham por sua própria conta sem serem assalariados; membros de empresas familiares sem remuneração.

O terceiro critério geral de classificação de mão de obra é o da profissão. Pode-se definir “profissão” como uma forma determinada de trabalho. Essa forma determinada de trabalho resulta, historicamente, do processo de divisão social e técnica do trabalho e é comum, em determinado momento, a grupos numerosos de membros da sociedade. Uma profissão caracteriza-se por implicar num conjunto de conhecimentos e de habilidades; por pressupor um mecanismo formal ou informal de transmissão dessa tecnologia; por utilizar materiais e instrumentos semelhantes; por merecer remunerações semelhantes; e por situar as pessoas que a exercem em categorias sociais equivalentes dentro da estrutura da sociedade. Assim, quando se fala em carpinteiros, jornalistas, lenhadores, mecânicos, médicos, motoristas ou pintores, se está falando de pessoas que têm as mesmas profissões.

As profissões podem comportar especializações, as quais podem ser conceituadas como um desenvolvimento tecnológico acentuado a uma particularidade de uma profissão. Assim o jornalista pode ser repórter ou redator, quer tenha ele acentuado mais as técnicas de coleta ou de divulgação das informações; um mecânico pode ser mecânico torneiro ou mecânico de manutenção, quer tenha ele se dedicado a operar com uma determinada máquina (o torno) ou a manter e consertar determinadas máquinas. A especialização profissional pressupõe sempre o domínio das características gerais da profissão e mais o domínio aprofundado de uma ou de algumas características particulares dessa mesma profissão.

O termo “especialização” não deve ser confundido com o sentido que se dá a essa palavra, às vezes, quando se a emprega para designar, na fabricação em série ou na linha de montagem, um operário a quem se atribuem tarefas específicas determinadas pelo extremo processo de parcelização do trabalho que vigia em certas empresas; por exemplo, a pessoa que aperta um parafuso, aciona um botão, ou coloca peças em embalagens. Na maior parte dos casos, esses trabalhadores não dispõem de acervo de conhecimentos gerais ou particulares a respeito de uma forma de trabalho nem dominam habilidades complexas, ao contrário, são muitas vezes sem qualificações ou formação e executam tarefas que, a rigor, poderiam ser (e vêm cada vez mais sendo) executadas por máquinas. Ao conjunto das características de um trabalho assim vem-se dando, ultimamente, o nome de “operação”, para distinguir de “especialização”.

O operador, portanto, é o trabalhador que executa tarefas repetitivas e monótonas, com um mínimo de conhecimentos e habilidades, como resultado de uma extrema parcelização do processo produtivo. O que caracteriza fundamentalmente o operador é a possibilidade sua substituição imediata em virtude dois fatores fundamentais: a grande oferta de mão de obra não profissional e a rapidez do treinamento da operação ao novo trabalhador. Essa extrema facilidade de substituição, evidentemente, torna o empregador quase totalmente independente em relação às pessoas que exercem tais atividades e, em contraposição, torna o empregado totalmente dependente em relação ao empregador. Evidentemente, o número de tarefas de operação num ramo de atividade é uma função do grau de desenvolvimento tecnológico – especialmente do grau de automação – existente nessa atividade: a partir de certo desenvolvimento da mecanização, o processo de produção pode exigir numerosas “operações”, até o momento em que a automação mais desenvolvida possa reduzir o número de “operações” e exigir um tipo de trabalho mais qualificado e especializado de um menor número de profissionais. Diga-se, por último, ainda, a respeito dos operadores, que esse tipo de trabalhador recebe numerosas denominações, de cor local, quase todas procurando exprimir as características mais específicas e evidentes da operação, e que pode variar de fábrica para fábrica ou mesmo de seção para seção dentro da mesma fábrica; são denominações tais como “parafuseiro”, “tirador”, “bombista” e que não têm sentido senão quando inseridas no contexto de um determinado processo de fabricação ou de montagem ou de manutenção numa determinada empresa ou seção de fábrica; processo esse, finalmente, que dependente como é das máquinas, instrumentos e ferramentas utilizadas, pode variar no espaço de meses, eliminando algumas “operações”, criando novas e modificando outras.

Cabe agora, uma referência ao termo “ocupação”. No sentido mais genérico, ocupação é muitas vezes empregado para designar os grandes ramos de atividade, ou ainda, categorias socioprofissionais, ou mesmo classes sociais (por exemplo, respectivamente, *agricultor, militar, proletário*). Não é, contudo, nesse sentido que aqui serão tratadas as ocupações. Usar-se-á o termo no seu significado mais restrito; nesta dissertação, ocupação significa a profissão aplicada a uma determinada fase do processo de produção.

Ocupação, assim entendida, não se confunde nem com especialização nem com operação. Um exemplo pode melhor esclarecer o sentido do termo ocupação; a maior parte dos operários que trabalham numa tipografia tem a mesma profissão: são gráficos; alguns dos empregados não são ou não precisam ser profissionais: os que varrem a oficina ou os que tiram provas (são, portanto, operadores); alguns dos profissionais são especializados; os que trabalham na composição, com a máquina *line-o-type*, e que são chamados linotipistas; outros profissionais gráficos e que não são nem precisam ser especializados têm outra ocupação: são paginadores.

A ocupação, portanto, também é uma resultante da divisão social e técnica do trabalho, mas ao contrário da operação (que não pressupõe qualquer qualificação) e ao contrário da especialização (que pressupõe qualificação a mais), a ocupação pressupõe a subutilização dos conhecimentos profissionais. Retomando-se o exemplo dado anteriormente, qualquer gráfico pode ser paginador, mas apenas alguns gráficos podem ser linotipistas ou “ludlowistas” (titulheiros que trabalham com a máquina *Ludlow*).

Outro termo geralmente associado às tipificações de mão de obra é “função”. Também aqui a palavra quase sempre é empregada com dois sentidos diferentes no contexto do mercado de trabalho. Num sentido mais restrito, designa, indiferentemente, especialização, ocupação ou operação. Num sentido mais lato, indica a posição do trabalhador na empresa, o conjunto de deveres e responsabilidades, a sua situação na organização administrativa ou no processo de produção, geralmente exprimindo um degrau na escala hierárquica, de dominação-subordinação, ou comando-execução. Assim, um tecelão fiandeiro pode tornar-se um contramestre numa determinada seção de uma fábrica; será essa a sua função nessa fábrica. Um bancário pode ser caixa ou gerente; uma enfermeira pode ser plantonista da seção de queimados. Quanto menos dividido o processo de produção, mais a função tende a confundir-se com a especialização, a ocupação ou a operação. E isso, evidentemente varia com o ramo de atividade, com o tamanho da organização, com o grau de desenvolvimento tecnológico. Para certos mercados de trabalho específicos, só é possível ou só é necessário, na classificação da mão de obra, distinguir entre *profissão e função*; as outras categorias não aparecem ou são inidentificáveis.

Há dois outros termos que quase sempre aparecem associados aos problemas relacionados com a mão de obra: qualificação e não qualificação. Não constituem divisões a mais na tipologia esboçada: superpõem-se às categorias já vistas. Trata-se, evidentemente, de uma simplificação e, grosso modo, significa a exigência ou a dispensa de um treinamento mínimo, formal ou informal, para a execução de tarefas.

Evidentemente, todo trabalhador que tem uma profissão, uma especialização ou uma ocupação é um trabalhador qualificado. O exercício de funções determinadas ou a execução de determinadas operações não exigem, necessariamente, uma *qualificação prévia*; mas o próprio exercício da função ou a execução da operação constituem *qualificações* que passam a integrar a história da vida profissional de um trabalhador.

Também não se deve entender por *qualificação* apenas a instrução formal ou um conjunto de conhecimentos teóricos ou a alfabetização; qualificação significa, a rigor, *qualquer qualidade capaz de aumentar a produtividade de um trabalhador* (entende-se por produtividade, aqui, a relação entre tempo de trabalho e quantidade de produção). Em outras palavras, qualificação é um acréscimo de capacidade aduzido ao trabalho simples e que o torna, por isso, complexo, multiplicando – ou melhor, potenciando – a produção.

Ora, praticamente todo indivíduo em idade de trabalho (10 ou 14 anos a 70 anos) possui algumas habilidades e alguns conhecimentos, que constituem uma qualificação, ou um potencial de qualificação, que pode ser perfeitamente desenvolvido mediante treinamento adequado, principalmente quando a intenção é colocar o indivíduo na execução de operações simples. Essas considerações levam a julgar extremamente simplificadora e imprecisa a mera identificação da mão de obra em *qualificada ou não qualificada*; a observação e a análise mais objetivas do mercado de trabalho conduzem a substituir essa identificação dicotômica e simplista por uma determinação, mais precisa, do *grau de qualificação da mão de obra*, de maneira a considerar a qualificação como um processo dinâmico, histórico e estruturalmente definido, e adaptável às circunstâncias de momento e lugar dos processos de produção disponíveis.

Já foi dito que existe mercado de mão de obra quando, numa determinada região, existem pessoas procurando emprego e existem empregadores procurando empregados.

*A todo momento*, uma grande parte da população inativa (os menores de certo limite de idade) está tendendo tornar-se população ativa: em outras palavras, isso quer dizer que, diariamente, pessoas que nunca antes haviam trabalhado começam a procurar emprego e, dessas, muitas obtêm emprego. Por razões semelhantes (por ultrapassar certos limites de idade, por doença,

morte, invalidez permanente, aposentadoria etc.), diariamente muitas pessoas deixam os empregos, isto é, passam da categoria da população ativa para a de população inativa ou, em outras palavras ainda, deixam a força de trabalho.

Nos períodos em que a economia da região (do país, do estado, do município) atravessa uma fase estacionária, o principal fator de mobilidade do mercado de mão de obra é constituído por essa substituição de pessoas nos mesmos empregos, ou nas mesmas “vagas”.

Nos períodos de declínio econômico (que pode ocorrer, às vezes, num setor da produção, num ramo de atividade ou num determinado tipo de produtos, ou ainda numa empresa), muitas pessoas deixam os empregos e não são substituídas, e outras são obrigadas a deixar a força de trabalho mesmo que ainda estejam em idade economicamente ativa; ao mesmo tempo as pessoas que, diariamente, entram na faixa etária ativa não encontram possibilidade de entrar na força de trabalho ativa por não existirem os empregos que elas procuram.

Nos períodos de expansão ou crescimento da economia global ou de um setor da economia, bem como nos períodos de desenvolvimento (aqui entendido desenvolvimento como conjunto de transformações estruturais de sentido evolutivo), quase todas as pessoas que passam o limite mínimo de idade têm chances de encontrar emprego e, muitas vezes, os empregadores não encontram substitutos para aqueles que deixam a força de trabalho em virtude de terem ultrapassado certos limites de idade. Isso os faz convocar pessoas abaixo dos limites de idade ou que façam parte de outros grupos até então considerados pertencentes à população inativa, como donas de casa, estudantes, pessoas de capacidade física reduzida, mas não inaptas para o trabalho, militares etc. Essa expansão forçada da força de trabalho ocorreu, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos por ocasião da guerra de 1939, para grandes setores da atividade econômica.

Ao lado dessas substituições de pessoas nos empregos por motivo da dinâmica econômica, e tendo como critérios os limites de idade ou de capacidade da mão de obra, outras circunstâncias também contribuem para tornar maior a mobilidade do mercado de trabalho.

Dentro de um mesmo continente, ou de um mesmo país, quase sempre está havendo, continuamente, uma grande mobilidade geográfica das pessoas, a qual, quando assume as características de movimentos constantes de massas de pessoas de certos pontos para outros, recebe o nome de migração interna. As migrações internas são provocadas, geralmente, por desequilíbrios no mercado de trabalho (exceto os casos eventuais de epidemias, catástrofes ou guerras), isto é, as pessoas são expulsas dos centros onde não há emprego. As migrações internas mais características, principalmente nos países subde-

envolvidos ou nos países em que o setor primário é o mais importante, são as que se fazem na direção das grandes cidades, vindas do campo, fenômeno que é conhecido pelo nome de “êxodo rural”.

Muitas teorias têm sido elaboradas para explicar o êxodo rural, principalmente as que procuram ver no fenômeno uma manifestação de características psicológicas ou de traços de personalidade dos habitantes dos campos (“desapego à terra”, “inquietação” etc.). Outras, menos ingênuas, mas ainda cientificamente inadequadas, procuram explicar o fenômeno atribuindo sua causa à aplicação de tecnologia no campo. Evidentemente, trata-se, aqui, de erro metodológico, pois nessa explicação toma por “causa” o que também é um efeito. Na maior parte dos casos (e isso inclui o Brasil e a Bahia), o que ocorre é o seguinte: a estrutura socioeconômica vigente no campo é grandemente atrasada em relação à estrutura industrial vigente nas cidades. Em virtude desse desequilíbrio, a produtividade média *per capita* no campo tende a ser muito menor do que nas cidades, onde se desenrolam as atividades secundárias e terciárias; essa produtividade *per capita* é uma função do grau de desenvolvimento tecnológico e do grau de desenvolvimento das relações de propriedade e de trabalho; assim, não só a produção econômica no campo não conseguiu fazer com que se reinvestam capitais no próprio campo como deviam os capitais existentes para cidade, onde seu rendimento será maior; daí que, enquanto perduram essas relações estruturais agrárias, cada vez mais o número de empregos disponíveis será menor em relação ao crescimento vegetativo da população. O desequilíbrio expulsa o homem, então, que vai acompanhando a mesma direção do capital do seu empregador: o centro urbano. Diminui o número de braços no campo e o empregador rural é obrigado, a fim de manter níveis de produtividade média *per capita* semelhantes, a introduzir algumas modificações e inovações tecnológicas, o que, circunstancialmente, pode provocar novas dispensas. Assim a estrutura agrária é a causa; o êxodo, a baixa produtividade, a mecanização, os altos preços comerciáveis e a mobilidade e a “inquietação” do homem do campo são as consequências.

Sem alongar esse parêntese sobre o êxodo rural, basta aqui identificar como, também por esse meio, diariamente, chegam aos centros urbanos contingentes de pessoas a procura de emprego.

Muitas vezes, as migrações não são apenas internas, mas externas, ao país chegam habitantes de outros países, expulsos pelas mesmas razões: falta de emprego no local de origem (com exceção, é claro, dos casos eventuais de guerras, epidemias, perseguições religiosas, raciais ou políticas, cataclismos etc.).

Hoje em dia, em quase todo o mundo, as migrações internacionais são extremamente regulamentadas, havendo países que opõem os maiores

obstáculos à entrada de estrangeiros, e países em que essa entrada não é regulamentada ou é deliberadamente facilitada para certos tipos de imigrantes.

Quando existe regulamentação de migração internacional, ocorrem diferenças fundamentais entre o migrante nacional e o migrante estrangeiro, na dinâmica e na composição do mercado de mão de obra. Enquanto a cidade recebe todo e qualquer habitante do interior, tenha ele ou não aptidão para os empregos por ventura existentes, o país, através de uma regulamentação adequada, pode selecionar (por profissão) os imigrantes que deseja receber, de acordo com as maiores necessidades do mercado de trabalho. É evidente que, quando essa regulamentação é inadequada, os organismos de migração tendem a confundir profissão com nacionalidade ou a, abertamente, utilizar outros critérios que não os socioeconômicos na seleção e aí, lamentavelmente, as correntes migratórias podem desequilibrar o mercado de mão de obra.

Outro fator de importância na composição e na dinâmica do mercado de mão de obra, e que está associado aos dois outros (idade e origem), é o do grau de qualificação. Como já ficou dito, seria uma simplificação muito grosseira falar-se apenas em qualificação e não qualificação. Como se verá a seguir, a idade e a origem dos componentes da força de trabalho é que determinam em parte o seu grau de qualificação.

No que se refere aos contingentes populacionais que diariamente estão ingressando na faixa etária, quer se considere o limite inferior da força de trabalho como de 18, 14 ou 10 anos de idade, é evidente que esses indivíduos têm várias qualificações (conhecimentos e habilidades), mas também é certo que nem sempre essas qualificações correspondem às exigências dos empregos disponíveis em uma determinada época em determinada região. Com exceção dos que recebem instrução formal em escolas de qualquer tipo (em 1963, 14% da população total do Brasil, correspondendo a 50% da população entre 7 e 18 anos, estavam na escola; para a Bahia, os dados são, respectivamente, 6% e 25%), a grande parte da população jovem ingressa na força de trabalho sem instrução ou apenas sabendo ler e escrever (em 1963, metade da população brasileira era analfabeta). É certo, também, que a passagem pela escola, de qualquer grau e de qualquer tipo, não qualifica propriamente para o trabalho, na grande maioria das vezes, o ensino brasileiro é ainda uma divulgação de noções gerais, sem a preocupação de adequar o aluno às futuras situações de trabalho. Abrem-se exceções aqui, é claro, aos cursos de Ensino Médio de caráter industrial, profissional, comercial ou técnico, e alguns cursos de nível superior. Como se depreende, contudo, essas porcentagens são pequenas.

Não obstante todas essas ressalvas, a população que ingressa na força de trabalho tem um conjunto de conhecimentos e habilidades que constituem

a sua qualificação potencial. Daí as empresas e o Estado preocuparem-se com o adequado treinamento para transformar essa qualificação potencial em efetiva aptidão para o exercício dos empregos existentes.

Quanto à origem, o problema se coloca de maneira semelhante, mas com algumas agravantes. É evidente que seria errôneo afirmar não ter o homem que vem do campo qualquer qualificação. Essa distorção da realidade provém, provavelmente, do fato de que o problema da qualificação da mão de obra tem sido pensado em termos industriais. Ora, o homem que vem do campo para a cidade não o faz, como se viu, porque lhe falta vontade, disposição ou capacidade para trabalhar; é tudo justamente o contrário: falta-lhe emprego e é por isso que ele procura a cidade.

Mas ocorre que emprego existente na cidade é diferente, na grande maioria das vezes, do emprego que existe no campo e, efetivamente, a proporção maior do contingente de mão de obra oriundo do meio rural está inadaptada para preencher vagas existentes na indústria. E não se trata, aqui, apenas de qualificação específica (conhecimentos e habilidades profissionais, ocupacionais ou operacionais). Trata-se de um fenômeno mais geral e mais complexo: o homem que deixa o campo em direção à cidade deixa um mundo sociocultural por outro. Seus valores, seus hábitos, seus meios de reflexão da realidade e de comunicação precisam ser reformulados para que ele possa inserir-se no mercado de trabalho urbano; os que conhecem a vida das grandes fábricas das grandes cidades sabem das dificuldades que se encontram, às vezes, para fazer com que certos trabalhadores provenientes do meio rural se acostumem aos horários, à organização, às vestimentas apropriadas, enfim, à padronização necessária à boa organização da empresa.

Não se trata – como frequentemente se julga – de indisciplina ou incapacidade. É que, para o homem acostumado a trabalhar no campo, a própria noção de tempo, ou horário, é diferente do homem da cidade; o horário, no campo, está umbilicalmente vinculado às condições naturais, e não se mede por normas escritas exteriores à realidade do dia físico, e que, para o homem vindo do campo, aparecem como estranhas e exteriores. Assim com a roupa, assim com a postura, assim com a higiene, assim com a segurança, com as relações pessoais etc.

Esses hábitos sociais – que para a maioria de nós aparece, numa visão superficial e despreocupada, como valores absolutos – na realidade constituem fruto de um meio social e cultural definido e têm significados diferentes, portanto, para pessoas de meios sociais diferentes. É por essa razão que, muitas vezes, o homem vindo do campo procura uma alternativa ao trabalho industrial – o pequeno comércio – ou se dedica à atividades marginais em relação ao setor secundário, ingressando numa área de subemprego.

## NOTA

---

1. O significado de “trabalho improdutivo”, aqui, é, evidentemente, diverso do empregado pelo economista Paul Barau no capítulo II de sua obra intitulada *A economia política do desenvolvimento*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, J. F. *Êxodo rural no Brasil*. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1957.

FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. *op. cit.*

LERNER, A. P. *Economics of Employment*. New York: McGraw Hill, 1951.

PHELPS, O. *Introdução à economia do trabalho*. (Trad. Mário Salviano). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

# REMUNERAÇÃO E RECRUTAMENTO

As relações que se estabelecem no interior do mercado de trabalho giram, ainda, em torno de duas variáveis fundamentais: a remuneração de trabalho e os mecanismos existentes de aproximação dos dois elementos constitutivos do mercado: a oferta e a procura; esses mecanismos podem variar de um grau extremo de não institucionalização até os sistemas racionais de regulamentação e disciplinação do mercado de trabalho, quer aplicados pelas próprias empresas empregadoras, quer por empresas especializadas, quer pelo Estado. Neste capítulo, serão tratados, na ordem indicada pelo título, esses dois assuntos.

Se existe um mercado de mão de obra é porque existe uma mercadoria, e essa mercadoria é o trabalho: é o que se compra e o que se vende. E o que se compra e vende tem um preço. Quem faz o preço do trabalho?

Não serão aqui tratadas, por não parecer o momento apropriado, as teorias do valor trabalho; elas se inserem num contexto mais amplo da economia política e da sociologia. Todavia, algumas observações podem ser feitas. A determinação do preço da mão de obra (e não do seu valor) é resultante de duas ordens de fatores complementares, mas distintos: fatores internos à empresa e ao setor de produção em que a empresa se insere, e fatores externos à empresa e ao

setor de produção. Na primeira ordem, o fator fundamental é a produtividade média global que se pode obter com um determinado *quantum* de capital aplicado. Isso quer dizer, em linhas gerais, que haverá um determinante de salário para a indústria do fumo diferente do determinante de salário para a construção civil, para o banco ou para a engenharia de produção. Na segunda ordem de fatores, o determinante fundamental é a escassez relativa do fator trabalho ou, em outras palavras, a maior ou menor oferta de mão de obra; a este fator vincula-se outro de importância fundamental: o maior ou menor poder de barganha da mão de obra, que, por sua vez, é determinado pelo grau de conscientização de classe ou de categoria profissional dos empregados em questão. E isso quer dizer que o salário do portuário, do petroleiro ou do gráfico pode parecer excessivamente alto ao empregador, quando comparado com a remuneração que se possa pagar no beneficiamento do fumo, por exemplo.

A remuneração está ligada à organização do trabalho, aqui entendida tanto como grau de racionalização da empresa quanto como grau de conscientização ou de sindicalização do operário.

É evidente que os determinantes salariais indicados constituem os fatores do salário médio e do salário mediano de um determinado ramo de produção; em torno desses números abstratos, variarão os salários efetivamente pagos, e nessas variações entram numerosos fatores secundários, tais como tempo de serviço, qualificação, produtividade individual, benefícios indiretos, encargos de família etc.

Por sua vez, a produtividade do capital e a organização dos trabalhadores determinarão os preços das demais mercadorias, entre as quais se contam as que são consumidas pelos empregados; especialmente, o grau de organização dos trabalhadores determinará o seu nível de aspirações. Daí que o padrão de vida – ou mais especificamente, *o índice do custo de vida* – é muitas vezes tomado como ponto de comparação para o pagamento de salários. Diversas regulamentações e muitas regulamentações de empresas particulares vinculam, na prática, um fenômeno ao outro, fazendo variar – em proporções diversas – o salário em função do custo da vida. É preciso não esquecer, contudo, que *o índice do custo de vida* é um número abstrato e de composição extremamente relativa, uma vez que procura exprimir o grau de satisfação das pessoas com determinadas quantidades de bens e serviços. Para não se incorrer no erro ingênuo de supor um falso problema – o salário determina o custo de vida ou o custo de vida determina o salário? – é necessário recordar, mais uma vez, que o preço das mercadorias (aí incluídas todas as mercadorias consumidas e produzidas pelo trabalhador e o próprio trabalho) é uma função de todas as forças que concorrem para a produção, as quais, por sua vez, são determinadas pelas relações de propriedades e produção que carac-

terizam a estrutura social de um país num momento histórico dado. Assim, não há, como se vê, uma “lei independente de oferta e procura” que se possa aplicar ao mercado de mão de obra. As flutuações da demanda de mão de obra contribuem para determinar os salários efetivamente pagos, mas, por sua vez, são determinadas por numerosas outras circunstâncias.

O salário como remuneração do trabalho, constituindo um preço, isto é, uma expressão monetária estabelecida no mercado de trabalho, de certa forma mascara e mistifica as reais relações entre empregados e empregadores (ou, em outras palavras, entre oferta e procura de trabalho) na estrutura social. Por trás do salário esconde-se o valor do trabalho, e a análise desse componente social exige uma abordagem de caráter mais teórico. Em síntese, as relações entre salário e valor do trabalho conduzem à análise da mais-valia, na formulação que lhe foi dada por Marx n’*O Capital*.

Uma das aparências do sistema de produção capitalista é a de que o dinheiro produz capital, uma vez investido na compra de mercadorias cuja venda faria retornar uma soma de moeda maior que a inicialmente aplicada ( $D > M > D'$ , em que  $D' = D + X$ ). De acordo com essa aparência, a produção e mais-valor se daria, então, na esfera de circulação ou de troca das mercadorias. A análise do sistema capitalista feita por Marx mostra que a produção de valor se dá na fase de produção das mercadorias mediante o trabalho humano, embora esse valor se manifeste no momento de troca.

O regime de trabalho e a propriedade que caracteriza o sistema capitalista de produção é o trabalho assalariado, chamado livre, em que os trabalhadores, expropriados dos meios de produção e instrumentos de trabalho, se tornam “livres” para vender suas energias musculares e mentais aos capitalistas, proprietários daqueles meios e instrumentos. Podendo e devendo ser vendida por seus proprietários, a força de trabalho dos trabalhadores assume a forma de mercadoria e, como qualquer mercadoria, contém em si valor de uso e valor de troca. Esse valor de troca é determinado pela quantidade de trabalho abstrato aplicado na sua produção; em outras palavras, o que determina o valor de troca da força de trabalho é o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho, ou seja, o valor dos meios indispensáveis para sustentar a vida do trabalhador. Esse valor de troca da força de trabalho manifesta-se monetariamente na troca entre trabalhador e capitalista sob a forma de um preço que recebe o nome de salário.

Assim, o que o capitalista compra ao trabalhador é a sua força de trabalho; o que ele paga ao trabalhador (salário) é o preço do valor de troca dessa força de trabalho no mercado; esse salário é o valor de troca, também, dos meios indispensáveis à reprodução da força do trabalhador, isto é, à manutenção de sua vida.

Mas o que o capitalista usa da força de trabalho que comprou do trabalhador é o valor de uso dessa força. Realmente o trabalhador assalariado, chamado livre, o é porque é “livre” de vender ao capitalista a única mercadoria (força de trabalho) que possui. E ao vender essa mercadoria ao capitalista, este é que se torna, durante um tempo determinado (uma hora, um dia, um mês, um ano), proprietário dessa mercadoria. Sentindo-se proprietário da força de trabalho do trabalhador, o capitalista apropria-se também e utiliza o valor concreto, específico, transformador, dessa força de trabalho, para produzir outras mercadorias; dá-se uma separação antagônica entre o valor de troca da mercadoria força de trabalho (que é pago ao seu proprietário inicial, o trabalhador) e o valor de uso de mercadoria força de trabalho (que é utilizada pelo seu novo proprietário, o capitalista).

Essa separação complementar e antagônica que se opera entre os dois valores da força de trabalho do trabalhador reflete-se na sua jornada de trabalho (seja de uma hora, de um dia, de uma semana, de um mês, de um ano etc.). Isto é, a jornada de trabalho no sistema de produção capitalista divide-se em duas partes: uma é representada pelo tempo necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho e é paga, através do salário, ao trabalhador; outra é representada pelo tempo adicional em que o produto da força de trabalho é apropriado pelo capitalista; nesse tempo adicional ou sobretempo, o trabalhador realiza um sobretrabalho, cujo valor de troca é o sobrevalor ou a mais-valia.

Mais-valia absoluta é a mais-valia que o capitalista obtém prolongando a jornada de trabalho além do tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. Mais-valia relativa é a que o capitalista obtém quando as condições gerais de produção, principalmente dos meios de subsistência da vida, atingem uma força produtiva tal que permitem a redução do tempo necessário à reprodução da vida do trabalhador, mantendo-se inalterada a jornada de trabalho. Mais-valia extraordinária é a mais-valia que o capitalista pode obter, por tempo provisório, quando a força produtiva lhe permite produzir a preços inferiores da média do mercado.

Qualquer que seja a forma de que se revista, a mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados é apropriada pelos proprietários dos meios de produção e constitui o fundamento sobre o qual se assenta todo o sistema capitalista. Sistema em que o salário, sendo na realidade o pagamento do preço de apenas uma parte da jornada de trabalho, assume a aparência de justa remuneração de todo o trabalho realmente produzido pelo trabalhador e esconde, assim, o caráter expropriador do regime de trabalho assalariado.

As formas que o salário assume na moderna sociedade industrial evoluíram e se transformaram bastante, bem como os tipos de salário. Variando com a área de maior ou menor industrialização, com o setor de produção e,

principalmente, com as lutas das organizações dos trabalhadores, os salários passaram a extravasar da relação pessoal capitalista-trabalhador para adquirir cada vez mais um caráter de retribuição indireta à condição do trabalhador e de seus familiares, antes da relação direta com o trabalho executado.

Uma distinção importante é, assim, a do salário mínimo legal nacional, instituído em vários países nas últimas décadas e que visa garantir o mínimo de subsistência necessária à reprodução da força de trabalho. Na França, o SMIG (Salaire Minimum Interprofessionnel Garanti) equivale a um orçamento padrão em que estejam “satisfeitas as necessidades individuais e sociais da pessoa humana consideradas como elementares e irredutíveis”. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho instituiu o salário mínimo em 1938 – com vigência a partir de 1940 –, conceituando (art. 76) como “contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Posteriormente, a Constituição Federal de 1946 ampliou o conceito de salário mínimo considerando-o (art. 157) como capaz de “satisfazer conforme, as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador e de sua família”. Essa ampliação do salário mínimo individual para o salário mínimo familiar, contudo, nunca foi posta em prática, bem como não o foi também a extensão do mínimo legal nacional ao trabalhador rural.

Outra distinção importante é a que existe entre salário nominal e salário real. Salário nominal é o que equivale à quantidade paga em dinheiro ao trabalhador, e o salário real é o poder aquisitivo de salário nominal, isto é, a quantidade de mercadorias que se podem adquirir no mercado com o dinheiro do salário nominal. Pode-se calcular o salário real relacionando-o com determinado ano-base e dividindo o salário nominal pelo índice do custo de vida. As lutas das organizações de trabalhadores por aumento de salários raramente conseguem atingir o salário real, no mais das vezes obtendo apenas um reajuste do salário nominal em relação ao aumento do custo de vida e que nem sempre lhe é diretamente proporcional. Há, ainda, formas de pagamento do salário em dinheiro e em espécie, coexistindo ambas, muitas vezes, em áreas rurais ou em países subdesenvolvidos.

As flutuações da oferta e da procura de mão de obra, por sua vez, exprimem a concorrência de numerosos fatores e circunstâncias que devem ser rigorosamente determinados em cada caso, na medida das possibilidades dos dados estatísticos disponíveis e dos instrumentos de observação e interpretação da realidade social, política, econômica e cultural. Assim, o crescimento da população; a variação da composição populacional por sexo e idade; as

imigrações e emigrações; a extensão ou a redução da escolaridade; a fixação de limites etários legais para o início do trabalho; as leis da previdência social; a variação nas taxas demográficas (natalidade, mortalidade, morbidade, fertilidade etc.); as leis de serviço militar, as restrições jurídicas e políticas etc., todas essas circunstâncias provocam variações na oferta de mão de obra. Por outro lado, a procura de mão de obra é provocada pelas transformações da estrutura socioeconômica; pela ênfase no setor primário, secundário ou terciário da atividade econômica; pelo comércio externo; pelo grau de racionalização, mecanização e automação das empresas; pela política externa dependente, independente ou “interdependente”; pelo tipo de equipamentos, pela tecnologia e pela importação de *know-how*; pela existência ou pela inexistência de políticas protecionistas, alfandegárias, tributárias, inflacionárias ou anti-inflacionárias; pela política de poupanças forçadas; pela política de aproveitamento dos recursos energéticos e naturais, em geral; pela política imobiliária e territorial; pela existência ou não de meios de transporte e de comunicações; pela política sanitária, habitacional e educacional etc.

Em todos os casos em que se queira conhecer com rigor as flutuações de oferta e demanda de mão de obra, deve-se procurar identificar todos esses fatores e muitos outros de natureza conjuntural, bem como inter-relações que eles guardam entre si.

O que se pode dizer em termos gerais é que há sempre uma relação variável entre oferta e procura de mão de obra. Diz-se que a relação paritária ou equilibrada (ou que o mercado de mão de obra está em equilíbrio) quando a oferta é igual à procura. Quando a oferta de mão de obra é superior à procura, diz-se que há excesso ou superávit de mão de obra. Quando oferta é menor que a procura, diz-se que há déficit ou falta ou escassez de mão de obra. A determinação do déficit e mão de obra passa a ser, assim, do maior interesse para a empresa e para o Estado.

O que ocorre com a maior parte dos países subdesenvolvidos e, especialmente no Brasil e, mais particularmente, na Bahia, é que o mercado de trabalho apresenta um duplo aspecto, aparentemente contraditório: há excesso de mão de obra, em geral para o setor primário, e escassez de mão de obra para os setores secundário e terciário, com a qualificação requerida pela maior parte dos empregos desses dois setores.

Essa situação mantém o mercado de trabalho em desequilíbrio persistente, reduz a produtividade dos empreendimentos, cria diferenciações grandes de remuneração de mão de obra, aumenta o custo de produção e dificulta a organização e o desenvolvimento qualitativo da população trabalhadora.

Essas últimas considerações levam a detectar as principais áreas de investigação e ação dos organismos oficiais e das empresas particulares, no

que se relaciona com a mão de obra, numa época de surto industrial e desenvolvimento socioeconômico como a que ora atravessa a Bahia.

Pode-se dizer que, em parte, o problema da mobilização de recursos humanos para o desenvolvimento resume-se a uma disciplinação (em termos de adequação entre necessidade e disponibilidades) do mercado de mão de obra por parte de organizações empresariais e de operários e por parte do Estado, uma vez, evidentemente, superados os entraves estruturais a esse desenvolvimento.

Quais são as áreas principais de investiga o e a o? Basicamente são três: recrutamento e seleção; forma o e treinamento; e organiza o e remunera o.

As fontes de recrutamento de mão de obra são, como vimos, a popula o. Não serão repetidas as considera es já feitas a respeito e basta lembrar que a principal fonte   a popula o, ativa ou inativa, e que ela, na prática, se desdobra em: 1) pessoas em idade de trabalhar; 2) pessoas adultas desempregadas; 3) pessoas que vêm do meio rural; 4) imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais; 5) estudantes; 6) donas de casa; 7) pessoas de capacidade reduzida; 8) pessoas já afastadas da força de trabalho; 9) militares; 10) clero.

Os mecanismos de recrutamento e seleção também são diversos e variam enormemente de empresa para empresa, de cidade para cidade, de estado para estado. Em primeiro lugar,   possível distinguir dois tipos de recrutamento: um passivo e outro ativo. O recrutamento passivo, bastante generalizado,   o que ocorre quando o empregador não vai   procura de mão de obra e apenas decide sobre os pedidos de emprego que porventura lhe são apresentados. Evidentemente, através dessa forma, o empregador nunca pode ter a segurança de obter o melhor empregado;   esse o sistema vigente na maioria das pequenas e m dias empresas. O recrutamento ativo, ao contrário, pressupõe um conhecimento rigoroso por parte do empregador, das suas necessidades presentes e futuras de mão de obra, bem como a investiga o sistemática das fontes de recrutamento e da oferta de mão de obra e que lhe permite ir buscar, onde for preciso, os empregados que melhor lhe convém. São poucas as empresas, contudo, que dispõem de recursos tecnológicos necessários para investiga o e essa a o; na maior parte das vezes, as empresas apelam ou para as associa es de classes (de empregadores e de empregados) ou para organiza es particulares especializadas, ou quando existirem, para organismos oficiais encarregados de interven o racional no mercado de trabalho.

Ao lado e em seguida ao recrutamento, os empregadores mant m um dispositivo de seleção, principalmente nos casos em que – como ocorre na maior parte das vezes – a oferta   maior do que a procura. As formas de seleção vigentes no país e na Bahia variam de um extremo que poderíamos chamar de “informal” até um extremo formal que,  s vezes, se apresenta com

rigorismos tecnológicos bastante sofisticados, principalmente na indústria; são as que se baseiam na delegação dessa função aos próprios empregados já existentes e mais experientes, e as que se limitam à colocação de avisos e tabuletas no portão, anunciando a existência de “vagas” ou comunicando que se precisam de operários tais ou quais. Nesses casos, a obtenção de emprego geralmente se faz através da mera apresentação do candidato e da sua declaração de que possui as habilidades requeridas; a comprovação ou não das suas declarações é feita “na prática”, isto é, de maneira assistemática, informal e aleatória, durante alguns dias ou semanas de serviço; se o empregado não alcança o rendimento esperado, é despedido e o ciclo recomeça. Evidentemente, esse mecanismo “informal”, pouco objetivo, de recrutar e selecionar empregados é na maior parte dos casos inteiramente antieconômico.

É comum, também, os empregadores ou seus prepostos submeterem os candidatos a emprego a uma triagem através da verificação da sua documentação legal: o critério para admissão é a regulamentação em ordem; também nesse caso, o empregador age antieconomicamente, pois em muitos casos seria preferível auxiliar um bom candidato a obter seus documentos a preteri-lo em favor de um candidato menos qualificado, mas em “ordem”.

Outras empresas, porém, mantêm um centro ou uma seção encarregada da seleção objetiva dos candidatos, ou utilizam serviços privados ou oficiais nesse campo.

A seleção objetiva da mão de obra – dita também científica – nem sempre pode ser aplicada, em virtude do seu alto custo e da dificuldade que existe, muitas vezes, em identificar os fatores primários da inteligência ou aptidão para o exercício de determinadas funções. Ocorre, também, que para as funções mais especializadas numa fábrica ou num escritório, os candidatos apresentam-se munidos de diplomas legais de habilitação, os quais substituem, em parte, a necessidade de uma verificação da capacitação feita pelo próprio empregador.

Quando a seleção objetiva se torna possível, quer pelo custo razoável, quer pela relativa facilidade de identificação dos requisitos, por própria conta ou por intermédio de terceiros, submetem-se os candidatos a conjuntos de concursos, provas, testes, experimentos etc. As provas – ou “testes”, como são comumente chamados – são em geral de cinco tipos: de personalidade, de inteligência, de conhecimentos, de aptidões e de habilidades. Variam enormemente os instrumentos de observação, de verificação e de medida através dos quais são feitas essas provas, e todo um ramo de psicologia – a psicotécnica – tem desenvolvido essa tecnologia. No Brasil, além de pessoal, há a registrar o Instituto de Organização Nacional do Trabalho, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, o Instituto de Administração da Universidade de

São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, e vários outros organismos estatais e universitários. Na Bahia, a Universidade Federal manteve durante alguns anos o Instituto de Orientação Vocacional, que vinha se dedicando exclusivamente à população estudantil.

A maior parte das organizações e das baterias de testes disponíveis no Brasil refere-se mais a empregados do setor terciário que propriamente a operários, especializados ou não; nesse sentido, é razoável a experiência brasileira em seleção de pessoal para bancos e, principalmente, para o serviço público, onde seções técnicas do Departamento Administrativo do Serviço Público (federal) e de organismos estaduais congêneres têm se dedicado à elaboração e à aplicação de concursos a milhares de funcionários; o mesmo ocorreu com os institutos de previdência.

Vale observar, por fim, que a seleção mais ou menos sistemática de mão de obra varia de acordo com a oferta de mão de obra e com nível de qualificação requerido para a mão de obra procurada. No caso da produção em série das empresas industriais, em que o que se requer são “operadores”, a seleção – bem como o recrutamento – pode ser extremamente simplificado; e, nesses casos, um sistema de triagem simples combinado com um estágio probatório de poucos dias pode ser, realmente, mais racional e econômico. Nos casos profissionais especializados, de nível superior ou médio (graus de qualificação correspondentes aos níveis de escolaridade), os registros profissionais constantes da carteira de trabalho ou de diplomas e certificados legais, bem como “as cartas de referência” de empregos anteriores, também constituem um sistema que, embora elementar, é razoavelmente eficiente.

O problema da seleção leva ao da colocação, que é a atribuição das tarefas específicas a um candidato escolhido e a sua administração ou introdução ao posto de trabalho. Na língua brasileira, não existe tradução apropriada para o que, em inglês, se chama de *induction*, isto é, o processo mediante o qual o candidato é posto a trabalhar. São raras as empresas em que se dedica, a essa fase de recrutamento, alguma atenção além do preenchimento de requisitos meramente jurídicos de admissão; quase nunca se dá, ao novo empregado, conhecimento da organização geral da empresa e da importância relativa de sua função no processo produtivo; também são raras as empresas em que o *know-how* do posto ou da seção está registrado em manuais de serviço ou normas escritas (com exceção das normas disciplinares) e, nesses casos, o empregado tem de apreender por si – e pelo sistema de ensaio-e-erro – as atribuições específicas de suas funções. Essa falta de formalização do processo de colocação redundava, também, em resultados antieconômicos para a empresa e em desgastes e angústias para o empregado.

A segunda área da mobilização dos recursos humanos é a de formação e treinamento. Como se verá, há uma inter-relação flagrante entre essa e a área anterior, bem como entre ela e as áreas que se lhe seguirão.

O que se chama de formação e treinamento é o que também se costuma chamar de qualificação, isto é, dos processos mediante os quais se ampliam as capacidades produtivas das pessoas. A expressão “capacitação profissional”, aliás, é às vezes usada como sinônimo de qualificação ou de formação e treinamento. De um modo geral, pode-se dizer que a qualificação implica na soma de fatores inatos de inteligência, personalidade e aptidão, com conhecimentos e habilidades adquiridos; não é necessário lembrar que, nessa frase, não se afirma que a inteligência, a personalidade e a aptidão sejam fatores inatos, mas sim que há fatores de inteligência, personalidade e aptidão que são inatos ou primários.

Na expressão “formação e treinamento” distingue-se um termo do outro. Por “formação” entende-se um conjunto de fatores primários, conhecimentos e habilidades mais gerais, que tornam o indivíduo capaz de dedicar-se a uma gama de serviços variados dentro de um mesmo setor, desde que devidamente treinado para exercer funções específicas; a formação, assim pode ser semelhante ou bastante equivalente a grandes grupos de indivíduos e servir a grande número de tarefas.

Podem-se ainda distinguir, na formação, dois componentes: a instrução e, à falta de melhor termo, que logo mais será explicado, a “maturidade”. A instrução que um indivíduo recebe é de dois tipos: formal e informal. Esta última é o aprendizado a que a própria vida submete o indivíduo, primeiro no círculo restrito dos pais e da família, depois nos seus múltiplos papéis sociais. A instrução formal é a que é ministrada de forma sistemática, em instituições especialmente existentes para tal fim, através de programas e métodos estabelecidos de maneira que procura ser objetiva e racional.

Essa instrução formal inclui a alfabetização, a escolaridade geral (ou “educação escolar”), a instrução profissional e a instrução profissional especializada. A escolaridade geral é feita em três níveis: o elementar (ou primário); o médio (que inclui secundário, normal, técnico etc.) e o superior.

É claro que nem sempre a instrução profissional, ou a alfabetização, são dadas em escolas dedicadas a tal fim; a tecnologia artesanal, por exemplo, que tenha caráter profissional, é muitas vezes transmitida oralmente de pais para filhos, ou de “mestre” para “aprendiz”, sem que haja propriamente escolas para isso; não deixa, contudo, de ser uma transmissão formal de conhecimentos e habilidade. Por outro lado, na maior parte dos países, há instituições e centros escolares, oficiais ou não, que se dedicam a ministrar instrução profissional. No Brasil, além das escolas profissionais, técnicas, comerciais e

agrícolas, há o SENAI e o SENAC. Na Bahia há, ainda, escolas artesanais, além das instituições já citadas.

A “maturidade”, por sua vez, é o grau de cultura, no significado antropológico do termo, de qual o indivíduo é portador; em outras palavras, é o grau de cultura que o indivíduo assimilou; exprime a integração do indivíduo na sociedade, a sua experiência de vida, o desenvolvimento dos seus traços de personalidade, o seu comportamento social e seus valores éticos.

Para certas profissões, principalmente as de nível superior ou que correspondam a graus de escolaridade de nível superior, além das instituições locais e nacionais de instrução formal, há facilidades para formação em centros estrangeiros; através de bolsas de estudo, estágios, viagens, importação de livros e convite a professores estrangeiros, os graus mais altos de formação podem estar constantemente atualizados em relação a padrões internacionais de cultura e saber.

As mesmas facilidades não existem, todavia, para a formação de grau médio. É um truísmo dizer que, no Brasil, existe engenheiro, mas não existe o homem de linha média capaz de codificar as instruções do engenheiro para o operário. O fenômeno realmente existe e não é exclusivo do Brasil; sua incidência é maior, dentro do país, nas regiões mais subdesenvolvidas, e, no continente, nos demais países subdesenvolvidos.

Várias razões poderiam ser apontadas para explicá-lo, e podem-se lembrar duas das mais importantes: a organização da produção na maior parte das empresas industriais é feita de modo a recair o grosso da produção em “operadores”, e não em profissionais, e, como se viu, o operador não é necessariamente um trabalhador bem qualificado; assim, a disparidade de qualificação entre a massa de operários e os mais bem formados é muito grande, fazendo-se necessário um ou vários escalões e intermediários para a transmissão de instruções de serviço e para a coordenação das diversas fases da produção.

A outra razão reside na inadequação do sistema educacional brasileiro, ainda preso a valores que exprimiam as aspirações de uma classe dominante fundada na estrutura agrária, e que procurava a mobilidade social através de uma cultura geral de caráter humanístico; não se entendam essas palavras como condenação total e simplista a toda educação que não seja pragmatista e industrialista. Mas ocorre que o sistema educacional brasileiro não oferece alternativa aos jovens que não podem prosseguir os estudos formais além do nível médio, e este é organizado de maneira a simplesmente enviar os alunos para o curso superior.

Alguns dados ilustram essa afirmação: em 1964, o ensino superior correspondia a 7% do Ensino Médio em geral, no Brasil, e a 6% na Bahia (matrículas no início do ano letivo); mas subtraindo-se do Ensino Médio o ensino

secundário e o ensino normal, e computando-se apenas o ensino comercial, o industrial e o agrícola, na mesma data o ensino superior correspondia a 43% do ensino técnico no Brasil e a 71% do ensino técnico na Bahia<sup>1</sup>. Dizendo a mesma coisa com outras palavras: no país todo, há dois profissionais de nível superior para 30 de nível médio, dos quais, quatro de nível técnico; na Bahia, há três de nível superior para 34 de nível médio, dos quais, três de nível técnico. Os dados (*Anuário*, 1965) não devem fazer supor que haja elementos de nível superior em abundância, mas indicam que não há suficientes elementos técnicos.

O treinamento é entendido como a capacitação específica para o trabalho. Evidentemente, o treinamento também pode ser distinguido nos seus aspectos formais e informais. Como sistema formal, o treinamento pode ser aplicado a funções, ocupações e operações; é evidente, aí, que nem sempre o treinamento pressupõe uma forma prévia. O treinamento formal pode ser dado em centros especialmente destinados a tal fim ou no próprio emprego para o qual se destina o treinamento. No Brasil, já existe alguma experiência em treinamento no emprego, ou *on the job*. E, se o SENAI é o exemplo mais representativo de *formação profissional*, o TWI (Training Within Industry) é o exemplo mais representativo de *treinamento operacional*; além do TWI, que foi divulgado no Brasil através de convênios entre o governo norte-americano e instituições brasileiras, hoje novos sistemas, que procuram superar as limitações do antigo método, estão sendo tentados. A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado da Bahia já tem, preparados, diversos manuais de treinamento específico para serem aplicados às indústrias baianas.

O treinamento informal é o que decorre do próprio exercício de uma função; suas maiores desvantagens são a ineficiência e o perigo de o treinamento estar assimilando métodos de trabalho os mais errados, e não os mais corretos.

Há, ainda, um treinamento específico que se dá nas empresas em que certas profissões tendem a estruturar-se em forma de “carreiras” (correntista-chefe de seção – gerente ou auxiliar de manutenção-mecânico de manutenção-chefe de manutenção); o treinamento específico que se dá aos indivíduos dos escalões inferiores da “carreira” têm o sentido de um recrutamento e uma seleção internas e visam à promoção do trabalhador para funções de maior responsabilidade.

Em muitos casos, ainda, além da formação e do treinamento, adota-se um sistema especial de aprendizado que é o adestramento, e que consiste na ênfase especial em determinadas habilidades de um profissional ou de um operador.

A terceira área é a da organização e da remuneração da mão de obra. É certo que a organização da empresa vai se refletir diretamente na maneira de a mão de obra exercer suas atividades e, portanto, desenvolver a produtividade. Também é certo que a organização da empresa e dos empregadores em

trustes, cartéis, monopólios, *holdings*, grupos de pressão e associação de classes, obedecem mais a injunções relacionadas com a estruturação sociopolítica de dominação e subordinação dentro da sociedade do que propriamente a questões que digam respeito à produtividade da mão de obra; mas é certo, também, que esses valores ideológicos e políticos refletem, em última instância, o estado das relações de trabalho e de propriedade de que o mercado de mão de obra é uma manifestação. O mesmo ocorre com trabalhadores empregados, que procuram organizar-se em sindicatos e associações de classe para aumentar o poder próprio de barganha, lutar por salários e condições de trabalho, participar do comando da empresa e da direção política da sociedade. É evidente que o grau de conscientização e organização da classe operária está vinculado ao estado de desenvolvimento geral da sociedade; nos países subdesenvolvidos, e no Brasil, particularmente, a maior parte dos sindicatos operários não está aparelhada para reivindicações políticas, limitando-se a lutar por manutenção de salários reais ou aumento de salários nominais e por condições de estabilidade no emprego. Tanto os empregadores quanto os empregados, nas inter-relações entre os dois grupos, possuem armas eficazes: respectivamente o *lock-out* (paralisação da produção) e a greve (paralisação do trabalho). Todavia, as relações de trabalho e, principalmente, as organizações sindicais de empregados, bem como os contratos de trabalho, os dissídios e as greves, têm sido extremamente regulamentadas no Brasil, nos últimos anos, de maneira que a ação efetiva dos grupos profissionais se torne atualmente bastante limitada. Os trabalhadores dos setores secundário e terciário filiam-se a sindicatos (grande parte dos quais, atualmente, sob formas indiretas de intervenção oficial) os quais se congregam em federações estaduais e em confederações nacionais. As relações de emprego são fiscalizadas por órgãos do Executivo Federal e as questões de trabalho julgadas pela Justiça do Trabalho. Através do Fundo Sindical, por sua vez, o Ministério do Trabalho exerce um efetivo controle sobre todas as atividades sindicais do país.

Ainda sobre a organização do trabalho, há a registrar que dentro do âmbito da empresa, os trabalhadores tendem a associar-se em grupos informais, semiestruturados, com liderança própria, e que muitas vezes exercem poderosa influência na produção do processo produtivo, quer pela emulação da produtividade, quer pela modificação de condições de trabalho, quer pela fixação extraoficial de padrões de quantidade e qualidade da produção, às vezes abaixo das normas fixadas pela direção da empresa. As grandes empresas industriais dos grandes centros urbanos do país dedicam cada vez maior importância a esse aspecto da organização do trabalho, procurando manter um sistema de comunicações bidirecional com os líderes informais dos grupos de empregados. As empresas, também por sua vez, têm tomado iniciativas de criar subestruturas formais entre seu pessoal de maneira a obter

maior rendimento no trabalho e, muitas vezes, aproveitando a existência dos grupos informais de trabalhadores; assim, através da criação de departamentos de relações industriais, de relações humanas e outros, as empresas têm procurado fomentar a criação de equipes esportivas, refeitórios, colônias de férias, cooperativas, jornais internos etc., a fim de remunerar indiretamente o aumento da produtividade e granjear a lealdade dos empregados.

Quanto à remuneração, há a registrar, ainda, que as regulamentações oficiais existentes fixam as diretrizes da política salarial das empresas. Aplicando aos índices do custo de vida uma taxa de correção monetária, o governo federal vem fixando, periodicamente, os limites de aumento de salários, reduzindo, assim, o poder de barganha dos empregados e dando condições de reinvestimento aos empregadores. As variações de salário dentro do mercado de mão de obra, contudo, são grandes, embora o ritmo lento de evolução do salário real para a maioria das categorias profissionais esteja marcando uma tendência para um “achatamento” das escalas de salários nos níveis inferiores; de um modo geral, as variações maiores se verificam em termos de “trabalhador qualificado” e “trabalhador não qualificado”, isto é, aquele que ainda não recebeu treinamento específico ou formação profissional.

Os empregadores e os empregados têm encontrado dificuldades em fixar as variações e os limites salariais, dentro das diretrizes governamentais, principalmente em virtude de duas razões: a dificuldade de adoção do sistema de aferição do rendimento individual que seja suficientemente objetivo para ser aceito pelos empregados e pelos empregadores; a inexistência ou a escassez de dados sobre preços, salários e custo de vida no país; além dos índices oficiais de correção salarial baseados em cálculos do Ministério do Trabalho (federal), o país conta com mais três índices de custo de vida: o da Fundação Getúlio Vargas, e da Prefeitura de São Paulo e o do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, organismo técnico criado e mantido por um grupo de sindicatos operários do estado de São Paulo. Nem sempre os dados das quatro entidades coincidem, o que tem desorientado tanto empregados como empregadores. O *Anuário* publica os números do índice do custo de vida observados nos municípios das capitais, especificados segundo índices da despesa, para a série 1962/1968 (1º semestre), com ano-base em 1948. Essa tabela mais a dos salários mínimos regionais para todo o país têm sido, na maior parte dos casos, os dois únicos elementos com que as empresas contam para a fixação da sua política salarial.

Os problemas de remuneração e organização e reorganização do mercado de trabalho têm levado o setor empresarial privado a delegar ao Estado parte das funções que disciplina as relações de trabalho. Em vários estados do país e, agora também, na Bahia, têm sido montados organismos oficiais com

esse objetivo, e vale a pena apontar alguns dos problemas teóricos e práticos que usualmente são enfrentados por essas agências de controle social específico sobre o mercado de trabalho.

Esses organismos costumam partir do pressuposto de que constitui um valor socialmente desejável e exequível o esforço racional e dirigido empregado no sentido de superar o atual estágio de subdesenvolvimento em que se encontra a sociedade brasileira e entendem também que isso significa adotar técnicas governamentais de planejamento sistemático capazes de educar a consciência da coletividade e de dispor dos recursos naturais, materiais e humanos, com o objetivo de provocar no país as mudanças sociais e econômicas que lhe permitam aproximar-se cada vez mais do estágio de desenvolvimento. Nesse contexto, reconhecem o desenvolvimento como um processo social dinâmico que, em alguns casos, poderia ser compreendido como a participação integrada da coletividade, em amplitude e profundidade, nos benefícios do progresso social que for deliberadamente provocado pela expansão qualitativa e quantitativa da economia nacional.

A partir desses pressupostos, o planejamento da política de mão de obra passa a ser exercido por órgãos especialmente destinados para tal fim na organização político-administrativa do país e que se constituem em instrumentos estatais de intervenção nacional dirigida à realidade socioeconômica, especificamente, e incumbidos de mobilizar os recursos humanos para o desenvolvimento, embora sem simultaneamente canalizar para a coletividade os correspondentes benefícios sociais desse desenvolvimento.

Mas se o desenvolvimento for entendido como participação integrada da coletividade nos benefícios sociais da expansão econômica, a mão de obra passaria a ser simultaneamente encarada como fator e beneficiária do processo de desenvolvimento. E a participação da coletividade nos benefícios sociais do desenvolvimento deveria, então, ser planejada simultaneamente em dois momentos: como participação remota nos efeitos sociais acumulativos da expansão econômica e como participação imediata e direta nos serviços sociais obtidos através dessa expansão.

Planejar a política de mão de obra, portanto, significa direta ou indiretamente, com consciência ou não por parte do Estado, promover a participação imediata e futura de grupos populacionais nos benefícios sociais do desenvolvimento. Para alcançar esse objetivo, são tomadas medidas tendentes a provocar o aperfeiçoamento máximo da capacidade física e mental dos grupos humanos envolvidos no processo, proporcionando-lhes pleno emprego dessa capacidade e adequada integração ao meio social em que ela é exercida. Tal propósito pode ser atingido em quatro fases cruciais: a avaliação das disponibilidades de mão de obra; a estimativa das necessidades de mão de obra

exigida pela expansão econômica; determinação dos déficits; a programação de redução ou superação dos déficits.

A avaliação das disponibilidades de mão de obra constitui um diagnóstico da situação de mercado de trabalho que resulta de um processo de investigação científico-sistemática montado para a identificação das fontes de mão de obra. Já se viu que, de uma perspectiva econômica, a mão de obra constitui o contingente demográfico que está efetiva ou potencialmente incluído na força do Trabalho. A força do Trabalho, por sua vez, significa

[...] para uma determinada área, ou região, seja ela país, estado, município ou distrito, o contingente de pessoas, de ambos os sexos, que trabalham mediante remuneração ou lucro ou estão à procura de trabalho. Abrange, portanto, as pessoas em condições de trabalhar, quer empregadas ou trabalhando mediante remuneração ou lucro, quer desempregadas. Inclui, também, excepcionalmente, aquelas pessoas que trabalham, sem remuneração ou lucro, em atividades não doméstica, em empresa pertencente a outro membro da família de que fazem parte. (SOUZA ANDRADE; MARCHI; FIGUEIREDO; CARDOSO, 1954).

A força de Trabalho, em seu sentido estritamente estatístico, compreende uma proporção alta em relação à população total. Se, ainda, se considerar como potencial a mão de obra que, embora num dado momento não fazendo parte da força de trabalho, poderá entrar para o mercado de trabalho quando atingir certos limites de idade ou sofrer determinados processos de adaptação, verificar-se-á que essa proporção aumenta.

A identificação das fontes de mão de obra leva em conta dois aspectos fundamentais. O primeiro é a distinção entre disponibilidades efetivas e disponibilidades potenciais de mão de obra. Entendem-se como disponibilidades efetivas de mão de obra os contingentes demográficos que já estão empregados ou que, estando desempregados provisoriamente, podem, num dado momento, ser imediatamente incorporados ao mercado de trabalho, uma vez que se verifiquem as condições de existência de empregos. Por disponibilidades potenciais de mão de obra entendem-se os contingentes populacionais que não fazem parte da força de trabalho, ou porque não se cogitou ainda de sua inclusão no mercado de trabalho ou porque eles ainda não sentiram necessidade de trabalhar, ou porque o mercado de trabalho ainda não necessitou deles. Estão nesse caso os grupos que atualmente são subempregados, como as forças armadas e as donas de casa, ou os grupos de idade que atualmente não estão em idade de trabalhar, mas que anualmente atingem a faixa etária que os transforma em disponibilidade efetiva de mão de obra. A incorporação das disponibilidades potenciais no mercado de trabalho não pode ser realizada

nunca de imediato e depende, fundamentalmente, de um processo deliberado de adaptação e treinamento. Como o planejamento para o desenvolvimento é um processo essencialmente dinâmico, o reconhecimento e a identificação das fontes de disponibilidade potencial de mão de obra tornam-se fundamentais para o diagnóstico da situação de mercado de trabalho; aqueles que em 1968 são ginásianos de 11 anos de idade poderão estar aptos a ingressar no mercado de trabalho em 1972.

Outra consideração no processo de identificação das fontes de mão de obra é a sua classificação em fontes locais, regionais, nacionais e estrangeiras. Para um município que ocupe mão de obra industrial, as fontes de mão de obra são aqui indicadas.

A grande fonte efetiva local é constituída pelos grupos populacionais que, todo ano, incorporam-se ao mercado de trabalho. Em outras palavras, a identificação dessa fonte de mão de obra para as necessidades industriais de um município pressupõe uma análise demográfica minuciosa da população desse município.

As demais fontes locais são de mão de obra potencial e compreendem, ainda, os grupos populacionais que deverão, em futuro breve, incorporar-se ao mercado de trabalho. Sua identificação depende não só da descrição demográfica da população como das estimativas de crescimento vegetativo dessa população e deverá levar em conta índices tais como taxa de natalidade, taxa de mortalidade, esperança de vida etc.

Outras fontes potenciais locais são as que dizem respeito ao contingente de donas de casa que atualmente estão desempregadas e que poderão, numa situação de imposição das necessidades de expansão econômica, empregar parte ou a totalidade do seu tempo em atividades remuneradas. Também podem ser consideradas fontes potenciais as constituídas de estudantes que, embora com mais de 15 anos, não desempenham ocupações remuneradas, mas que poderiam fazê-lo durante parte da jornada diária; aposentados que, igualmente, poderiam dedicar algumas horas do seu dia para o trabalho produtivo; elementos de capacidade reduzida que, após sofrerem processo de adaptação, poderiam ingressar em setores específicos do mercado de trabalho; partes das forças armadas militares ou paramilitares, cujo treinamento compulsório poderia incluir a execução de tarefas governamentais relacionadas com o serviço público, como construção de estradas etc.; e, finalmente, numerosos grupos profissionais que atualmente estão subempregados.

A mão de obra que provém das fontes regionais potenciais ou efetivas constitui o maior contingente demográfico de que se compõe a força de trabalho de uma região em processo de industrialização: trata-se da mão de obra liberada pela agricultura, da mão de obra que vem das regiões agrárias

do estado e de outros estados. Os principais fatores de liberação de mão de obra da agricultura para o núcleo industrial são a expulsão de mão de obra pela estrutura, a introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos no campo, que reduz as necessidades agrárias de mão de obra, e os salários e as condições de vida urbana, que atraem para a cidade contingentes do campo.

E, finalmente, as fontes estrangeiras de mão de obra são constituídas pelos países de emigração, nos quais opera o mesmo mecanismo demográfico e econômico de fornecimento de mão de obra: aplicação tecnológica, grupos populacionais que atingem determinadas faixas etárias, densidade populacional, razões políticas, salários e condições atrativas nos locais de destino etc.

A avaliação das disponibilidades de mão de obra não compreende apenas a identificação das fontes, mas exige a descrição dos contingentes em termos de volume da mão de obra e de composição da mão de obra por sexo, idade, qualificação e necessidades de formação e treinamento. Evidentemente, quando o planejador procura avaliar as disponibilidades de mão de obra, ele tem em mira, fundamentalmente, a localização de focos estratégicos onde possa exercer a sua interferência, a fim de modificar, ampliando, a capacidade produtiva da massa de mão de obra de qualquer fonte, efetiva ou potencialmente. Nesse sentido, convém acentuar que, no processo de incorporação da mão de obra de qualquer fonte efetiva ou potencial, local, regional, nacional ou estrangeira ao mercado de trabalho industrial, a variável estratégica que pode ser manipulada com maior eficiência pelo planejador é a educação, atendida na sua forma global e, portanto, abrangendo uma variada gama que vai desde a formação até o treinamento e o aperfeiçoamento específicos funcionais na linha de produção industrial.

A composição da força de trabalho de uma determinada região, num dado momento, não depende tão somente da mão de obra provida diretamente das fontes fundamentais já indicadas. Há sempre considerável contingente formado por grupos que mudam de ocupação e atividade, agricultura para indústria ou vice-versa, comércio para indústria, transporte para comércio etc. – ou mesmo de profissão para profissão dentro da mesma atividade. Essa mobilidade profissional pode ser muitas vezes acompanhada de uma mobilidade social; além dos fatores de ordem estrutural, o equipamento tecnológico de que é portador cada elemento da força de trabalho exerce sua influência nas possibilidades e na rapidez dos processos e mobilidade.

Quando o planejador manipula a variável educação no processo de adaptação da mão de obra provida das mais diferentes fontes às condições impostas pela vida urbana e pelo trabalho industrial, está introduzindo um elemento racional capaz de afetar, ampliando-as, as possibilidades e a rapidez do processo de mobilidade.

Duas implicações advêm dessa interferência no processo de mobilidade e que devem ser levadas em conta pelo planejamento na avaliação das disponibilidades de mão de obra.

A primeira é que a interferência tende a alterar a composição da mão de obra, em termos de qualificação, nos momentos seguintes ao da aplicação da interferência. Em outras palavras, se o planejador recomenda, e as instituições governamentais executam processos tendentes a modificar o currículo ginásial de maneira a emprestar maior ênfase às disciplinas de caráter técnico, quando essa população escolar incorporar-se ao mercado de trabalho estará em condições de ocupar posições profissionais mais qualificadas e, portanto, a alterar as relações de equilíbrio de oferta e demanda de mão de obra. Num contexto em que o objetivo final é o planejamento racional e dirigido da política de mão de obra, não só é importante para o planejador tomar consciência de que essa alteração deverá ocorrer, mas – o que é realmente fundamental – muito mais importante é demonstrar que ele pode, efetivamente, provocar aquele desequilíbrio futuro desde que adote, no momento presente, as medidas necessárias para que a intervenção se faça com êxito.

A segunda implicação suscitada pela interferência no processo de mobilidade através da manipulação da educação como variável estratégica pode ser assim expressa: ao mesmo tempo em que o planejador procura adaptar mais adequadamente a mão de obra emergente às estruturas profissionais dos núcleos urbanos e industrializados, mais essa mão de obra, educando-se e se politizando, tenderá a romper e atenuar certas arestas da estrutura social em que se vê enquadrada. De certa maneira, a formação educacional e o treinamento profissional de camadas cada vez mais amplas da população tenderão a torná-las coletivamente conscientes de que a superação do estágio de subdesenvolvimento do país é socialmente desejável e exequível e aumentarão o grau de intensidade de reivindicar uma participação cada vez maior no progresso social que o processo de desenvolvimento necessariamente deve implicar.

Ainda aqui o mais fundamental para o planejador não é somente prever as probabilidades em que tal possa ocorrer, mas é encaminhar a manipulação das variáveis estratégicas de maneira a provocar as mudanças sociais que permitirão à coletividade a participação nos benefícios sociais da expansão econômica.

É evidente que para encaminhar com alguma probabilidade de êxito as intervenções necessárias para obter as mudanças sociais desejadas, o planejador deve cuidar de que os sistemas de formação educacional e treinamento profissional (aplicado no processo de adaptação e integração dos contingentes emergentes de mão de obra às condições de trabalho e às estruturas sociais

dos núcleos urbanos industrializados) tenham por escopo o aproveitamento máximo das capacidades físicas e intelectuais de produção dos grupos populacionais, de maneira a permitir que cada elemento produtivo da sociedade possa alcançar nela a melhor posição profissional que possa desempenhar. As considerações que o planejador fizer em torno desse aspecto devem forçosamente abordar a necessidade e a conveniência de se instituírem processos sistemáticos de recrutamento e colocação de trabalhadores, orientação vocacional e profissional, análises ocupacionais e seleção objetiva de candidatos a trabalho, métodos de treinamento típico e específico etc.

Todas essas medidas práticas pressupõem um conjunto de estudos e pesquisas. Uma análise do crescimento demográfico da população deve constituir o quadro de referência que irá informar todo o trabalho posterior de planejamento, devendo abranger os seguintes aspectos: população na capital e no interior; população por ocupação, tipo de atividade e ramo econômico; população por sexo e idade; população por local de procedência e nacionalidade; população por grau de instrução e por qualificação profissional; taxa de entrada, permanência e evasão de imigrantes nacionais e estrangeiros; taxa de natalidade, mortalidade e duração média de vida; taxa de crescimento demográfico.

Outro estudo deve constituir uma análise das tendências da política migratória, abrangendo as leis, as normas e os procedimentos dos órgãos que, diretamente ou indiretamente, estão ligados à emigração e à imigração.

Uma pesquisa fundamental nessa fase de levantamento é um estudo destinado a determinar a taxa da liberação da mão de obra pela agricultura e que deveria investigar os contingentes de liberação espontânea e o grau de liberdade das interferências nessa liberação, com o objetivo de diminuir ou aumentar o fluxo liberatório. Essa pesquisa deverá levar em conta não apenas os processos de introdução de melhoramentos tecnológicos à agricultura, mas também os relativos à estrutura de propriedade da terra e às leis ditas de reforma agrária, bem como a capacidade de reinversão de capitais na própria agricultura.

Outro estudo deverá referir-se às possibilidades de aproveitamento dos contingentes não incorporados à força de trabalho, que procuraria avaliar o grau de emprego e subemprego de donas de casa, estudantes, forças armadas, aposentados e elementos de capacidade reduzida, estudando, também, as normas de adaptação e readaptação desses contingentes às condições específicas do trabalho industrial.

E, finalmente, faz-se necessário um amplo estudo especial das possibilidades de manipulação da educação como variável estratégica do processo de desenvolvimento.

A fase de industrialização incipiente de uma região constitui um impacto sobre o mercado de trabalho que se traduz, primariamente, por maiores

necessidades de mão de obra, especialmente daquela com determinadas qualificações profissionais.

Todavia, essa necessidade de maiores e novos contingentes de mão de obra qualificada tem sido sentida de forma quase intuitiva, e não existem praticamente quantificações, mesmo aproximadas, dos contingentes das características dos trabalhadores necessários, a longo, médio ou curto prazo.

A inexistência de quantificações, mesmo aproximadas, é, em primeiro lugar, resultado da maneira assistemática com que se tem processado no país a expansão econômica. Menos que desenvolvimento planejado e organizada-mente coerente, o crescimento econômico desordenado do país tem sido o subproduto do aproveitamento de certas facilidades naturais, o resultado do esforço individual em alguns setores e, em outros, o saldo positivo desproporcional em relação ao saldo negativo da especulação financeira.

Somente nos últimos 20 anos tem tido o país a oportunidade de assistir ao estabelecimento de certas diretrizes básicas gerais, políticas e administrativas, das quais se podem extrair, com algum esforço, os alvos para o desenvolvimento. Não existe, ainda, porém, um plano de integração em nível nacional e englobando toda a economia que possa constituir uma diretriz básica capaz de estabelecer as prioridades e as metas de expansão econômica para todo o país. Por essa razão, o planejamento setorial da mão de obra se torna mais exequível quando é pensado em termos regionais.

A estimativa das necessidades de mão de obra deve levar em conta dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, é necessário fazer o prognóstico, para um determinado prazo, do crescimento vegetativo das atividades industriais, provocado por uma série de fatores conjunturais, mas sem a interferência deliberada da coletividade de ampliar seu poder de expansão; em segundo lugar, deve-se fazer esse prognóstico levando-se em conta a intenção deliberada e consciente da coletividade de introduzir fatores de desequilíbrio capazes de elevar a limites superiores a expansão econômica, dentro das escalas de prioridade que essa coletividade estabelecer, de maneira a fazer a sociedade global ou regional superar com rapidez cada vez maior o estágio de subdesenvolvimento em que se encontra.

Esses dois aspectos não traduzem dois momentos distintos do processo de planejamento, mas constituem duas variáveis que devem sempre ser avaliadas quando se faz o prognóstico da estimativa de necessidade de mão de obra que a expansão econômica irá impondo anualmente durante um determinado prazo.

A estimativa das necessidades de mão de obra reduz-se, fundamentalmente, à tradução, em termos de *homens-função* necessários, dos programas de aplicação de capital e tecnologia na transformação de recursos naturais pelo trabalho humano.

Na falta de um plano geral diretor que orientará a expansão industrial nos próximos anos, será necessário deduzir as tendências dessa expansão a partir da análise de uns tantos fatores de que essa expansão forçosamente depende.

Esses fatores apresentam três características fundamentais, que devem estar sempre presentes na ação planejadora: em primeiro lugar, os fatores têm caráter *extrarregional* e, frequentemente, *extranacional* – em outras palavras, a expansão econômica da indústria local está intimamente ligada à conjuntura nacional e internacional. Em segundo lugar, os fatores têm natureza *ambivalente*, isto é, a simples existência de um fator – por exemplo, a política de proteção à indústria nacional – não significa que dessa existência deve forçosamente advir um aumento do número de fábricas: os fatores de que depende a expansão econômica podem afetar tanto positiva quanto negativamente esta expansão, ou seja, a proteção à indústria nacional pode suscitar o surgimento de algumas novas fábricas, mas impedir o aparecimento de outras que dependeriam da aplicação de capitais estrangeiros na mesma região.

Em terceiro lugar, esses fatores têm capacidade integradora: eles integram entre si, no sentido de que não são fatos isolados da vida econômica e social, mas os elementos constitutivos da conjuntura nacional e internacional.

Essas três características, e o fato de que não existe um plano orientador global centralizado, de nível nacional, faz com que a tradução da expansão econômica em estimativas de homens-função constitua a fase crucial de mais difícil quantificação no processo do planejamento. Como, todavia, o processo de planejamento depende fundamentalmente dessa fase, a análise cuidadosa de cada fator, e a determinação de processos de quantificação (os mais aproximados possíveis), deve ser tentada e constantemente revista pela ação planejadora.

As tentativas de determinação dos processos de quantificação das estimativas de homens-função poderão variar desde as formas contábeis de cálculo aproximado de mão de obra necessário ao exercício financeiro seguinte, a partir da análise do ano financeiro presente, até formas mais elaboradas de programação. Vale indicar alguns dos elementos conjunturais que constituam os fatores de expansão econômica industrial.

Em primeiro lugar, situam-se os planos governamentais de investimentos, que se traduzam num duplo aspecto, tanto podem constituir os critérios políticos que irão orientar a atividade econômica quanto os planos de investimentos específicos nos setores de serviços públicos, como a construção de pontes, estradas, usinas, hospitais, escolas etc. No primeiro caso, os critérios políticos poderão fornecer, quando menos, escalas de prioridades que permitirão uma hierarquia de urgência da ação planejadora no atendimento da demanda de mão de obra. No segundo caso, os planos governamentais

permitem uma tradução mais direta em termos de estimativas de homem-função, desde que se leve em conta que a execução de serviços por parte do governo, ao mesmo tempo em que exige um determinado *contingente-qualificação* de mão de obra especificamente destinado à programação, implantação, operação e manutenção, atrairá novos contingentes populacionais que constituem a sua clientela. Assim, a construção de uma estrada exige equipes de engenheiros, arquitetos, trabalhadores braçais e operários qualificados; uma vez terminada a construção da estrada, é necessário pessoal para mantê-la; ao mesmo tempo, a existência da estrada provocará o surgimento de novas atividades produtivas nos núcleos populacionais que ela serve. A criação de uma escola exigirá uma equipe de engenheiros, arquitetos, construtores, operários especializados e trabalhadores braçais; uma vez pronta, a escola exigirá uma equipe que é constituída pelo seu pessoal administrativo e pelo pessoal docente. A existência da escola, por sua vez, atrairá uma população escolar que pressupõe novos contingentes de mão de obra adulta, no momento em que ela é atraída e nos momentos posteriores.

Outro fator de expansão é a política de crédito bancário, que deve distinguir entre bancos oficiais e bancos particulares. A natureza ambivalente do fator política creditícia manifesta-se no fato de que os bancos podem estar aplicando capitais para financiamento de atividades meramente especulativas, e não produtivas – como o mercado imobiliário – ou de atividades produtivas com a criação de um novo ramo industrial. É claro que os organismos governamentais podem intervir na política creditícia de maneira a canalizar todos os investimentos ou boa parte deles em atividades produtivas, e esse fato deve ser levado em consideração pelo planejador no seu prognóstico de estimativa de mão de obra industrial que será necessária em prazos dados.

A política e as normas de financiamentos internacionais também constituem um fator, igualmente ambivalente, de expansão econômica. A análise da balança de pagamentos do país constitui sempre um indício aproximado das tendências imediatas e mediatas da expansão industrial.

Da mesma forma, a política de proteção às aplicações de capital estrangeiro, na medida em que suas tendências puderem ser conhecidas e definidas a longo prazo, constituem outro fator que deve pesar nas ponderações do planejador.

A legislação cambial é um dos fatores que mais diretamente afeta a expansão econômica, e o acompanhamento constante não só das leis, mas das normas e dos procedimentos dos organismos governamentais incumbidos de aplicá-la, constituem um bom instrumento para o planejador.

A renda nacional e a renda *per capita*, levadas em consideração as taxas de poupança forçada, e analisada a sua distribuição por grupos populacionais

e por setores de atividades, constituem um fator de expansão que, como os demais, tem caráter extrarregional e natureza ambivalente. O exame das tendências demonstradas por séries históricas dessas duas variáveis constituem uma análise indispensável para a estimativa das necessidades de mão de obra.

As legislações tributárias e previdenciais, na medida em que constituem parcelas da renda da indústria, também devem ser analisadas a fim de que o planejador possa delinear alguns limites aos prognósticos de expansão industrial. Da mesma forma, o exame dos pagamentos de salários e ordenados, o preço das matérias-primas e dos equipamentos.

O pagamento do *know-how* é um fator ambivalente da expansão econômica que deve merecer do planejador uma análise especial. Na medida em que a indústria local, principalmente as novas atividades industriais, não possui *know-how* próprio e deve adquirir a tecnologia estrangeira ao pagamento de altos *royalties*, o seu ritmo de crescimento será forçosamente menor. Todavia, esse fator constitui um foco estratégico no qual o Estado poderá intervir de forma decisiva, na medida em que fornecer aos seus organismos de pesquisas equipamentos e recursos necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa tecnológica nacional própria. Assim, o planejador deve ter sempre em mente a possibilidade de romper o equilíbrio na relação indústria nacional versus *know-how* estrangeiro de maneira a reduzir a evasão de renda com a importação de tecnologia e acelerar o ritmo de crescimento interno das indústrias nacionais.

A política de controle de lucros, de controle de remessa de lucros e controle de preços constitui fator de fundamental ponderação na expansão econômica e a sua análise constante deve conduzir o planejador a uma aproximação mais rigorosa das estimativas de necessidade de mão de obra.

Novo fator, e consequência, por sua vez, de numerosos outros fatores já indicados, é constituído pela taxa de reinversão ou reinvestimentos, cuja determinação, para certos grupos industriais, não é difícil, desde que analisadas as séries históricas correspondentes.

E, finalmente, as tendências e perspectivas da situação política internacional, que são determinadas ou se manifestam em numerosos fatores apontados e, cuja análise, embora nem sempre conduza a uma possibilidade de quantificação, deve constituir-se na tarefa diária do planejador incumbido de estimar as necessidades de mão de obra exigidas pela expansão econômica.

O prognóstico das necessidades de mão de obra não deve relegar para segundo plano, igualmente, as técnicas de pesquisa sociológica e econômica, inclusive a reconstrução histórica dos surtos econômicos regionais, de maneira a permitir uma interpretação fidedigna do estágio do subdesenvolvimento do país. E igualmente a ação planejadora, na fase da estimativa das

necessidades de mão de obra, deve usar os recursos de *mass communication* e de pesquisa de opinião pública que lhe permitam interpretar as tendências reivindicatórias da coletividade em relação à participação nos benefícios sociais da expansão econômica.

Avaliadas as disponibilidades e estimadas as necessidades de mão de obra exigidas pela expansão econômica, cabe à ação planejadora determinar os deficits. A determinação dos deficits como fase do processo de planejamento da política de mão de obra consiste na quantificação das metas a serem atingidas em prazos determinados. A determinação dos deficits, portanto, é a operação que orienta a ação interventora na realidade com o objetivo de romper o equilíbrio traduzido pela situação de subdesenvolvimento.

Os pressupostos básicos de que partiu esse trabalho levam a conceituação de dois tipos de deficits: de participação e de utilização.

O primeiro tipo é constituído pelos deficits de participação, que se traduzem pela distância entre índices atuais e ideais indicadores da situação em que estão os elementos da coletividade, principalmente a mão de obra, efetiva e potencial, em relação a níveis de bem-estar. A determinação dos índices atuais de bem-estar social é conseguida na primeira fase, em que se processam as investigações sistemáticas tendentes a avaliar as disponibilidades de mão de obra. A determinação dos índices ideais dependerá dos critérios políticos do grupo governante e das aspirações da coletividade. Isso significa que não existe limite superior para os índices ideais, uma vez que a tendência da coletividade será a de usufruir níveis cada vez maiores de bem-estar. Todavia, como essa fase é quantificação de metas, ela deve programar etapas mínimas a serem alcançadas em determinados prazos, o que, uma vez superadas, deve dar lugar a novas etapas mínimas.

São os seguintes os principais deficits de participação: deficit sanitário, deficit de moradia, deficit educacional, deficit de emprego e deficit de serviços e utilidades.

A determinação desses deficits implica no estabelecimento de unidade de medida e unidades de tempo, apropriadas para cada tipo.

Outra consideração a respeito dos deficits de participação: o estabelecimento de metas e a rapidez com que se programar alcançá-las não dependem somente da existência de recursos governamentais, mas principalmente da capacidade de intervenção que o Estado demonstrar ao canalizar para a coletividade parte do produto de expansão econômica. E essa capacidade estatal estará diretamente ligada à intensidade de reivindicação da coletividade, o que, por sua vez, dependerá do seu nível educacional e de maior ou menor grau em que essa coletividade tiver conscientizado o desenvolvimento como alvo do esforço comum.

O segundo tipo de déficit é o dos déficits de utilização de mão de obra, isto é, diferença entre as necessidades e as disponibilidades de mão de obra.

A quantificação das metas nesse segundo tipo de déficit constitui a diferença, num momento dado, entre as vagas de emprego que deverão existir como decorrência da expansão econômica de empregados disponíveis capacitados para preencher aquelas vagas. Poderá haver, portanto, tantos déficits de utilização quantas as funções que cada uma das profissões econômicas compreender, levando-se em consideração que o avanço tecnológico está continuamente modificando a constelação de funções de uma mesma profissão.

A unidade de tempo dos déficits de utilização dependerá, fundamentalmente, do ritmo de expansão econômica e do prazo mínimo exigido para a formação e o treinamento profissional específico de cada *contingente-qualidade*, unidade múltipla que se compõe de *homem-função*. Assim, quando o planejador estabelecer os programas de redução dos déficits de utilização de engenheiros na indústria automobilística, por exemplo, deverá levar em conta não apenas as estimativas da necessidade para a formação de um engenheiro nesse ramo industrial, mas o prazo necessário para a formação de um engenheiro e a existência, na coletividade, de recursos capazes de formar cada um desses engenheiros, como escolas, laboratórios, professores, recursos didáticos, de estudo, população escolar de nível secundário etc.

Nessa fase da ação planejadora, é que se revela com maior intensidade o poder de intervenção do Estado: realmente, a partir das metas quantificadas de redução ou extinção dos déficits existentes e previstos é que o planejador poderá orientar todo o processo oficial de educação escolar e formação profissional. Caberá, então, ao planejador programar o treinamento e realizar as pesquisas necessárias para conseguir novos métodos de intensificar o rendimento da aprendizagem profissional, com o objetivo de minimizar os esforços e maximizar o aproveitamento de recursos, reduzindo, assim, o custo social das tarefas envolvidas pelo desenvolvimento. E estarão sempre em suas mãos o fornecer, ao sistema educacional, algumas das diretrizes básicas que poderão orientar a ação dos educadores, desde a criação de novas escolas e novos tipos de escolas, de formação profissional, até a política de concessão de bolsas de estudos, estágios de treinamento, organização de currículos, elaboração de material didático etc.

É fundamental, portanto, para a ação planejadora integrativa, que a determinação dos déficits e a programação da sua redução se não anteceda cronologicamente, pelo menos oriente constantemente a política de ampliação e melhoria da rede escolar; a inexistência atual de metas quantificáveis do desenvolvimento fornecendo critérios de prioridade para ação educadora tem sido gravemente sentida pelos educadores. O planejamento de uma política

de mão de obra a médio e longo prazo poderá fornecer alguns desses critérios aos educadores.

As quatro fases anteriores neste esquema de abordagem dos problemas envolvidos pelo planejamento da política de mão de obra constituem fases de levantamento e quantificação de metas. A fase presente constitui propriamente a programação de implantação da ação executiva do plano, com o consequente estabelecimento de sistemas permanentes de controle e revisão.

Fundamentalmente, a programação da redução ou superação dos déficits é a utilização de técnicas sociais capazes de reduzir os déficits ou superá-los, quer assegurando emprego e níveis de bem-estar aos grupos desempregados ou subempregados, quer fornecendo mão de obra necessária e adequada às tarefas de promover a expansão econômica.

O delineamento, em pormenores, do programa de redução e superação dos déficits só é possível no decurso das fases de avaliação das disponibilidades, de estimativa das necessidades e de determinação dos déficits. Ao tratarmos dessas fases do planejamento, já indicamos ou sugerimos uma ou outra providência que se faz necessária para conseguir a redução desses déficits. O que se segue tem apenas a pretensão de sistematizar o conjunto de medidas que formam a implantação de um plano de redução e superação dos déficits dentro do contexto do presente esquema de abordagem.

O programa deverá distinguir, fundamentalmente, três ordens de projetos.

A primeira será constituída dos projetos destinados a provocar a redução ou superação dos déficits de participação: deverão esses projetos obter, de maneira dirigida e disciplinada, os recursos necessários para a produção de benefícios sociais (em bens e serviços), como resultado da expansão econômica e a canalização desses benefícios sociais em favor da coletividade. Esses projetos compreendem principalmente a adoção de uma política de estabelecimento de escalas de prioridade no atendimento às indústrias básicas e uma escala de prioridade de bens e serviços mais urgentemente necessitados pela coletividade e na construção de hospitais, escolas, estradas, usinas etc.

A segunda ordem de projetos destinar-se-á a reduzir ou superar os déficits de utilização de mão de obra e compreender, além do estabelecimento de sistemas permanentes de investigação científica que permita avaliar as disponibilidades e estimar as necessidades, projetos que visem: ao emprego de procedimentos de atração e deslocamento de mão de obra efetiva e potencial, com utilização de programas de levantamento ocupacional, cotejamento entre ocupações e escolarização, fornecimento sistematizado de informações sobre possibilidades e oportunidades de emprego; ao estabelecimento de padrões e procedimentos sistemáticos de estudo, adaptação e criação de instrumentos de

avaliação psicotécnica para efeitos de seleção de mão de obra, administração de orientação vocacional e profissional e análise de rendimento de trabalho; à criação de sistemas de adestramento pré-profissional, formação profissional, treinamento funcional específico de mão de obra recrutada para a indústria; ao estabelecimento de procedimentos de adaptação e integração de mão de obra às condições de trabalho e de vida nos núcleos urbanos industrializados.

A terceira ordem de projetos destina-se a obter os recursos necessários à implantação dos planos e estabelecer os sistemas de controle e avaliação de resultados do planejamento.

## NOTA

1. Durante a década de 1960, no Brasil, após a promulgação da primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases (lei nº4024/61), o ensino era dividido em Educação de grau primário, médio e superior. O ensino médio compreendia dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangia os cursos secundário, técnico (industrial, agrícola e comercial) e de formação de professores (ensino normal). [N.E.]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIHENEUF, R. *Problèmes de la Théorie Marxista de la Valeur*. Paris: Colin, 1959.

MARX, K. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Economica, 1946 – especialmente capítulos IV, V, VI, VII e X.

SELLIER, F. et TLAND, A. *Économie du Travail*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

SOUZA ANDRADE, Celeste A.; MARCHI, Álvaro; FIGUEIREDO, Orlando; CARDOSO, Ruth Correa Leite. *Força de trabalho do Distrito de São Paulo*. Cadernos de Economia Industrial, nº 19, DIP, 1954.

## O TRABALHO MARGINAL

O nordeste brasileiro apresenta à observação um fenômeno dos mais interessantes para a compreensão da estrutura social e que, todavia, ainda não foi suficientemente estudado. Trata-se da incidência generalizada de formas marginais de trabalho, vinculadas a modalidades de atividade produtiva ainda não sistematicamente caracterizadas, quer por economistas, quer por sociólogos. Desde o pescador das praias de Recife ao oleiro de Caxixis de Maragogipinho, passando pela “baiana do acarajé”, pelos prateiros de Salvador, pelos artesãos de charutaria e numerosos outros tipos socioprofissionais, há toda uma gama de atividades que se realizam à margem da produção assalariada capitalista, industrial ou agrícola, e cujo real significado vem escapando a uma compreensão mais aprofundada. Há, de certo, algumas descrições de algumas dessas atividades, como tem havido até, ultimamente, planos oficiais ou oficiosos tendentes a constituir uma política de “amparo” ou “desenvolvimento” dessas modalidades produtivas. Mas a verdade é que ainda não se fez o necessário esforço teórico para uma adequada interpretação sociológica do papel que essas formas de atividade humana representam na estrutura social ou das tendências que animam o processo histórico em que se acham inseridas.

O presente capítulo não se propõe à tarefa, descabida aqui e agora. Mas procura reunir algumas observações e, principalmente, formular algumas perguntas básicas, com o propósito de chamar a atenção para certos aspectos teóricos que se acham envolvidos na compreensão do fenômeno, bem como para os aspectos práticos deles decorrentes e que podem interessar, sobretudo, os que tenham a missão ou a vocação de pensar administrativamente nas políticas oficiais de dirigismo em relação a tais atividades.

O próprio título deste capítulo exige, agora, uma explicação. Por “trabalho marginal” – uma expressão menos simplificada e talvez mais adequada seria “formas marginais de trabalho” – estamos designando, basicamente, dois tipos de atividades encontradas em todo o Nordeste, na Bahia inclusive, embora não inexistentes em outras regiões do país: o trabalho domiciliar e o trabalho artesanal.

O adjetivo “marginal”, no contexto, tem o sentido de diferenciar esse trabalho do tipo de trabalho que, fundamentalmente, caracteriza uma sociedade capitalista como é o Brasil: o trabalho assalariado na empresa, quer industrial, quer agrícola, quer de outra modalidade.

Mas a partir dessa afirmação, que pode ser estabelecida como pressuposto, todo o resto permanece no plano das dúvidas, das conjeturas e, no melhor dos casos, de algumas hipóteses que ainda estão longe de terem sido comprovadas.

Exemplificando: a “marginalidade” do trabalho domiciliar ou do artesanal – como diferenciação do trabalho assalariado na empresa – implica em que apenas excepcionalmente alguns indivíduos a eles se dedicam, enquanto o grosso da população está engajada no trabalho-tipo da estrutura social brasileira? Embora não se disponha absolutamente de um dimensionamento dessas atividades, aparentemente isso não ocorre. Uma das pesquisas pioneiras sobre o artesanato na Bahia, feita por Artur Ferreira, Lauro Fontes e Costa Ferreira (IPTA, Salvador, 1962) dá o total de “32.422 centros de produção artesanal, onde trabalhavam 85.642 pessoas”, em 1958, no estado da Bahia; ora, o *Anuário Estatístico do Brasil* (IBGE, 1964) fornecendo os resultados do Censo Industrial de 1960 e os comparando com o de 1950 dá, respectivamente, os seguintes dados relativos a operários ocupados em estabelecimentos industriais: 38.927 em 1959, e 32.804 em 1949; é claro que o número fornecido pelo Instituto de Pesquisas e Treinamento em Artesanato, hoje extinto, relaciona-se com a conceituação de artesanato esposada por essa entidade e que é discutível, como se verá adiante.

Ainda outro exemplo de como são suscetíveis de dúvidas os fundamentos teóricos em que usualmente se baseiam as considerações sobre trabalho domiciliar e trabalho artesanal: a “marginalização” desses dois tipos de traba-

lho implica na “marginalidade” dos trabalhadores que os exercem? Aparentemente sim, se, à luz de uma ótica estatística ou demográfica, entendermos que tais trabalhos nada mais são do que modalidades de desemprego disfarçado. Mas se submetermos a questão ao crivo de um entendimento dialético, perceberemos que, ao mesmo tempo em que tais trabalhadores vivem à margem de um mercado de trabalho assalariado teoricamente possível, encontram, por meio das atividades que exercem, a única via de se integrarem efetivamente na sociedade, dado que a estrutura socioeconômica do Nordeste, no estágio em que se acha, não seria capaz de absorvê-los de outra forma.

A própria diferenciação inicialmente estabelecida como pressuposto entre trabalho marginal e trabalho assalariado na empresa mereceria discussões mais aprofundadas. O que significa essa diferenciação? Significa que o trabalho marginal é um resquício do passado, um resíduo histórico, uma sobrevivência de formas feudais, pré-capitalistas, ou pré-industriais de atividade econômica? E, se for assim, sob que lei histórica vem ele se processando? A tendência temporal é o de seu desenvolvimento ou de seu desaparecimento? Mas se for este último o caso, então qualquer política oficial de “amparo”, “proteção”, “preservação” ou “desenvolvimento” não terá, necessariamente, um caráter conservador e reacionário? Ou será o trabalho domiciliar ou o artesanal uma nova forma histórica, diferenciada completamente do artesanato medieval, e criada exatamente pelo impacto da atividade capitalista industrial numa estrutura socioeconômica arcaica? Mas, nesse caso, qual será a tendência histórica de desenvolvimento do trabalho marginal? Será o de desdiferenciar-se cada vez mais do trabalho-tipo do sistema (assalariado na empresa), acabando por desaparecer como modalidade marginal pela sua identificação com o seu contrário? Ou o trabalho marginal tenderá a integrar-se complementarmente à atividade industrial, sem ser por ela absorvida? Ou tenderá a permanecer como uma faixa autônoma de atividade produtiva, em competição com a faixa industrial, sendo por fim destruída por esta última?

Quando se fala, por exemplo – e essa é uma afirmação que comparece frequentemente nos documentos oficiais que se propõe a uma política de “amparo e desenvolvimento do artesanato” – em utilizar os artesãos para fornecimento de mão de obra qualificada para a indústria incipiente, o que realmente isso significa? Significa promoção da mobilidade social ascendente do artesão ou significa a sua expropriação, o despojamento de seus instrumentos e de seu *know-how*, numa repetição do que fez o capitalismo inicial quando “libertou” o artesão medieval? A quem tal política ampara e protege, ao artesanato ou à indústria?

Essas e numerosas outras perguntas poderiam ser formuladas. Não apenas para a apreensão da realidade como para intervenção deliberada nela.

Algumas tentativas de resposta têm sido feitas, mas ainda insatisfatórias, e mais para o trabalho domiciliar que o artesanal (note-se que essas duas categorias nem sempre são mutuamente exclusivas: muitas vezes superpõem-se).

O trabalho domiciliar, como locação de parte da produção de empresa capitalista, é bastante difundido no Nordeste e abrange, principalmente, a produção de comestíveis, de peças de vestuário e, na Bahia, de charutos. Grande parte da produção de charutos destinados ao consumo interno é feita, total ou parcialmente, “por empreitada”, em casa, como atividade de toda a família, principalmente das mulheres e dos menores. É evidente que as empresas de industrialização do fumo que assim sublocam parte de sua produção obtêm, por esse modo, uma extraordinária taxa de mais-valia. Reduzindo os riscos da produção, escapando às obrigações legais para com a mão de obra clandestinamente empregada, estabelecendo um salário “por produção” que está fora do mercado, essas empresas exercem o máximo de exploração possível – excetuando-se, é claro, a escravização direta – de grande parte da população do Vale do Maragogipe. E, no entanto, essa população, assim explorada e subempregada, talvez não tivesse outra forma de participar da atividade econômica dentro da estrutura vigente.

Não há nenhum estudo sistemático disponível sobre o trabalho domiciliar na Bahia. As observações esparsas que se consegue recolher, enquanto não se realiza uma pesquisa sistemática, não permitem senão identificar a existência do problema, mas não conduzem, ainda, a uma caracterização do fenômeno.

Já em relação ao trabalho artesanal há alguma coisa mais. Tanto o já citado IPTA quanto a Fundação Museu de Arte Moderna e a Coordenação de Fomento ao Artesanato da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado da Bahia têm se dedicado ao estudo do problema, embora não se disponha, ainda, de um acervo de publicações que permitam ir muito além das indagações formuladas. E uma das dificuldades iniciais na realização de pesquisas sistemáticas sobre artesanato reside na própria conceituação desse tipo de atividade; é claro que uma definição teórica do artesanato há de suceder ao trabalho empírico de pesquisá-lo, mas mesmo uma definição operacional e provisória, para permitir a constituição de um ponto de partida para investigação sistemática, ainda não foi tentada com êxito.

O artesanato foi a forma de atividade produtiva predominante durante vários séculos, ao lado da atividade agrícola, em grande parte das sociedades humanas. Na antiguidade clássica, os ofícios de transformação de matérias-primas e de confecção de bens de consumo chegaram a atingir um desenvolvimento manufatureiro e fabril bastante acentuados, enquanto os trabalhadores e escravos que se dedicavam a essas funções também chegaram a alcançar graus relativos de organização. Na época chamada “medieval”, o foco principal da

economia europeia e asiática se transfere para o campo. A atividade artesanal continua subsistindo e se desenvolvendo, assumindo novas formas organizacionais no campo e na cidade. São dessa época as figuras tradicionais do mestre-artesão-aprendiz organizados nas oficinas e nas corporações de ofícios – misto de fábrica, loja, escola e sindicato, se se podem usar termos de conotação do sistema industrial moderno para designar formas já superadas historicamente.

As transformações naturais, sociais, tecnológicas e científicas que constituem o processo econômico e social conhecido pelo nome de Revolução Industrial, e que marcam a passagem do mundo feudal-agrário para o mundo capitalista-industrial, fazem desaparecer as formas tradicionais de artesanato. A concentração do capital e do trabalho, a aglomeração em centros urbanos, a separação dos meios, processos e resultados da produção, a parcelização do processo produtivo e a especialização do trabalho em funções e operações cada vez mais auxiliadas por instrumentos, ferramentas e máquinas, diferenciam fundamentalmente o trabalho artesanal antigo do trabalho industrial moderno.

O artesanato, todavia, ou alguma sua forma transformada, parece não ter desaparecido. Hoje em dia, tanto nos países industrialmente desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, ao lado da produção industrial-capitalista, subsistem várias formas de atividade artesanal, ora como processos em vias de extinção, ora como instituição florescente e em desenvolvimento, ora como atividade complementar e subsidiária da indústria, ora como processo econômico competitivo em relação a processos agrícolas e industriais. Em todo o mundo, grandes contingentes populacionais estão atualmente presos, diretamente ou indiretamente, social, econômica e culturalmente, a atividades artesanais.

No Brasil, o descobrimento português encontrou formas nativas, rudimentares, de artesanato. As diversas nacionalidades que participaram da colonização, principalmente a portuguesa, trouxeram para cá materiais, técnicas, produtos e especialistas artesanais. A esse acervo de tecnologia e produção artesanal veio se juntar, com a escravidão, à contribuição africana – que, em alguns casos, como na Bahia, enriqueceu consideravelmente o patrimônio cultural existente. Mais recentemente outros fluxos migratórios também enriqueceram, e complicaram, o poliforme artesanato brasileiro.

Quais são as características principais do artesanato brasileiro e baiano em especial? Que funções – econômicas, sociais, estéticas, culturais – o artesanato exerce hoje em dia na Bahia? Como produzem e trocam seus produtos os artesãos baianos, e como transmitem seus conhecimentos às novas gerações? Enfim, é o artesanato baiano uma instituição em vias de desaparecimento, pela extinção ou integração no sistema industrial-capitalista nascente, ou, ao contrário, é um processo que tende a preservar-se relativamente autônomo?

As organizações e os especialistas que hoje, em todo o mundo, dedicam-se ao estudo do problema do artesanato esbarram com uma dificuldade inicial – e reconhecida nos últimos congressos internacionais que se têm realizado: a dificuldade de se estabelecer um conceito universalmente válido para o artesanato moderno. Grande parte das pesquisas, dos ensaios, dos artigos e das discussões em simpósios e reuniões tem sido utilizada na procura de uma definição e duma caracterização do artesanato. Esse tempo assim gasto justifica-se na medida em que qualquer ação, particular ou oficial, em relação ao artesanato, tem de partir de um quadro de referência empírica, que só se pode construir na base de limites mesmo provisórios e operacionais dessa atividade em relação às demais atividades econômicas, sociais e culturais.

No Brasil, igualmente, parte da preocupação governamental a respeito do artesanato tem sido a de se encontrar uma forma de caracterização dessa atividade que englobe as múltiplas diferenças regionais, as diversas funções e os diferentes processos produtivos de que o artesanato se reveste em nosso país. E, quando essa preocupação não aparece de forma explícita, os resultados dos trabalhos de cognição e normatização do artesanato se ressentem dessa falha e exprimem essa omissão na parcialidade de suas conclusões e sugestões, ora entendendo o artesanato como mero instrumento de qualificação de mão de obra para a indústria, ora o entendendo apenas como fonte inspiradora para o “*industrial design*”, ora somente encarando os aspectos lúdicos de um artesanato vinculado ao lazer sem planejamento ou a uma laborterapia empírica.

A Bahia, contudo, tem produzido, na prática e em teoria, alguns avanços para a compreensão do problema. Através da ação prática de centros de treinamento, através do esforço de teorização da Comissão de Planejamento Econômico e, principalmente, por meio dos estudos e das recomendações do Museu de Arte Moderna e dos Simpósios de Políticas Governamentais, patrocinados pelo Governo do Estado e pela Universidade Federal da Bahia no contexto da Reforma Administrativa, bem como da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, vem se chegando paulatinamente a uma visão mais global e completa do problema do artesanato baiano.

Não há, é claro, uma conceituação pronta e disponível. Repita-se que um conceito do artesanato baiano há de ser induzido dos estudos e das pesquisas que forem realizadas. Todavia, a fim de escapar de um círculo vicioso – não pesquisar por não ter a definição e não definir por não ter a pesquisa – uma conceituação provisória poderia ser o ponto de partida.

Nesse sentido, parece que o artesanato pode ser entendido como um processo socioeconômico paralelo ao da indústria, definível através de suas relações dialéticas com esta. O artesanato transforma materiais naturais, pri-

mitivos ou semiacabados em objetos de consumo com destinação estética e utilitária, bem como opera sobre processos produtivos acabados constituindo-se em oferta de serviços. O artesanato incorpora contingentes da população direta e indiretamente e os integra num sistema de trocas e de serviços. O artesanato exprime valores estéticos, culturais, sociais, religiosos e psicológicos dos indivíduos que se ligam à atividade, quer como produtores, quer como consumidores. O artesanato processa-se através de formas várias de tecnologia, auxiliada ou não por instrumentos e máquinas, e que se transmite de maneira formal e informal. O artesanato organiza-se em termos salariais e não salariais; as atividades são individuais e isoladas ou agrupadas em centros e ofícios; os produtos são trocados diretamente ou através de intermediários. O artesanato opera através de processos globais e parcelizados de produção. O artesanato constitui sistemas de contato, comunicação, interações e relações sociais. O artesanato complementa e compete com a produção industrial. O artesanato preserva alguns padrões estéticos e incorpora padrões exteriores.

As observações assistemáticas anteriormente expostas dão bem a medida das dificuldades de uma conceituação, mesmo provisória e operacional, do artesanato. Duas abordagens possíveis para uma caracterização mais precisa do artesanato podem ser aqui indicadas: por oposição às formas historicamente superadas (nesse caso, se analisaria o artesanato moderno verificando quais as características que nele foram perdidas, incorporadas, ou transformadas, em comparação com o artesanato medieval); por oposição à indústria capitalista (neste outro caso, verificar-se-iam quais as características que diferenciam, ou em que grau se diferenciam, o artesanato da indústria capitalista moderna). Provavelmente, a abordagem melhor é uma combinação complementar de ambas, o que permitiria, talvez, (e aqui a caracterização é apresentada como uma hipótese de trabalho) definir o moderno artesanato como sendo um processo socioeconômico de produção em que predominam as qualidades do produto sobre a sua quantidade, a globalização e a individualização do processo sobre a sua parcelização e padronização e a apropriação de meios, técnicas e produtos pelo produtor, sobre a sua alienação. Evidentemente, essas categorias comparativas de natureza histórica e sociológica podem ser desdobradas em subcategorias componentes capazes de melhor definir as diferentes formas de artesanato no Brasil e na Bahia.

A falta de definições provisórias aceitáveis de artesanato em todo o mundo tornam difíceis os dimensionamentos qualitativos e quantitativos do problema. Alguns dados, todavia, podem dar uma ligeira visão do assunto que nos propomos a debater.

Na França, desta década, é estimado em cerca de 3,5 milhões de pessoas o número dos que, direta ou indiretamente, vivem de artesanato e

esse número representa cerca de 8% da população. Dos 3,5 milhões, 1,75 milhão são agentes do processo – 850 mil artesãos, 700 mil assalariados e 1,5 milhão aprendizes. Ainda na França, o artesanato é objeto de regulamentações legais específicas, que visam proteger e preservar os padrões do trabalho artesanal.

Em outros países o artesanato tem ocupado boa parte da população ativa e igualmente tem sido objeto de regulamentação legal, como nos Estados Unidos, na Alemanha, em diversos países da Europa do Norte e União Soviética (URSS).

No Brasil, pesquisas realizadas pelo IPTA em 1962 indicam que da atividade artesanal baiana, cerca de 50% se refere à culinária, vindo, em seguida, outros setores, como os de renda, tecelagem, pano, cestas e trançados, couro, cerâmica, marcenaria e carpintaria, metal, charutos, penas e ourivesaria. A distribuição ecológica é uniforme, e quase todas as zonas fisiográficas apresentam atividades artesanais, variando apenas os setores de produção e, às vezes, e, em decorrência, os processos produtivos. A comercialização é feita diretamente e através de intermediários em centros, feiras e mercados.

Não existem, disponíveis, muitos dados que permitam melhor situar o artesanato na vida social, econômica e cultural da Bahia. Todavia, um rápido exame dos trabalhos de pesquisas e estudos já executados permitiria propor uma tipologia provisória que talvez pudesse orientar futuras investigações sistemáticas.

Quanto à localização do artesanato, parece válido distinguir entre artesanato de meio urbano e artesanato de meio rural. Quanto aos produtos finais, também parece válido diferenciar entre serviços, objetos de consumo e objetos de “arte popular”. Quanto aos artesãos e operadores do processo, talvez seja conveniente a distinção entre “mestres” (donos e transmissores da tecnologia) e “artesãos propriamente ditos” (operadores isolados, aprendizes etc.). Quanto à distribuição do produto, é óbvia a distinção entre troca direta, a cooperativa e a indireta; o mesmo se poderá dizer da obtenção da matéria-prima. Quanto aos processos de produção, somente uma investigação mais apurada poderá indicar as grandes categorias classificatórias, mas parece útil supor que, nesse caso, mais que tipologias dicotômicas ou de categorias mutuamente exclusivas, valeria pensar num *gradient*, ou numa escala, ou num *continuum* em que os pontos extremos fossem, respectivamente, a total ou quase total ausência de instrumentos, máquinas ou ferramentas e a utilização de máquinas de precisão acionadas por energia não humana.

A elaboração de um conceito operacional para o termo “artesanato” pode ser entendida como uma tarefa que exerce uma dupla função em

qualquer programa de estudos do artesanato baiano: de um lado constitui uma meta final, a ser preenchida com os resultados das análises e das interpretações que constituem o conteúdo das pesquisas previstas, abrangendo levantamento bibliográfico, pesquisa das raízes históricas, localização e mapeamento, características socioeconômicas e culturais e características estéticas; de outro lado, a elaboração desse conceito preenche uma necessidade inicial, ou mesmo preliminar, do planejamento e da execução das pesquisas referidas.

Nas diversas discussões que se têm travado em reuniões e seminários, evidenciaram-se dois aspectos: não é possível, sob risco de se repetir conceitos provados ineficazes, ou sob pena de se restringir *a priori* a liberdade da investigação, partir de uma definição acabada de artesanato, para depois, mediante processo de raciocínio dedutivo, identificar os indicadores do fenômeno e projetar a pesquisa. Num levantamento preliminar dos conceitos disponíveis, o que se nota é a ausência tanto de conceitos de aceitação universal quanto de termos universalmente aceitos que tenham o mesmo significado comum. Uma ligeira ilustração dessa afirmativa pode ser a seguinte: “artesanato é todo e qualquer trabalho do tipo industrial, executado em pequenas oficinas ou tendas (onde a mão de obra geralmente se constitui de mestre, oficiais e aprendizes), bem como o trabalho executado em casa (“indústria doméstica”, segundo Costa Pereira, na pesquisa já citada do IPTA).

A produção artesanal é considerada como uma produção de baixo nível tecnológico que se dá tanto em tendas, oficinas ou fábricas, já com as aparências de uma pequena empresa industrial, como indústria doméstica, das cidades e da roça. Nas cidades, em muitos casos, ainda se encontra a sobrevivência do sistema medieval de ofícios, com seus mestres, oficiais e aprendizes, segundo Rômulo de Almeida, em *Exposição sobre o problema do artesanato na Bahia*, Salvador, IPTA, 1960.

O documento *C.5 Comissão de Planejamento Econômico da Bahia* diz:

Constituindo em muitos casos a principal ocupação dos habitantes de numerosas vilas e pequenas cidades da região, o trabalho artesanal dos dias de hoje é apenas a continuação de processos produtivos pré-industriais, que subsistem num contexto econômico ainda pouco dinâmico.

Outro aspecto refere-se à metodologia da pesquisa que constitui o objetivo de um programa de estudos do artesanato. Embora não se possa partir de uma definição apriorística de artesanato antes de se concluir a pesquisa,

igualmente não se poderia iniciar a pesquisa, ou mesmo planejamento, sem uma delimitação de área de interesse da qual decorressem as proposições de problemas de investigação, a formulação de hipóteses, a construção de instrumentos de observação e dos esquemas de análise e interpretação. Desde a delimitação da área propriamente geográfica do problema até o arrolamento dos indicadores da manifestação do fenômeno e a caracterização preliminar dos informantes, tudo exige uma definição provisória de artesanato, que seja, simultaneamente, suficientemente precisa para delimitar o campo sem comprometer a sua reformulação final a partir do material empírico levantado e analisado, e suficientemente flexível para abranger toda a riqueza da gama de aspectos que o fenômeno envolve, sem prejudicar o plano metodológico de coleta e da análise de dados.

No trabalho que se realizou sob os auspícios da Fundação Museu de Arte Moderna da Bahia, em 1966, dirigido pela antropóloga Juanita Elbein, a equipe interdisciplinar de pesquisa superou o impasse através de tentativas de ensaio-e-erro e da utilização sucessiva de processos de raciocínio indutivo e dedutivo. Após o levantamento perguntório preliminar das definições, conceituações e sinônimas encontradas no material bibliográfico mais à mão, a equipe passou a apresentar e a discutir os projetos especiais de pesquisa (histórico, geográfico, econômico e sociológico), o que lhe permitiu apontar numerosos elementos componentes do artesanato – embora contraditórios, às vezes – que constituíam, pelo menos, uma aproximação do conteúdo do termo. A terceira etapa foi uma abordagem linguística, de caráter mais sistemático a cargo do professor Frederico Edelweiss, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, que permitiu, por analogia, situar o artesanato ao lado de termos correlatos como oficialato, orfanato, professorado, patriciado, patriarcado, papado, aprendizado, sindicato, proletariado, patronato. Foi nessa fase da discussão que a percepção da equipe se fixou no sentido institucional do artesanato, por analogia com patriarcado. A partir daí, dedutivamente, procurou testar-se a aplicabilidade da categoria de “instituição social” ao artesanato, mediante a comparação das características empíricas deste com as novas características teóricas daquela categoria. O resultado desse teste pode ser apresentado a seguir.

Uma instituição social é um conjunto de atividades que obedecem a um sistema de padrões e que se organizam numa estrutura. Segundo Malinowski uma instituição social tem objetivos, ações instrumentais e resultados, bem como um estatuto, um corpo de pessoal, normas, equipamento material, atividades e funções. Para tornar operacional essa concepção de Malinowski, o conceito de instituição foi decomposto em dez categorias de indicadores, a fim de serem relacionadas com maiores manifestações empíricas do artesanato.

Os objetivos de uma instituição prendem-se à concretização de interesses que, por sua vez, exprimem necessidades sociais e culturais derivadas de necessidades primárias; entre outros, o artesanato preenche os objetivos de prover ao sustento do trabalhador artesanal e o de fornecer itens de consumo nem sempre fabricados por outros processos.

As funções latentes preenchidas pelo artesanato em regiões subdesenvolvidas parecem ser as de ocupar parte da mão de obra em regime de desemprego disfarçado ou subemprego.

As expectativas de papéis sociais em relação ao artesanato parecem ser as de manter tradições culturais e padrões estéticos “populares”, bem como de preparar e qualificar mão de obra para atividades mais complexas.

Uma instituição tem um ou mais estatutos, ou cartas contendo parte das normas de procedimento que regem as suas atividades. O artesanato brasileiro, de origem portuguesa, teve estatutos sob essa forma, segundo Heitor Ferreira Lima, mas hoje em dia os padrões de comportamento parecem ser transmitidos através de tradição oral.

Os padrões culturais, as normas de comportamento e os modelos parecem evidentes quando se observam os objetos de produção artesanal de determinadas procedências.

Os trabalhadores artesanais atingem a um contingente de milhares de pessoas na Bahia e compreendem jovens e adultos, homens e mulheres. Restaria saber se constituem um “grupo estatístico”, na concepção de Mannheim ou um grupo social com características de grupo constituído, tendo, inclusive, consciência grupal.

As instituições implicam num sistema de comunicações temporal e espacial, intragrupal e intergrupar, cujas manifestações precisariam ser investigadas no artesanato.

O instrumental tecnológico, as ferramentas e máquinas, os produtos acabados e a localização física, que caracterizam as instituições, também caracterizam as diversas formas de artesanato. Toda instituição implica num sistema de relações e num sistema de padrões de relações, e a caracterização desses sistemas, no que se refere ao artesanato, contribuirá para diferenciá-lo, como instituição, das outras instituições.

As categorias anteriormente referidas permitem utilizar provisoriamente, como hipótese de trabalho, o conceito de Instituição Social para caracterizar o artesanato, de maneira que essa tomada de posição se constitua num ponto de partida metodológico para a pesquisa posterior. Contudo o conceito de instituição social conserva um caráter de sistema relativamente estável e duradouro de ações sociais. Ora, nas regiões subdesenvolvidas, o artesanato pode oferecer, paradoxalmente, o aspecto de processo em transformação his-

tórica relativamente rápido, o que poderia extravasar os limites metodológicos do conceito.

A fim de superar essa dificuldade, parece conveniente indicar características diferenciadoras do artesanato como instituição social. Essas características diferenciadoras, que constituem a própria essência concreta do artesanato, devem ser encontradas nas relações entre o artesanato e a estrutura social.

Visto nas suas relações com a estrutura social, o artesanato é um processo de produção que mantém relações dialeticamente contraditórias – embora não necessariamente antagônicas – com o processo de produção assalariada de regime capitalista. Essas contradições parecem manifestar-se, em parte, pela coexistência, pela complementaridade, pela oposição dos dois processos e pela tendência de transformação do artesanato em processo industrial, com a negação de algumas das suas características fundamentais. As características fundamentais do artesanato como processo de produção poderão ser encontradas, através da pesquisa, por meio da análise do material empírico em termos de categorias que se aplicam simultaneamente à caracterização do trabalho artesanal e do trabalho assalariado em empresa capitalista.

No artesanato, podem distinguir-se dois aspectos que, embora estreitamente vinculados, referem-se a realidades diversas: o artesanato como processo de produção; e o artesanato como grupo social engajado nesse processo, bem como as relações sociais intergrupais e intragrúpis que o envolvem.

O artesanato como processo parece não se enquadrar nas modalidades correntes de processos de produção fundamentais das sociedades capitalistas modernas, ou capitalistas-industriais, pois é realizado por grupos sociais mais ou menos bem definidos que mantêm relações peculiares de contato e comunicação entre si e com os demais grupos sociais; essas peculiaridades manifestam-se por se distinguirem das relações de contato e comunicação que o proletariado, ou as classes de trabalhadores assalariados, mantêm entre si e com outros grupos sociais.

A natureza essencial do artesanato, quer como processo, quer como agentes do processo (os trabalhadores artesanais), parece residir, portanto, na de constituir uma contradição ou oposição às formas dominantes de trabalho e produção social da sociedade capitalista.

Entendendo como válida essa pressuposição, parece ser igualmente válida a caracterização sociológica do artesanato por oposição ao proletariado urbano-industrial e ao sistema de produção capitalista. Contudo, essa afirmação só pode ter valor como hipótese se a contradição for entendida em termos dialéticos, isto é, se o artesanato for visto como processo histórico, portanto em transformação constante. Nesse sentido, talvez fosse conveniente falar-se às vezes em “*continuum* artesanal” no lugar de artesanato, a primeira expres-

são procurando superar as deficiências daquilo que no termo “artesanato” parece indicar de produto estratificado e estático.

Assim considerando, o artesanato, é um processo peculiar de produção a que grupos sociais mais ou menos definidos se dedicam, fundamental ou esporadicamente, durante todas as suas vidas biográficas ou em determinados períodos da vida; em consequência, esses grupos passam a ocupar uma posição peculiar na estrutura social; e, finalmente, o artesanato, como processo, sofre transformações históricas que ora o afastam, ora o aproximam, das modalidades essenciais de produção da sociedade moderna.

Para analisar o artesanato como oposição à produção fundamental da sociedade, é necessário verificar quais são as características essenciais do trabalho assalariado nas sociedades capitalistas e em que elas diferem das características essenciais do trabalho artesanal.

Antes, porém, é necessário observar que a produção capitalista não é homogênea em todos os setores de atividade econômica nem em todos os países.

No primeiro caso, se tomarmos de Collin Clark os três grandes setores de atividade econômica e de engajamento da população, verifica-se que é somente no setor secundário – da atividade industrial e fabril de transformação – que são mais evidentes as características do sistema capitalista; portanto, é provavelmente nesse setor que se encontrarão as diferenças mais acentuadas em relação ao artesanato. No setor primário – de atividades agropastoris ou de extração – principalmente nos países e nas regiões com maior intensidade de reminiscências feudais, as características capitalistas são mais fluidas e menos evidentes, e é aí que se encontram, provavelmente, maiores semelhanças ou maiores oportunidades em relação ao trabalho artesanal.

No setor terciário, onde é maior a concentração de camadas médias da população, parece haver uma coexistência de características das modalidades de produção pós-capitalistas, ou de modalidades que procuram superar as limitações do capitalismo industrial. Nesse setor, encontram-se não só formas paracoletivizadas de produção (rede de serviços públicos, de comunicações e transportes, formas corporativas de abastecimento e assistência médica etc.), bem como maior incidência de trabalho criador (trabalho produtivo e diretivo, trabalho intelectual, trabalho acadêmico, técnico e científico, trabalho organizador e coordenador, trabalho artístico etc.). É também aí que se encontram serviços, como consertos de mobiliários e construções, confecções e alfaiataria, manutenção e reparo de veículos e de aparelhos eletrodomésticos etc. E nota-se, provavelmente, maior equivalência com o trabalho artesanal em todas essas modalidades citadas.

Por outro lado, a estrutura capitalista difere, nos diversos países, pelo menos nos seus aspectos formais. Essas diferenças se tornam mais acentua-

das, principalmente, quando se faz a comparação entre países que chegaram ao capitalismo pela forma de colônias, através da incorporação ao sistema como mercados exportadores de matéria-prima e consumidores de produtos manufaturados, e os próprios países industrializados que os mantinham sob a forma de colônia. Nos países subdesenvolvidos, principalmente nas regiões rurais, aparentemente não se instalou ainda o capitalismo industrial. Todavia, basta que, num país, um centro seja industrialmente adiantado para que dele se irradiem os elementos fundamentais do capitalismo e os padrões culturais da industrialização, da urbanização e da racionalização, impondo sua existência e aumentando as contradições com as demais regiões do país. O centro industrializado e industrializador transforma-se no centro de decisões (pelo menos das decisões nacionais) do país, bem como no seu polo de urbanização. Essas considerações vêm a propósito quando se pensa o Brasil como um país capitalista, pelo menos nas suas relações sociais fundamentais, embora ainda não tenha esse capitalismo se desenvolvido totalmente, e por igual, em toda a extensão do território. Parece claro que, no Brasil, com exceção dos conhecidos centros do Sul e do Leste, coexistem as relações sociais características do capitalismo industrial com relações pré-industriais. Todavia, essa coexistência, longe de descaracterizar o Brasil como país capitalista, contribui para defini-lo e classificá-lo como tal, acentuando as contradições internas do sistema. De uma forma ou de outra, grande parte da população vive em função do consumo e dos preços dos objetos de consumo (habitação, alimentação, vestuário, instrução, transportes); trata-se de mercadorias, enfim, que trazem em seu bojo todos os elementos da apropriação particular do trabalho assalariado coletivo. E outras populações vivem à margem do sistema justamente porque esse é o sistema dominante.

Se a hipótese de trabalho é a de que o artesanato, como processo de produção e como grupo social, caracteriza-se por oposição ao processo essencial de produção social capitalista e aos grupos sociais deste decorrentes, é válida, então, a preocupação em analisar as categorias gerais do processo de produção capitalista e do trabalho assalariado, a fim de se verificar em que as características do artesanato se aproximam ou se afastam dela.

A primeira categoria que pode ser utilizada para definir o trabalho assalariado e a produção capitalista é a historicidade do sistema, em que este aparece como o resultado atual de um processo dinâmico de transformações necessárias através dos tempos, produzidas pelos homens. O trabalho assalariado de hoje, bem como a atual produção capitalista, são momentos históricos de um processo de divisão social do trabalho, que vem seguindo linhas mais ou menos definidas e, portanto, identificáveis. Da mesma forma, o artesanato é, igualmente, um processo histórico, que parece ter sofrido trans-

formações no seu conteúdo e nas suas formas decorrentes, apresentando-se atualmente em diversos lugares com características diversas.

A segunda categoria é da totalidade do sistema. A estrutura social não constitui meramente um “aspecto da realidade”, mas um todo global em que os diversos elementos são arranjados segundo uma disposição em permanente estado de mudança. A noção de totalidade implica na correlata categoria de interconexão recíproca dos elementos que constituem a totalidade. Da mesma forma que o trabalho assalariado se define, na estrutura social, pelas vinculações que o ligam e opõem à apropriação do capital, igualmente o trabalho artesanal e os trabalhadores artesanais se definirão, provavelmente, pelas suas relações com outras instituições e com outros grupos da estrutura social.

A divisão do trabalho, tanto a divisão social quanto a técnica, constitui outra categoria fundamental da estrutura social, determinante das demais categorias, inclusive a historicidade e a totalidade. Os momentos históricos da divisão do trabalho – a divisão por critérios “naturais” (sexo, idade), a divisão entre o trabalho “manual” e o “intelectual”, entre o trabalho na cidade e trabalho no campo, entre o trabalho de produção e o de distribuição, entre o trabalho e o capital etc. – constituem outras tantas categorias – ou subcategorias – que poderão constituir-se em instrumentos intelectuais de análise e interpretação do artesanato e de suas equivalências e discrepâncias com o trabalho assalariado.

No que se refere à divisão técnica do trabalho, as discrepâncias entre artesanato e outras formas de produção parecem também facilmente comprováveis: enquanto trabalhador artesanal ocupa-se total, ou quase totalmente<sup>1</sup>, da realização do produto, na produção industrial o processo de realização (de “fabricação”) é subdividido em fases cada vez mais diminutas, atribuídas a grupos de trabalhadores diferentes.

Em relação ao produto do trabalho, a divisão social também aqui mostra duas faces, uma para cada tipo de produção: no artesanato o trabalhador muitas vezes se confunde com o proprietário do produto final e é, por isso, também o seu vendedor, ao passo que o produto do trabalhador assalariado lhe é tirado assim que está acabado. O problema da venda do produto do trabalho artesanal coloca a questão do valor do objeto de artesanato, portanto, do valor do trabalho artesanal. Ora, como ocorre com as formas de trabalho não artesanal, inclusive a industrial, o valor dos objetos feitos (das “mercadorias”) se resume em seu valor de troca, que se manifesta, após a fase da produção, no momento da distribuição, embora se tenha gerado na fase da produção; nesse sentido, também o objeto artesanal, na medida em que é comercializado, adquire um valor de troca, portanto um valor. Restaria verificar se esse valor provém, como o das demais mercadorias, do custo social do trabalho

empregado na sua produção, ou se outros – e quais outros – elementos entram na sua composição. De qualquer maneira, é no momento da distribuição – e não da produção, ao que parece – que o produto do artesanato se iguala às mercadorias agrário-industriais e é também aí que parece residir a complementaridade – como, de resto, a oposição – entre o artesanato e a produção capitalista industrial ou agrícola.

A propriedade – ou a apropriação do produto de trabalho – e suas relações com a estrutura, bem como as relações sociais que ela determina, também constituem uma categoria fundamental no processo de produção, capitalista ou artesanal: tanto um quanto outro provavelmente se comportarão de maneira diversa em relação a esta categoria e em relação às subcategorias dela decorrentes: a exploração da “mais-valia”, as formas diretas e indiretas de remuneração<sup>2</sup>, os benefícios aos produtores (estabilidade, seguro, aposentadoria por invalidez, velhice, pensões por morte, o salário-família, o 13º salário, bem como as cortes de justiça e regulamentação do trabalho).

Diretamente vinculada às duas últimas categorias, a da organização dos trabalhadores também se pode constituir num útil instrumento de análise. Os trabalhadores assalariados, mesmo não adquirindo consciência histórica de classes e, portanto, não se constituindo em “classes para si”, procuram organizar-se como grupo social definido (sindicatos, partidos etc.) ou como grupos de pressão esporádicos (associações, clubes, campanhas, greves, imprensa etc.). Todavia, os trabalhadores artesanais modernos – superadas as fases de corporação de ofícios – não parecem chegar a constituírem-se sequer em “classe em si” e não parecem apresentar, igualmente, qualquer organização institucionalizada dentro da estrutura social.

O uso da tecnologia e a apropriação dos instrumentos técnicos e do material de trabalho (a matéria-prima) constituem outra categoria, ou uma constelação de categorias que parece relevante. Enquanto o trabalho assalariado, historicamente, se constitui pelo despojamento do trabalhador feudal semi-independente, desapropriado nas suas ferramentas e na terra, fonte da sua matéria-prima, o trabalhador artesanal parece manter-se mais vinculado aos instrumentos de trabalho e à técnica de sua utilização, se não à própria matéria-prima: é claro, restaria verificar até que ponto essa vinculação significa uma apropriação, uma posse ou um usufruto. Ao problema da tecnologia está vinculado o da qualificação, isto é, de aprendizado do trabalho e, também aqui, o trabalhador artesanal parece ainda poder transmitir culturalmente aos filhos a sua técnica, o que não ocorre com o trabalhador assalariado, cuja aprendizagem passa a ser formalizada, institucionalizada, portanto, apropriada por terceiros.

Como síntese final das categorias referidas, aparece a categoria ou grupo constelar de categorias que se pode agrupar sob o título de alienação. A

hipótese de ser o artesanato menos alienador do que a produção industrial parece residir no ato de que o trabalhador artesanal não se desvincula inteiramente do “processo de fazer” nem do produto, ao passo que o trabalhador assalariado é totalmente despojado da técnica e da utilização do resultado.

Teriam de ser examinadas, aí, as subcategorias relativas ao contato e à comunicação dos produtores entre si e com os consumidores e proprietários (diferente no caso de artesanato e da produção industrial) bem como aquilo que se poderia chamar de consequências psicológicas da parcelização ou da não parcelização do processo de trabalho (sensação de criação, responsabilidade, eficiência e rapidez, qualidade e quantidade etc.). E, por fim, as relações entre lazer e o trabalho, a fim de se comprovar até que ponto, no artesanato, não se diferenciam nitidamente a vida do trabalho e a vida fora do trabalho. Todavia, também valeria examinar a hipótese contrária, fundamentada no fato de que, por se constituírem em grupos marginalizados em relação à estrutura socioeconômica fundamental, os trabalhadores artesanais, por isso mesmo, estariam mais alienados em relação a seu papel histórico na sociedade do que o proletariado do campo e da cidade.

Uma pesquisa sociológica do artesanato poderia ser definida, por sua vez, como a coleta e a análise de dados necessários a uma interpretação capaz de qualificar essas categorias anteriormente referidas, quantitativamente ou não.

Das considerações teóricas iniciais e dos resultados de uma pesquisa assim conduzida, se poderia chegar a um sistema de hipóteses destinadas a orientar a interpretação teórica do papel histórico do artesanato no processo de desenvolvimento brasileiro. O núcleo desse sistema de hipóteses pode ser aqui apresentado provisoriamente a seguir.

A evolução dirigida do artesanato – tanto como processo de produção quanto como grupo social nele engajado – e entendido como oposto, mas complementar ao processo de produção industrial da estrutura social capitalista, deve ser orientada no sentido de desenvolver as características que diferenciam o trabalho artesanal do industrial, e não as que os aproximam; essas características são: a qualidade sobre a quantidade; a concentração do circuito socioeconômico completo nos produtores, e não a sua divisão por intermediários (produção e comercialização); a descentralização (disseminação espacial) dos produtos acabados, dos tipos e objetos artesanais e dos produtores, e não a concentração de capital, técnicas e trabalhadores em determinados locais; a despadroneização do produto e, portanto, o desenvolvimento do seu aspecto criador e desalienador, e não a padronização e a alienação do processo de produto e produtor.

A validade do sistema de hipóteses será demonstrada ou ilustrada, não apenas pelas análises de pesquisa sociológica, mas pela comprovação prática e histórica da realidade.

## NOTAS

---

1. Na produção artesanal oleira de Maragogipinho, o processo de feitura de vasilhames de cerâmica é dividido em nove grandes etapas (amasso de barro com o pé; amasso do barro com a mão; torneamento; união da talha; abertura de talha e ato de inhazar; enformação; esquentar; queima; desenformação; burnição, ou pintura a tabatinga ou pintura a óleo). As fases são feitas por artesãos diferentes e certas operações obedecem a uma rígida divisão por sexo e idade: só as mulheres fazem burnição, e crianças fazem transporte de matéria-prima ou produtos semiacabados e modelam e burnem os caxixis, ou miniaturas. Essas informações são da bacharel em Ciências Sociais e pesquisadora da Coordenação de Fomento ao Artesanato da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social da Bahia, Srta. Jussara Conceição Freire Moraes, em 1968.

2. Embora boa parte do artesanato de serviços e do artesanato de produtos utilitários (principalmente culinários) caracterize-se pelas relações diretas entre produtor e consumidor, em outros setores vigora o intermediário, como verdadeiro “patrão” disfarçado de artesão. Por exemplo, no artesanato de prataria “em Salvador, o artesão ganha ‘por produção’ do intermediário ou do consumidor, sob a forma de ‘encomenda’, o que não deixa de constituir uma espécie de salário, e que permite ao proprietário final do produto, a obtenção de uma taxa altíssima de mais-valia”. A observação é da socióloga Angeluccia Bernardes, comunicada em Seminário sobre Relações de Trabalho na Estrutura Social do Brasil, no curso de pós-graduação em Ciências Humanas (Mestrado), da Universidade Federal da Bahia, em 1968.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Arthur; FONTES, Lauro. *Pesquisas sobre artesanato*. Salvador: IPTA Instituto de Pesquisas e Treinamento do Artesanato, Publicação nº 4, 1962.

LIMA, Heitor Ferreira. *Formação Industrial do Brasil*. (Período Colonial). Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

LECLERCQ, Jean-Michel. L'artisanat français; situation et perspectives. In: *Tondances*, Paris, Décembre, 1961.

# DOCUMENTOS E DEPOIMENTOS

# REGISTROS DE UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

HELENA WENDEL ABRAMO

Ao iniciarmos a organização deste livro, tínhamos em mãos cópias digitalizadas dos documentos do prontuário de Perseu na FFCH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Imaginávamos que ele poderia nos dar informações precisas sobre suas atividades como docente naquela instituição e ajudar a esclarecer as condições nas quais ele redigiu a dissertação de mestrado apresentada nessa publicação. Mas, ao olhar o conjunto de documentos que o compõem, o que de início chama a atenção é, justamente, a exiguidade e imprecisão das informações ali presentes, que pouco revelam da intensa e múltipla atividade que Perseu desempenhou na UFBA durante cinco anos (de 1965 a 1969).

Em primeiro lugar, o prontuário foi constituído, como demonstra a ficha de capa, apenas em 1969, quando sabemos que ele já estava atuando naquela instituição universitária desde 1965. Em segundo lugar, trata-se do prontuário do Departamento de Ciências Sociais da FFCH, mas Perseu também foi vinculado à Escola de Administração da mesma Universidade, exercendo as funções de docente e pesquisador; contudo, não dispomos dos documentos relacionados a essa escola. Focamos na pesquisa documental na FFCH porque foi essa a instituição à qual ele entregou sua dissertação que

aqui se publica, onde foi aluno e professor do programa de mestrado, a partir de 1968, e docente na graduação desde 1965.

Os documentos reproduzidos nesta seção do livro intitulada “Prontuário” são, desse modo, relativos a um pequeno trecho da trajetória de Perseu na UFBA (alguns meses do ano de 1969 e do início de 1970). A compreensão sobre este período do percurso acadêmico de Perseu demandaram informações complementares, busca empreendida tanto por Nadya Guimarães, junto a pessoas contemporâneas de Perseu naquele período ou com acesso à memória administrativa daquela instituição, como pelos familiares, nos documentos e memórias pessoais<sup>1</sup>.

Desse modo, fomos tentando juntar, num esforço coletivo, outras referências que nos ajudassem a reconstituir, ao menos parcialmente, a natureza da sua relação com a Universidade da Bahia, através de memórias de alguns de seus colegas professores daquele período, e ex-alunos, e em alguns manuscritos do próprio Perseu, encontrados em arquivo familiar, como cartas para seus pais e irmã, que viviam em São Paulo. Nadya Guimarães fez um notável trabalho de reconstituição da situação vivida por Perseu naquele momento na FFCH, a partir desses fragmentos, dando sentido aos documentos encontrados e ao caráter da dissertação que é o objeto principal desta publicação, como se pode ler nas páginas desse livro.

Embora os principais documentos já estejam reproduzidos no instigante ensaio de Nadya, reapresentamos aqui o conjunto integral de seu prontuário, a fim de permitir ao leitor uma visualização do material. Cabe notar também que, depois do preparo dessa publicação, encontramos mais dois documentos que ajudam a clarificar essa reconstrução, e que incluímos nesta seção: uma carta escrita por Perseu, dirigida ao reitor da UFBA, em 1969, na busca de resolver sua situação funcional; e uma cópia de seu discurso como patrono da turma de formandos da Escola de Administração, em 1966. Estes dois documentos, assim como os depoimentos de amigos que foram seus alunos ou colegas como professores, que republicamos nessa seção, ajudam a formar uma linha do tempo de sua participação nesta universidade e que também complementam a compreensão da sua postura como professor, pesquisador e, de modo mais geral, como trabalhador e cidadão empenhado na resistência ao então recente golpe militar e pela transformação da sociedade brasileira, busca que o guiou em toda sua vida.

## TRAJETÓRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Lendo em todas as entrelinhas dos documentos, mas, principalmente, guiados pelo documento aqui identificado como “carta ao reitor”, pudemos recompôr cronologicamente sua trajetória na UFBA dessa maneira:

Perseu Abramo inicia sua relação com esta universidade em março de 1965, como professor contratado em tempo parcial, dando aulas de *Sociologia e Métodos de Pesquisa* para a graduação da Escola de Administração, e como professor “por aulas dadas” na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, lecionando, no ano de 1965, *Sociologia Geral* no primeiro semestre e *Sociologia do Trabalho* no segundo.

Em 1966, mantém a mesma relação nas duas escolas e passa também a trabalhar no ISP, Instituto do Serviço Público, vinculado à Escola de Administração, no período da tarde (formulando a proposta de criação e implementação da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Estado da Bahia). Em 1967, desenvolve sua atividade docente na Escola de Administração, lecionando em duas disciplinas, e ministra um curso livre de *Metodologia de Pesquisa* organizado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia; continua trabalhando no ISP.

Em 1968, é convidado pelo Departamento de Sociologia para se integrar ao quadro de professores dessa escola. Mas, como já tinha um contrato com a Escola de Administração, mesmo que em tempo parcial, não pode assinar outro com a FFCH; desse modo, trabalha como professor no Depto. de Sociologia sem remuneração. Fica responsável pela disciplina de *Sociologia III*, para a graduação, no primeiro e segundo semestre. Continua com atividades docentes na Escola de Administração. Ao mesmo tempo, se inscreve no curso de mestrado de Ciências Humanas, em sua primeira turma. Assiste a aulas do mestrado como aluno; dá aulas no mestrado como professor; organiza seminários para o mestrado, mediando, inclusive, a vinda de professores da Universidade de São Paulo para o desenvolvimento de cursos, como foi o caso de Luiz Pereira, com quem havia trabalhado entre 1958 e 1960, no centro de pesquisas vinculados à USP (CRPE- Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo). Tudo isso sem nenhuma remuneração por tais atividades docentes na FFCH. Redige sua dissertação e a deposita antes de acabar o ano de 1968. As condições relacionadas à produção de sua dissertação estão descritas e analisadas no artigo de Nadya, e não há nos documentos publicados nessa seção nada que nos ajude a esclarecer melhor esse assunto.

No início de 1969, ano em que começa o prontuário que aqui reproduzimos, a sua situação, do ponto de vista administrativo, fica confusa. Ele supunha que a sua atuação na FFCH estava regularizada, ou seja, que ele estaria formalmente vinculado ao quadro docente, e a partir disso se organiza para assumir disciplinas e uma série de outras tarefas como docente integrado ao quadro do Departamento. Perseu se inscreve para participar do concurso de professor titular, conforme a estratégia já descrita por Nadya (de qualificação do quadro docente através da implantação do programa de pós-

-graduação). Supostamente essa consolidação do vínculo com a FFCH se faz em substituição do seu vínculo com a Escola de Administração, através de um movimento combinado com as direções dessas duas escolas. Contudo, essa movimentação não tem o respaldo administrativo necessário e ele começa a ser questionado pelas instâncias administrativas da Universidade sobre um suposto acúmulo de cargos. Essa situação de tensão pode ser observada em alguns documentos do prontuário; e é explicitada na carta que ele escreve ao reitor em março de 1969.

Provavelmente um dos resultados desse processo foi a “institucionalização” de sua relação com a FFCH, a partir de março, como mostra a montagem de seu prontuário. A partir daí, está oficialmente como professor do Depto. de Sociologia da UFBA, com algumas funções administrativas inclusive, chegando a substituir o chefe de departamento no início do ano seguinte (1970). Ainda em 1969, ministra novamente a disciplina de *Sociologia III* para a graduação, agora remunerado; mas também desempenha a função de professor da pós-graduação, ministrando um curso e orientando cerca de oito mestrands – trabalho sem remuneração nesses casos. No início de 1970, pede demissão, encerrando sua relação com a UFBA sem a conclusão do concurso de títulos e sem a notícia da aprovação no mestrado, que só seria dada em maio de 1970. As informações desses descompassos na sua titulação e os motivos possíveis para isso são desenvolvidos no artigo de Nadya.

Durante esses cinco anos, de 1965 a 1969, produz uma série de relatórios de pesquisa e materiais didáticos, assim como artigos acadêmicos para ambas as escolas às quais está vinculado, mas mais profusamente para a Escola da Administração; produz ensaios e documentos de subsídios para o ISP, conforme podemos ver no item de seu currículo anexado ao prontuário<sup>2</sup>. Além disso, profere uma série de palestras, conferências, participa de seminários e simpósios acadêmicos e extra-acadêmicos, como aqueles promovidos pelos estudantes de várias escolas de segundo e terceiro grau. Sua presença na vida da universidade também inclui outras dimensões, como a participação como patrono na cerimônia de formatura da turma de 1966 da Escola de Administração, onde profere um discurso que reproduzimos nesta seção; assim como a participação em manifestações políticas da comunidade universitária, como a assinatura de um manifesto contra a repressão a movimento dos estudantes, fato documentado em reportagem de jornal.

Trata-se, portanto, de uma dedicação intensa e profusa à vida da universidade, que não pode ser deduzida apenas das informações contidas em seus documentos funcionais, mas que se reflete em todas as manifestações que deixou registradas, inclusive nas reflexões desenvolvidas na sua dissertação, assim como nos depoimentos de professores e alunos que conviveram

com ele. Os depoimentos de Hélio Pontes, Jorge Hage, João Ubaldo Ribeiro, Solange Santana e Inaiá Carvalho, escritos em diferentes situações de homenagens póstumas a Perseu, agregados nesta seção, dão a dimensão dessa dedicação e compromisso, e, ressaltando os traços do caráter, da postura e da personalidade do professor, pesquisador, colega e amigo, completam o entendimento do quadro em que se desenrolou esta experiência tão intensa para todos, e do papel que é possível cumprir em conjunturas tão adversas.

Em toda essa produção, da dissertação às aulas, nas palestras e trabalhos de assessoria desenvolvidos, e até mesmo no discurso aos formandos da escola de Administração, nota-se linhas de continuidade nas preocupações e questões, temas prioritários, e principalmente uma coerência de perspectivas e postura. Destacam-se as questões relacionadas ao trabalho e os trabalhadores; o papel da Universidade e dos estudantes, assim como dos profissionais formados por esta; a importância da pesquisa e reflexão científica e a contribuição dos profissionais na formulação de políticas públicas que sirvam à coletividade e promovam a transformação das estruturas excludentes e autoritárias vigentes no país; a configuração histórica do capitalismo no Brasil e as possibilidades de transformação na direção do socialismo.

## UM TRABALHADOR DA UNIVERSIDADE

Ao olhar o conjunto desses documentos, podemos então ir percebendo, como afirma Nadya em seu artigo, a pluriatividade da relação de Perseu com a universidade, as múltiplas facetas dessa relação: professor, pesquisador, planejador, formulador de políticas públicas e, em todas essas atividades, um “intelectual comprometido com um pensamento militante”, comprometido com um projeto de universidade que trazia desde a UNB (uma “universidade autônoma, pluralista e crítica”, como ressalta Hélio Pontes), comprometido com a pesquisa e a realidade social, como dizem Inaiá e Solange, comprometido com a perspectiva socialista, como ressalta Jorge Hage. Queremos acrescentar, aqui, a dimensão de Perseu como um “trabalhador da universidade”, assim como ele foi, antes e depois desse período, um “trabalhador da notícia”<sup>3</sup>.

Perseu formulou sua dissertação sobre o trabalho marginal, ou precário, como poderíamos dizer hoje, na Bahia dos anos 1960, enquanto exercia o papel de um trabalhador em várias frentes na universidade. E muitas vezes, como vimos na recuperação das suas relações contratuais com a UFBA, ele mesmo em condições precárias.

Um trabalhador da Universidade pesquisando e refletindo sobre a realidade dos trabalhadores (empenhado na “problematização e equacionamento das questões do trabalho”, como diz Solange Santana em seu depoimento),

especialmente sobre os trabalhadores marginais, sobre as estruturas e as condições históricas que colocavam estes trabalhadores no lugar de “marginalidade”, mas nem por isso fora da sociedade, da sua atualidade histórica; ao contrário, no centro da peculiaridade da nossa singular configuração social. Uma das reflexões mais instigantes de sua dissertação é justamente essa ideia de que, mesmo marginal, esse tipo de trabalho não pode ser visto como exótico, ou puro resquício de estruturas ultrapassadas, sem função na dinâmica econômica e social; tais trabalhadores, mesmo “nas margens”, não deixam de poder estar no centro de processos sociais importantes no país. Não é forçado fazer aqui também um paralelo com sua situação de trabalhador na Universidade da Bahia: marginal, em termos burocráticos, uma vez que atravessa mil dificuldades para oficializar e ter adequadamente remuneradas suas múltiplas funções, mas, ao mesmo tempo, no centro de todas as principais dimensões da vida acadêmica.

E, como trabalhador, como em todas as outras situações de sua vida profissional, um trabalhador consciente de sua situação e das estruturas que a conformam, disposto a transformá-las, assim como a de seus colegas, em cada ato, gesto e postura, como podemos ir percebendo nas entrelinhas desses documentos.

Na carta que ele envia ao reitor, em 1969, podemos perceber que ele faz questão de narrar minuciosamente sua trajetória na UFBA, para assinalar a instabilidade de sua condição de trabalhador (trabalhando sem contrato e muitas vezes sem remuneração) e os descaminhos organizativos da própria instituição que o mantinham em tal situação; e, mais que isso, para mostrar que essa condição era constituída pelas incoerências e falhas da organização daquela universidade, por sua vez ligadas aos descaminhos impostos pela reforma universitária tal como se desdobrava naquela conjuntura política do país. No trecho final da carta, ele assinala que sua situação que era, de certa maneira, singular, era também, na dubiedade que a caracterizava, partilhada por outros professores, e que a solução para esses casos precisaria passar por uma mudança institucional envolvendo debate com a participação dos afetados, trecho em que ele clama por “clareza e urgência na definição dos status e papéis dos diversos componentes do corpo universitário”. Aqui aparece essa outra faceta de Perseu, a de trabalhador empenhado na transformação das condições de trabalho de sua categoria, um lampejo do sindicalista que ficou mais evidente na década seguinte, quando, exercendo sua outra dimensão profissional, mais conhecida, a de jornalista, envolveu-se profundamente na reconstrução do movimento sindical, participando ativamente das lutas do período.

Pequenos detalhes nesses documentos nos permitem também vislumbrar algo de sua postura ética, que o guiava em todas as ações de sua vida pes-

soal, profissional e pública: aguda consciência de que cada ato tomado, por mínimo e corriqueiro que fosse, naquela conjuntura, assumia uma dimensão política que o extrapolava, mesmo em situações burocráticas aparentemente carentes de maior significação. Como na carta ao reitor em que, ao tratar de uma demanda pessoal, não deixou de agregar uma análise crítica da situação, de fazer a defesa de seus colegas professores em situação semelhante, e de propor caminhos para uma solução que transcendia a sua própria situação.

O companheirismo e solidariedade com os demais é um dos traços ressaltados nos depoimentos que constam dessa seção; o modo com João Ubaldo retratou o convívio entre eles nos faz lembrar o quanto esses valores, junto com a amizade, transformam as possibilidades de enfrentamento de momentos difíceis como aquele. Um detalhe pequenino, quase escondido nos documentos do prontuário, dá uma pista sobre a importância de enfrentar solidariamente os obstáculos, inclusive os perrengues burocráticos, ainda mais aqueles que podem embutir decorrências políticas; vemos na página 196 que, solicitados a assinar o recebimento de um documento requerido (uma certidão de todas as atividades desenvolvidas na Faculdade de Filosofia desde 1965), Ubaldo assina primeiro, por engano, o requerimento de Perseu, pois deve ter tido um documento semelhante para assinar; como a assinatura de Perseu vem logo em seguida, e é datada do mesmo dia, imaginamos que devem ter enfrentado tal procedimento burocrático juntos<sup>4</sup>.

Esse episódio aponta ainda outra característica de Perseu, sua obsessão pela verdade, ou melhor, sua luta contra o falseamento dos fatos. A exigência da exatidão da informação, como base para qualquer posterior interpretação, é também uma forma de lutar contra as ambiguidades e confusões produzidas por autoridades e instituições que prejudicam os que estão nas pontas mais frágeis dessas relações: os fatos antes da interpretação (lição da qual sempre lembram os que foram seus alunos nas escolas de jornalismo), a pesquisa sociológica bem feita para poder ser de fato comprometida, como ressaltam todos seus colegas professores, a clareza nas relações para que os trabalhadores possam se defender e exigir os seus direitos.

## PERSEU PROFESSOR, O COMPROMISSO COMO ENSINAMENTO

É também a clareza de que todos os atos têm implicação social e política e que, por isso mesmo, é preciso tomar conscientemente uma posição no mundo, inclusive no exercício da atividade profissional, que constitui o sentido principal de seu discurso como patrono aos formandos da Escola de Administração de 1966.

Discorrendo sobre a natureza do trabalho do administrador, lembra que não se trata este de uma “técnica neutra”, assim como não existe ciência

neutra, uma vez que essa atividade inclui a tomada de decisões que afetam a vida das pessoas e os rumos das instituições sociais, que envolvem sempre escolhas e compromissos com as forças e valores em disputa na sociedade; e que cada ato posiciona o trabalhador e o cidadão em um lado dessa disputa, “por ação ou omissão”.

Dito isso, exorta os formandos a assumirem o compromisso de se colocarem conscientemente ao lado dos oprimidos, dos que lutam por inclusão social (que ele chama de “emergentes”), colaborando para superar o legado de um país assentado sobre a escravidão, a exploração capitalista predatória, as estruturas excludentes e elitistas, em suma, a assumir o compromisso com a “busca de caminhos novos da contínua e permanente revolução da estrutura da sociedade”.

Ele mesmo faz questão de fazer uma fala absolutamente ancorada na conjuntura histórica, lembrando, ao longo de seu discurso, o autoritarismo imposto à sociedade pelo golpe de 1964, denunciando o arbítrio e o obscurantismo, a ditadura em instalação, que se revelava, inclusive, no impedimento e restrições a cerimônias como aquela; assinalando que, nessas circunstâncias, até um ritual como este se transforma num ato político, saudando, então, os alunos, por sua coragem.

Aqueles que foram seus alunos nos contam sobre sua postura como professor, de dedicação e de companheirismo, de capacidade de ensinar a relação entre teoria e prática de uma forma crítica e plural, como nos conta Solange Santana em seu depoimento, exercendo grande influência sobre toda uma geração, nas palavras de Jorge Hage. Neste discurso aos formandos da escola de Administração, ressaltando que não tem mais nada a ensinar, como professor, sobre o conteúdo da disciplina, oferece seu próprio posicionamento como referência, afirmando que ele tem um lado, o lado da luta por uma sociedade que sirva aos interesses de todos e não apenas de suas elites, “uma sociedade socialista”. Oferece um lugar ombro a ombro entre os agora companheiros de profissão, na labuta cotidiana pela transformação, como trabalhador e cidadão, alertando que, nesse posicionamento, valem muito a coragem, a solidariedade e a clareza dos princípios e valores que sirvam como “fio condutor e coerente para uma ação cotidiana”, para servir à coletividade, mesmo que isso implique em remar contra a maré, contra a ordem, contra a legislação vigente.

A inclusão desse seu discurso de patrono nessa seção ajuda, desse modo, a completar a compreensão das várias dimensões da presença de Perseu na vida da Universidade da Bahia, naquela tão singular conjuntura histórica; mas também, esperamos, a atualizar as possibilidades de sua presença em nossas vidas. Exatamente porque muitas das questões então enfrentadas

voltam a se colocar na nossa realidade atual (o trabalho precário, o exercício de uma ciência e ensino comprometidos com os interesses da coletividade em tempos de intervenções autoritárias na sociedade e na universidade, a luta contra o obscurantismo encarnado em governos autoritários, a importância de manter a solidariedade e a coragem em tempos de desagregação e ameaças), esperamos que suas reflexões, seus posicionamentos, seus valores e sua postura ética e política, que podem ser lidas nesses documentos, possam também servir de inspiração nas diferentes dimensões de nossas vidas.

## NOTAS

---

1. Aproveito para agradecer o empenho de todos, minhas irmãs Lais, Beatriz e Marta, meu irmão Mario, minha prima Silvana e a minha tia Alcione nessa empreitada. Agradeço principalmente a Nadya Guimaraes pelo empenho pessoal e entusiasmado nas buscas de novas informações e esclarecimentos, pelas trocas de impressão e interpretação das pistas, em momentos em que nos sentíamos como em uma equipe de detetives na solução de um mistério. E, por fim, a Vanessa, Luana e Isabel, do CSBH da FPA, na infinita disposição e minúcia para organizar e reorganizar os documentos em um trabalho que mais se assemelhou a um imenso quebra-cabeças, que enfim apresentamos aqui, embora ainda com espaços a serem preenchidos.
2. Documentos reproduzidos nas páginas 206-207 dessa publicação.
3. ABRAMO, Bia (org.). *Um trabalhador da notícia*: textos de Perseu Abramo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
4. Podemos lembrar também do episódio, já ressaltado por Nadya, em que, num formulário enviado aos professores pela reitoria, risca o termo “cargo” e escreve em cima “função” para deixar claro que, embora estivesse exercendo várias funções naquela Faculdade, não tinha nenhum cargo (e, por isso, não podia acumular nenhum), ao mesmo tempo apontando o excesso de trabalho (não remunerado) a que estava submetido, e a incongruência da administração da universidade, cobrando dos professores uma situação esdrúxula criada por ela mesma.

# PRONTUÁRIO NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFBA

*Perseu Abramo*



## Universidade da Bahia

### FACULDADE DE FILOSOFIA

CIDADE DO SALVADOR - BAHIA

Nome Perseu Abramo

Filiação Atos Abramo

e D. Atca Abramo

Nascido a 17 / 7 / 1929 em \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Cargo Professor

Ato e data da 1.ª investidura 9/3/1969. Autorizado pelo Of. 169/65 de Ritoria

Nomeação federal \_\_\_\_\_

Observações: lotado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de acordo com  
Port. n.º 261, de 29.4.1969, do Mag. Reitor da UFBA, que instituiu o pessoal docente  
e de ensino da Universidade, a partir de 17/1969.  
Solicitou revisão de contrato em 29/11/1970

Faleceu em 1996 //



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA

CIDADE DO SALVADOR - BAHIA

231

*Perseu Abramo*

	PROTOCOLO
<p><i>Prof por aulas dadas São Paulo</i></p> <p><i>Cart. de Identidade nº 1443044</i></p> <p><i>FD - F 3344 - Seccas I - 2222</i></p> <p><i>de 21/1/1965</i></p> <p><i>Sec. de Seg. Pública - Serv. de Identificação</i></p>	DISTRIBUIÇÃO
ASSUNTO: -	



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA

SALVADOR - BAHIA  
9 de janeiro  
1969

Ilmo. Sr. Dr. Prof.  
Joaquim Batista Neves  
D.D. Diretor da Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas da UFBA

Curr. Ant. 22  
2-12-69

Saudações

*Perseu Abramo*

Tendo sido oficialmente suspensas as solenidades de formatura do ano escolar de 1968, e sendo obrigado, por motivos de família, a viajar para São Paulo, venho comunicar a V. S. que pretendo iniciar meu período de férias a partir do dia 10 do corrente mês.

Para a eventualidade de qualquer comunicação extraordinária que se faça necessária, informo-lhe, outrossim, que, durante esse período, meu endereço em São Paulo será o seguinte: rua Gomes Freire, 125, Lapa.

Atenciosamente

*Perseu Abramo*

Perseu Abramo

UNIVERSIDADE DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
Registrado sob n.º <u>27</u>
na fls. <u>42</u> do Livro n.º <u>1300</u>
Protocolo de Porte
de <u>9</u> de janeiro de <u>1969</u>
<i>Perseu Abramo</i>
PROFESSOR



to D. C. Amalala  
Sobora para austeria em -  
Sivas. 9-1-69  
Sellas

Notado

10/1/69  
E. Barlos



Exmo. Sr. Diretor:

Solicito a V.Exa. determinar providências no sentido de ser enviada a esta Reitoria, com a necessária urgência, "Declaração de Acumulação de Cargos" (modelo anexo) de todos os servidores dessa Unidade, (Pessoal de Magistério, técnico e administrativo), admitidos a qualquer título, a fim de permitir a este Departamento um levantamento da situação do Quadro de Pessoal desta Universidade.

2. Para melhor esclarecimento, cumpro-me transcrever o art. 97, da Constituição Federal, que trata da matéria:

"Art. 97. É vedada a acumulação remunerada, exceto:

" I - a de Juiz e um cargo de Professor;

"II - a de dois cargos de Professor;

"III- a de um cargo de Professor com outro técnico ou científico;

"IV - a de dois cargos privativos de Médico.

"§1º Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

"§2º A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

"§3º A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício do mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados."

3. Julgo necessário, ainda, informar a V.Exa. que, de acordo com os pareceres mais atualizados da Consultoria Geral da República, são consideradas para efeito de acumulação, quaisquer re

ms 7

DECLARAÇÃO DE FUNÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que não exerço cargo público federal, estadual, municipal, paraestatal, autárquico ou em sociedade economia mista.

as)

---

(Nome a máquina)

Declaro, para os devidos fins, que ocupo o (s) seguinte(s) cargo(s): *função:*

1. Professora de Sociologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, sem remuneração
2. Professora de Sociologia e Técnicas de Pesquisa, da UFBA, contrato de assistente, CLT, tempo parcial.
3. Professora do Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas (Mestrado), sem contrato

as) *Perseu Abramo, em 23/4/69*

**PERSEU ABRAMO**

---

(Nome a máquina)



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA

SALVADOR - BAHIA

Ilmo. Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

*1ª Secretaria para emitir prova o Prof  
Abramo*

*8.3.69*

*Abramo Amélia Leuz*

PERSEU ABRAMO, professor, brasileiro, casado, residente à rua Rio Grande do Sul, 8, ap. 101, vem muito respeitosamente requerer de V. S. que autorize a Secretaria dessa Faculdade a emitir uma Certidão de todas as minhas atividades docentes neste estabelecimento desde 1965, para fins de inscrição em Concurso de Títulos para o Magistério Superior, regime CLL.

Nestes Termos, pede deferimento.

Salvador, 3 de março de 1969

*Perseu Abramo*  
Perseu Abramo

UNIVERSIDADE DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
Matrícula soc. n.º 3040
em file 190 deliberação n.º 12 de
Protocolo de 1968
Em 3 de 3 de 1969
<i>[Assinatura]</i>
PROFESSOR LEITA

As requiro, para  
informar.

11/3/69

E. Barbosa

~~Recebi a certidão  
14/3/69  
Perseu Abramo~~

Recebi a certidão

Perseu Abramo

14/3/69

Perseu Abramo

1226/69

o Profeg  
sor PERSEU ABRAMO, datado de 3 (três) de março de 1969 (mil novecen-  
tos e sessenta e nove), protocolado sob o número 3240 (três mil  
duzentos e quarenta), às folhas 192 (cento e noventa e dois), do  
livro 13 (treze), certifico, para fins de inscrição em concurso de  
títulos para o Magistério Superior, conforme requereu o interes-  
sado, que dos arquivos desta Faculdade consta ter sido indicado  
pelo Departamento de Ciências Sociais e aprovado pelo Conselho  
Departamental a título precário, para função docente, havendo le-  
cionado o seguinte: Em 1965, Sociologia, no Curso de Ciências So-  
ciais de 9 de março a 22 de junho de 1965; Sociologia do Traba-  
lho, de 16 de março a 23 de junho de 1965, Sociologia da Comunica-  
ção, de 11 de agosto a 12 de outubro de 1965. Em 1966, Sociolo-  
gia do Trabalho de 12 de agosto a 10 de novembro de 1966. Em  
1968, Sociologia III, de 18 de abril a 12 de setembro, Sociolo-  
gia do Trabalho, de 2 de outubro a 27 de dezembro de 1968. E, pa-  
ra constar, eu *Juliane*, Escrevente Datilógrafa,  
nível 7, passei a presente certidão em 13 (treze) de março do cor-  
rente ano, a qual vai assinada pelo Secretário e visada pelo Vi-  
ce-Diretor, em exercício. Secretaria da Faculdade de Filosofia da  
Universidade Federal da Bahia, 13 de março de 1969.

*Juliane*  
Secretário/1.

UNIVERSIDADE DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA

VISTO

*M*  
\_\_\_\_\_  
Diretor

ILMO. SR. DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

*De ordem,  
Cintia, argumenta-se  
pax 1/2*

Venho à presença de V.S. para justificar minha ausência às aulas do dia 22 de outubro do corrente ano, em virtude de ter sido, nessa data, convocado para comparecer à sessão de tomada de depoimentos de uma Comissão de Inquérito Administrativo instalada pela Reitoria da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 28 de outubro de 1969

*Perseu Abramo*

Perseu Abramo

Professor

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	2
Reg. nº	2114
de nº	193
Processo nº	14
29 outubro 1969	
Perseu Abramo	

A' acd, para conhe-  
cimentos e anotações.

9/12/69  
S. Carlos

licente 10/02/69  
Kakua - Esc. Pat 7

seguinte  
para 12/12

1926

do Professor Perseu Abramo, datado de 3 ( ) de março de 1969 ( ). Protocolado sob o número 32406 ( ) + 14 folhas 192 ( ), do livro nº 13 ( ), certifico para fins de inscrições em Concurso de Título para o Magistério Superior, conforme requer o interessado, que dos arquivos desta Faculdade neste ter sido julgado pelo Departamento de Ciências Sociais e aprovado pelo Conselho Departamental a título precário, para função docente, havendo lecionado o seguinte: Em 1965, Sociologia no Curso de Ciências Sociais de 9 de março a 22 de junho de 1965; Sociologia do Trabalho, de 16 de março a 23 de junho de 1965; Sociologia da Comunidade de 11 de agosto a 12 de setembro de 1965. Em 1966, Sociologia do Trabalho de 12 de agosto a 10 de novembro de 1966. Em 1968, Sociologia III, de 18 de abril a 12 de setembro, Sociologia do Trabalho, de 2 de outubro a 24 de dezembro de 1968.



*Posto de  
PST*

12 de janeiro de 1970.

Ilmo.Sr.  
Prof. Ruy Simões  
Coordenador do Colegiado  
do Curso de Filosofia

Saudações

O Departamento de Sociologia, reunido nesta data, deliberou enviar o presente ofício a V.Sa. solicitando-lhe que autorize a transferência, do primeiro para o segundo semestre, da disciplina Sociologia (SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO), ministrada a alunos que, em 1970, estiverem ao nível de 2º ano do Curso de Filosofia. O pedido prende-se à necessidade, que tem o Departamento de Sociologia, de compatibilizar as cargas horárias semanais e semestrais de seus professores a fim de dar atendimento ao seu Plano de Ensino, e, nesse sentido, de dispor, no primeiro semestre, do Prof. CARLOS COSTA, responsável pela disciplina em questão.

Atenciosamente,

*Perseu Abramo*  
pelo Prof. Renato Mesquita  
Chefe do Departamento de Sociologia

*Pasta de  
Prof. Renato  
Mesquita*

12 de janeiro de 1970.

Ilma.Sra.  
Profa. Lêda Jesuino dos Santos  
Coordenadora da Faculdade de Educação

Saudações

Em resposta ao seu ofício nº 17/70, de 6 de janeiro do corrente ano, temos a informar-lhe que o Departamento de Sociologia, reunido na data de hoje, apreciou o assunto e decidiu comunicar-lhe o que se segue.

O Departamento de Sociologia teria, efetivamente, o máximo prazer de atender à sua solicitação perfeitamente cabível dentro do espírito da reforma universitária que ora nos anima. Contudo, dado o grande acúmulo de trabalhos que o Departamento ora deve enfrentar, para a implantação dos novos currículos a partir, já, deste ano de 1970, sugere-se que os interessados, se assim lhes for conveniente, se inscrevam na disciplina regular de graduação, com o título de METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA, a ser ministrada no segundo semestre deste ano letivo, para alunos ao nível de 3º ano (currículo de transição); acrescente-se que tal disciplina tem duração semestral e comporta a carga horária semanal de 5 horas (3 de aulas - teóricas e 2 de aulas - práticas) e semestral de 75 (45 e 30, respectivamente), equivalendo ao total de 4 créditos-aula.

Sem mais para o momento, subscrevemos, atentamente.

*Renato Mesquita*  
pelo \_\_\_\_\_  
Prof. Renato Mesquita  
Chefe do Departamento de Sociologia

Ilmo. Sr. Prof. Batista Neves, Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Exatas da Universidade Federal da Bahia

*es' sistema para certificação  
que inclui  
29. 1. 75  
Domini Batista hez*

PERSEU ABRAMO, brasileiro, casado, residente na rua Rio Grande do Sul, 8, ap. 101, Salvador, apresenta este requerer de V.S. que autorize a emissão de uma Certidão das funções, cargos, responsabilidades e outras atribuições de que o requerente tenha sido incumbido nesse estabelecimento a partir de março de 1965 até o presente momento.

Nestes termos, pede deferimento.

Salvador, 27 de janeiro de 1970

*Perseu Abramo*  
Perseu Abramo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS EXATAS
Registrado sob nº 550
no fim 56 de Livro 15 de
Protocolos da Escola.
De 29 de Janeiro de 1970
<i>João Monteiro</i>
PROTÓCOLISTA

Ho aqui os para  
informar.

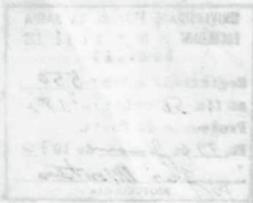
29/11/70

E. Barboza

Recebi 9

certidad

Bofina 17/12/70  
Espanis de Anis



Prof. PERSEU ABRAMO

ASSUMIU- em Prop.of.169 da Reitoria

- 1965 - Lecionou Sociologia no 1º ano de Ciências Sociais  
de 9-3 a 22-6-965  
" " " " " do Trabalho no 4º ano C.Sociais  
de 16-3 a 23-6-965  
" " " " " da Comunicação no 3º ano (1º período)  
de 11-6 a 12-10-965  
Entrou em Folha de Pagamento a partir do mês de março a  
31 de dezembro do mesmo ano.
- 1966 - Lecionou Sociologia do Trabalho no 4º ano de C.Sociais  
de 12-8 a 10-11-966 (2º semest)  
PERSEU por Folha nos meses de janeiro a fevereiro e de  
agosto a dezembro do mesmo ano.
- 1967 - Observação: O professor só consta nas folhas de pagamento  
nos meses de janeiro e fevereiro, e no decorrer do ano le  
tivo não consta atividade do professor nas cadernetas.
- 1968 - Lecionou Sociologia III no 2º ano de Ciências Sociais  
de 18-4 a 12-9-968  
" " " " " do Trabalho no 4º ano de C.Sociais  
de 2-10 a 27-12-968  
Observação: O professor não consta em Folha de pagamento  
de janeiro a dezembro do mesmo ano.
- 1969 - Lecionou Sociologia III no 2º ano de Ciências Sociais  
de 7-3 a 26-11-969 (1º semest)  
" " " " " do Trabalho no 4º ano de Bacharelado  
de 19-8 a 26-11-969 (2º semest)  
Observação: quanto ao pagamento o Prof. não consta na Fo-  
lha de Pagamento do referido ano; e transferido para esta  
Faculdade no mês de setembro de 1969, constando na Folha-  
dos Prof. contratados.

Arquivo, 30 de janeiro de 1970

Henriquete de Jesus  
Responsável

PROF. PERSEU ABRAMO

ASSUMIU- em Prop.of.169 da Reitoria

- 1965 - Lecionou Sociologia no 1º ano de Ciências Sociais  
de 9-3 a 22-6-965  
" " " " " do Trabalho no 4º ano C.Sociais  
de 16-3 a 23-6-965  
" " " " " da Comunicação no 3º ano (1º período)  
de 11-8 a 12-10-965  
Entrou em Folha de Pagamento a partir do mês de março a  
31 de dezembro do mesmo ano.
- 1966 - Lecionou Sociologia do Trabalho no 4º ano de C.Sociais  
de 12-8 a 10-11-966 (2º semest)  
PERCEBEU por Folha nos meses de janeiro a fevereiro e de  
agosto a dezembro do mesmo ano.
- 1967 - Observaçã:O professor só consta nas folhas de pagamento  
nos meses de janeiro e fevereiro,e no decorrer do ano le  
tivo não consta atividade do professor nas cadernetas.
- 1968 - Lecionou Sociologia III no 2º ano de Ciências Sociais  
de 18-4 a 12-9-968  
" " " " " do Trabalho no 4º ano de C.Sociais  
de 2-10 a 27-12-968  
Observação:O professor não consta em Folha de pagamento  
de janeiro a dezembro do mesmo ano
- 1969 - Lecionou Sociologia III no 2º ano de Ciências Sociais  
de 7-3 a 26-11-969 (1º semest)  
" " " " " do Trabalho no 4º ano de Bacharelado  
de 19-8 a 26-11-969 (2º semest)  
Observação:quanto ao pagamento o Prof.não consta na Folha  
de Pagamento do referido ano,conforme a Folha dos Funcio-  
nários contratados veio transferido para esta Faculdade-  
no mês de setembro.

Arquivo,30 de janeiro de 1970

Margarida Stes  
Responsável

271/70

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento do Professor PERSEU ABRAMO, datado de 27 de fevereiro de 1970, protocolado sob o número 550 (quinhentos e cinquenta) às folhas 56 (cinquenta e seis) do livro número 15 (quinze), certifico, conforme requereu o interessado, que dos arquivos desta Faculdade consta sobre o requerente o seguinte: Autorizado a lecionar nesta Faculdade de acordo com o ofício nº 169/65 da Reitoria, percebendo vencimentos por hora de aula dada. Certifico, outrossim, que o peticionário lecionou no Curso de CIÊNCIAS SOCIAIS as seguintes disciplinas: 1965 - SOCIOLOGIA - 1º ano; SOCIOLOGIA DO TRABALHO - 4º ano e SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO; 3º ano (1º período) - 1966 - SOCIOLOGIA DO TRABALHO - 4º ano; 1968 - SOCIOLOGIA III - 2º ano; SOCIOLOGIA DO TRABALHO - 4º ano - 1969 SOCIOLOGIA III - 2º ano; SOCIOLOGIA DO TRABALHO - 4º ano (Bacharelado). De acordo com a Portaria nº 261, de 29/4/1969, do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, que redistribuiu o pessoal docente da mesma Universidade foi o requerente lotado nesta Faculdade. E, para constar, eu *Cláudia de Castro Fajaz*, Escriturária, nível 8, lavrei a presente certidão aos 17 (dezesete) dias do mês de fevereiro de 1970 (mil novecentos e setenta) a qual vai assinada pelo Secretário e levará o visto do Senhor Vice-Diretor em exercício, Secretaria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 17 de fevereiro de 1970.

76  
Secretário.//-----

UNIVERSIDADE DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA

VISTO

*Lourenço Antônio de*  
Diretor

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
 REGISTRADO SOB N.º 571  
 em 06 de Maio de 1970  
 Prot. nº 39 do 1970  
 Ass. Prof.

Salvador, 29 de janeiro de 1970

Batista Neves  
 Diretor da Faculdade de Filosofia  
 e Ciências Humanas da UFBA.

*Sete mil e seis. Debaixo em  
 lot em reunião de 16.1.70  
 Todos os Conselheiros presentes  
 concordaram o objeto em  
 votação de 10/10  
 Ass. Prof. Perseu Abramo*

Prezado Diretor

Venho comunicar-lhe, com esta carta, que imperativos  
 deveres de ordem pessoal e familiar me obrigam à transferência de  
 minha residência para a cidade de São Paulo. Sendo assim, solicito  
 meu desligamento de todas e quaisquer funções que vinha exercendo  
 nessa Unidade da UFBA; tratando-se, como é o meu caso, de vínculos  
 de natureza trabalhista, solicito a rescisão de meu contrato a partir  
 do término das férias escolares deste primeiro período de 1970, antes,  
 portanto, do início de ano letivo, em março. Comunico, outrossim, que,  
 cumprindo determinações superiores, já entreguei ao Departamento de  
 Sociologia os programas e planos de curso para 1970, 1º e 2º semes-  
 tres, de que estaria incumbido caso permanecesse ainda este ano na  
 Bahia.

Aproveito o ensejo para agradecer a acolhida cordial  
 que tenho recebido dos responsáveis por essa Faculdade, e notadamente  
 de V.S., de quem sempre fui merecedor das mais cabais e frequentes  
 provas de consideração, respeito e amizade, o que muito me honra e  
 lisonjeia; peço a V.S. que torne extensivo este meu reconhecimento  
 aos demais professores dessa casa. São meus votos que a profícua ad-  
 ministração de V.S. à frente da Faculdade de Filosofia se prolongue  
 e frutifique, a fim de que a escola, neste limiar da reforma univer-  
 sitária, possa atender sempre e cada vez mais, aos interesses do en-  
 sino superior e às necessidades da juventude estudantil, nunca tanto  
 quanto agora precisada de professores e educadores em quem realmente  
 possa confiar.

Reiterando meus agradecimentos, subscrevo, atenciosamente

*Perseu Abramo*  
 Perseu Abramo

E  
CIÊNCIAS HUMANAS

- 2 -

O Conselho Departamental desta Faculdade inteirou-se do assunto em reunião de 16.2.1970, tendo todos os Conselheiros presentes lamentado o afastamento do Professor PERSEU ABRAMO.

Nesta oportunidade, apresento a Vossa Magnificência os meus protestos de consideração e estima.

*Joaquim Batista Neves*  
Joaquim Batista Neves  
Vice Diretor em exercício

Exm<sup>o</sup> Sr.  
Prof. Dr. ROBERTO FIGUEIRA SANTOS  
Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia  
Nesta

Magnífico Reitor,

Cumpro-me transcrever, para conhecimento de Vossa Magnificência os termos da carta firmada pelo Professor PERSEU ABRAMO, referente a rescisão de contrato.

"Salvador, 29 de janeiro de 1970- Ilmo. Sr. Prof. Batista Neves - Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFEA.- Presado Diretor - Venho comunicar-lhe, com esta carta, que imperativos de ordem pessoal e familiar me obrigam à transferência de minha residência para a cidade de São Paulo. Sendo assim, solicito meu desligamento de todas e quaisquer funções que vinha exercendo nessa Unidade da UFEA; tratando-se, como é o meu caso, de vínculos de natureza trabalhista, solicito a rescisão de meu contrato a partir do término das férias escolares deste primeiro período de 1970, antes, portanto, do início de ano letivo, em março. Comunico, outrossim, que, cumprindo determinações superiores, já entreguei ao Departamento de Sociologia os programas e planos de curso para 1970, 1ª e 2ª semestres, de que estaria incumbido caso permanecesse ainda este ano na Bahia.- Aproveito o ensejo para agradecer a acolhida cordial que tenho recebido dos responsáveis por essa Faculdade, e notadamente de V.S., de quem sempre fui merecedor das mais cabais e frequentes provas de consideração, respeito e amizade, e que muito me honra e lisonjeia; peço a V.S. que torne extensivo este meu reconhecimento aos demais professores dessa casa. São meus votos que a profícua administração de V.S. à frente da Faculdade de Filosofia se prolongue e frutifique, a fim de que a escola, neste limiar da reforma universitária, possa atender sempre e cada vez mais, aos interesses do ensino superior e às necessidades da juventude estudantil, nunca tanto quanto agora precisada de professores e educadores em quem realmente possa confiar. Reiterando meus agradecimentos, subscrevo, atentamente- ao) Perseu Abramo -Perseu Abramo".

*Lista de  
Prof. Perseu  
Abramo*

**6. TRABALHOS PUBLICADOS**

- 6.1. "Esquema Preliminar de Planejamento Regional: CELUSA", em co-autoria, São Paulo, SEMO - PLANO DE AÇÃO, 1961 (mimeógrafo).
- 6.2. "Planejamento da Mão de Obra", in Revista de Estudos Sócio-Econômicos, São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos, março de 1962.
- 6.3. "Notícia Bibliográfica", in Manual de Pesquisa, Salvador, Setor de Administração Pública da Escola de Administração da UFBA, 1965 (mimeógrafo).
- 6.4. "Mão de Obra na Bahia", in Revista do Boletim Cambial, Rio, GB., publicação especial do Curso Universidade na Empresa, 1966.
- 6.5. Manual de Pesquisa (organizador), da série Leituras de Administração Pública, Salvador, FORD. EAUFBA, 1966 (mimeógrafa).
- 6.6. "Setor Social" (Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana), in Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana, Salvador, COPLAN-SERFPAU, 1966 (multilite).
- 6.7. Planos de Ensino e Pesquisa, Salvador, FORD -EAUFBA, 1966, em co-autoria, responsável pela parte de Sociologia, (mimeógrafo).
- 6.8. "Universidade e Sociedade", in Administração, Salvador, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Escola de Administração da UFBA., nº 1, agosto/setembro de 1967.
- 6.9. "A problemática sociológica para o estudante bahiano de administração", primeiro capítulo da parte de Sociologia do Compendio de Ciências Sociais, da série (em preparação) Administração Pública, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, FORD-EAUFBA., 1967 (mimeógrafo), registrado sob o nº 1024 no II volume da Latin American Research Review, University of Texas, 1967.
- 6.10. "Bahia: Realidade Sócio-Econômica", in Seminário de Administração Superior, Salvador, Instituto de Serviço Público da UFBA, publicação especial para o Seminário de Administração Superior. Fevereiro de 1968 (multilite).

**7. TRABALHOS NÃO PUBLICADOS E EM PREPARO**

- 7.1. Comunicação sobre "Planejamento de Mão de Obra", apresentada ao II Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte, em março de 1962.
- 7.2. "Brasília", em preparação. (1962- ).
- 7.3. "O Processo do Vestibular", exposição feita a convite do Curso Especial de Preparação ao Vestibular, do Setor de Administração Pública da Escola de Administração da Uni-

versidade da Bahia, dezembro de 1965.

- 7.4. "Bem Estar Social. Um Modelo", em preparação (1965-).
- 7.5. "Teses sobre Artesanato", datilografadas, preparadas para a Pesquisa sobre Artesanato do Museu de Arte Moderna da Bahia, e para a Coordenação de Artesanato da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Governo do Estado da Bahia, 1966.
- 7.6. "Teses sobre Reforma Administrativa" datilografadas, preparadas para o Seminário de Avaliação da Reforma Administrativa da Bahia, organizado pelo Instituto do Serviço Público da Universidade Federal da Bahia, em dezembro de 1966.
- 7.7. "Estudo e Escola", exposição à II Reunião do "Círculo de Pais", do Colégio de Aplicação anexo à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, em 7 de maio de 1966.
- 7.8. "Análise Sociológica da Revolução Brasileira", conferência pronunciada a convite dos organizadores da II Semana do Sociólogo, na Faculdade de Filosofia da UFBA., em 20 de outubro de 1966. (mimeografado)
- 7.9. Discurso de Patrono da formatura dos bacharéis em Administração de 1966 da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, em 28 de dezembro de 1969 (datilografado).
- 7.10. "Administração de Pesquisa", (1966) em preparação, co-autoria.
- 7.11. "Apropriação do Trabalho Intelectual" (1967) em preparação.
- 7.12. "História e Sociologia", datilografado, conferência pronunciada a convite do Centro de Estudos Históricos "Gabriel Soares", da Seção de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Salvador, em 8 de junho de 1967.
- 7.13. "Ensino Universitário de Administração", exposição feita ao Seminário de Avaliação de Ensino e Pesquisa, patrocinado pelo Instituto de Serviço Público, em colaboração com a Escola de Administração da UFBA, para professores de Administração de Pernambuco, Piauí, Maranhão Ceará e Bahia, julho de 1967.
- 7.14. Dissertação de Mestrado (em datilografia).

## 8. DIVERSOS

- 8.1. Participante, com apresentação de Comunicação, do Seminário sobre Planejamento de Mão de Obra, da Secretaria

- do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, fevereiro de 1961.
- 8.2. Participante, com apresentação de Comunicação, do II Congresso Brasileiro de Sociologia, Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Belo Horizonte, de 12 a 17 de março de 1962.
- 8.3. Exposições sobre Métodos de Pesquisa, feitas para os Cursos de Política e de Administração Pública, do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, junho de 1963.
- 8.4. Exposição sobre Urbanização e Industrialização, feita para o curso de Arquitetura da Universidade de Brasília, em junho de 1963.
- 8.5. Representante do Setor de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, na Comissão de Pós-Graduação dessa Universidade. 1963/1964.
- 8.6. Participante, com apresentação de propostas, dos Simpósios sobre Programação para o Desenvolvimento Econômico e Social e sobre Administração Pública no quadro do Plano Geral da Reforma Administrativa do Estado da Bahia, realizados em Salvador, respectivamente, de 9 a 13 e de 16 a 27 de agosto de 1965.
- 8.7. Exposição sobre Brasília, feita a convite da Cadeira de Geografia da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia, junho de 1965.
- 8.8. Exposição sobre Mão de Obra, feita a convite da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em setembro de 1966.
- 8.9. Exposição sobre Brasília, feita a convite da Cadeira de Organização Social da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, maio de 1966.
- 8.10. Exposição sobre Métodos de Pesquisa, feita a convite da Cadeira de Organização Social da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, maio de 1966.
- 8.11. Conferencista, sobre o tema "O Papel Social do Administrador", da II Semana do Administrador, realizada 20 a 25 de novembro de 1967, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico da Escola de Administração da UFBA.
- 8.12. Conferencista, sobre o tema "A Universidade e a Sociedade", da II Semana do Estudante de Medicina do Nordeste, realizada entre 10 e 13 de maio de 1967, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e da Secretaria Regional do Nordeste da União Nacional dos Estudantes de Medicina.
- 8.13. Exposições sobre Desenvolvimento (duas) feitas a convite da Cadeira de Sociologia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, em setembro de 1967.

- 8.14. Representante da Reitoria da Universidade Federal da Bahia no Simpósio sobre Mão de Obra, organizado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 1968.
- 8.15. Candidato ao título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas (Mestrado) da Universidade Federal da Bahia, março de 1969.
- 8.16. Participação, como debatedor, do Seminário sobre Integração Educação - Indústria nos Países em Desenvolvimento, março de 1969, Salvador.

# CARTA AO REITOR

Salvador, 26 de março de 1969

Magnífico Reitor  
Prof. Dr. Roberto Santos

As razões que levam a escrever diretamente a Vossa Magnificência, com o devido respeito à sua posição de Reitor e à hierarquia universitária, são duas: julgo-me, no momento, alvo de um conflito de autoridade entre duas unidades desta Universidade, e, portanto, só a uma instância superior a ambas poderia dirigir-me; não me poderia dirigir ao Diretor de uma das duas Unidades porque o que me leva a escrever é exatamente a necessidade de saber à qual delas estou vinculado.

Antecipadamente escusando-me, assim, desta comunicação direta a Vossa Magnificência, passo a expor a situação.

Em 1965 eu fui contratado pela Universidade Federal da Bahia, através da Escola de Administração, para prestar atividades docentes em regime de tempo parcial. Em 1968 eu fui convidado pela Faculdade de Filosofia para prestar iguais atividades nessa Unidade. Aceitei o convite, e, ciente de que eu não poderia ser objeto de um segundo contrato e nem de transferência do primeiro, pois já se passara a época apropriada para tal, dispus-me a lecionar na Faculdade de Filosofia sem remuneração. Portanto, durante todo o ano de 1968, e sem desconhecimento de ninguém, além de cumprir com minhas obrigações contratuais na Escola de Administração – onde lecionei duas disciplinas por semestre, em dois semestres – também lecionei, sem remuneração, na Faculdade de Filosofia, a turmas de duas outras disciplinas diferentes, em dois semestres. É claro que a dualidade de vinculação, a excessiva carga horária semanal e os inevitáveis conflitos de horário configuravam uma situação excepcional e provisória, e não um status definitivo e permanente; fiz ver tal aos responsáveis pelas duas Unidades, os quais, aceitando a razão das minhas ponderações, por diversas vezes, ao que fui informado, debateram o assunto com Vossa Magnificência.

Durante todo o ano de 1968, e desde o primeiro dia de aula, fui, pelo Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, considerado membro desse organismo, e, nessa qualidade, recebi convocações semanais de reuniões, a que compareci na medida do possível, participei de deliberações departamentais com direito a voz e voto e assinei as atas das sessões a que estivera presente. Ainda na qualidade de membro do Departamento de

Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia participei das reuniões preparatórias da Congregação da Faculdade de Filosofia e do Colegiado do Curso de Ciências Sociais, sem ter deixado de comparecer, também, convocado que fui, à reunião preparatória da Congregação e do Colegiado da Escola de Administração, presidida por Vossa Magnificência e realizada no salão Nobre da Reitoria.

Nos meses finais de 1968, novamente, e reiteradamente, encarei nas duas Unidades em que exercia atividades, a necessidade de uma definição de minha situação para o ano de 1969; e, em ambas as Unidades, os respectivos responsáveis concordaram em que se fazia urgente e necessária tal definição, a fim de que eu pudesse, sem transtornos e empecilhos, exercer com a devida proficiência minhas atividades docentes naquela Unidade a que, finalmente, e em definitivo, eu fosse considerado vinculado.

Tendo viajado para São Paulo no início deste ano, ao voltar encontrei, em minha residência, várias circulares convocatórias do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia; na primeira oportunidade em que foi possível fazê-lo, compareci à reunião marcada. Nessa reunião – como é de praxe desse Departamento – por deliberação coletiva foram discutidos e aprovados os currículos do Curso de Ciências Sociais e foram atribuídos aos professores os encargos das disciplinas; a mim coube lecionar, durante o ano de 1969, a turmas de duas disciplinas do currículo de Ciências Sociais, em dois semestres.

Alguns dias mais tarde, porém, surpreendi-me ao receber uma circular da Escola de Administração contendo o horário das aulas, onde aparecia o meu nome associado a duas disciplinas. Imediatamente dirigi-me ao Diretor dessa Unidade transmitindo-lhe a minha surpresa e dizendo-lhe da minha impressão de que, certamente, se tratava de um equívoco, uma vez que, supunha eu, àquela altura, decorrido todo o ano de 1968 e mais os meses de intervalo entre aquele e o início do período letivo de 1969, a minha vinculação a uma das duas Unidades já estava em definitivo resolvida, quer por deliberação de um dos organismos da Reitoria encarregados de distribuição e remanejamento de pessoal, quer por deliberação nascida de “entente cordiale” entre as diversas autoridades a que o assunto estaria afeto. Foi-me respondido, na ocasião, que, em verdade, o assunto ainda não estava resolvido. Fiz ver, então, ao diretor da Escola de Administração, que, àquela altura, eu não poderia dar aulas nessa Escola, uma vez que já me haviam sido atribuídas aulas no currículo de Ciências Sociais pelo respectivo Departamento na Faculdade de Filosofia. E, a partir do dia 3 do corrente mês de março, até esta data, sem nenhuma falta, passei a cumprir rigorosamente com as obrigações que me haviam sido atribuídas pelo Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia.

Na data de hoje recebi, concomitantemente, duas comunicações, cujas cópias termostáticas seguem em anexo. Numa, o ofício 070/69, da Escola de Administração, é-me transmitido que a Diretoria dessa Escola deliberou indicar meu nome para reger duas disciplinas, seguindo-se os horários respectivos; noutra, a circular da Faculdade de Filosofia, é-me comunicado que, de ordem do Chefe de Departamento de Ciências Sociais dessa Faculdade, estou convidado para comparecer a uma reunião deliberativa do referido organismo.

Portanto, Magnífico Reitor – e para chegar ao cerne da questão – continuo exatamente na mesma situação dúbia que perdurou em 1968 e se prolongou até esta data: sou simultaneamente considerado vinculado a duas Unidades, sem saber em qual delas devo exercer minhas atividades docentes. Por todas essas circunstâncias até aqui apontadas, respeitosamente peço vênias para solicitar de Vossa Magnificência que me seja oficial e formalmente informado, por escrito, com precisão e urgência, e por quem de direito, o que a seguir pergunto:

1. Onde devo exercer minhas atividades docentes?

2. Devo iniciar, na própria segunda-feira, dia 31 de março, a ministração de aulas aos alunos da Escola de Administração e interromper a ministração de aulas que, desde 3 de março, vinha dando aos alunos da Faculdade de Filosofia?

3. Ou devo agir ao contrário, prosseguindo com as aulas na Faculdade de Filosofia e deixando de atender à deliberação da Diretoria da Escola de Administração?

4. No caso de me ser respondido que devo deixar de dar aulas na Faculdade de Filosofia e que devo iniciar aulas na Escola de Administração, como devo agir em relação ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia? Devo continuar atendendo às convocações e aos convites, se por ventura os houver, e devo continuar participando de suas reuniões e tomando parte nas deliberações? E se, nessa situação, por acaso me forem atribuídos por esse Departamento encargos docentes na Faculdade de Filosofia, é-me facultado recusá-los?

5. É-me facultado, na qualidade e na condição de professor, decidir de livre e espontânea vontade sobre a Unidade à qual devo vincular-me, sobre o Departamento com o qual devo congregar-me, sobre o Curso ao qual devo filiar-me, sobre a disciplina de que devo encarregar-me, sobre a turma pela qual devo responsabilizar-me, sobre a carga de que devo desincumbir-me, sobre o horário a que devo ater-me? No caso de serem negativas essas respostas, quais, no momento vigente, as autoridades e os organismos a que cabem essas decisões?

Vossa Magnificência esteja certo de que, ao fazer eu essa consulta da maneira com que a estou fazendo, não me movem motivações levianas e nem – seria inadmissível supô-lo! - desconsideração ou desrespeito para com as autoridades universitárias. Apresso-me a declarar que, em todos os momentos em que tive de tratar mesmo dos aspectos mais penosos da situação aqui exposta, sempre, sem exceção, recebi de todas as autoridades universitárias – notadamente do Reitor e dos diretores das duas Unidades – as mais cabais provas dessa consideração e desse respeito cuja vigência é imprescindível numa Universidade, e aos quais se acresçam, nesta Universidade da Bahia, e por demasia, a cordialidade e a lhanura no trato. E sempre procurei, na medida das minhas limitações pessoais, retribuir da mesma maneira.

O que me move nesta solicitação é a necessidade premente e inelutável de ver a situação por completo definida, a fim de que possa eu, já de imediato, cumprir minhas obrigações funcionais – quaisquer que elas forem – de maneira a contribuir para o bom andamento da Universidade e sem correr o risco de ver minhas ações, por mal interpretadas, poderem ser julgadas de desídia ou irregularidade. Há-de convir Vossa Magnificência que, para quem, como eu, há quatro anos dedica todo o seu tempo e o melhor de seus esforços ao trabalho na Universidade da Bahia (e se me concede Vossa Magnificência a liberalidade de uma linguagem um pouco menos protocolar: e se, e quando, pecou, o foi sempre por excesso, nunca por falta) não é encorajador ver esses quatro anos poderem ser coroados pela suspeita de descumprimento do dever.

Ainda – e também para terminar este escrito por cuja extensão humildemente me desculpo perante Vossa Magnificência – devo acrescentar uma observação de ordem genérica, e o faço por me julgar obrigado a tal para com Vossa Magnificência: a par da necessidade de uma definição da minha situação funcional, moveu-me também, ao descrever com tais minúcias a situação e ao formular com talvez certa insistência as indagações que dela decorrem, o intuito de verem clarificadas dúvidas que vêm assaltando a vários professores desta Universidade no momento presente. Nenhum de nós, da Universidade da Bahia, desconhece que está em curso uma reforma universitária; nem o poderia, dado o empenho com que Vossa Magnificência o conduz. E por isso mesmo, nesta difícil fase de transição de uma para outra estrutura universitária, se fazem mais necessárias do que nunca a clareza e a urgência na definição dos status e dos papéis dos diversos componentes do corpo universitário. A reforma universitária – que todos nós, por amor à Universidade, desejamos ver exitosa, quaisquer que possam ser as eventuais divergências na maneira de concebê-la – certamente há de depender menos dos planos, diagramas e

cronogramas, longamente meditados mas frequentemente rapidamente olvidados, do que do fiscalizar cotidiano e presente do funcionamento correto das novas estruturas capazes de conferir à instituição um “ethos” novo e renovador em relação às maneiras tradicionais de ser, enraizadas e ultrapassadas: daí a necessidade de obter-se com urgência um consenso coletivo sobre quem faz o quê na organização.

E assim termino, manifestando a tênue esperança de que o precioso tempo perdido por Vossa Magnificência nesta leitura não se exaura com o mero atender a um caso individual, mas se recompense com o atentar o problema geral de uma universidade que se está reformando às vezes ao arrepio do planejado ou, em outras, no resistir ao intentado.

Atenciosamente,

Perseu Abramo, professor

# DISCURSO COMO PATRONO DA FORMATURA DOS ALUNOS DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA – 1966



*Pode-se enganar algumas pessoas todo o tempo,  
Pode-se enganar tôdas as pessoas algum tempo,  
Mas, não se pode enganar tôdas as pessoas tôdo o tempo.*

(ABRAÃO LINCOLN)

*Há quem morra chorando pelo pobre:  
Eu morrerei denunciando a pobreza*

(BERNARD SHAW)

Os bacharelandos de 1966, pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, têm a satisfação de convidar V. Sa. e Exma. Família para assistirem às solenidades de sua formatura, nos dias 26 e 28 de dezembro.

#### PROGRAMA

*DIA 26 – Às 8 horas – Culto na Sinagoga Israelita da Bahia*

*Às 20 horas – Culto de ação de graças na Igreja Batista Sião*

*DIA 28 – Às 19 horas – Missa de ação de graças na Igreja Abacial de São Bento*

*Às 21 horas – Colação de grau no salão nobre da Reitoria da Universidade Federal da Bahia*

**PARANINFO – LUIZ AUGUSTO SACCHI**

**PATRONO – PERSEU ABRAMO**

#### HOMENAGEADOS

##### ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

*Prof. Ademar Cardoso Linhares*

*Prof. Elmer Pereira*

*Prof. Luiz Sande de Oliveira*

*Prof. Manoel J. Barros Sobrinho*

*Prof. Older Lopes da Cruz*

*Prof. Raul Edson de A. Barreto*

##### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Prof. Ivan Maia Fachinetti*

*Prof. João Eurico Matte*

*Prof. Jorge Hege Sobrinho*

*Prof. José C. D. Meirelles*

*Prof.<sup>a</sup> Margarida C. Batista*

*Prof. Rômulo G. Carvalho*

#### HOMENAGEM ESPECIAL

*Prof. Fernando A. Freitas*

*Prof. José Rodrigues de Sena*

Senhores representantes de autoridades, representantes da Universidade, Senhor Diretor da Escola de Administração, senhores professores: minhas senhoras e meus senhores; senhores estudantes.

Em primeiro lugar quero agradecer a escolha de que sou alvo, designado que fui, pelos estudantes, patrono da turma de formatura de 1966 da Escola de Administração da Universidade da Bahia. Não agradeço apenas como professor. Como cidadão, cheguei à Bahia, e a esta escola, há dois anos apenas, e a Bahia e a Escola acolheram-me com carinho e inegável generosidade baiana. É a essa generosidade que devo, por certo, a homenagem que ora recebo, dentro dessa homenagem maior que todos aqui presentes estamos prestando aos formandos de 1966 em Administração.

Bom momento, este, para apresentarmos nossas homenagens aos numerosos universitários de várias universidades brasileiras que não puderam ou não quiseram realizar suas cerimônias de formatura, ou porque seus paraninfos e patronos não foram aceitos pelas autoridades políticas, ou porque não submeteram previamente seus discursos à censura oficial. A esses formandos sem formatura de todo o Brasil, a minha – e, espero, a nossa – solidariedade.

Aos estudantes de Administração que agora se formam na Bahia não vou dizer das dificuldades inerentes ao ramo de saber que abraçaram ou à profissão na qual agora entram. O estarem neste momento se formando bem mostra que já as conhecem, o que podem facilmente antevê-las. Também não vou falar dos problemas coletivos mais flagrantes e cruciais. O discurso do orador da turma – e os aplausos que mereceu – demonstram que, em matéria de sensibilidade para com as necessidades sociais, os estudantes dispensam lições: ao contrário, podem dá-las. Na verdade, nestes últimos minutos escolares entre professor e estudante, pouco há que aquele possa ensinar a este. E que porventura ajude o aluno a transformar-se em administrador.

E o que é o administrador? Não o administrador idealizado nos livros didáticos, nem o administrador desejado na mente dos professores otimistas. Mas o administrador real e concreto, esse estudante de hoje que, amanhã estará na empresa ou no órgão público, empregando a tecnologia que aprendeu a serviço de objetivos cuja formulação nem sempre participou. Esse administrador real e concreto é um homem que toma decisões, ou que prepara alternativas de decisão que outros tomarão. Mas o que há de nobre e, ao mesmo tempo, extremamente dramático nessa ação tão simplificada descrita, é que essas decisões, isoladas ou em ação cumulativa, afetarão, mais cedo ou mais tarde, o destino de milhões de seres humanos. Esteja ou não consciente disso, o administrador – talvez a síntese mais operacional da ciências sociais – é um homem que decide de outros homens, e, portanto, não lhe cabe o direito de não se tornar plenamente consciente disso.

*A plena consciência de cada ação e de suas conseqüências é a maioridade do administrador e a maturidade da Administração. E essa plena consciência não significa outra coisa que não o compromisso total do administrador com o sentido histórico da evolução social do meio em que ele vive e trabalha. Compromisso histórico, esse, que se exprime, na dialética do cotidiano, pelo engajamento teórico e prático com os valores progressistas dos grupos sociais emergentes, em busca dos caminhos novos da contínua e permanente revolução da estrutura da sociedade.*

A Bahia – como de resto o Nordeste – encontra-se hoje numa encruzilhada. Ou bem permanece fiel às tradições arcaicas de uma estrutura agro-exportadora e de mando feudal-patriarcalista, e aprofundará cada vez mais sua involução, ou bem se desvencilha rapidamente dos grupos sociais retrógrados que a mantém estagnada, faminta e doente, como pasto e fazenda particulares de despautérios aristocratizantes, e se decide pelas novas formas de organização econômica, social e política que lhe permitirão desenvolver-se.

É para esta opção que os jovens que hoje se formam estão sendo chamados.

*O que há de terrível na responsabilidade pela escolha da alternativa compensa-se largamente pela consciência de que a história do futuro está nascendo a cada momento, de cada ato de cada homem. E não se julgue ingenuamente que se possa impunemente escapar à opção: por ação ou por omissão, consciente ou inconscientemente, voluntariamente ou não, cada homem está, a cada momento, comprometendo, e comprometendo-se com, a transformação da estrutura da sociedade. Pode-se enganar a respeito da História, mas não se pode enganar a História.*

E o administrador, como indivíduo, como praticante de uma profissão que é o fruto da divisão social do trabalho, e como membro, por origem ou adesão voluntária, de uma classe social, é um trabalhador que se diferencia dos demais trabalhadores: tem a tecnologia do processo decisório, o que lhe confere ao mesmo tempo uma vantagem e uma responsabilidade. Na opção que a Bahia e o Nordeste têm que enfrentar atualmente, é o administrador profissional, político e técnico simultaneamente, no Setor Público ou Privado, em situações microcósmicas ou macrocósmicas, é ele quem pode colocar o know-how da ação eficiente a serviço de objetivos socialmente desejados, nesta área mais desumanamente explorada da Nação.

Mas, atenção! Cuidado! Os ventos federais, que agora sopram, não são favoráveis às opções progressistas. Optar pelo futuro é remar contra a maré. Servir a objetivos socialmente desejados, atualmente, é, no mais das vezes, subverter a ordem oficial imposta. Assim, a opção pelo progresso encerra neste momento, contraditoriamente, a opção política contra a ordem. Os estudantes acabaram de prestar um juramento solene em que se comprometeram a cumprir a Lei. Mas

de certo a boa fé dos autores desse juramento partia do pressuposto de que a Lei exprime sempre um valor socialmente desejado. Pressuposto que hoje não se justifica: na Nova Ordem jurídica e política que se abateu sobre o País, muitas vezes é necessário descumprir a Lei para servir à coletividade.

Esta coletividade brasileira que, ao longo de sua História, tem sido tão explorada pro nações estrangeiras, e tão enganada pelos seus dirigentes nacionais. Para a exploração e para o engano serve tudo: a Lei, a Força, a Ciência, as Reformas e até a palavra “revolução”.

Não há dúvida de que a opção para o futuro, na Bahia ou no Brasil, implica em reformas e implica em revolução. Não a revolução impingida a primeiro de abril, nem as “reformas” que descem do alto dos borbotões, nas cataratas dos atos institucionais e complementares, a nos encharcar de arbítrio, incongruência e obscurantismo. As reformas – da Universidade ou da Constituição – elaboradas por governos que usurpam o Poder e nele se auto-legitimam, impostas sobre a coletividade pela força das cassações, das demissões e canhões, têm certamente um destino inglório: ou não são levadas a sério, ou têm de ser ratificadas com sangue. Assim tem sido a história das nações que experimentam, durante sua evolução histórica, momentos de tirania e arbítrio. Mas nem por ser menos efetiva e menos duradoura, a ação nefasta das Ditaduras exime os homens de enfrentarem a opção e de se manifestarem contra.

Não há dúvida de que a Universidade brasileira precisa urgentemente de ser totalmente reformada. Não é ela senão uma manifestação particular da sociedade brasileira, e, como esta, necessitada de uma transformação estrutural completa e radical, para que os brasileiros todos possam ser os reais condutores da própria história? Certamente. O que se costuma chamar atualmente de Universidade Brasileira não passa de um aglomerado caótico de escolas isoladas e medíocres, com raras exceções. Escolas chamadas “superiores” e que muitas vezes não contêm, entre seus corpos docentes, senão professores secundários: escolas que não passam de centros divulgadores e repetidores de saber importado e enlatado: escolas inestruturadas, sem organização colegiada dos corpos docente e discente. Por tudo isso, a Universidade brasileira precisa, não de uma, mas de múltiplas e contínuas reformas. E há trinta anos que o problema da reforma universitária vem sendo sistematicamente aventado e cuidadosamente evitado pelos catedráticos da Universidade Brasileira. ***Quando, nos primeiros anos dessa década, alguns professores de todo o País, comprometidos com os alvos coletivos do povo brasileiro, decidiram enfrentar e resolver corajosamente o problema da reforma universitária, optaram pela criação da Universidade de Brasília, que deveria subsistir, não como exemplo, padrão e modelo para as demais, mas como marco e símbolo da revolução brasileira no ensino superior.*** Foi essa Universidade de Brasília que o Governo de Primeiro de Abril cercou, invadiu,

vasculhou e ocupou, prendendo e expulsando seus estudantes e professores, e acabando por destruí-la pela força das metralhadoras e pela força, não menos deletéria, do obscurantismo dos dois interventores que lá colocou. Pois bem! Esse mesmo Governo, que tentou caracterizar essa mesma Universidade como símbolo da corrupção e da subversão, agora lhe toma emprestada a estrutura forma e a transforma num decreto imperativo, a que dá pomposa e pretensiosamente o nome de “Reforma Universitária”, e que tenta implantar prepotentemente em todas as escolas superiores de todo o País. *Não era a estrutura de institutos básicos e faculdades – novidade, de resto, que deixou de ser nova há muitos e muitos anos em outros países – que conferia à Universidade de Brasília o seu caráter de Universidade nova e melhor. Era – e aqui o Governo não saberia como imitá-la – o engajamento total de seus administradores, professores e alunos com os alvos coletivos, e que se consubstanciava explicitamente nos seus documentos constitutivos: o compromisso indelével com o destino histórico do povo brasileiro e com os padrões internacionais da Ciência.*

Sim, de uma Ciência, portanto, comprometida. Porque não há ciência que não seja, mesmo quando os seus seguidores disso não se apercebam. É necessário conhecer que as mentalidades tradicionais ou retrógradas costumam a admitir que a Ciência seja subordinada aos valores dos cientistas, que o pensamento seja subordinação à ação, que a existência precede a consciência. No entanto, a todo momento os fatos nos estão provando que a Ciência é um instrumento de ação e não um objeto de especulação. E ações exprimem valores, e valores significam opções, compromissos, interesses e vontades. A neutralidade e o desengajamento da Ciência aparecem, assim, por ingenuidade ou má-fé, como disfarces cômodos e fáceis para os compromissos inconfessáveis. Por acaso é descompromissada a Ciência, quando a Física, a Química e a Geologia são utilizadas para provar “cientificamente” que no Brasil não há petróleo? É descomprometida e neutra a ciência biológica ou a ciência genética que, para acabar com o subdesenvolvimento, elimina não a fome, mas as bocas que têm fome? E é neutra e desengajada a Estatística, a Economia ou a Sociologia, quando conclui que o Brasil não deve produzir mais aço? Sei bem que a estas palavras muitos poderiam objetar que elas exprimem um sofisma, no qual se encerra uma confusão entre ciência e aplicações da ciência. Não, não se trata dessa confusão. Trata-se simplesmente de eliminar a falsa dicotomia entre pensamento e ação, entre teoria e prática, entre intenção e execução – essas dicotomias, sim, que encerram um imperdoável sofisma.

*Uma Ciência comprometida com as tendências evolutivas da História – não de uma “História” externa e superior aos homens – mas da História concreta e real, que é feita pelos homens embora em condições que ela lhes impõe. Esse é o sentido e o objetivo de uma Universidade nova e revolucionária, e que deve encontrar a sua expressão organizacional em cada momento e em*

*cada local, que lhe seja própria e característica. Uma Universidade, enfim, que supere o estágio subdesenvolvido de centro divulgador de técnicas e valores alienígenas, alienados e alienadores, para transformar-se num centro produtivo de conhecimento objetivo e sistemático da realidade concreta, para uma ação deliberada de interferência racional nessa mesma realidade. Mas essa reforma, como se vê, não se consegue apenas rebatizando com nomes velhos a velha universidade: ela depende da revolução da própria sociedade global.*

Na revolução da sociedade brasileira, e nas opções que as classes sociais em luta dentro da estrutura oferecem aos seus membros, é que o administrador, ou qualquer outro trabalhador brasileiro, há de encontrar o fio condutor e coerente para uma ação cotidiana. País que já nasceu como uma experiência de expansão capitalista das metrópoles ultramarinas, o Brasil é uma história de opções de variantes organizacionais dentro do quadro geral do sistema; à experiência de retaliação feudal segue-se a de concentração escravocrata, e à qual se segue a do trabalho livre e de industrialização, mas sempre dentro do quadro da expansão capitalista. Está agora, o Brasil, no limiar da escolha de novas variantes e alternativas do capitalismo ou de opções não capitalistas. Nunca, evidentemente, na estagnação de uma contra-revolução que tenta ingênua e tragicamente sustar a História. De qualquer forma, a História da sociedade brasileira de amanhã é fruto de vinte mil gerações de seres humanos, e a pequena “parte que nos cabe neste latifúndio” não exime de nos engajarmos completamente na construção desse futuro.

No começo deste discurso eu reconhecia que, nos minutos finais da convivência escolar entre professor e o aluno, pouco há que o professor possa ensinar ao estudante. E, ao abusar da paciência dos meus estudantes com tão demoradas palavras, não pretendi realmente lhes transmitir qualquer lição. Quis, apenas, comunicar-lhes que a minha opção está e sempre esteve feita: ***eu escolho uma sociedade em que os homens se apropriem das rédeas da História para servir aos interesses e aos objetivos de todos os homens: uma sociedade socialista.*** Muitos estudantes que ora se formam já fizeram as suas opções; muitos terão opções contrárias às minhas. De qualquer forma, a partir deste momento, eu estou comprometido com as opções de cada um de vocês.

E era essa a homenagem que eu espero ter conseguido prestar aos meus estudantes.

# GOLPE EM BRASÍLIA<sup>1</sup>

HÉLIO PONTES

Conheci Perseu Abramo em abril de 1962, quando integramos o corpo docente da Universidade de Brasília (UnB). Éramos menos de 50 professores, incluídos aí os instrutores de ensino.

A grande maioria se conheceu lá. Em cada apresentação havia curiosidade e expectativa, porque todos já se sentiam igualmente comprometidos com a sorte do grande projeto renovador da Universidade.

Não sei quem me apresentou ao Perseu. Contudo, tantos anos depois, guardo do encontro a lembrança do olhar suave e do sorriso ameno com que, ao apertar-me a mão, abriu-me uma convivência fraterna e solidária.

Tivemos o privilégio de estar presentes na inauguração da Universidade. Demos os primeiros cursos, aproveitando salas de um dos edifícios ministeriais, assistimos o lançamento da pedra fundamental do primeiro prédio de aulas do campus, passo a passo vivemos intensamente cada momento daquela trajetória empolgante.

Perseu entregou-se com entusiasmo à tarefa comum de construção da Universidade. Seus colegas da área de sociologia eram unânimes em exaltar-lhe a inteligência, a dedicação, a seriedade. Seus alunos o apreciavam muito, alguns o consideravam um professor fascinante.

Logo conquistou um lugar no apreço e admiração de todos. Seu raciocínio claro, a palavra sempre lúcida, uma grande capacidade de persuasão e as posições firmes ajudaram bastante na análise, na discussão e no encaminhamento de nossas questões comuns. Essa fase da Universidade foi, lamentavelmente, muito efêmera, porque, dois anos depois de inaugurada, o golpe militar fazia seus estragos também entre nós.

No momento de maior dramaticidade, logo nos primeiros dias do famigerado abril, um contingente militar invade o campus, retira de lá um grupo de professores, alguns das próprias salas de aula, e os conduz presos. (Da lista de nomes, escaparam o arquiteto Oscar Niemeyer e o maestro Cláudio Santoro, afortunadamente viajando ao exterior).

Lembro-me da primeira noite, já recolhidos ao quartel, quando fomos retirados do dormitório, conduzidos, sem nenhuma explicação, a um pátio externo e obrigados a ficar inteiramente despidos. Submetidos a um daqueles malfadados Inquéritos Policiais Militares (IPM's) que assolaram o país, todos, um após o outro, tiveram a prisão relaxada e puderam retornar a seu trabalho na Universidade.

A calma foi curta. Imediatamente depois, no dia 9 de maio, confirmando uma tensa expectativa, o reitor-interventor promove a demissão de nove professores: sete daqueles que estiveram detidos, portanto de certa forma já na mira do fuzil, e dois outros, apanhados na pura surpresa.

Foi uma pancada assassina! Privou a Universidade de pessoas da melhor qualidade e, pior, sacrificou, definitivamente, a carreira acadêmica de várias delas, uma das quais, por extensão, Zilah Abramo.

---

1. PONTES, Helio. Golpe em Brasília. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 31, ano 9, abril de 1996, p. 43. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1996/04/01/golpe-em-brasilia/>>

Entre os injustiçados estava Perseu. Demitido, desempregado, aturdido pela violência e pela incerteza dos desdobramentos daquele terremoto, ainda por cima circunscrito pelas amarras do IPM a permanecer nos estritos limites de Brasília, ele, os companheiros e suas famílias viveram ali, por dois ou três meses, uma situação dramática!

A versão oficiosa que ousaram fazer circular foi desabusada e desavergonhada: a Reitoria fora obrigada a sacrificar/imolar aqueles professores para aplacar as pressões do governo, com o que o reitor poderia manter acobertada e protegida a instituição!

A história verdadeira é conhecida. Para a ditadura era inconcebível uma Universidade autônoma, pluralista e crítica, assim do feitio da Universidade de Brasília. Importava, pois, silenciá-la, eliminando os que eram espelho dela.

# O BOM COMBATE<sup>1</sup>

JOÃO UBALDO RIBEIRO

Fiquei amigo de Perseu no dia em que o conheci, em sua sala de professor da escola de Administração da Bahia. Minha memória cronológica é péssima, mas já devem ter passado três décadas, porque eu voltava do mestrado que tinha feito na Califórnia, em 64 e 65, para ensinar na mesma escola. Estávamos de terno e gravata, como era uso indispensável da época, e nos cumprimentamos com a cerimônia natural a desconhecidos, ele já veterano de várias batalhas universitárias, eu ainda calouro e muito inseguro. Mas nada aconteceu do que seria de esperar-se numa situação convencional, ainda mais naqueles tempos bicudos (ele, antes professor da Universidade Federal de Brasília, havia recentemente sido preso). Em poucos minutos, estávamos contando histórias e rindo, como sempre aconteceria ao longo da mais fraterna das convivências, em que não consigo apontar um só momento que não gostaria de reviver ou de que não lembre com saudades.

Amigos e pensando do mesmo jeito sofríamos e fazíamos o possível para lutar contra um estado de coisas para nós ilegítimo e inaceitável. Enquanto a Redentora apertava o cerco contra a liberdade universitária, o livre curso de idéias e o debate das questões mais prementes do nosso tempo, nós mantivemos, na companhia de outros com as mesmas convicções e a mesma consciência, a resistência que podíamos. Ali nas nossas salas, às vezes aos cochichos - porque as paredes tinham mesmo ouvidos - insistíamos nas bibliografias que considerávamos adequadas, nos projetos de pesquisa que víamos como irrecusáveis, no que, enfim, na nossa pobre condição de intelectuais reprimidos, podíamos fazer. Tivemos medo diversas vezes, mas creio que cumprimos nossa obrigação e que deixamos, principalmente ele, uma geração de alunos convictos de que é possível combater o bom combate, mesmo que tudo pareça torná-lo impossível. Nisso, ele sempre foi um líder (embora nunca quisesse sê-lo), inclusive para mim.

Não podia dar um testemunho sobre o Perseu que não sublinhasse sua competência e dedicação profissionais, sua compaixão, sua integridade, sua coerência e coragem. Isto creio ter feito acima, ainda que palidamente. Mas o que mais gosto de recordar é realmente nossa amizade, vizinhos num edifício do hoje próspero, mas outrora longínquo e abandonado bairro da Pituba, em Salvador - Edifício Yvette, que, dizia eu, de tão velho e feio, tinha ganho o Prêmio Frankenstein de Arquitetura - conversamos e rimos, rimos muito, pois, apesar de tudo, éramos felizes. Eu não tinha carro, mas Perseu tinha um valente Gordini pleistocênico bastante temperamental, que só dava partida quando estava disposto. Ríamos do Gordini, ríamos das goteiras, ríamos da burrice oficial, ríamos da nossa vida quixotesca, éramos - apesar de tudo, repito - um par de amigos muito felizes.

Depois, nos separamos, eu fui para o mundo, ele voltou para sua terra, São Paulo. Por relaxamento, meu e dele, não nos correspondíamos, mas não nos esque-

---

1. RIBEIRO, João Ubaldo. O Bom combate. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 31, ano 9, abril de 1996. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1996/04/01/o-bom-combate/>>

ce mos de nosso afeto. Sempre esperava vê-lo novamente e novamente nos divertir-mos, agora com outros motivos, mas pelas mesmas razões. Nunca mais nos vimos. Brutal e inesperadamente, soube de sua morte, e até agora não me recuperei. Provavelmente nunca me recuperarei, pois há amigos e companheiros, como ele, que jamais nos deixarão e cuja saudade haverá sempre de nos freqüentar. Perseu, grande Perseu, brasileiro exemplar, amigo modelar, quem dera que nesse mundo me aparecessem nem que fosse uns dois ou três igualáveis a ele.

# O PROFESSOR<sup>1</sup>

SOLANGE SANTANA

Conheci Perseu em 1965, quando cursava Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ele foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela Universidade, lecionando em várias disciplinas. Minha turma teve a sorte de encontrar Perseu como professor de Teoria Sociológica, Sociologia do Trabalho e Sociologia da Comunicação.

Perseu chegava à Bahia depois de ter sido obrigado a deixar a Universidade de Brasília (UnB), após o golpe militar de 1964. Chegou discretamente, como era de seu jeito, e com muita competência, disciplina exemplar e respeito a cada um, influenciou decisivamente no nosso curso. Costumo dizer que fomos uma turma privilegiada porque, oriundos da Universidade nos moldes pré-1964, quando tudo parecia perdido fomos surpreendidos pela presença de um grupo de professores que buscava refúgio na Bahia. Dentre eles destacava-se Perseu.

Antes de tudo, ele foi para nós o professor-companheiro dos anos de incertezas. Trazia consigo a experiência - e a tranquilidade que os bons adquirem - de ter passado pela repressão na Universidade de Brasília, enquanto nós ainda estávamos atordoados pelo golpe militar. Chegava já disposto ao trabalho, construindo uma nova proposta. Perseu tinha disso, uma paciência histórica invejável, ao mesmo tempo em que batalhava ininterruptamente pelo que acreditava.

Aos poucos fomos sendo atraídos por aquele professor de voz mansa e compassada, que ouvia com paciência, perguntava por que pensávamos dessa ou daquela forma; aquele que construía junto conosco caminhos para o pensamento e nos colocava frente a nossas próprias questões. E aí dava uma relaxada, puxava um cigarro dentre duas ou três carteiras de Gaivota que sempre tinha em cima da mesa para oferecer aos alunos. Fazia uma ironia sobre si mesmo, sobre todos nós, sobre a vida, porque tinha esta capacidade, e prosseguia com a aula.

Com Perseu estudamos Marx sem dogmatismo. Marxista convicto e conseqüente, mostrava, sempre como e o que pensava, mas apresentava também outras correntes, dando, a cada aluno ou aluna, a oportunidade e a liberdade de pensamento. Aliava um profundo conhecimento teórico à responsabilidade do profissional, intervindo na realidade. Por intermédio das suas aulas de Sociologia do Trabalho e Sociologia da Comunicação, íamos observando como ele transitava da pura teoria à construção, de modelos de comunicação, à problematização e equacionamento de questões do trabalho, naquele momento, no Brasil, na Bahia.

Terminada a graduação, alguns de nós nos integramos, sob a orientação de Perseu, aos trabalhos de montagem e implementação da então recente Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do governo da Bahia; agora se invertia a prioridade das questões sem, contudo, Perseu permitir que nos distanciássemos da relação teoria-prática.

Com o decorrer dos anos, o professor de sempre foi abrindo caminho a uma grande amizade. Nos momentos até hoje mais difíceis da minha vida, perseguida pela mesma ditadura, Perseu me deu a maior lição de vida, a grandeza da solidariedade.

---

1. SANTANA, Solange. O Professor. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 31, ano 9, abril de 1996, p. 45. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1996/04/01/perseu-abramo-o-professor/>>.

# SOBRE A ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA<sup>1</sup>

JORGE HAGE

Lá se vão cerca de 50 anos – meio século – desde quando tive a felicidade de conhecer Perseu e Zilah. Quis o destino que eu os encontrasse logo após deixarem a Universidade de Brasília (UnB), invadida pelo golpe, e os levasse para Salvador, naquele período mais difícil dos anos 1960, para integrar a nossa equipe, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Zilah, como a especialista em Administração Pública que eu buscava recrutar. E Perseu, que tive a sorte de trazer junto, e em quem acabei por encontrar um especialíssimo amigo e conselheiro, além do extraordinário professor que era, na área da Sociologia e demais Ciências Sociais.

Mais que tudo, porém, o que marcou aqueles anos de convívio com Perseu foi sua especial capacidade de transmitir, a todos em sua volta, algo que era uma característica muito sua: aquela atitude de firmeza política tranquila, de resistência ao mesmo tempo altiva e serena, sem ceder um milímetro em suas convicções, mas sem estimular desvarios de qualquer espécie. E, , acima de tudo, sem permitir-se nem transmitir a quem com ele interagira, qualquer sentimento de desesperança, de azedume ou de amargor, por maiores que fossem as dificuldades. Ao contrário, ele conseguia passar sempre, para todos nós, bom humor, alegria e esperança, por pior que fosse o momento vivido.

Sou testemunha de como Perseu exerceu enorme influência sobre uma geração, principalmente de estudantes, nossos alunos na UFBA. Vários desses lembram até hoje de histórias pessoais vividas com o Professor Perseu, as quais marcaram suas vidas; ora lhes ensinando a conciliar os estudos com a militância clandestina, sem ter que renunciar a uma coisa ou a outra; ora lhes mostrando, pelo exemplo, que era possível harmonizar a atuação política com a vida em família. Sim, porque Perseu era esse exemplo vivo: basta lembrar sua dedicação de pai e sua intensa participação na vida, na criação e na educação de Laís, Mário, Helena, Bia e Marta.

Mas também não posso esquecer o quanto nós mesmos, seus colegas professores, pudemos aprender com ele; com seu exemplo pessoal, com a clareza de sua visão política, de sua concepção do mundo, do socialismo e da justiça; e com sua enorme sabedoria.

Não sei se jamais conheci outra pessoa que reunisse e combinasse, de forma tão harmônica, as qualidades de coragem e de serenidade, a coerência e a ética inflexíveis, com a habilidade para negociar soluções concretas, a sofisticação do intelectual com o sentimento de solidariedade e a simplicidade do trabalhador.

Este foi o Perseu Abramo que tive a felicidade de conhecer.

---

1. HAGE, Jorge. *Sobre a atuação na Universidade Federal da Bahia*. Discurso proferido durante a Homenagem a Perseu Abramo, evento realizado em 13 de junho de 2016, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela Fundação Perseu Abramo.

# PERSEU ABRAMO: O PROFESSOR<sup>1</sup>

INAIÁ DE CARVALHO

É com grande satisfação que me associo às homenagens que serão prestadas a Perseu Abramo, meu professor e orientador do Mestrado durante a sua estadia em Salvador nos anos 1960, como professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do curso de Ciências Sociais.

Refletindo as condições e transformações desse período, na época o curso experimentou uma significativa expansão e transformação, partindo de uma orientação mais abstrata e ensaística para um maior compromisso com a pesquisa e com a realidade social. Perseu contribuiu significativamente para essa renovação, com seus cursos de Metodologia de Pesquisa e, principalmente, de Sociologia do Trabalho, além de suas orientações. Como aluna do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA tive o privilégio de usufruir desses cursos e orientação e, mais que isso, de conviver com quem se destacava não apenas pela excelência intelectual e compromisso social, mas, também, pela dignidade, integridade e generosidade em termos pessoais.

Que a Fundação que leva o seu nome continue a honrar e a dar continuidade ao seu legado é o que todos esperamos nesta ocasião.

---

1. CARVALHO, Inaiá. Perseu Abramo: o professor. Discurso proferido durante a homenagem a Perseu Abramo, realizada na noite de 13 de junho, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2016/06/15/homenagem-a-perseu-abramo-2/>

S EA

28.9.65

Divisões do  
Trabalho

1 significado

2 conceitos fundamentais do processo

3 Relações com a estrutura social

1 significado { I Divisão Técnica  
II Divisão Social

de dois aspectos

I a Divisão  
Técnica

- ① Divisão do processo de produção de um determinado trabalho em fases ou operações
- ② atribuição das diversas diferentes fases ou operações a diferentes operários ou pessoas